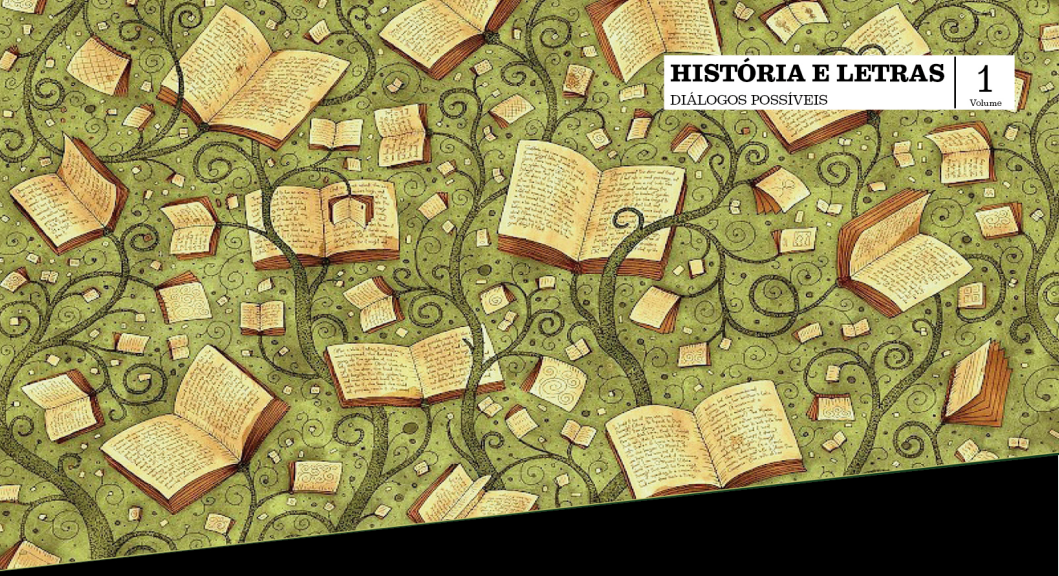


HISTÓRIA E LETRAS
DIÁLOGOS POSSÍVEIS
1 Volume

HISTÓRIA E LETRAS

CULTURA, MEMÓRIA, ENSINO E LINGUAGENS

Ana Maria Pereira Lima
José Wellington Dias Soares
Regina Cláudia Pinheiro
Sander Cruz Castelo
Organizadores

ed UECE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Reitor
José Jackson Coelho Sampaio

Vice-Reitor
Hidelbrando dos Santos Soares

Editora da UECE
Erasmo Miessa Ruiz

Conselho Editorial

Antônio Luciano Pontes
Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes
Emanuel Ângelo da Rocha Fragoso
Francisco Horácio da Silva Frota
Francisco Josênio Camelo Parente
Gisafran Nazareno Mota Jucá
José Ferreira Nunes
Liduina Farias Almeida da Costa
Lucili Grangeiro Cortez
Luiz Cruz Lima
Manfredo Ramos
Marcelo Gurgel Carlos da Silva
Marcony Silva Cunha
Maria do Socorro Ferreira Osterne
Maria Salete Bessa Jorge
Silvia Maria Nóbrega-Therrien

Conselho Consultivo

Antônio Torres Montenegro | UFPE
Eliane P. Zamith Brito | FGV
Homero Santiago | USP
Ieda Maria Alves | USP
Manuel Domingos Neto | UFF
Maria do Socorro Silva Aragão | UFC
Maria Lírida Callou de Araújo e Mendonça | UNIFOR
Pierre Salama | Universidade de Paris VIII
Romeu Gomes | FIOCRUZ
Túlio Batista Franco |UFF

Ana Maria Pereira Lima
José Wellington Dias Soares
Regina Cláudia Pinheiro
Sander Cruz Castelo
Organizadores

HISTÓRIA E LETRAS
DIÁLOGOS POSSÍVEIS
1
Volume

HISTÓRIA E LETRAS

CULTURA, MEMÓRIA, ENSINO E LINGUAGENS

1ª Edição
Fortaleza - CE
2018

EdUECE

História e Letras: Cultura, memória, ensino e linguagens
© 2018 *Copyright by* Ana Maria Pereira Lima, José Wellington Dias Soares, Regina Cláudia Pinheiro e Sander Cruz Castelo

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*
Efetuado depósito legal na Biblioteca Nacional

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE
Av. Dr. Silas Munguba, 1700 – *Campus* do Itaperi – Reitoria – Fortaleza – Ceará
CEP: 60714-903 – Tel: (085) 3101-9893
www.uece.br/eduece – E-mail: eduece@uece.br

Editora filiada à

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

Coordenação Editorial
Erasmo Ruiz

Diagramação e Capa
Narcélio Lopes

Revisão de Texto
Ana Maria Pereira Lima, José Wellington Dias Soares, Regina Cláudia Pinheiro e Sander Cruz Castelo

Ficha Catalográfica
Lúcia Oliveira – CRB: 3/304

H673 História e Letras: Cultura, memória, ensino e linguagens [recurso eletrônico] / Organizado por Ana Maria Pereira Lima…[et al.]. - Fortaleza : EdUECE, 2018.
(História e letras: diálogos possíveis; v.1)
Livro eletrônico.
367p.
ISBN: 978-85-7826-581-6 (E-book)
1.História. 2. Letras. 3. Educação. I. Lima, Ana Maria Pereira. II. Soares, José Wellington Dias. III. Pinheiro, Regina Cláudia. IV. Castelo, Sander Cruz. V. Título. VI. Série.

CDD: 370.7

PREFÁCIO

O livro *Histórias e Letras: cultura, memória, ensino e linguagens* apresenta um quadro objetivo e eficaz do trabalho interdisciplinar desenvolvido pelo Mestrado Interdisciplinar em História e Letras (MIHL), da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Nele, estão presentes os estudos de alunos e professores que integram as três linhas de pesquisa do programa: Memórias e Historicidade (linha 01); Gênero, Raça e Identidade (linha 02); Ensino e Linguagens (linha 03). A organização do livro, em três partes, dispõe, inclusive, cada estudo em sua respectiva linha de pesquisa.

A proposta desta obra é disponibilizar, ao público leitor de diversas áreas do conhecimento, os primeiros resultados das pesquisas originadas pelo programa. São estudos que buscam a compreensão de fenômenos contemporâneos relacionados às ciências humanas e às linguagens, interpretados a partir de uma visão interdisciplinar acerca de tais fenômenos.

As três partes que compõem o livro – História, Literatura e Linguagens e Tecnologias – garantem uma estrutura organizacional coesa, sem perder de vista a diversidade dos temas, que se configura como aspecto vital. A importância do diálogo estabelecido está não apenas na metodologia de pesquisa empregada ou no fato de os estudos sobre história, literatura ou linguística serem, em geral, contextualizados histórica e socialmente, mas sobretudo na con-

tribuição de olhares múltiplos sobre cada tema desenvolvido. O resultado final da comunicação entre essas áreas da expressão humana mostra uma análise aprofundada e uma visão mais lúcida das realidades fenomenológicas, ontológicas e históricas do objeto de pesquisa.

Portanto, este primeiro volume da *Coleção História e Letras: diálogos possíveis*, empreendido pelo MIHL, é um importante exemplo do quanto a proposta da interdisciplinaridade pode contribuir para ampliar o debate sobre a cultura, a sociedade, a linguagem, o trabalho e a educação e proporcionar novas estratégias de estudo e ensino nas universidades brasileiras.

APRESENTAÇÃO

Este livro é o resultado concreto das propostas e discussões realizadas no âmbito do Mestrado Interdisciplinar em História e Letras (MIHL), da FECLESC/UECE e da I Jornada Interdisciplinar de História e Letras (I JIHL), promovida pelo referido programa, em 2016. Nesse sentido, ele já possui uma importância histórica ao apresentar o estágio atual das discussões do grupo de professores e alunos do mestrado e de pesquisadores participantes da jornada que vem trabalhando com uma perspectiva interdisciplinar das áreas de História e Letras.

A interdisciplinaridade é sempre uma construção que exige uma trajetória. Sem que isso fique explicitado, muitas vezes, se pensa que a simples justaposição de várias áreas num mesmo título, ou numa mesma frase, já nos torna interdisciplinares. Não torna. De certa maneira, a interdisciplinaridade é um resultado cuja intenção anunciamos colocando as áreas lado a lado, por isso, esse livro é importante. Digamos que ele assinala um ponto nessa trajetória, que não se pode dizer inicial, uma vez que as experiências interdisciplinares estão por todo ele, mas que está aberto à construção de uma experiência comum de interdisciplinaridade entre duas áreas com afinidades evidentes.

A valorização da interdisciplinaridade tem como pressuposto a crítica à excessiva especialização ocorrida no século XX, que tendeu a fragmentar e prejudicar nossa capacidade de produzir conhecimento relevante sobre os seres humanos e o mundo que nos rodeia. Certos limites estritos

demais entre disciplinas têm sido apontados como formas de mutilar nossos objetos de conhecimento e de corroborar percepções do mundo alienadas. Assim, a História tem se aberto a uma nova compreensão sobre fontes históricas, valorizando a literatura e a linguagem, assim como as Letras têm procurado ampliar horizontes para fora das discussões especializadíssimas dos teóricos da autorreferencialidade da linguagem. Essas áreas têm se buscado e esse encontro tem uma produtividade própria.

Isso significa dizer que a interdisciplinaridade entre História e Letras pode formar não apenas um campo auxiliar ou dependente das duas áreas individualmente, mas um extraordinário campo do conhecimento, pois está mais propenso a desviar de certas posições alienantes nos dois campos: o positivismo na História e a teoria da autorreferencialidade da linguagem nas Letras.

Alguns dos estudos mais profícuos, já neste âmbito, foram feitos por intelectuais do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos, da Universidade de Birmingham, um da área de Letras, Raymond Williams, outro da área de História, Edward Palmer Thompson, ambos empenhados em repensar a cultura e a história do ângulo dos trabalhadores e das camadas sociais mais baixas. Na Inglaterra dos anos 1950 e 1960, com a expansão da educação pública e as pressões por democratização da cultura e com os trabalhadores finalmente chegando à universidade, eles abriram campos profícuos de estudo nas duas áreas ao redefinir as relações entre história, literatura e cultura, integrando às concepções marxistas uma nova guinada antropológica.

Considero Carlo Ginzburg também um historiador que interessa aos estudos interdisciplinares de História e Lite-

ratura, não tanto por seus estudos com literatura, que são relativamente poucos, mas pela forma como trabalha a História, movendo-se com muita desenvoltura, dialeticamente, entre contextos menores, mais particulares, chegando até ao indivíduo, e contextos mais amplos, econômicos, sociais, políticos, ideológicos. Em termos metodológicos, essa desenvoltura é necessária para quem trabalha com literatura, cujos materiais propõem-se normalmente como os de uma particularidade.

No Brasil, temos a inestimável contribuição de Antonio Candido, que, em termos próprios, e sobretudo como crítico literário, deu consequência à compreensão filosófica da historicidade das formas estéticas, mostrando a compatibilidade entre uma relativa autonomia das obras literárias e a relação destas com contextos sócio-históricos. A literatura aparece, em seus estudos, ao mesmo tempo como objeto estético e histórico, como construção de linguagem e prática social. Com isso, e sem ostensivo investimento teórico, resolveu um problema muito intrincado para esse campo interdisciplinar, mostrando que existem outras relações possíveis entre literatura e história que não o determinismo historicista. Viu-se que a abordagem histórica da literatura não trabalha necessariamente para tornar uma obra "datada", para prendê-la ao passado, algo tão temido pelos estudiosos de literatura, mas, ao contrário, para construir suas relações históricas com o presente, ou seja, para atualizá-la.

Do ângulo dos historiadores, essa compreensão também é cheia de consequências, porque a literatura não surge apenas como discurso ilustrativo e confirmador do que foi descoberto em outro tipo de documento ou fonte,

mas como uma possibilidade ativa de novos ângulos e compreensões, algo que pode mexer com o estabelecido e efetivamente possibilitar "ler a história a contrapelo", como recomenda o filósofo Walter Benjamin em suas Teses sobre o conceito de História.

Feitas essas observações iniciais, passo à apresentação do livro que o leitor tem em mãos. Ele está organizado em três partes, de acordo com suas temáticas. A primeira parte, que versa sobre história, cultura e memória, dedica-se a compreender processos sociais, culturais e políticos relacionados ao próprio ofício do historiador, à atuação de um legislativo municipal em tempos de ditadura, à Igreja como instituição e à religiosidade popular, assim como às questões raciais e de gênero.

O capítulo "Os historiadores brasileiros e os registros da história do presente", de Odilon Monteiro da Silva Neto e Fátima Maria Leitão Araújo, aborda a demora do reconhecimento da profissão de historiador no Brasil, relacionando-a a um acontecimento da história recente: o golpe contra o mandato da presidenta eleita Dilma Roussef. A forte tomada de posição dos historiadores contra o golpe recebeu críticas em três dos maiores jornais do país, baseadas na ideia de que o ofício do historiador é reconstruir com neutralidade o passado e não atuar politicamente no presente. O trabalho discute, a partir desse material, as atuais disputas em torno do que seria o ofício do historiador.

No capítulo seguinte, "O posicionamento dos vereadores quixadaenses frente ao golpe de 1964", Danilo Vieira Coelho e Tyrone Apollo Pontes Cândido analisam as articulações da Câmara de Vereadores de Quixadá em relação ao golpe de 1964, com base nas atas da casa legislativa e

em uma entrevista do presidente da Câmara à época, concluindo que os legisladores municipais logo trataram de demonstrar apoio ao golpe militar. Os autores ressaltam a contribuição historiográfica do trabalho, considerando que ainda existem poucos estudos sobre a época da ditadura militar em Quixadá-CE.

A seguir, o trabalho, intitulado "'Vitamina C da igreja': concílio vaticano II e a reforma litúrgica na diocese de Limoeiro do Norte (1962-1967)", de Olívia Bruna de Lima Nunes, José Olivenor Souza Chaves e Sander Cruz Castelo, trata das modificações litúrgicas instituídas pelo Concílio Vaticano II, no sentido de aproximar a Igreja Católica dos fiéis, investigando a maneira como foram implementadas e recebidas na Diocese de Limoeiro do Norte-CE, tendo como fontes entrevistas e documentação da Diocese.

Já o capítulo "Uma santidade em construção: o caso de Maria das Quengas", de Ruan Carlos Mendes e Berenice Abreu, dedica-se ao estudo de um processo histórico da religiosidade popular. Trata-se da canonização pelo povo de uma mendicante de Russas-CE, chamada Maria das Quengas, que foi assassinada brutalmente numa tentativa de estupro, no ano de 1893. O trabalho investiga e discute a devoção popular criada em torno da santa, de sua morte trágica e seus milagres, com base em entrevistas e na crônica de um advogado.

O capítulo "Virtudes e vícios no filme *Homens e Deuses"*, de Sander Cruz Castelo e Antônia Osmarina Gomes Pereira, examina o filme *Homens e deuses* (2010), de Xavier Beauvois, tomando como base as reflexões do filósofo André Comte-Sponville, em seu *Pequeno tratado das grandes virtudes* (1999).

Em seguida, temos "O discurso da Revista do Instituto Histórico do Ceará no Pós-abolição: da invisibilidade à detração", de Maria Yasmim Rodrigues do Nascimento e Noélia Alves de Sousa, trabalho que expõe e analisa os discursos sobre os negros em artigos da Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, no período pós-abolição. A conclusão é que esses discursos, endossando inteiramente as teorias da superioridade racial branca, servem para a invisibilização e a detratação do negro. Mais que isso, considero que alguns trechos citados dão margem, inclusive, para se pensar em ódio racial, tamanha é sua virulência contra os negros.

O capítulo seguinte apresenta uma conquista da resistência dos negros ao preconceito racial, no trabalho intitulado "O ensino da história africana e afro-brasileira: uma quebra de paradigma da cultura racista", de Valéria Soares de Oliveira e Isaíde Bandeira da Silva. Nele, se discute a Lei Nº. 10.639, de 2003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar da Educação Básica, o novo papel da escola no combate ao racismo e a necessidade de toda uma construção na comunidade escolar e na sociedade para que a escola, de fato, assuma o papel de promover o direito à diversidade étnico-racial no país.

O último capítulo desta parte, "Partos domiciliares no sertão do Ceará", de Noélia Alves de Sousa, analisa os rituais dos partos domicialiares no Ceará entre 1960 e 2000, dando atenção às parteiras e às diferentes vivências culturais relacionadas com o parto em casa.

A parte II enfeixa seis capítulos, em que a interdisciplinaridade entre Literatura e História se propõe de diversas

formas e com diversos objetivos, numa rica demonstração de suas possibilidades. Temos aqui uma revisão crítica da historiografia literária, a historicização e a crítica das ideologias presentes nas obras literárias, uma abordagem comparativa muito bem articulada entre narrativa e história social, a literatura proposta como instrumento da luta social da mulher negra, reflexões sobre a memória na poesia e na prosa, inserida numa experiência concomitantemente estética e histórica.

O capítulo "A literatura cearense: os bastidores de sua história", de Rodrigo de Albuquerque Marques, analisa o processo histórico de construção de uma História da Literatura Cearense, como parte da formação de uma identidade e de uma tradição locais, considerando suas tensões e complementaridades com o âmbito nacional e destacando o caráter seletivo do projeto, que excluiu, por exemplo, a literatura popular.

A seguir, temos o capítulo "José de Alencar e o exotismo das culturas populares", de Manoel Carlos Fonseca de Alencar, que aponta uma contradição no projeto alencarino de construção de uma literatura nacional, qual seja, a permanência de uma perspectiva colonialista em seus romances, que projeta e compõe como exóticos o vocabulário indígena, em *Iracema*, e a cultura do sertão, em *O sertanejo*, em relação aos moldes ocidentais modernos.

Num trabalho que entrelaça estudo literário e histórico, intitulado "A formação da cabroeira em *Memorial de Maria Moura*, romance de Rachel de Queiroz", Tyrone Apollo Pontes Cândido enfoca a abordagem dada pelo romance à formação social do banditismo sertanejo no século XIX, ressaltando, numa leitura a contrapelo, as vozes subalternas e os modos de vida popular oitocentistas.

Em seguida, temos uma discussão ligada a questões de gênero, com o capítulo "Femininos em construção: uma leitura arquetípica e afrocentrada de identidades na literatura contemporânea", de Ana Paula Lima Moura e Vânia Maria Ferreira Vasconcelos. O trabalho expõe e discute os estereótipos da cultura patriarcal sobre a mulher negra e propõe a contestação desses estereótipos com a criação de novas imagens baseadas na cosmologia africana, sobretudo nas deusas iorubás, como referências de ancestralidade e matricentrismo.

No capítulo "Paisagens d'alma: a poética do pertencimento em Jáder de Carvalho", Sarah Diva da Silva Ipiranga e Lígia Rodrigues Holanda analisam a poesia memorialista e confessional, intimista e melancólica de Jáder de Carvalho, autor normalmente mais lembrado pela prosa engajada e combativa. O estudo estabelece uma ligação entre a reconstrução lírica da paisagem da cidade natal e o gesto subjetivo e confessional no livro *Poemas Inesperados* (1978), de Jáder de Carvalho.

Fechando a segunda parte, temos o trabalho intitulado "Memória, narrativa e imaginação", de José Wellington Dias Soares, que estuda os lugares da imaginação e da memória nos livros *O tempo redescoberto*, de Marcel Proust, e *Galo-das-trevas*, de Pedro Nava. O capítulo evidencia a complexidade das combinações desses elementos nas narrativas, aos quais se acrescentam ainda o lirismo e a representação social e histórica.

A parte III, Linguagens e Tecnologias, com quatro capítulos, traz questões de ensino relacionadas ao uso das tecnologias digitais. Novos gêneros e tecnologias da era digital são pensados em relação à sua contribuição para o ensino

na atualidade, inclusive com a apresentação de experiências e propostas práticas.

O capítulo "A produção textual no livro didático de Português do Ensino Médio e os documentos oficiais", de Eliane Martins da Silva, Júlio César Dinoá do Nascimento e Regina Cláudia Pinheiro, analisa uma coleção didática de Português, com o propósito de examinar se são contemplados nela os gêneros textuais presentes nas modalidades oral e escrita, bem como os gêneros textuais que circulam no ambiente digital.

A seguir, o trabalho "Os desvios na leitura de hipertexto digital", de Regina Cláudia Pinheiro e Ana Maria Pereira Lima, descreve e categoriza desvios de leitura, com a finalidade de comparar a leitura de textos impressos e de hipertextos digitais. Ao final, conclui que há muitas semelhanças na leitura dos dois tipos de texto.

No capítulo seguinte, "A reelaboração do gênero *meme* nas mídias digitais: um olhar para o gênero como potencial pedagógico", Ana Maria Pereira Lima e Carla Jéssica Severiano Lima Gonçalves propõem reelaborar o *meme* das mídias digitais para servir como ferramenta didática, justificam teoricamente essa utilização, e apresentam uma proposta de trabalho com o gênero.

Finalizando, o capítulo "Geotecnologias no ensino da cartografia escolar: relações entre espaço, tempo e vivências", de Mariana Monteiro Navarro de Oliveira e Alexsandra Bezerra da Rocha, faz o relato de uma experiência com oficina sobre geotecnologias como ferramenta didática no ensino básico, da qual participaram alunos dos cursos de Geografia e de Biologia de 2º e 7º semestres, e apresenta propostas de trabalho desses recursos pelos professores nas escolas.

O livro, como se percebe, tem uma boa variedade de assuntos e abordagens, mas também apresenta convergências importantes, tanto no que diz respeito à atitude interdisciplinar perceptível na intenção muito clara de ampliar horizontes de estudo, quanto em uma certa vontade consciente de intervir, que ora se apresenta como crítica de ideologias do passado e da contemporaneidade, ora como propostas de novas visões e práticas nos campos da historiografia, da cultura e do ensino. Dito isso, e recomendando bastante o livro a professores/as, estudantes e outros/as interessados/as (e apaixonados/as) em História e Letras, desejo a todos/as uma boa leitura!

Irenísia Torres de Oliveira (UFC)

SUMÁRIO

ConteParte I: História, cultura e memória.....20

Os historiadores brasileiros e os registros da história do presente.....21
Odilon Monteiro da Silva Neto
Fátima Maria Leitão Araújo

O posicionamento dos vereadores quixadaenses frente ao golpe de 1964 38
Danilo Vieira Coelho
Tyrone Apollo Pontes Cândido

"Vitamina c da igreja": concílio vaticano ii e a reforma litúrgica na diocese de limoeiro do norte (1962-1967) 56
Olívia Bruna de Lima Nunes
José Olivenor Souza Chaves
Sander Cruz Castelo

Uma santidade em construção: o caso de maria das quengas.....74
Ruan Carlos Mendes
Berenice Abreu

Virtudes e Vícios no Filme *Homens e Deuses* (2010).. 95
Sander Cruz Castelo
Antônia Osmarina Gomes Pereira

O Discurso da Revista do Instituto Histórico do Ceará no pós-abolição: da invisibilidade à detração..... 114
Maria Yasmim Rodrigues do Nascimento
Noélia Alves de Sousa

O ensino da história africana e afro-brasileira: uma quebra de paradigma da cultura racista..... 133
Valéria Soares de Oliveira
Isaíde Bandeira da Silva

Partos domiciliares no sertão do ceará..... 148
Noélia Alves de Sousa

Parte II: Literatura, história e memória..... 164

A literatura cearense: os bastidores de sua história.. 165
Rodrigo de Albuquerque Marques

José de Alencar e o exotismo das culturas populares.. 183
Manoel Carlos Fonseca de Alencar

A formação da cabroeira em *memorial de Maria Moura*, romance de Rachel de Queiroz..... 203
Tyrone Apollo Pontes Cândido

Femininos em construção: uma leitura arquetípica e afrocentrada de identidades na literatura contemporânea..... 226
Ana Paula Lima Moura
Vânia Maria Ferreira Vasconcelos

Paisagens d' alma: a poética do pertencimento em Jáder De Carvalho 241
Sarah Diva da Silva Ipiranga
Lígia Rodrigues Holanda

Memória, narrativa e imaginação 257
José Wellington Dias Soares

Parte III: Linguagens e Tecnologias 284

A produção textual no livro didático de português do ensino médio e os documentos oficiais 285
Eliane Martins da Silva
Júlio César Dinoá do Nascimento
Regina Cláudia Pinheiro

Os desvios na leitura de hipertexto digital..... 307
Regina Cláudia Pinheiro
Ana Maria Pereira Lima

A reelaboração do gênero *meme* nas mídias digitais: um olhar para o gênero como potencial pedagógico..... 326
Ana Maria Pereira Lima
Carla Jéssica Severiano Lima Gonçalves

Geotecnologias no ensino da cartografia escolar: relações entre espaço, tempo e vivências 343
Mariana Monteiro Navarro de Oliveira
Alexsandra Bezerra da Rocha

SOBRE OS AUTORES..... 357

Parte I:
História, cultura e memória

OS HISTORIADORES BRASILEIROS E OS REGISTROS DA HISTÓRIA DO PRESENTE

Odilon Monteiro da Silva Neto
Fátima Maria Leitão Araújo

Resumo

O artigo busca revisitar questões importante relativas ao reconhecimento da profissão de historiador no Brasil, como o efetivo exercício da referida atividade profissional. Por se tratar de uma ampla discussão, a atuação dos historiadores brasileiros se tornou alvo de críticas por três dos maiores jornais de circulação no país. A atuação dos historiadores brasileiros frente a suposta ilegalidade impetrada em favor do impedimento da presidente eleita, serviu como base de desqualificação da atuação dos profissionais de história no país. É dentro deste quadro de acontecimentos, que se busca o entendimento para as razões que corroboram para a demora no reconhecimento da profissão de historiador, e todas as práticas relativas a este campo do saber.

Palavras-chave: Brasil. Historiador. Profissão

Ao nos debruçarmos sobre a produção dos intelectuais brasileiros, é notável a grande produção destes registrados sob a denominação de historiadores. Os primeiros cursos

de História no Brasil surgem na década de 30 do século XX. A despeito de constituir momento importante para a educação brasileira, o surgimento das primeiras universidades no Brasil, não garantiu a universalização ou mesmo a ampliação da educação primária e secundária. Em termos práticos, a República Brasileira não se efetivara, haja vista a falta de plenitude de acesso aos direitos sociais.

A oferta de vagas para a educação superior e de outros níveis de ensino cresceu de modo desigual, contrariando o princípio básico republicano da universalização. Isso é claramente percebido quando observamos os aclamados grandes centros da produção intelectual do país concentrados no Sul e no Sudeste, centros mais antigos e o que gozam de status e grande reconhecimento social, frente às outras regiões que em virtude as assimetrias presentes em nosso país não recebem a devida atenção.

Neste contexto de desenvolvimento tardio da educação superior, situamos o foco de nossa reflexão, a profissão historiador. Só recentemente no Brasil se intensificou o movimento de reconhecimento legal da profissão de historiador. Ainda nos anos sessenta do século XX, houve uma tentativa de um deputado paulista de reconhecer a profissão de historiógrafo[1], mas o projeto não logrou êxito. Nos anos setenta tem-se como destaque o surgimento dos primeiros cursos de pós-graduação em história do país. Tais realizações se colocam de modo importante, embora que os referidos cursos, tenham se concentrado no sudeste

1 O projeto para o reconhecimento da profissão era de autoria de Ewaldo de Almeida Pinto, professor e jornalista eleito pelo movimento Trabalhista Renovador de São Paulo. Por sua atuação no primeiro mandato fora reeleito, mas por sua postura crítica teve seu mandato cassado em 17 de janeiro de 1969, vinculado as determinações do AI 5. O projeto ainda tramita no senado e pode ser visualizado no endereço: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559424

do país e nos últimos quinze anos, o Brasil de fato consolida a presença destes cursos por todo o país. Esta ação fortaleceu de modo efetivo a formação e a produção científica especializada no País, um marco histórico que contribuiu decisivamente para a realidade que temos hoje.

Em 19 de outubro de 1961 surge no Brasil a Associação Nacional de Professores Universitários de História - ANPUH[2], com sede na cidade de Marília, estado de São Paulo, entidade que buscou reunir nos seus quadros nomes de reconhecida tradição no âmbito da produção do conhecimento histórico. O tempo passou e a associação ganhou cada vez mais o reconhecimento social por parte da comunidade cientifica e da sociedade civil. O que passou a qualificá-la de modo efetivo para se posicionar frente as grandes questões sociais do nosso tempo.

Partindo de um dos posicionamentos da referida instituição, vamos revisitar o debate em torno do ofício do historiador, o reconhecimento da profissão e as questões relativas ao cenário brasileiro contemporâneo. De acordo com a assertiva do mestre Eric Hobsbawm (2007, p.09), é inegável a importância do historiador no mundo hodierno, pois: "sua função principal é relembrar o que os outros esqueceram ou querem esquecer". Ancorados no pensamento desse grande historiador, nos debruçamos sobre a realidade política vivida em nosso País nos dias atuais. Assim, em decorrência da votação do processo de impeachment autorizado pela Câmera Federal em 16 de abril de 2016, a ANPUH nacional deixa claro que o corrente processo de

2 Inicialmente a ANPUH reunia em seus quadros os pesquisadores de história, que atuavam diretamente no magistério superior. Ao longo do tempo a entidade passou a congregar os profissionais que atuam em todos os níveis de ensino. Desde 1993 passou a ser chamada Associação Nacional de História.

impedimento da Presidente se traduz num ato de total ilegalidade e desrespeito ao estado democrático de direito.

> A campanha a favor do "golpe" é liderada por adversários políticos, por representantes das "mídias" que, retomando a tradição golpista, instigaram o ódio da população. A postura dos parlamentares durante a votação do impeachment e as comemorações pela vitória, deixaram evidente a permanência de uma cultura antidemocrática afeita a acordo, manobras e negociações que a "Nova República" não foi capaz de eliminar. O espetáculo de desrespeito à opinião alheia e as manifestações de intolerância expressas através de uma linguagem autoritária e chula, permitiram que viesse à tona a outra face da decantada "cordialidade brasileira" – a da violência – que o mito encobre.[3]

O trecho da referida nota retrata o cenário de uma sociedade que ainda não se libertou das amarras do conservadorismo e de uma cultura política que traz as marcas do autoritarismo. Os interesses das elites econômicas, presentes no Parlamento brasileiro são incompatíveis com o caráter republicano brasileiro. Mas é desta forma que foi gestada a sociedade política brasileira, capaz de abrigar as mais diferentes práticas como se estas fossem naturais.

O processo de impeachment seguiu ao Senado e a presidente eleita por 54 milhões de votos foi afastada temporariamente do cargo. Ao assumir o cargo o vice-presiden-

3 ANPUH manifesta-se contra a votação do impeachment na Câmara: In: https://umhistoriador.wordpress.com/2016/04/28/anpuh-manifesta-se-contra-a-votacao-do-impeachment-na-camara/.

te, agora como presidente interino, passou a despertar o repúdio de vários setores sociais, pela forma como chegou ao poder e como passou a governar, na contramão de várias conquistas sociais. No quadro denominado de reforma ministerial, foram retirados os ministérios das mulheres, da igualdade racial e dos direitos humanos, não nomeando inicialmente nenhuma mulher para nenhuma das pastas ministeriais. Por pressões sociais, reativou o Ministério da Cultura, que no conjunto inicial da reforma, ficaria rebaixada a condição de secretaria.

Em meio a todos estes acontecimentos um dos grupos profissionais que mais veio a dedicar-se na denúncia do chamado "golpe a democracia" foram os historiadores brasileiros. Inicialmente amparados pelo uso das tecnologias, por meio das redes sociais, surgiram vários espaços de interlocução e de ações visando intervir de maneira efetiva nos rumos da história do País, que tem em sua composição uma fragilidade nos quadros de participação e de vivencias democráticas.

Na busca de compreender todos esses acontecimentos, duas questões se colocam para o pensar historiográfico: o sentido de se pensar o presente como história e por sua vez as questões ligadas ao que hoje se denomina, história pública[4]. Ao indagar sobre o presente como história, somos levados a um quadro de diferentes interpretações. Jacques Le Goff (1978) afirmava, "que a história do presente é frequentemente melhor feita por sociólogos, politólogos, alguns jornalistas, do que pelos historiadores" (apud: CHAUVEAU e TÉTART: 1999, p. 11).

4 Dentre os historiadores brasileiros que se dispuseram a estudar os conceitos, temos: SCHMIDT(2013), MALERBA(2014).

Pensando e agindo de modo diferente, no que tange ao atual quadro da História do Brasil, no qual os historiadores se insurgem no sentido de desvelar o emaranhado de eventos que se distanciam das práticas democráticas, ocupando os espaços nas redes sociais e usando as mídias como elemento de divulgação de suas ideias, o Brasil viu nascer um grupo chamado Historiadores pela Democracia.

Por conseguinte, um grupo aberto criado na rede social *Facebook*[5], conta com mais de sete mil membros. Fora criado, também um blog[6], onde estão sendo veiculados todos os materiais produzidos pelos historiadores profissionais, sendo que alguns atuam destes estão fora do País e outros integrantes são historiadores estrangeiros que estudam o Brasil.

O grupo criado no *Facebook,* que logo de início reuniu cinco mil membros, pouco a pouco foi ampliando seu leque de interação. Em várias instituições de ensino e em outros espaços foram promovidos debates com vários intelectuais para se desnudar o quadro de gravidade que se amplia no Estado brasileiro. Passado uma semana dos atos em Brasília, a imprensa, já denominada como "quarto poder fora da constituição"[7] lançaria seus ataques ao movimento promovido pelos intelectuais.

No que diz respeito ao quadro de ações materializadas, o grupo "historiadores pela democracia" organizou Ato na

5 O grupo criado no Facebook, é assim definido pelos idealizadores: Grupo criado pelo Blog Conversa de Historiadoras para reunir e divulgar manifestações públicas de historiadores contra o impeachment ilegal da Presidenta Dilma Rousseff. Impeachment sem crime de responsabilidade é golpe. #GolpeNuncaMais. No último acesso em 29 de junho de 2016, o mesmo contava com 7. 420 membros.

6 Acessar o endereço: http://historiadorespelademocracia.tumblr.com/.

7 Nos diálogos entre história e literatura, o escritor Lima Barreto, denomina a Onipotente Imprensa, o quarto poder fora da constituição. In: BARETO, Lima. A. H. Memórias do Escrivão Isaías Caminha. Disponível em : http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000157.pdf. P. 64.

Universidade de Brasília, que precedeu ao encontro no Palácio da Alvorada com a presidente afastada Dilma Rousseff, os dois eventos ocorreram no dia 07 de junho de 2016. O evento contou com uma dezena de historiadores advindos de diferentes regiões brasileiras, bem como de estrangeiros, dedicados ao mesmo ofício.

Na busca de entender a demora no reconhecimento da profissão de historiador no Brasil, se coloca um antigo dilema: de um lado a atividade de historiador que fora historicamente construída tendo-a como um ofício, algo de oficina e por outro lado a ideia de uma militância configurada pelos profissionais que desenvolviam atividades ligadas ao ensino de História. SCHMIDT (2013)[8], evidencia isso como um dos grandes problemas no que se vincula ao reconhecimento da profissão. Coloca, ainda, que é algo comum os profissionais de História buscarem contato com a ANPUH nacional, para saberem quais valores devem ser cobrados por atividades de consultoria, curadoria, serviços não integrantes do campo do ensino de história.

No dia 14 de junho de 2016, o Editorial do Estadão traz o seguinte título "O lugar de Dilma na história". Aqui se iniciava uma campanha de ação desmobilizadora no sentido de desqualificar o trabalho social, certamente motivado pelo campo de atuação política de uma significativa parcela da comunidade científica do campo da história no Brasil.

> Alguns historiadores brasileiros, cujo ofício é o de reconstituir o passado para entender o que somos no presente, estão com pressa de

8 Em artigo publicado na Revista Presente História, o historiador Benito Bisso, revisita a longa história do reconhecimento da profissão de historiador no Brasil, trata da atuação da Anpuh e percorre o campo do entendimento de história pública.

> antecipar a história que será escrita no futuro. A aguerrida militância política desses intelectuais pretende transformar em versão oficial a conclusão de que a presidente Dilma Rousseff sofreu um golpe – e qualquer outra consideração será entendida como parte dessa conspiração[9] (ESTADÃO: Editorial, 14/06/2016).

O texto publicado pelo Estadão traz uma referência sobre atuação do historiador, que teria um ofício. Porém fica subjacente uma visão limitada sobre o *métier* deste profissional, visto que coloca como primordial a tarefa de "reconstituir" o passado como vistas a se criar uma espécie de entendimento de como os indivíduos são no presente.

A perspectiva desenvolvida pelas afirmações do editorial nega a coerência presente no trabalho desenvolvido pelos historiadores. É feita referência a uma "aguerrida militância", que na prática indica que os mesmos agem sem nenhum critério, pois estariam os mesmos embriagados por posturas políticas, que não validariam a produção de suas análises. Tendo por horizonte esse viés, discordamos da indicação de Le Goff, anteriormente mencionada, apontando outros profissionais que não os historiadores para escrever sobre o presente. Aqui estaria um dos espaços a ser ocupado pelos profissionais dedicados ao trabalho com a *história imediata.*

A investida contra os historiadores é feita de forma agressiva e desrespeitosa, pois, ao tratar do trabalho desses profissionais, o escrevinhador busca legitimar seu pensa-

9 O lugar de Dilma na história - Opinião - Estadão http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,o-lugar-de-dilma-na-histori...

mento referenciando um dos mais importantes pensadores para a renovação historiográfica do século XX. Assim é feito à guisa de conclusão do editorial:

> Os signatários advertem os "historiadores do futuro" que não se fiem "na grande imprensa", pois esta faz parte do "golpe". E o tal "golpe", dizem, "ameaça a continuidade das políticas que buscam a integração da população negra, pobre, indígena na sociedade brasileira" e "representa a força do passado na sociedade brasileira, com suas bandeiras de privilégio de classe, misoginia, racismo e corrupção". Isso não é história, é má-fé.
>
> O manifesto afirma, por fim, que "a história fará justiça" ao governo de Dilma. Se os historiadores do futuro seguirem o conselho do grande mestre desse ofício, Marc Bloch, que pedia a seus colegas apenas "honesta submissão à verdade", esse julgamento já tem um veredicto: a absoluta desmoralização do lulopetismo.[10]

O leitor minimamente atento à obra mais conhecida de Marc Bloch, *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*, percebe as contradições presentes no texto que se coloca como arauto do fazer do historiador. Nas palavras de Bloch, "diz-se algumas vezes: 'A história é a ciência do passado'. É [no meu modo de ver] falar errado. [Pois, em primeiro lugar,] a própria ideia de que o passado, enquanto tal, possa ser objeto da ciência é absurda" (2002, p.52). Fica evidente o desconhecimento dos pressupostos que orientam

10 O lugar de Dilma na história - Opinião - Estadão http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,o-lugar-de-dilma-na-historia,10000056999

uma visão de história onde estejam presentes as diferentes temporalidades e sujeitos sociais, pois o texto é encerrado com uma passagem creditada ao pensador, onde se cobra dos historiadores 'honesta submissão à verdade'.

Nesse sentido onde reside esse aspecto de verdade? Mais uma vez o velho historiador se manifesta dizendo que "o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens". (BLOCH:2002.p.54), isso reflete diretamente a necessidade de uma ampla interlocução entre os sujeitos envolvidos nos processos históricos. Para isso o trabalho dos historiadores desenvolveram diferentes formas de investigação, num diálogo com as diferentes fontes históricas.

E dessa forma se efetiva o trabalho do historiador, a busca de uma pretensa verdade não se coloca como algo dado em caráter divinatório. Daí a relação de denúncia à forma como a imprensa tem se portado diante dos fatos ocorridos. Numa busca desenfreada de desqualificar a ação dos historiadores, outros veículos se colocaram à disposição na condenação das ações desenvolvidas por estes profissionais.

Nos dias 25 A folha de São Paulo e 26 de junho, o Globo, dois dos maiores veículos da imprensa do país, se colocaram num *front.* O primeiro movimento suscitado pelo Estadão, não trazia autoria material para a série de acusações ao movimento em questão. Por sua vez a Folha de São Paulo, agiu de modo diferente, trouxe um dos seus articulistas mais conhecidos, figura que tem sua atuação ligadas à marcas conservadoras de nossa sociedade. Num artigo

com autoria referida a Demétrio Magnoli[11], o mesmo traz como título: "Formação de quadrilha", e começa o conjunto de qualificações negativas, contra o movimento promovido pelos historiadores.

De forma acintosa ela cita o nome de alguns dos intelectuais que estão a apoiar e participar do movimento. Para além do título que traz consigo uma profunda marca de aviltamento pois coloca a atuação de um grupo profissional, que promove um movimento legítimo, que em nada fere com as liberdades garantidas pela constituição, mas que por estarem de forma associada, são enquadrados como formadores de quadrilha.

Durante todo o movimento que busca o cumprimento do Estado democrático de direito, ao defender o mandato da presidente eleita pelo voto popular. Os diferentes intelectuais que, integram o grupo, deixam claro nos manifestos que o movimento percebe os limites, os erros e outras questões que caracterizam o governo em questão.

No entanto quando o mesmo materializa ações, como o Encontro na UNB e a visita a presidente, os integrantes do movimento decidem produzir um livro intitulado: "O Golpe de 2016: A força do passado". Para esta ação, são colocados novamente os postulados de quem se julga conhecer os domínios da história, tendo como real sentido a depreciação da atuação dos profissionais, que atuam de modo claro e independente, visto que todas as ações realizadas pelo grupo, não contam com nenhum tipo de financia-

11 Demétrio Magnoli é jornalista de formação, com doutorado em geografia humana pela USP. Tem várias obras publicadas, muitas delas utilizadas como livros paradidáticos no ensino fundamental e médio. Por sua vez o referido autor se construiu as sombras dos interesses da imprensa e dos grupos econômicos. Dentre suas posições políticas está a negação das políticas afirmativas como as cotas raciais.

mento de entes púbicos ou privados, são os intelectuais que se autofinanciam.

Mas a pena do articulista busca desde as primeiras linhas promove um descrédito dos historiadores quer no sentido da produção intelectual, quer seja no campo de uma atuação profissional, visto aqui como movimento sectário. Assim é tecida sua narrativa:

> Todo o cidadão tem o direito de se manifestar sobre a cena nacional. A iniciativa, porém, viola os princípios que regem o ofício do historiador.
> Não se tece a narrativa histórica em bando, sob uma baliza política coletiva. O historiador indaga o passado, formulando hipóteses que orientam a investigação e reconstrução da trama dos eventos. Do diálogo entre narrativas historiográficas distintas nascem uma luz. Mas não é a luz que eles buscam[12].

Novamente vemos um outro paladino que defende a permanência do estado de coisas no país a bradar de modo nefasto sobre um movimento que por denunciar todo o quadro de interferência nos quadros da frágil democracia brasileira. O mesmo se torna um alvo claro[13], pois está a denunciar de maneira densa, o assalto de nossa pueril vida democrática. A forma como o mesmo está a se posicionar e divulgar ideias, análises que pelo lugar de sua produção tem encontrado grande sido percebido, não somente por

12 http://www1.folha.uol.com.br/colunas/demetriomagnoli/2016/06/1785523-formacao-de-quadrilha.shtml.

13 Foi construída no Brasil uma visão que o povo brasileiro sempre viveu de modo pacifico, sem insurgências contra o poder vigente. Tal entendimento corroborou para a invisibilidade das ideias políticas e sociais, que sempre se colocaram em oposição aos grupos dominantes. Da formação do Estado Brasileiro aos dias de hoje, podemos perceber inúmeras vozes em diferentes tempos e movimentos sociais. Por sua vez na realidade atual, o movimento dos historiadores se destaca e ganha força.

grupos ligados a chamada cultura letrada, mas pelos movimentos sociais que são contrários aos rumos da atuação do Congresso Nacional, do STF, da grande mídia, pois está evidenciado o quadro de irregularidades que cerca o impedimento da presidente afastada.

A possibilidade de divulgar ideias, marcar encontros, debates, divulgar informações com menores esforços e por sua vez com grande impacto social, nos indica que o quadro de ataques sofridos ao movimento, e direcionado aos que se denominam historiadores pela democracia, são orientados pelo fato que os grupos detentores do capital, que desejam a permanência do passado ausente de direitos, com predomínio de privilégios, atuam de modo incalculável a qualquer ação que comprometa à hegemonia destes sujeitos, historicamente signatários de verdades não questionadas.

Vemos o questionamento do que deveria ser o ofício do historiador. Aqui sem referências de um ou outro pensador, mas pela onipotência que se acredita possuir o autor das afirmações. Os historiadores oriundos de diferentes formações e tradições historiográficas estão reunidos em defesa de permanência da chamada Nova República, que nascera sob o auspicio da ditadura civil-militar, que fora responsável por um quadro de retrocesso no avanço da era dos direitos no Brasil.

Tal forma de denominação, historiadores pela democracia, segundo Magnoli se enquadra como "um nome de vocação totalitária". Tal entendimento é no mínimo curioso, pois todas as instâncias que deveriam fazer valer os instrumentos democráticos, estão como protagonistas velados do quadro desolador do tempo presente. Das casas legislativas, chegando ao STF e a chamada grande imprensa que

advoga sempre mais e mais autonomia e o direito a livre manifestação, por sua vez só é válido se em consonância com interesses setoriais que determinam os modos como se configuram as diretrizes econômicas e políticas, que por sua interferem diretamente na vida do cidadão comum.

Embora que os quadros sobre a profissionalização do historiador no Brasil, ainda sejam um campo em construção, não se pode negar a importância do movimento denominado "Historiadores pela Democracia", na busca de lançar olhares sobre o atual cenário da república brasileira.

No dia seguinte ao artigo de Magnoli na Folha, foi a vez de Elio Gaspari em O Globo. Com o título: "A desobediência do andar de cima", referido autor começa por citar um artigo escrito pela historiadora Hebe Mattos da UFF, intitulado "Homenagem do vício à virtude", no qual Magnoli cita numa tréplica, em resposta a mesma historiadora, que escreve em nome do "Movimento Historiadores pela Democracia". O referido artigo de Hebe Mattos se coloca em defesa do mandato da presidente afastada.

Mais uma vez seguindo o mote daqueles que presumem ter o conhecimento da verdade, o movimento do grupo de historiadores sofre com a desqualificação propalada pelos grandes veículos da mídia. O mais importante de todo esse quadro, é que o movimento se encontra cada vez mais fortalecido. Visto isso que após a Folha de São Paulo, publicar artigo que faz analogia ao movimento dos historiadores à formação de quadrilha, Hebe Mattos, uma das articuladoras do movimento, escreveu também na Folha de São Paulo do dia 26 de junho, uma réplica onde deixa claro os pressupostos do movimento, explicitando de modo sutil a visão distorcida do articulista.

Outras ações foram promovidas pelas redes sociais e vários outros artigos de outros historiadores que apoiam o movimento saíram em defesa das manifestações que vem sendo implementadas pelo país. Dia após dia, mais pessoas tem acesso às informações e se juntam ao movimento de defesa da democracia brasileira.

Esse campo de tensões constituem um objeto de análise do historiador. A nossa formação enquanto sociedade conferiu a história enquanto disciplina e como conhecimento escolar, um local secundário em nossa formação social. Tais práticas se colocam como limites no que diz respeito ao conhecimento sobre nossa formação, como por sua vez no reconhecimento profissional dos historiadores no Brasil.

As contradições enraizadas do Brasil trazem as marcas de permanências na realidade educacional e cultural de nosso País. Neste sentido, direitos ainda não plenamente efetivados como a universalização do ensino e a erradicação do analfabetismo, colocam-se como desafios à história imediata, instigando os historiadores em suas responsabilidades de protagonizar a escrita de uma história que promova a formação para a cidadania. Para muitos, todo esse conjunto é algo mínimo, aparentemente inócuo, por sua vez se coloca de modo importante para a sociedade.

Referências

ANPUH NACIONAL: Disponível em: https://umhistoriador.wordpress.com/2016/04/28/anpuh-manifesta-se-contra-a-votacao-do-impeachment-na-camara/. Acesso em: 26 jun. 2016.

BARRETO, A. H. L. **Memórias do Escrivão Isaías Caminha**. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000157.pdf. Acesso em: 20 de jun. 2016.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2002.

Blog: http://historiadorespelademocracia.tumblr.com/. Acesso em: 29 jun..

Blog: https://conversadehistoriadoras.com/. Acesso em: 28 jun. 2016.

CÂMERAFEDERAL: Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposiçoesWeb/fichadetramitacao?idProposição=559524.

CHAUVEAU, A., TETARD, Ph.(org). Questões para a história do presente. In: **Questões para a história do presente**. São Paulo: Edusc, 1999.

Facebook:https://www.facebook.com/groups/279791989029774/304469386562034/?notif_t=group_activity&notif_id=1467173559090551 (Grupo Historiadores pela Democracia).

ESTADÃO. Disponível em: http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,o-lugar-de-dilma-na-historia,10000056999. Acesso em: 14 de junho, as 09:00.

GASPARI, Elio. Disponível em: http://noblat.oglobo.globo.com/geral/noticia/2016/06/desobediencia-do-andar-de-cima.html. Acesso em: 26 jun. 2016.

HOBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História? Uma refl**exão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. hist. historiogr**. Ouro Preto. n. 15. ago. 2014. p. 27-50.

MAGNOLI, Demétrio. **Formação de quadrilha** - 25/06/2016 - Demetrio Magnoli - Colunistas... http://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http://www1.f... Acesso em 25 de junho.

MATOS, Hebe. **Homenagem do vício a virtude**. https://conversadehistoriadoras.wordpress.com/2016/04/10/homenagem-do-vicio-a-virtude/?iframe=true&preview=true. (Vários acessos –último em 29 de junho as 10:00.

SENADO FEDERAL: Regulamento da profissão de historiador. In: **www.senado.leg.br**. Acesso em: fev. 2016.

SCHMIDT, Benito B. O historiador entre o ofício e a profissão: desafios contemporâneos. In: **Revista História Hoje**, v. 2, n. 3. p. 285-301. 2013.

O POSICIONAMENTO DOS VEREADORES QUIXADAENSES FRENTE AO GOLPE DE 1964

Danilo Vieira Coelho
Tyrone Apollo Pontes Cândido

Resumo

O presente artigo analisa as articulações do poder legislativo da cidade de Quixadá-CE em relação ao golpe de 1964. Como fontes, foram utilizadas as atas da Câmara dos Vereadores do município entre os anos de 1964 e 1965, pois essas nos proporcionam uma leitura sobre a atuação dos políticos em face ao golpe civil-militar naquele período, bem como seus posicionamentos, atitudes, debates etc. Utilizou-se também uma entrevista realizada com José Lopes Filho, ex-vereador e presidente do legislativo quixadaense durante o golpe. Através da análise das fontes se notou que os vereadores da cidade, a maioria deles apoiadora do então prefeito José Okka Baquit demonstraram apoio ao movimento golpista que depós o presidente João Goulart e instalou uma ditadura no país. Diante disso, a pesquisa apresentou um caráter revelador, em virtude das poucas pesquisas historiográficas referentes a época em Quixadá.

Palavras-chave: Golpe de 1964. Ditadura. Vereadores. Quixadá.

Introdução

Os meses de março e abril do ano 1964 no Brasil levaram diferentes segmentos das camadas populares urbanas e rurais à participação política na exigência de direitos sociais, havendo, da parte do presidente João Goulart, um interesse na realização das chamadas Reformas de Base (CONCEIÇÃO, 2015, p. 13). No período, o país vivenciava um contexto político marcado por fortes tensões sociais, com radicalização tanto no campo da esquerda como no da direita. Diante disso, no dia 1º de abril de 1964, João Goulart foi deposto através de um golpe civil-militar que iniciou um extenso período marcado por autoritarismo, redução ou supressão de direitos constitucionais, repressão policial e um controle casuístico do processo político (COUTO, 1999, p. 41).

Para Delgado (2012, p. 177-178), tanto antes como depois do golpe, não foram poucas as iniciativas que visaram à desqualificação do presidente João Goulart e de sua trajetória na política. Seu curto mandato presidencial foi caracterizado por ampla efervescência social e instabilidade relacionada ao fato de que, ao se tornar o principal depositário da tradição trabalhista de Vargas, também herdou seus opositores. Além dessas questões, as forças oposicionistas não lhe davam trégua pela sua adoção e apoio a iniciativas destinadas à ampliação da cidadania social e à defesa dos interesses nacionais.

Havia na cidade de Quixadá, no Sertão Central do Ceará, um correspondente embate de forças políticas se dando no momento da implantação do Golpe de 1964. José Okka Baquit, prefeito eleito em 1962 pelo Partido Trabalhista

Brasileiro[14] (PTB), liderava então a ascensão de uma nova composição de forças políticas que, por suas características próprias, não estariam diretamente alinhadas ao novo regime (PARENTE, 2013, p. 75).

Quixadá passava por significativo progresso econômico, principalmente, em decorrência do crescimento na produção do algodão, o que contribuiu para o surgimento de uma série de empresas comerciais e industriais entre as décadas de 1950 e 1960, beneficiadas pela política desenvolvimentista de Juscelino Kubistchek (JK). Isso pode ser notado pelo fato de que, durante a gestão JK (1956-1961), o "país modernizara-se, suscitando um processo de grande mobilidade social e geográfica" (REIS, 2013, p. 75).

A família Baquit constituía um dos grupos de empresários que mais prosperaram no município nesse período, tendo como base, a indústria algodoeira. A partir das atividades do imigrante árabe Abraão Baquit, a família se instalou em Quixadá em 1925, onde abriu, no ano seguinte, uma loja de tecidos. Em 1946, Abraão Baquit adquiriu uma velha fábrica de derivados de algodão e começou o processo de acumulação de capital e investimento da família no setor agroindustrial (COSTA, 2008, p. 29). Convém destacar que José Baquit, filho do empreendedor imigrante e prefeito da cidade a partir de 1963, gozava de grande popularidade perante a classe operária local, chegando a ter proximidade com os movimentos de esquerda. Devido a isso, no momento de eclosão do golpe de Estado que depôs João Goulart, suas ações passaram a ser acompanhadas de perto pelas forças

14 Apesar de ter sido eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), José Baquit foi apoiado, na época, pela *União pelo Ceará*, uma coligação que incluía outros três partidos, sendo eles o Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Nacional (PTN) e a União Democrática Nacional (UDN).

militares ascendestes. Foram realizadas investigações por parte do comandante da 10ª Região Militar acerca de seu governo, visando identificar se seus ideais administrativos não se relacionavam com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) ou outras organizações, como as Ligas Camponesas (BURITI, 2004, p. 25). Após alguns procedimentos investigativos, o que gerou, inclusive, uma expectativa de prisão do então prefeito, atestou-se por sua inocência, garantindo a continuidade de seu mandato até 1967.

Perante essas questões, o presente artigo visa discutir sobre a articulação dos representantes políticos de Quixadá em relação ao golpe de 1964, em especial, os vereadores, analisando como esses sujeitos lidaram com os primeiros momentos do novo regime. Utilizaremos, como base, as atas presentes na Câmara dos Vereadores de Quixadá entre os anos de 1964 e 1965 e uma entrevista com o então presidente do legislativo quixadaense, constatando que essa documentação se apresenta como fonte valiosa para a percepção do cenário político-partidário quixadaense.

Os vereadores de Quixadá perante o golpe de 1964

No momento de instalação da ditadura em 1964, a Câmara dos Vereadores de Quixadá era composta por dezesseis vereadores. De acordo com o jornal local *Tribuna de Quixadá*:

> Os novos representantes do povo, em número de 16, são os seguintes. União pelo Ceará - Eugênio Freire Moreira, Otacílio Rodrigues de Oliveira, João Vidal Sobrinho e Raimundo Mesquita Aires; PTB – Paulo Holanda Pinto,

> Raimundo Nobre de Lima, Manoel Carneiro de Figueiredo, José Lopes Filho e Francisco de Assis Nunes; PSP, – Adalberto Calixto, Tácito Fernandes de Queiroz e Francisco Enéas de Lima; PRT, – Agenor de Queiroz Magalhães, Geraldo Alves da Cunha e Francisco Pereira Nunes; PST Fernando Freire de Holanda.[15]

A maior parte desses vereadores apoiava o então prefeito José Baquit, como coloca o ex-vereador José Lopes Filho que era presidente do legislativo quixadaense nesse período:

> Nessa época a maioria apoiava. O José Baquit se candidatou-se e foi eleito e tinha a maioria dos vereadores na Câmara. E inclusive eu fui eleito em 1962 e assumi em 1963. Nessa época, eu assumi a presidência da Câmara. O mandato era num ano, mas devido a Revolução de 1964 os vereadores todos combinaram pra continuar. Num iria mexer com a eleição, aí passei 1963 e 1964 sendo presidente.[16]

É importante destacar que o apoio concedido a José Baquit pelos vereadores atuantes no ano de 1964 se estendera no pós-golpe. Isso pode ser percebido através dos discursos, por vezes, "lisonjeiros" em torno da administração do então prefeito os quais encontramos nas muitas atas analisadas das reuniões do legislativo quixadaense. Convém ressaltar também que mesmo que José Baquit por pouco não tenha tido seu mandato cassado em 1964, devido a sua proximidade com os movimentos esquerdistas, nota-

15 *Tribuna de Quixadá,* Quixadá, CE, 13 de abril de 1963, p. 06.

16 Entrevista com José Lopes Filho, realizada em 09/09/2015, em Quixadá.

mos a utilização de discursos enaltecedores pelos vereadores quixadaenses no que se refere ao novo regime instalado, ao menos para o fortalecimento de interesses políticos e econômicos de seus grupos. Temos de levar em conta que eles representavam parte da elite econômica local, ou seja, constituíam profissionais liberais, comerciantes, proprietários de terra etc., condição que os aproximavam de outros extratos das elites políticas em âmbito estadual e nacional.

Como sobredito, os discursos de "adesão" de uma parcela dos vereadores quixadaenses à ditadura devem ser encarados não somente como demonstração de apoio ao novo regime, mas, sobretudo como uma forma de manutenção de posições de mando dentro contexto político-social da cidade. Afinal de contas, eles não se caracterizam somente como sujeitos subservientes às lideranças militares e a outros setores golpistas, mas também eram homens de poder, que tomavam suas decisões de acordo com as circunstâncias momentâneas e locais que lhes convinham. Compreendemos que seus discursos estão entrelaçados por determinados graus de controle e seleção, visto que a produção do discurso é controlada, selecionada e distribuída por certo número de procedimentos que têm por objetivo conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT *apud* BARROS, p. 143).

Foucault ainda nos revela que o discurso não representaria somente:

> [...] aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos en-

> sinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar (FOUCAULT, 2007, p. 9-10).

Diante dessas questões, constatamos, através das análises dos discursos dos vereadores quixadaenses, uma série de demonstrações de alinhamento aos militares em 1964, como indica a ata da sessão do dia 6 de abril desse mesmo ano:

> (01) Facultada a palavra fez uso o V. Raimundo Nobre que pediu para passar telegrama de congratulações ao Congresso Nacional e as forças armadas. O vereador Agenor Magalhães aparteou em que pediu que o telegrama fosse tipo M 4 para que fosse extensivo ao governador Virgílio Távora e ao comandante da décima 10º Região Militar. Continuando falou o vereador Eugênio Moreira que falou sobre os momentos nacionais, e que com seu espírito altamente democrático pediu constar uma moção de apoio e solidariedade as forças armadas e aos líderes da democracia; e que se fizesse comunicar por telegrama os senhores Generais: Olímpio Mourão Filho... [...] Justino Bastos, Artur Costa e Humberto Castelo Branco, a Câmara e o Senado e aos senhores Governadores Magalhães Pinto, Ademar de Barros, Carlos Lacerda, Ildo Meneguede e Nei Braga. Terminado afirmou: são estes os esteios da resistência da constituição e da Democracia Nacional.[17]

17 Ata da Câmara Municipal de Quixadá. Sessão realizada no dia 06/04/1964.

A citação elucida a exaltação dos vereadores a sujeitos que, de maneira direta ou indireta, foram fundamentais para que o golpe se concretizasse no dia primeiro de abril de 1964. Demonstra também a referência acerca dos generais militares e seus aliados civis como verdadeiros 'salvadores' da pátria ou os chamados "líderes da democracia". Esse comportamento demonstra que os vereadores de Quixadá encararam com entusiasmo o desfecho do golpe, visto que, passados poucos dias depois desse evento, seus discursos já se identificavam com os anseios do novo regime instaurado. Salientemos que a questão democrática representou uma marca registrada dos militares em 1964, que preocuparam-se com sua legitimidade.

Marcelo Ridenti argumenta sobre esse tipo de preocupação com relação à legitimidade do novo regime, quando afirma que: "O golpe foi dado em nome da democracia supostamente ameaçada. O regime instalado jamais se assumiu como ditadura, no máximo como democracia relativa" (RIDENTI, 2014, p. 30). Dessa forma,

> a busca de legitimidade pela ditadura mantinha o princípio de autoridade assentado em relações privadas, o que não o impedia de insistir em que o movimento de 1964 estava estabelecendo uma relação de autoridade que se pautava na democracia com responsabilidade, a qual necessitava ser tutelada pelos militares que se auto definiam como os únicos portadores dos requisitos para exercer essa tutela (REZENDE, 2013, p. 96).

Nas muitas atas examinadas do legislativo quixadaense, notamos diversos discursos dos vereadores comungando com os ideais propostos pelos governantes militares, ao menos para atender seus interesses políticos, mostrando, assim, uma conjuntura político-governamental quixadaense "de acordo" com os preceitos do novo regime, sem apresentar discordâncias entre os vereadores atuantes no período. Temos de levar em conta que, por trás dessas visões enaltecedoras em torno dos governos militares, estão atrelados os interesses individuais desses representantes, pois, dentro do cenário ditatorial no qual o país se encontrava, ir à contramão dos intentos do regime poderia resultar em constrangimentos ou mesmo situações de aberta repressão ou perseguições. Sobre essa questão, aqueles vereadores não tinham, em seu tempo, plena clareza, mas o histórico político da República Brasileira oferecia diversos exemplos.

Diante disso, os inúmeros discursos sintonizados com a ditadura por parte de uma parcela do corpo político quixadaense evidenciam que ela vislumbrou, naquele novo cenário, uma forma de expansão para suas aspirações políticas. Além disso, a ausência de discursos contrariando o regime poderia mesmo estar associada ao temor de represálias e perseguições políticas, visto que, logo depois do golpe, iniciou-se uma sistemática perseguição aos membros opositores a nova forma de governo.

É oportuno ressaltar que, muitas vezes, quando as discussões giravam em torno dos governos militares, os discursos dos vereadores davam-se de forma "lisonjeira", de modo que a fala de um se apresentava como complemento da do outro, sem mostrar grandes divergências. Convém realçar, também, que os militares, por intermédio de discursos e

práticas subjugadoras dos movimentos populares ou sociais, nomeando-os como subversivos, foram obtendo um terreno propício para o incremento de seus projetos desenvolvimentistas, principalmente, pelas classes conservadoras que almejavam sua ascensão econômico-financeira. A partir disso, os militares brasileiros e seus aliados civis implementaram uma modernização conservadora que causou mudanças em vários setores do país. Com efeito, essas transformações apenas mantiveram os mesmos pilares tradicionais da ordem social que exclui, em sua maioria, os segmentos populares.

Através do bloqueio das Reformas de Base, que mais interessavam aos movimentos sociais e não às classes burguesas, o regime passou a disseminar ideais ligados à ordem e à paz, a partir de um projeto modernizador, buscando influenciar a população a colaborar com tais propósitos. Nos discursos dos vereadores de Quixadá, as palavras "paz" e "tranquilidade", que aliás foram, de certo modo, impostas pelos militares, estão presentes com frequência em suas falas logo após o golpe de 1964. Isso pode ser notado na ata da sessão do dia trinta e um de março de 1965:

> (02) [...] O senhor presidente facultou a palavra aos senhores vereadores. Com a palavra o vereador Raimundo Mesquita Aires que fez um pronunciamento a casa em relação o primeiro aniversário da revolução surgida em 31 de março de 1964 a 31 de março de 1965 homenageando a gloriosa forças armadas em ter cobrado o retorno da democracia paz e tranquilidade em nosso pais como também uma saudação toda especial o general Justino Alves comandante naquela época do quarto

> exército sediado em Recife como também o general Mourão Filho e outros comandantes de várias regiões que foram uns baluartes em defesa da democracia.[18]

Através dessa ata, podemos perceber a referência ao golpe como um movimento que recolocou o país nos rumos da democracia, pois "no imaginário da 'revolução de 1964', os temas da liberdade e da democracia ocupavam lugar importante, opondo obstáculos aos que desejavam estabelecer um regime ditatorial puro" (MOTTA, 2014, p. 52). De acordo com Rezende (2013, p. 106),

> os condutores do regime empenhavam-se em construir um processo de adesão à ditadura através de um pretenso ideário de democracia em que se extinguia da democracia seu caráter representativo, o papel dos diversos agentes sociais no sistema político, a aceitação das medidas legislativas e a competição pela liderança na política como fundamento do método democrático.

Além dessas questões, o trecho da ata, citada anteriormente, faz menção ao aniversário da 'revolução de 64', em que, a cada 31 de março, os periódicos publicavam editoriais, manifestos e notas de celebração e comemoração do evento que teria "livrado" o Brasil do comunismo, da subversão e da corrupção, da mesma forma que condenavam a luta armada das esquerdas, tidas como terroristas (FARIAS, 2008, p. 42). Portanto:

18 Ata da Câmara Municipal de Quixadá. Sessão realizada no dia 31/03/1965.

> No poder e enquanto durou a Ditadura, as direitas cultivaram a memória de que 1964 acontecera como uma intervenção "salvadora em defesa da democracia e da civilização" contra o "comunismo ateu, a baderna e a corrupção". A cada 31 de março, desfiles militares eram organizados para saudar a "gloriosa Revolução libertadora do povo brasileiro", enquanto os jornais publicavam editoriais ou matérias pagas por entidades institucionais e empresariais exaltando o Regime. Nas escolas, crianças e jovens eram formados na "moral e civismo", aprendendo uma história sem conflitos e antagonismos e de grandes vultos e feitos fantásticos para a Pátria, feitos idênticos aos acontecidos em 1964, quando "bons brasileiros" evitaram o "pior" e livraram o País de "pessoas más"... (FARIAS, 2008, p. 76).

Uma outra questão a ser pontuada foi a de que encontramos, na documentação presente na Câmara de Quixadá, discursos não somente dos vereadores, mas do vice-prefeito da cidade destacando benefícios trazidos pela 'revolução de 1964'. Podemos perceber isso na ata da sessão do dia 24 de março de 1965:

> (03) Com a palavra o senhor Vice – Prefeito em que saudou aos senhores Presidente e Vice – Presidente recentemente eleitos e os demais vereadores, continuando disse; na qualidade de quixadaense sinto-me orgulhoso por assistir a uma eleição dessa legislatura e que antes nunca vira tanta democracia, disse ser a primeira vez em que recebera convite especial desta casa para assistir uma eleição de seu

> legislativo, **continuando falou sobre a revolução que tantos benefícios trouxera a esta nação e ao bem comum do povo brasileiro expurgando a Subversão que vinha contagiando as massas proletária o espírito filantrópico e social deste querido povo**.[19]

Nessa citação, constatamos que o vice-prefeito do município, na época, o senhor Luiz Chaga Moreno, faz alusão à 'revolução', destacando seus anseios e convicções como se fossem as mesmas compartilhadas pelo povo brasileiro e, porque não dizer, pelo povo quixadaense. Isso representa um problema histórico entranhado na política brasileira ou, até mesmo, mundial, no qual muitos políticos se denotam como verdadeiros representantes do povo no momento em que a situação privilegia seus interesses políticos ou particulares. A fala do vice-prefeito também exprime um pouco da realidade brasileira no ano de 1964, na qual se tinha um contexto político e social de grande exaltação contra o comunismo por parte de diversos segmentos da sociedade, principalmente, pelas forças militares. Para Aquino (2004, p. 58),

> Desde a década de 30 os militares brasileiros são dotados de um anticomunismo ferrenho. Esse sentimento foi sedimentado, principalmente, por uma frustrada tentativa de derrubada do poder do regime autoritário getulista, em 1935, fenômeno que ficou conhecido em nossa historiografia com o pejorativo nome – uma construção da memória histórica do vencedor – de Intentona Comunista.

19 Ata da Câmara Municipal de Quixadá. Sessão realizada no dia 24/03/1965. Grifos nossos.

Durante décadas, o comunismo foi colocado como uma ameaça aos valores estabelecidos. A propaganda anticomunista sempre esteve presente em diversos órgãos e entidades sociais e governamentais, veiculando, continuamente, um imaginário político sobre o PCB como inimigo da sociedade brasileira (ASSUNÇÃO, 2009, p. 2008). Diante disso, na visão de muitos militares e setores conservadores da sociedade, o comunismo representava um mal para as instituições fundamentais – a família e a propriedade – e para um dos seus princípios básicos – a religião cristã (MONTENEGRO, 2010, p 155). Esse pensamento influenciou alguns políticos na cidade, adquirindo maior proporção por ocasião do golpe de 1964.

Destaquemos que, nas várias atas analisadas, o que ocorreu para os vereadores de Quixadá teria sido uma revolução e não um golpe. Alguns autores da historiografia brasileira, como é o caso de Toledo (2004, p. 36), discordam desse ponto de vista afirmando que este acontecimento representou um verdadeiro golpe contra as reformas sociais e políticas. Para o autor,

> No início dos anos de 1960, os impasses do capitalismo brasileiro impunham ao Estado Brasileiro a realização de um conjunto de reformas sociais, econômicas e institucionais. O governo Goulart representou, de um lado, a tentativa de fazer avançar a economia para um novo patamar do capitalismo brasileiro e, de outro, procura de soluções para os graves conflitos e tensões sociais que se agudizaram a partir do período desenvolvimentista. Tais reformas, contudo, constituíram-se em simples bandeiras políticas; na verdade, seja

> pela negativa do Congresso, majoritariamente conservador e antirreformista, seja pela incompetência política do Executivo, nunca conseguiram elas ser implementadas. Como se mostrou, no momento em que passou a demonstrar maior determinação na aprovação das reformas, o governo teve seu caminho barrado pelo golpe de Estado (TOLEDO, 2014, p. 54).

As possibilidades da realização dessas reformas levaram os movimentos sociais a grandes debates e ações, sendo beneficiados pela liberdade de expressão concedida pelo governo de João Goulart. Diante disso, o temor de que os setores esquerdistas se radicalizassem mais impulsionou as esferas conservadoras a interromperem aquilo que achavam ser um regime comunista ou uma revolução da esquerda que, para elas, já estava em curso. Essa visão influenciou, de certa maneira, os discursos do corpo político quixadaense, em particular, dos vereadores que, como partícipes desse processo, buscaram dar legitimidade e apoio ao movimento pelo golpe de 1964.

Considerações finais

Através dessa breve análise de documentação presente na Câmara dos Vereadores do município de Quixadá-CE, percebemos que, através das mensagens de congratulações e apoio ao Congresso Nacional e às forças armadas, os representantes políticos locais, boa parte deles alinhados ao então prefeito José Okka Baquit, demonstraram sua adesão à nova ordem instaurada com o golpe de 1964.

Além disso, os vereadores quixadaenses, ao proporem suas moções de apoio, congratulações e homenagens às efemérides do novo regime, agiam no sentido de preservar cargos representativos e manter seus interesses políticos e particulares. Convém salientar que a ausência de discursos contraditando o regime militar pode ser visto como uma maneira de se evitar possíveis complicações com os setores militares que, inclusive, chegaram a ameaçar, com suas investigações, o prefeito atuante no período. Assim, percebemos, com isso, uma dinâmica política alterada em Quixadá diante do golpe de 1964, entendendo que a política local, mesmo autônoma, em certa medida, teve sua dinâmica organizacional modificada com a instauração do novo regime no país.

Referências

ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. Imagens da subversão: polícia política, imprensa e imaginário anticomunista. *In*: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas políticas na história:** novos estudos. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009. p. 207- 227.

AQUINO, Maria Aparecida. Estado autoritário brasileiro pós-64: conceituação, abordagem historiográfica, ambiguidades, especificidades. *In*: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004.

BARROS, José D 'Assunção**. O campo da história:** Especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BURITI, Erivânia Pereira. **Práticas políticas do sindicalismo rural em Quixadá na Ditadura Militar.** Monografia de especialização. UECE/ FECLESC, 2004.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura**: Brasil: 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CONCEIÇÃO, Flávio da. **Práticas políticas e o "movimento dos sargentos" na base aérea de Fortaleza (1962 – 2002).** Dissertação (Mestrado em História e Culturas). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

COSTA, João Eudes. **Ruas que contam a história de Quixadá**. Fortaleza: ABC Editora, 2008.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O governo João Goulart e o golpe de 1964: da construção do esquecimento as interações acadêmicas. **Revista Grafia,** v. 9 - enero-diciembre - p. 175-191, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2007.

FARIAS, Airton de. **Além das armas:** guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-1972). Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, metodologia, memória.** São Paulo: Contexto, 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. *In*: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: cinquenta anos depois. Bauru, SP: Edusc, 2014. p. 48-65.

PARENTE, Francisco Josênio Camelo. **A fé e a razão na sociedade:** a participação política em foco. Fortaleza: EDUECE, 2013.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984. Londrina: Eduel, 2013.

REIS, Daniel Aarão (Coordenação). **Modernização, ditadura e democracia (1964 – 2010)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

_____. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional – estatista. *In:* REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: cinquenta anos depois. Bauru, SP: Edusc, 2014. p. 11-29.

RIDENTI, Marcelo. As oposições a ditadura: resistência e integração. *In*: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: cinquenta anos depois. Bauru, SP: Edusc, 2014. p. 30-47.

TOLEDO, Caio Navarro de (Org.) **1964**: visões e críticas do golpe: democracias e reformas no populismo. Campinas, SP: Unicamp, 2014.

_____.1964: a democracia golpeada. *In*: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 36-40.

"VITAMINA C DA IGREJA": CONCÍLIO VATICANO II E A REFORMA LITÚRGICA NA DIOCESE DE LIMOEIRO DO NORTE (1962-1967)

Olívia Bruna de Lima Nunes
José Olivenor Souza Chaves
Sander Cruz Castelo

Resumo

Realizado entre os anos de 1962 e 1965, o Concílio Vaticano II, de maneira ampla, pode ser definido como um projeto progressista baseado no desejo de fazer com que a Igreja desse alguma contribuição à solução dos problemas enfrentados pela sociedade na época. Tal proposta de renovação teve como base uma série de documentos oficiais, dentre eles, a Constituição Dogmática *Sacrosantum Concilium* a qual tratava da Reforma Litúrgica, implicando na modificação dos aspectos mais visíveis da Igreja, notadamente, as celebrações e o modo de relacionamento entre os sacerdotes e os fiéis. Neste sentido, o presente artigo investiga o processo pelo qual passou a Igreja de Limoeiro do Norte, cidade situada no interior do Ceará, a fim de se adequar às medidas conciliares relativas às celebrações, bem como os sentidos que os fiéis atribuíram ao conjunto de mudanças que se processaram. As fontes utilizadas para a pesquisa

foram entrevistas semiestruturadas e documentação salvaguardada no arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte, por meio das quais se verificou a validade do Programa *A Diocese Informa* na atualização do Clero da referida Diocese. Concluiu-se que as novas práticas da Igreja exigiram a atualização dos religiosos e provocaram reações variadas entre os fiéis, sendo apropriadas seletivamente.

Palavras-chave: Concílio Vaticano II. Reforma Litúrgica. Limoeiro do Norte.

Introdução

A Igreja Católica, como qualquer outra instituição, não é estática, nem imune às transformações que vão sendo gestadas ao longo do processo histórico. No curso do movimento que tem marcado as modificações no âmbito da referida Igreja, conforme nos apresenta Aparecido (2008), os pontífices e a Cúria Romana, de maneira geral, têm uma importância fundamental.

Tal aspecto pode ser evidenciado pela postura tomada pelo papa Pio XII, que, apesar de ter cometido algumas posturas autoritárias em seu pontificado[20], proclamou, em 1947, a primeira grande encíclica que tratava da liturgia.

A referida encíclica, *Mediator Dei*, "Mediadora entre Deus e os homens", juntamente com os movimentos de renovação litúrgica, em curso na Europa centro-ocidental, desde a década de 1930, contribuíram com os novos rumos tomados pela igreja do século XX, conforme nos revela Souza (2005, p. 5) no trecho seguinte:

20 Tais medidas foram: a rejeição das teorias evolucionistas, historicistas e existencialistas, além da censura a teólogos e padres.

> [...] dentro do processo histórico que foi sendo gestado, vão sendo colocados os pilares do diálogo com a modernidade. Esse diálogo terá seu evento maior no Vaticano II, Concílio da modernidade, o qual teve a arte de reconciliar a Igreja católica com o mundo moderno.

O maior responsável por conduzir este processo em construção foi Ângelo Giuseppe Roncalli, o Papa João XXIII (1958-1963), eleito no conclave de 1958, após o falecimento de Pio XII. No ano seguinte, em janeiro de 1959, três meses após a sua eleição, o novo pontífice surpreende a todos ao convocar a Igreja para a realização de mais um Concílio, buscando, dessa maneira, traçar um novo perfil de igreja.

O Concílio Vaticano II[21], de maneira ampla, pode ser definido como tendo sido uma grande assembleia que reuniu representantes católicos de todos os países com o intuito de promover uma renovação na igreja que a aproximasse do povo.

De acordo com a bibliografia consultada, tratou-se, portanto, de uma proposta de *aggiornamento*, ou seja, a promoção da atualização da Igreja, de modo a tornar o cristianismo mais atuante, engajado na sociedade, entre "o povo de Deus". Tratava-se, pois, de uma reforma que pretendia ampliar os horizontes institucionais, distanciando-a da tradição clerical e aproximando-a dos seguimentos cristãos não clérigos, também chamados de "leigos".

Oficializado em 25 de dezembro de 1961, com a carta Constituição Apostólica *Humanal Salutis*, e iniciado em 11 de outubro de 1962, o Concílio Vaticano II produziu uma sé-

21 O evento ocorreu em quatro sessões, uma a cada outono europeu (estação que se estende do dia 23 de setembro a 21 de dezembro), entre os anos de 1962 a 1965, as quais resultaram em 16 textos, sendo 04 Constituições Dogmáticas, 09 decretos e 03 declarações, além de mensagens ao povo pobre.

rie de documentos que reorientavam a atuação da Igreja Católica frente à sociedade. Dentre estes, deve ser destacado a Constituição Dogmática *Sacrosantum Concilium,* o primeiro documento aprovado e publicado, o qual tratava dos aspectos mais visíveis da Igreja, notadamente, as celebrações e o modo de relacionamento entre os sacerdotes e os fiéis.

Conforme Tosta (1997), a referida Constituição aborda a Reforma Litúrgica que, dentre outras medidas, instituiu a celebração da Missa na língua vernácula (idioma nacional), posicionou o padre no altar de modo que o mesmo ficasse de frente para os fiéis, permitiu a participação dos leigos na celebração, inclusive, durante a distribuição das hóstias e liberou os sacerdotes da obrigatoriedade de vestir, no seu dia a dia, apenas a batina preta. Foram, portanto, medidas que interferiram diretamente na celebração da missa, o momento privilegiado da instituição, o veículo difusor de sua doutrina e seus princípios perante a assembleia reunida.

Ecos do Vaticano II em Limoeiro do Norte

O período Pré-Vaticano II mostrou-se de grande importância para aquilo que, posteriormente, veio a ser discutido no Concílio. Foi exatamente nesse contexto que o desejo por mudanças começou a ser observado, ou, como bem nos relatou Monsenhor João Olímpio:

> (01) O Concílio num desceu do céu, de repente não. As reformas que aconteceram, tiveram, assim, o seu ponto alto no Concílio, mas, já vinham acontecendo, assim, antes, já no fim do século XIX, começo do século XX, com os

> movimentos, né?! Um dos movimentos reformadores da Igreja foi o movimento litúrgico, o catequético, o apostolado leigo, movimento ecumênico, movimento bíblico. O Espírito Santo foi trazendo vitamina C para Igreja, que tava se acabando, que de vez em quando, quando tá faltando uma vitamina, ele coloca, né?! Então, o movimento litúrgico, ele teve os seus expoentes lá na Bélgica, na França[22].

Como bem ressaltou o sacerdote, as inquietações que alimentaram as discussões nas Assembleias do Concílio foram gestadas no período que o antecedeu. Estas inquietações, em grande medida, eram norteadas pelas ideias do movimento litúrgico em desenvolvimento na França, desde o século XIX, muito embora se restringisse aos mosteiros e centros de espiritualidade, emergindo, no fim da Segunda Guerra Mundial, até chegar às paróquias.

Tendo Pio XII falecido em 1958, o processo que estava em construção foi levado adiante sob a direção de Ângelo Giuseppe Roncalli, o João XXIII (1958-1963), eleito Papa no mesmo ano, quando contava com 77 anos.

No ano seguinte, em janeiro de 1959 convoca o Concílio Vaticano II. Na sessão pública de abertura, o papa reafirmou em seu discurso, *Gaudet Mater Ecclesia*, que o objetivo do Concílio era promover a aproximação entre as pessoas e o sagrado, considerando as transformações sociais, bem como mostrar o valor da doutrina da Igreja e estabelecer a unidade almejada por Cristo.

22 Monsenhor João Olímpio Castelo Branco, 75 anos, nos concedeu concedida em 19 de janeiro de 2014.

Norteada por esses princípios, a primeira sessão do Concílio Vaticano II, realizada entre 11 de outubro de 1962 e 08 de dezembro de 1962, foi palco das discussões acerca dos esquemas[23] elaborados para a Liturgia, discussões estas, retomadas na segunda sessão, iniciada em 29 de setembro de 1963, agora sob a coordenação do papa Paulo VI[24].

Em decorrência disso, no dia 22 de novembro de 1963, foi aprovada e proclamada a Constituição *Sacrossantum Concilium*, a ser estudada pelos cristãos, especialmente, os sacerdotes, a fim de preparar o espírito para quando seus preceitos entrassem em vigor, facilitando o entendimento das mudanças estabelecidas pelo Concílio Vaticano II, bem como tornar compreensível o valor e a significação da Sagrada Liturgia.

Nesse sentido, merece destaque o papel do Secretariado Diocesano de Pastoral Litúrgica, no qual, dentre a documentação divulgada e esclarecida, encontra-se o *Motu Proprio- Sacram liturgiam,* apresentado à comunidade diocesana de Limoeiro do Norte por meio do Programa Radiofônico *A Diocese Informa,* transmitido pela Rádio Educadora Jaguaribana, que, na época, compunha o patrimônio material da Diocese de Limoeiro do Norte. A este respeito, encontramos, na Comunicação Radiofônica nº 3, cujo trecho está transcrito a seguir, a anunciação de que um dos decretos do documento em questão havia sido colocado em um período de não aplicação, sendo, portanto, suspensa a sua entrada em vigor a partir do dia 16 de fevereiro de 1964:

23 Textos elaborados pelas comissões preparatórias para serem submetidos à aprovação do Concílio Vaticano II.

24 Após a morte de João XXII, em 3 de junho de 1963, realizou-se o conclave que elegeu como novo Papa o então Arcebispo de Milão, Giovanni Battista Montini, nomeado de Paulo VI, em 21 de junho de 1963.

> (03) Por ocasião do encerramento da segunda fase do Concílio do Vaticano Segundo, a 4 de dezembro de 1963, o secretário geral, Mons. Péricle Félici, anunciou que o soberano Pontífice faria conhecer, em documento especial, antes do dia 16 de fevereiro, detalhes práticos da aplicação da Constituição da Sagrada Liturgia. Até esse dia, haveria um período de não aplicação da lei. Esperava-se, por outro lado, que, nesse documento, o Santo Padre determinaria a aplicação da Constituição no que se refere ao uso da língua vernácula na Missa e nos Sacramentos. [...] Fica assim esclarecido que os sacramentos deverão continuar a celebração da Santa Missa toda, em latim, até que sejam aprovadas novas determinações da Santa Sé[25].

Para além dos esclarecimentos, o Secretariado Diocesano de Pastoral Litúrgica assumiu o compromisso de assistir aos párocos da Diocese de Limoeiro do Norte quanto ao fornecimento de material de estudo, conforme trecho de comunicação radiofônica:

> (04) [...] Neumann Conrado, Elenira Freitas, Nôsinha Conrado e Marillac Saraiva. Essas supervisoras do MEB[26] atenderão também aos Srs. Padres no fornecimento do material informativo, que já dispomos, bem como de livros sobre liturgia, Arte Sacra, nos horários da manhã e da tarde. 2- Está sendo distribuí-

25 Trecho extraído da Comunicação Radiofônica nº 3 do Programa A Diocese Informa, que foi ao ar no dia 31 de janeiro de 1964 pela Radio Educadora Jaguaribana, Limoeiro do Norte. Documento salvaguardado no Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte - ADLN.

26 Movimento de Educação de Base.

> do com todos os padres da Diocese, do Clero secular, o texto integral do *Motu Próprio*, *Sacram Liturgiam* do Santo Padre Paulo Sexto sobre as prescrições da Sagrada Liturgia que entrarão em vigor, no próximo dia 16 de fevereiro, 1º Domingo da Quaresma. 3- A partir de hoje será enviado aos Srs. Vigários e a seus coadjutores uma publicação de 8 páginas, mimeografadas, contendo sugestões para a celebração da Semana Santa[27].

Com base no fragmento acima transcrito, inferimos que o Secretariado Diocesano foi fundamental para o processo de atualização e implantação das diretrizes que haviam sido estabelecidas pela autoridade máxima da Igreja, o Papa Paulo VI. Para tanto, recorreu à reprodução e distribuição de material destinado aos sacerdotes, deixando-os a par daquilo que a Igreja, em sua instância superior, havia estabelecido, conforme padre Falcão enfatiza ao dirigir-se ao setor de Liturgia do Secretariado Regional do Nordeste:

> (05) O Secretariado irá distribuir com todos os padres o texto, em português, edição das Vozes, da Constituição da Sagrada Liturgia. Logo que os padres disponham dêste texto, iremos fazer um comentário de cada artigo da Constituição através da Rádio[28].

As comunicações radiofônicas do Programa *A Diocese Informa* consistiram, pois, num espaço de grande signifi-

27 Trecho extraído da Comunicação Radiofônica nº 6 do Programa A Diocese Informa, que foi ao ar no dia 05 de fevereiro de 1964 pela Radio Educadora Jaguaribana, Limoeiro do Norte-CE. Documento salvaguardado no Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte - ADLN.

28 Trecho extraído da correspondência assinada por Padre Falcão, destinada ao Secretariado Regional do Nordeste, Setor de Liturgia, Limoeiro do Norte, 06 de fevereiro de 1964.

cância, visto que era responsável pela difusão das mensagens conciliares. A publicação dessas notícias por meio do rádio, veículo de comunicação de grande alcance, mostrou-se primordial no processo de difusão da informação para o Clero diocesano.

"Na língua do povo, de frente para o povo": a Missa no contexto da Reforma Litúrgica

A Constituição *Sacrosanctum Concilium* previa, sobretudo, "a adaptação do culto da Igreja às realidades locais [...], o emprego de línguas vernáculas (desobrigação do uso do Latim); a concelebração [...]; a mudança de posição no altar (o que recolocava o celebrante de frente para o fiel)" (CNBB, 1989 *apud* TOSTA, 1997, p. 81/82). O documento destacava, ainda, que:

> dado, porém, que não raramente o uso da língua vulgar pode revestir-se de grande utilidade para o povo, quer na administração dos sacramentos, quer em outras partes da Liturgia, poderá conceder-se à língua vernácula lugar mais amplo, especialmente nas leituras e admonições, em algumas orações e cantos, segundo as normas estabelecidas para cada caso nos capítulos seguintes[29].

Tosta (1997) avalia que o fato da liturgia ter sido o primeiro alvo da aplicação das mudanças provenientes da assembleia deu-se em decorrência da centralidade deste ritual para a Igreja Católica, visto que a missa corresponde a

29 Art. 36 § 2 da Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium* sobre a sagrada liturgia, p. 11

um momento privilegiado da instituição, o veículo difusor de sua doutrina e seus princípios. A Constituição de Sagrada Liturgia, ao estabelecer a Reforma Litúrgica, reorienta o aspecto mais visível da Igreja, suspendendo princípios até então dominantes, como era o caso da centralidade do celebrante, que se mantinha distante dos fiéis.

Sobre isso, Dom Aureliano Matos registrou em sua sexta Carta Pastoral como sendo um desafio "apresentar a Boa Nova de um modo diferente, numa linguagem acessível ao homem de hoje...; [conscientizar os leigos de que] não são apenas ouvintes da palavra de Deus, mas portadores e também executores dessa palavra" (MATOS, 1965, p. 8 *apud* FREIRE, 2010, p. 113).

Vale ressaltar que, não obstante o Concílio tenha provocado "uma verdadeira revolução cultural na Igreja Católica"[30], não foi um movimento que rompeu completamente com os arraigados hábitos condicionados pelos séculos de tradição, afinal de contas, "500 anos não se muda em 50", como bem salientou Monsenhor João Olímpio[31].

Andrade (2004, p.58), ao se referir à Limoeiro do Norte, destaca que os "sacerdotes, tomados pelo entusiasmo desencadeado pelo projeto de uma Igreja renovada, passaram, gradativamente, a implantar as mudanças. Iniciava-se, portanto, a construção de um modelo de Igreja oposto à Igreja Clerical romanizada".

30 Trecho da entrevista concedida pelo Monsenhor João Olímpio Castelo Branco, realizada em 19 de março de 2014.

31 João Olímpio Castelo Branco, nascido em 09 de julho de 1938, e ordenado Presbítero no ano de 1963, assumira a Paróquia de Limoeiro do Norte nos períodos de 1970 a 1989 e 1991 a 2009 (BRANCO, 1997). Atualmente é o pároco da Paróquia Sagrado Coração de Jesus, distrito de Flores, município de Russas. Entrevista concedida em 19 de Março de 2014.

As decisões emanadas do Concílio foram sentidas com maior intensidade a partir de 1966, em razão de dois dos principais representantes da Igreja local terem saído de cena. O primeiro, Monsenhor Otávio, no ano de 1966, ficou hemiplégico depois de sofrer um AVC; enquanto o segundo, Dom Aureliano Matos, falece repentinamente no ano seguinte, 1967. Os dois clérigos foram substituídos por Monsenhor Manuel Diomedes de Carvalho e por Dom José Freire Falcão, respectivamente, os quais demonstraram mais interesse pelo tempo novo no qual a Igreja estava adentrando.

Em entrevista, a fiel Maria de Lourdes Freitas afirmou que os padres da Paróquia de Limoeiro do Norte, em fins da década de 1960,

> (06) [...] tavam fazendo uma lei pra todo mundo cumprir [...], por exemplo, a mudança da Missa, agora, porque o padre mudou de figura, ficou de frente e mudou de costas, porque em Latim, só celebrou de costas, [...]. A Missa ficou sendo celebrada de frente pro povo, e os coroinha era qualquer criança que você aprontar pra ser coroinha; num tem mais aquele sacristão. Tem aquela pessoa que toma conta da Igreja, mas num é só ela que ajuda o padre. Antes era só o sacristão mesmo, até ela ser aberta, quando a Igreja foi aberta, como hoje, aí todo mundo ficou fazendo parte[32].

Conforme Beozzo (2001), profundas foram as determinações estabelecidas nos documentos conciliares do Vaticano II, na medida em que este

32 Trecho da entrevista concedida por Maria de Lourdes Freitas, 76 anos, realizada em 17 de março de 2014.

> [...] reformou as estruturas internas da Igreja, remodelou sua liturgia, alterando a secular vinculação da Igreja Ocidental com a língua latina nos estudos e na liturgia e deslocou o eixo da missa, do celebrante para a assembleia dos fiéis e sua participação (BEOZZO, 2001, p.33).

Esta integração se deu, entre outros fatos, com a incorporação dos leigos na distribuição das hóstias, regulamentada pelos Bispos cearenses, no ano de 1966: "Nós, os bispos da Província Eclesiástica do Ceará, reunidos em Pacatuba (4.8.66), regulamentamos para nossas Dioceses o Rescrito da Santa Sé que autoriza Religiosas, Religiosos e Leigos a darem a Comunhão"[33].

Essa autorização possibilitou aos leigos, ou seja, pessoas da própria comunidade paroquial, realizarem uma função antes restrita, exclusivamente, ao clérigo, o que, de certo modo, causou relativo incômodo em boa parte dos féis. De acordo com a fiel Suzana Regis[34], o povo acolheu com desconfiança as reformas que estavam sendo implementadas, principalmente, as que diziam respeito à celebração da Missa: "[...] estranhou, estranhou! Como era assim, que aquela pessoa num era padre e dava a comunhão?! Aí ficavam assim, admirado. Aí foi que vieram explicar que era porque recebe a ordem do padre, de dar a comunhão, mas estranhou"[35].

Durante a celebração da missa, a pessoa que passou a ajudar o padre sofreu com a reação que muitos católicos

33 Trecho extraído do documento intitulado "Autorização para religiosas e leigos darem a comunhão", salvaguardado no Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte.

34 Trecho da entrevista concedida por Suzana de Freitas Regis, realizada em 21 de setembro de 2013.

35 Trecho da entrevista concedida por Suzana de Freitas Regis, realizada em 21 de setembro de 2013.

lhes impuseram, talvez como uma forma de rejeitar o novo, o estranho, a nova rotina. Negava-se, de maneira mais contundente, o fato da comunhão ser entregue, na boca ou na mão do fiel, por uma pessoa a ela semelhante, destituída, portanto, de sacralidade.

Reconhecendo o "amplo projeto de desconstrução da secular *identidade tridentina*, posta em marcha pelo evento conciliar, acompanhado da lenta construção de novas formas de pensar e vivenciar a fé", descentralizando a figura divina do celebrante, voltando-se mais para o povo, Diego Omar da Silveira (2009, p. 14) nos alerta, contudo, sobre a necessidade de compreendermos as permanências e a coexistência entre o passado e o presente.

Desse modo, não é surpreendente que algumas das determinações publicadas tenham sido alvo de críticas e desagrados por parte de alguns fiéis, a exemplo do uso da língua portuguesa, ao invés do latim, nas celebrações das missas, algo que, aparentemente, deveria ser concebido de forma positiva, conforme nos mostra Andrade (2004, p. 59):

> Ainda que não entendessem o que era dito na celebração em latim, aquela forma de celebrar o rito já fazia parte dos costumes da população, em sua tradição religiosa. O novo sempre desperta resistências, principalmente quando modifica costumes vigentes há muitas gerações [...]. Não podemos perder de vista que, para aqueles que frequentavam as missas, mais do que compreender o que era falado, era importante a atmosfera de sacralidade propiciada pelo rito.

Não obstante algumas reformas tenham ganhado conotação negativa por parte da população, tal fato não foi uníssono, visto que há relatos que abordam as inovações como benéficas. O próprio uso da língua vernácula foi avaliado positivamente por contribuir com o entendimento da mensagem transmitida pelo Sacerdote, como percebemos nos relatos a seguir:

> (07) Ninguém tinha o que responder, porque quem é que sabia Latim? Ninguém sabia nem bem o português, aí, que quando surgiu a missa em português, eu num lembro se eu ainda era solteira, ou se já era casada.[...] A gente assistia e ficava ali, tudo como uns pau, sem responder nada, num tinha o que responder, era só o padre bêbêbê... ninguém entendia nada o quê que ele dizia. Quando chegava a hora de se ajoelhar, trii-ninini, uma campainha[36].
> (08) O povo gostaro mais, porque ajuda, né, a Missa, a responder, porque é mais interessante, né, quando o padre diz lá, e todos respondem: "Amém"... é isso, aquilo, né?! É toda a Igreja todinha, né, cheia de gente. É diferente de Latim, que só era ele, lá, que latia[37].

Cabe ressaltar que o processo de rememoração passa pelo filtro da seletividade, visto que as memórias são representações do passado, induzidas pelas motivações do tempo em que se vive. É, portanto, um processo fluido, marcado pela subjetividade, no qual são elaboradas imagens remotas, evocadas a partir do presente em que se vive.

36 Trecho da entrevista concedida por Maria Vidal Nunes, 76 anos, realizada em 03 de março de 2013.
37 Trecho da entrevista concedida por Maria de Lourdes Nogueira, 71 anos, realizada em 23 de março de 2013.

Considerações Finais

É imprescindível compreendermos a Reforma Litúrgica como uma profunda alteração na tradição católica, que, por sua vez, exigiu grandes esforços de todos os sujeitos envolvidos.

Foi necessário que os párocos e demais religiosos passassem por um processo de atualização, envolvendo estudos e esclarecimentos aos fiéis, tarefa que, na Diocese de Limoeiro do Norte, ficou a cargo do Secretariado Diocesano de Pastoral Litúrgica, realizada por meio de distribuição de materiais impressos ou pelas ondas do rádio sintonizadas em toda a região Jaguaribana, alcançando as paróquias diocesanas.

Os fiéis interrogados, ao não mencionarem a audiência do Programa *A Diocese Informa*, nos dão a entender que viram as novidades conciliares sendo postas em prática, ao passo que vão tecendo considerações, positivas ou negativas, de acordo com suas visões de mundo. Os discursos aqui apresentados tratam do ontem, tendo como referência o hoje, e assim, tecer críticas às medidas que foram estabelecidas pelo Vaticano II, ainda em vigência, seria o mesmo que criticar as práticas que dão sentido aos ritos da Igreja. "Ao reconstruir o passado, [o depoente] também incorpora nele o presente, uma vez que ele próprio não é mais a mesma pessoa, e o mundo em que vive não é mais regido pelos mesmos valores de outrora" (ANDRADE, 2004, p. 60). Desse modo, os fiéis continuam atuando como sujeitos da história, recorrendo, na medida do possível, a táticas de negação àquilo que lhes parece estranho à rotina da Igreja.

Referências

ALBUQUERQUE, Eduardo Basto. Historiografia e Religião. **Revista Nures**, **Janeiro/Abril**, nº 5, 2007. Disponível em < http://www.pucsp.br/revistanures >. Acesso em: 20 mar. 2015.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História:** a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da História. Bauru, SP: Edusc, 2007, p. 199- 209.

ANDRADE, Maria Lucelia de. **Nuanças de um Ritual de Fé**: As Procissões Católicas em Limoeiro do Norte (1940-1980). Monografia – Universidade Estadual do Ceará/Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos. Limoeiro do Norte-CE, 2004.

Bispos da Província Eclesiástica do Ceará. **Autorização para religiosas e leigos darem a comunhão**. 1966. Documento salvaguardado no Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte- ADLN.

BEOZZO, José Oscar. **Padres Conciliares brasileiros no Vaticano II**: participação e prosopografia (1959-1965). Tese – Universidade de São Paulo- USP. São Paulo, 2001.

BONATO, Massimo. O Catolicismo Brasileiro Pós Concílio Vaticano II: uma discussão historiográfica. **Anais do 2º. Seminário Nacional de História da Historiografia**: a dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas, Mariana – MG, 2008. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/ner/images/stories/Massimo_Bonato.pdf> Acesso em: 03 nov. 2013.

BRANCO, João Olímpio Castelo. **O Limoeiro da Igreja**. A história de Limoeiro a partir dos seus párocos. Ed. Minerva Indústria Gráfica, 1997.

Comunicação Radiofônica nº 3 do Programa A Diocese Informa. 1964. Documento salvaguardado no Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte- ADLN.

Comunicação Radiofônica nº 6 do Programa A Diocese Informa. 1964. Documento salvaguardado no Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte- ADLN.

C.N.B.B Nordeste. **Conclusões do 1º Encontro Regional de Pastoral Litúrgica do Nordeste**. 1964. Documento salvaguardado no Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte- ADLN.

COUTINHO, Sérgio Ricardo. O Episcopado e a Recepção do Concílio Vaticano II em Goiás: Microhistória e método biográfico. **Fragmentos de Cultura**. v. 16, nº7/8, p. 577-591. 2006. Disponível em: <http://educativa.ucg.br/index.php/fragmentos/article/view/47>. Acesso em: 16 out. 2013.

CONSTITUIÇÃO CONCILIAR *SACROSANCTUM CONCILIUM* SOBRE A SAGRADA LITURGIA. Documento disponibilizado no site <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html.> Acesso em: jan. 2015, às 15hs04min.

FALCÃO, JOSÉ FREIRE. *[carta]*. Limoeiro do Norte, 06 de fevereiro de 1964. [para] Setor de Liturgia do Secretariado Regional do Nordeste. Natal. 1f. Informa sobre o envio de cópias das sugestões para celebração da Semana Santa aos vigários e coadjutores da Diocese de Limoeiro do Norte.

FREIRE, Edwilson Soares. **Arautos do catolicismo**: História e religião nas vozes de cinco bispos da Diocese de Limoeiro do Norte/CE (1940-2010). Fortaleza: Lux Print, 2010.

MANOEL, Ivan Aparecido. História, Religião e Religiosidade. **Revista Brasileira de Historia das Religiões** – Ano I, n. 1, maio, p. 18-33. – Dossiê Identidades Religiosas e História. 2008. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/n1-2008.html>. Acesso em: 20 abr. 2013.

SILVEIRA, Diego Omar da. **SACERDOS MAGNUS**: Dom Oscar de Oliveira, o Arquidiocesano e a recepção fragmentada do Concílio Vaticano II na Arquidiocese de Mariana (1959-1988). Dissertação. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2009.

SOUZA, Fábio Vieira de. O Concílio Vaticano II e a teoria estética da recepção de Jauss: uma leitura da recepção das ideias conciliares na arquidiocese de Montes Claros. **Contemplação- Revista Acadêmica de Filosofia e Teologia da Faculdade João Paulo**

II. nº. 5. 2012. Disponível em: <http://fajopa.com/contemplacao/index.php/contemplacao/article/view/29>. Acesso em: 16 mai. 2013.

TOSTA, Sandra de Fatima Pereira. **A Missa e o Culto vistos do lado de fora do altar**: religião e vivências cotidianas em duas comunidades de base do bairro Petrolândia, Contagem – MG. Tese. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo. 1997.

UMA SANTIDADE EM CONSTRUÇÃO: O CASO DE MARIA DAS QUENGAS

Ruan Carlos Mendes
Berenice Abreu

Resumo

Segundo aparece na tradição oral, Maria Agostinho dos Santos, também conhecida como Maria das Quengas, foi assassinada brutalmente, durante uma tentativa de estupro, na zona rural do município de Russas-CE, em 1893. Ao morrer defendendo sua honra virginal, Maria transformou-se numa espécie de Mártir. Esse e outros elementos, especialmente, as graças alcançadas pelos devotos, que acreditam na intercessão de Maria das Quengas, colaboraram para o surgimento e a permanência de um culto à sua memória. A alcunha atribuída à Maria Agostinho dos Santos, segundo informa ainda a tradição oral, está relacionada ao fato de que ela costumava carregar, amarradas à cintura, quengas de coco, artefatos utilizados para esmolar, tomar café e fazer suas refeições. Esses utensílios, aliados ao fato de viver esmolando, indicam a condição de extrema pobreza de Maria das Quengas. Esse artigo discute a devoção que se construiu e continua sendo alimentada ao longo do tempo e de várias gerações sobre a figura daquela que é considerada uma "santa". A coleta de dados foi realizada através de depoimentos de devotos de Maria das Quengas, em entrevistas que nos foram concedidas, e de uma crônica

escrita pelo advogado Airton Maranhão. Constatamos, em resultados preliminares, que a morte trágica, a cruz erguida em homenagem a Maria das Quengas e os "milagres" ocorridos são os principais alimentos do culto à memória da mendicante de Russas.

Palavras-chave: Cruz. Devoção. Santos populares.

Introdução

Ao longo do século XX, por diversas gerações e através, principalmente, da tradição oral, foi sendo construída e alimentada uma santidade popular em torno da memória de Maria das Quengas. Cada geração incorporou, ao seu culto, os anseios e angústias de seu tempo e espaço, buscando, nessa relação com a martirizada Maria das Quengas, um contato mais direto com o sagrado, esperando receber, através dela, o socorro para os problemas encontrados na busca pela sobrevivência no sertão nordestino.

Nesse artigo, discutiremos alguns aspectos dessa memória devocional, a partir dos relatos de devotos e da crônica do advogado e romancista Airton Maranhão[38].

Um crime e uma devoção

O ato criminoso, relatado de modo trágico, que tirou a vida da mendicante Maria das Quengas, chocou a sociedade da época, não permanecendo circunscrito aos moradores da localidade onde ocorreu o crime.

38 Originário de Russas – CE, formado em Direito pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR, advogado militante da Comarca de Fortaleza e romancista. Livros publicados: Deusurubu, Admirável Povo de São Bernardo das Éguas Ruças. Romances: A Dança da Caipora, Os Mortos Não Querem Volta e O Hóspede das Eras. Membro da ARCA – Academia Russana de Cultura e Arte.

A partir da divulgação, no ano de 2012, da crônica escrita pelo Advogado e escritor russano Airton Maranhão e publicada no *site* da TV Russas, a história da "santa popular" ganhou maior visibilidade e imensurável amplitude, possibilitada pelo universo virtual.

Nessa crônica, Airton Maranhão conta, com cargas de dramaticidade, baseado em suas próprias lembranças e nos relatos orais que recolheu, detalhes de como ocorreu esse crime e da construção do culto atribuído à Maria das Quengas, conforme percebemos no trecho a seguir:

> (01) Por relatos, numa luta corporal, Antônio Meireles golpeou Maria das Quengas com um machado. Ao relutar para não perder a virgindade, ele a mutilava viva, arrancando-lhe os olhos, a língua e o nariz com as mãos. E, sem conseguir cópula nem estrangulação, decapitou-a com uma machadada. Depois, estuprou-a, cometendo o crime de necrofilia. Maria das Quengas preferiu morrer virgem a satisfazer as fantasias do monstro russano. Cumpriu sua missão divina de não manchar a honra de santa, pura e virgem[39].

O escritor constrói sua própria versão trágica do crime, transcorrido como uma "luta corporal", em que, como em um rodízio de martírio, o assassino arrancou, com as próprias mãos, olhos, língua e o nariz da vítima. A mutilação se deu em virtude da resistência de Maria das Quengas, que, a todo custo, lutou para não perder a virgindade. Como em um teatro, a cena do martírio, narrada em detalhes, parece

39 Crime e milagres de Maria das Quengas. Disponível em: http://tvrussas.com.br/artigo/205/crime-e-milagres-de-maria-das-quengas/ Acessado em 28/07/2014 15h12mim.

ter a intenção de convidar o leitor a tomar parte naquele "banquete" e, através do horror, sensibilizar-se.

Maranhão (2012), em uma busca por maior "veracidade" em sua narrativa, procurou manter um distanciamento dos acontecimentos que descreveu, afirmando que contava "essa história religiosa, diabólica e inacreditável, com detalhes precisos da época às treliças do confessionário sem nenhuma devoção fantástica"[40]. Mesmo o romancista falando que não era devoto de Maria das Quengas, o leitor da crônica pode perceber claramente, ao longo do texto, a tentativa do autor de construir uma imagem diabólica para o assassino em detrimento da santidade de Maria das Quengas. Assim, ao longo da crônica, Maranhão atribui diversos adjetivos ao assassino: "traiçoeiro", "famigerado", "homem animal" e "demoníaco".

A promessa de se manter ausente da narrativa não foi comprida por Maranhão, que sentiu a necessidade de justificar Maria das Quengas como vítima de uma tragédia. Segundo o cronista, "Maria das Quengas jamais cometeria um ato pecaminoso. Casta, virgem e santa, (p.?) preferiu morrer a temer os sinais terríveis do acaso[41]", não havendo dúvidas de sua inocência e boa índole.

Na crônica, Maria das Quengas é apresentada como uma mulher de "devoção, fé e religiosidade", que levava uma vida simples e miserável, sendo o seu bem mais precioso um rosário que carregava pendurado no pescoço, sempre "faiscando orações". Após a morte trágica, a vida da beata Maria das Quengas serviu de base para a construção da santidade.

40 Crime e milagres de Maria das Quengas. Disponível em: http://tvrussas.com.br/artigo/205/crime-e-milagres-de-maria-das-quengas/ Acessado em 28/07/2014 15h12mim.

41 Crime e milagres de Maria das Quengas. Disponível em: http://tvrussas.com.br/artigo/205/crime-e-milagres-de-maria-das-quengas/ Acessado em 28/07/2014 15h12mim.

D. Diniza Baltazar de Sousa, de 58 anos, uma das entrevistadas nesta pesquisa, iniciou sua narrativa, colhida em sua residência, na cidade de Russas-CE, no dia 02/07/2013, buscando justificar, também, a exemplo de Maranhão, os motivos que fazem de Maria das Quengas uma santa, enfatizando, ao lado dos milagres por ela realizados, a trágica morte: "A Maria é uma pessoa que já fez muitos milagres, num é? Muita acreditada aqui na região, foi uma pessoa que morreu sacrificada, né? Morreu pela pureza dela, pra ser santificada, então ela foi santa mesmo"[42].

Podemos perceber, assim, na fala da narradora, a morte trágica como um processo de purificação do corpo, o qual viabilizou sua santificação. Nesse sentido, o martírio de Maria das Quengas é a fonte primeira de sua santidade, pois dentro da construção da santidade popular ou oficial, o corpo sempre teve uma função central, especialmente, o martírio, como nos explica Oliveira (2011, p. 47):

> Dentre os usos do corpo que mais atestaram a santidade, com certeza estava relacionado ao martírio. Este sempre foi visto como a imitação máxima de Cristo e, portanto, de significativo papel na salvação da fé. Os mártires, desde a Antiguidade foram como um dos grandes paradigmas da santidade e eram, depois dos apóstolos e dos evangelistas, os grandes heróis da milícia do Senhor.

Não obstante a função primeira do martírio, o que faz um santo é o milagre, porque mesmo que a canonização se dê pelo martírio, a devoção só nasce e sobrevive através do milagre. Sendo assim, é o milagre, a graça alcançada que

42 Diniza Baltazar de Sousa, 58 anos, entrevista realizada no dia 02/07/2013.

eleva um santo à devoção popular, pois independentemente da Igreja Católica reconhecer ou não a legitimidade do santo, o milagre o legitima. Não por acaso, é possível encontrar devotos que não conhecem o relato do martírio de Maria das Quengas, mas sabem relatar os milagres atribuídos a essa santa popular.

Não sabemos ao certo, quando Maria das Quengas passou a ser identificada como uma mártir com poderes milagrosos, no entanto, é possível perceber que o conjunto de elementos (virgindade, pobreza, morte trágica, milagres) que cercaram sua vida e morte corroboraram para que o culto a ela seja criado e realimentado por populares que conhecem sua história.

Milagres e graças alcançadas pelos devotos de Maria das Quengas

É muito comum, no imaginário católico, os devotos recorrerem aos Santos em momentos de enfermidades. Assim, muitos santos são tidos como especialistas em determinadas enfermidades ou necessidades dos féis. Nesse sentido, muitos foram os milagres que os devotos narraram como alcançados através da intercessão de Maria das Quengas.

Entendemos como devotos de Maria das Quengas as pessoas que, em algum momento da vida, já estabeleceram ou estabelecem algum contato com a santa popular. Aqui tomamos emprestado o conceito de devoto de Clifford Geertz

(1989, p. 110), para quem "ser devoto não é estar praticando algum ato de devoção, mas ser capaz de praticá-lo". Não necessariamente, o devoto de Maria das Quengas precisa ser aquele sujeito que visita, diariamente, a cruz que representa seu martírio, mas sim quem é capaz de estabelecer trocas simbólicas com a santa.

Nessa relação do devoto com a "santa popular", a divulgação dos milagres realizados é a condição da devoção, o que sustenta e alimenta a crença na santidade de Maria das Quengas. D. Diniza nos dá provas dessa relação de devoção a partir de uma graça alcançada, conforme relato seguinte:

> (02) Eu tenho um irmão que ele tinha um problema de garganta muito sério, já tinha andado todos os médicos e não tinha jeito, jeito nenhum. Por sinal ele rachava, até assim os "labius", como se racha os pés, que minava sangue quando ele tava muito atacado da garganta, febre alta, num tinha antibiótico que resolvesse. A mamãe resolveu fazer uma promessa, né? Pra vim com ele a pé, andou, andou duas léguas a pé, ele era criança, tinha uns sete anos na época. A mamãe veio com ele a pé, disse que se alcançasse essa graça, vinha com ele a pé rezar um terço lá no túmulo dela, no tumulozinho onde ela foi... Onde mataram ela. Aí, então, ela passou; depois de quinze dias, ela alcançou essa graça. O menino ficou bom total, num teve mais problema e ela veio com ele a pé, pagou a promessa, rezou o terço e deu esmola lá e até hoje, graças a Deus, ele tá como bom, tá curado totalmente, hoje já tem 39 anos, ele tem uma gripe nor-

> mal, como a gente tem, que o problema que ele tinha ficou curado totalmente. E várias pessoas a gente já tem ouvido também graças, né? Alcançadas, até em Jaguaruana eu já ouvi pelo rádio, graças que ela, né? Que a pessoa se pegou com ela, alcançou a graça[43].

A construção do relato se dá no sentido de mostrar o poder miraculoso da "santa popular". Assim, o que não foi possível para a medicina curar, foi curado no âmbito do transcendente, com a intervenção de Maria das Quengas. Essa narrativa, construída após 32 anos da graça ter sido alcançada, comprova a força do milagre, realimentando a crença e reafirmando o laço existente entre a devota e a santa.

Outra devota que também nos relatou uma cura alcançada foi a senhora Cleonice Baltazar Costa, tia de Diniza Baltazar, relatando, em sua casa na comunidade de Passagem de Russas (Russas-CE), no dia 27/07/2013, uma graça que alcançou por intermédio de Maria das Quengas, ainda em sua juventude:

> (03) Eu ia morrendo entupida e aí fiz essa prece a ela. Quando eu cheguei aqui fui um dia a mei dia mais o Raimundinho de bicicleta rezar um terço lá e acender umas velas. [...] chegando lá, de primeiro, tinha muita vela, muito terço, muita coisa, por certo era o povo que ia, né? Alcancei [a graça], mas agora vou mais lá não. Porque é deserto [risos]. Pois no tempo que nós fomos armaria, tive foi medo, só tinha uma casinha bem pertinho. Eu peguei uma

43 Diniza Baltazar de Sousa, 58 anos, entrevista realizada no dia 02/07/2013.

> entupição nos nariz, que eu nem engolia, nem podia beber água , nem podia nada, nem podia dormir, era acordada de dia e de noite quase, em tempo de me acabar mesmo e remédio de medico só butando, butando e nada de servir e aí sofri muito, aí me peguei com Maria das Quengas, aí melhorei, aí fui tratando com remédio, num vou dizer que fiquei boa na hora, mas melhorei e fui me tratando, né? Hoje me considero boa..[44]

Além de tia, dona Cleonice também é madrinha de dona Diniza. Assim, podemos pensar, a partir dessas relações, que o culto a Maria das Quengas faz parte, ou pelo menos fez parte, do convívio familiar dessas mulheres, articulando, pela fé, mãe, filha e tia,socializando as graças alcançadas no seio familiar e na comunidade em que moravam na época, chamada Passagem de Russas.

No momento da entrevista, D. Cleonice, que já estava com 84 anos, nos informou que, quando fez a promessa, ainda era jovem. Pelo menos cinquenta anos se passaram e o trabalho da memória[45] preservou aspectos da devoção, realimentada com o tempo e com os acontecimentos que marcaram a vida da devota.

O Sr. José Ferreira Lima, também conhecido como Zé do Café Índia, nos relatou, no balcão de sua antiga bodega no centro da cidade de Russas, no dia 03/08/2013, uma promessa que fez para Maria das Quengas, buscando melhoras para sua filha que sofria com uma tosse. O entrevista-

44 Cleonice Baltazar Costa, 84 anos, entrevista realizada no dia 27/07/2013.

45 Entendemos que, nas memórias da anciã, operou-se uma seleção própria do trabalho que o tempo e as circunstâncias da vida operam, conforme Bosi (1979).

do foi indicado pelo Sr. Valdir Araújo de Lima, devoto que morava em frente à cruz de Maria das Quengas, indicando uma comunicação devocional na comunidade.

Durante a pesquisa de campo, de fato, percebemos a existência de uma espécie de "teia" entre os devotos de Maria das Quengas. A graça recebida é compartilhada com os outros devotos, geralmente, no momento do pagamento de promessa, diante da cruz. Compartilhando as graças, os fiéis e devotos mantêm um leque de histórias que exaltam o seu poder milagroso.

O Sr. José Ferreira, 70 anos, nos fala que:

> (04) Não, eu não sei da história dela, sei que ela foi matada, mas um dia desse a minha menina tava aqui que não dormia com tosse, uma tosse medonha, medonha, medonha. Eu me levantava à meia noite, uma tosse seca, fazia mel com limão e dava, já tinha era pena, aí eu digo: meu Deus... Aí me lembrei dela, que eu passo em frente ao cruzeiro dela, aí me lembrei e disse: "se a tosse da minha filha passar eu ia pedir ao encarregado de lá pra levar dois maços de velas e acender toda noite duas velinhas. Aí, no outro dia, chegou um velho aqui e trouxe um vidro de remédio e deu, e graças a Deus ela dorme hoje à noite todinha, ainda tosse, sabe? mas porque ela ensina, é professora, ela ensina muito e irrita a garganta e tosse muito. Mas graças a Deus passou, eu levei e pedi pra toda noite acender as velinhas, a história que eu sei dela é essa[46].

46 José Ferreira Lima, 70 anos, entrevista realizada no dia 03/08/2013.

Diante da enfermidade da filha, o devoto buscou a ajuda de Maria das Quengas e estabeleceu uma troca com a santa: a restituição da saúde da filha por dois maços de velas, mas as velas não poderiam ser acessas em qualquer lugar, assim, foram acessas no "cruzeiro/cruz", como uma forma de propagar a graça alcançada. Na lógica do devoto, a graça não pode ser muda, tem que ser anunciada.

A cruz: entre o material e o simbólico

O antropólogo Geertz (1988) defende o conceito semiótico de cultura, entendendo-a como uma teia de significados atribuídos pelos indivíduos. Nessa teia, lugares especiais são ocupados pelos componentes simbólicos que marcam a vida dos sujeitos.

No caso da devoção que aqui analisamos, vimos destacando aspectos que alimentam o tipo de relação entre os devotos e a mendicante convertida em "santa", procurando extrair, das construções narrativas, seja do advogado/cronista, sejam dos devotos, os significados que justificam suas crenças e suas ações.

A grande maioria das promessas feitas para Maria das Quengas tem, como pagamento, a visitação até a cruz da santa popular, seja para acender velas, colocar flores ou tão somente para fazer suas orações. Dessa forma, podemos inferir que a cruz é um elemento central nessa devoção popular, assim como também é a materialização da fé dos devotos. A materialidade aqui se reveste da importância e do significado simbólicos a ela atribuídos.

A já mencionada devota D. Diniza relatou que o pagamento da promessa que curou seu irmão da enfermidade na garganta consistiu em ir até a cruz de Maria das Quengas e rezar um terço. A entrevistada indicou a cruz da "santa popular" como sendo seu túmulo, mas não existe consenso entre os devotos sobre onde estão os restos mortais de Maria Agostinho dos Santos. Para a maioria dos fiéis, a cruz marca o local da morte, enquanto seus restos mortais estariam depositados no cemitério da cidade. Além de rezar o terço, também fazia parte da promessa dar uma esmola para quem cuidava da cruz.

Segundo os relatos de moradores da região, quem cuidava da cruz, inicialmente, era D. Quininha, uma "moça velha" que dedicava seus dias a zelar pela cruz e rezar por essa "santa popular". D. Quininha faleceu com mais de noventa anos, passando o ofício de zeladora da cruz para sua sobrinha Francisca Maria de Freitas Silva, 47 anos. No entanto, devido às ocupações do dia a dia, Francisca passou essa tarefa de cuidar da cruz para a senhora Francisca Rosa de Lima, 64 anos, conhecida, na localidade, como D. Tica, a qual até hoje desenvolve essa função.

Segundo as duas zeladoras, que moram ao lado da cruz de Maria das Quengas na comunidade de Pitombeira II (Russas-CE), as esmolas que são colocadas na cruz são utilizadas para a melhor conservação do espaço, como pintura e reparos. Não obstante, D. Francisca Rosa (Tica) nos afirmou que, às vezes, recebe esmolas que são realmente destinadas a ela, podendo usar em seu próprio benefício.

Além de rezar o terço e dar esmola, um costume do catolicismo oficial que é ressignificado na devoção popular é a prática de ir até a cruz de Maria das Quengas a pé, demons-

trando também sacrifício e gratidão pela graça alcançada, estabelecendo uma relação de troca com o divino.

D. Cleonice Baltazar Costa, devota já citada anteriormente, disse que, na época do pagamento de sua promessa, existia apenas uma casa próxima à cruz de Maria das Quengas, localidade chamada de Pitombeira II, e ficou surpresa ao ser informada por nós que a localidade, atualmente, tem várias casas. Assim, do mesmo modo que ganha outras moradias, também vai se amplificando o falatório sobre as graças alcançadas, como sugere a entrevistada, afirmando: "É muito falada, essa mulé, essa alma, diz que ela pedia com uma quenguinha de coco, né? as esmolinhas pra comer, é muito falada, ela"[47]. Assim, a fama de milagrosa da santa foi crescendo junto com a comunidade.

A entrevistada também informou que, na cruz da "santa", em seus tempos de juventude, havia muitas velas e terços, levados pelas pessoas que por lá passavam. No caso da devoção à Maria das Quengas, não existe um santuário, como existe em outros santos populares, sendo, na cruz, que os devotos fazem suas trocas simbólicas com o sagrado, pois a cruz representa o espaço do santuário.

José Ferreira Lima, o devoto que fez a promessa para a filha acometida de tosse, prometeu dois maços de vela, em pagamento à graça alcançada, sendo que essas velas seriam acesas pela zeladora da cruz e não por ele próprio. Desse modo, podemos perceber a importância da dedicação dessas mulheres, uma vez que auxiliam os outros devotos a honrarem seus compromissos com a "santa".

Para o Sr. José Ferreira, a cruz, vislumbrada diariamente em seu caminho, o fazia lembrar de Maria das

47 Cleonice Baltazar Costa, 84 anos, entrevista realizada no dia 27/07/2013.

Quengas, pois sabia da história por ouvir falar, "não era do seu tempo". A cruz, ou o que ela simbolizava, o fez lembrar também do sofrimento da filha, conforme nos mostra no relato seguinte:

> (05) De passar na frente, que era meu caminho, que eu morava aqui no Miguel Pereira (comunidade do interior de Russas) e eu passava e o pessoal dizia que ela foi matada. [...] Desde que eu sou rapaz vejo isso, a cruz da Maria das Quengas, que ela foi morta e judiada, diz o pessoal, eu num sei, num foi do meu tempo, mas aí nesse dia me lembrei, de ver o sofrimento dela passando a noite toda tossindo, tossindo pra de manhã ir dar aula, de manhã e de tarde, aí eu me lembrei[48].

A zeladora é, portanto, uma intermediária entre o devoto e a santa. D. Francisca Rosa de Lima (Tica), que é a atual zeladora da cruz, reconheceu a importância de sua atuação para o pagamento das promessas: "Do jeito que fizer eles paga, né? Se for pra dar velas, eles vêm deixar vela, se for pra tirar um terço, eles vêm tirar um terço, se for pra deixar dinheiro, eles vêm, pra mim comprar e butar. É assim"[49].

A zeladora, por sua função de cuidadora da cruz, é também testemunha dos relatos das graças alcançadas, bem como exerce a função de cumprir tarefas para os devotos, como acender velas na cruz. Cada zeladora que passou pela cruz de Maria das Quengas foi também guardiã dos relatos de graças e, portanto, guardiã e propagadora da fé em seus poderes milagrosos.

48 José Ferreira Lima, 70 anos, entrevista realizada no dia 03/08/2013.

49 Francisca Rosa de Lima, 64 anos, entrevista realizada no dia 02/07/2013.

D. Tica relatou várias outras promessas, feitas por pessoas de diferentes lugares, como São Paulo e Rio Grande do Norte. Um desses relatos é o seguinte:

> (06) Meu fi, um tempo desse, uma mulher chegou aqui dizendo: "Maria, eu vou pagar uma promessa que eu tava três mês de cadeira de roda, aí ouvir falar nessa mulher, aí me disseram que eu me pegasse com ela, que podia inté eu ser valida, e fui, dona Maria. A primeira viagem que fiz quando me levantei foi pra vim pagar essa promessa". Ela acendeu vela, amarrou fita e rezou. Vinha ela e a filha, a filha falou: "minha fia, mamãe teve três mês de cadeira de roda. Aí eu fiz essa promessa mais ela, ela foi valida e ela se levantou-se, ainda a primeira viagem que ela fez foi pra vim pra cá e vei de pés". Num sei de onde era, vieram de pés[50].

A atual zeladora relatou uma promessa que não era sua, mas se sente portadora dessa memória. Ressaltamos que o pagamento da promessa é fundamental para os devotos, evitando privações futuras. Desse modo, a primeira viagem que a senhora fez foi para pagar a promessa, a pé, seguindo a lógica do sacrifício físico e a gratidão pela graça alcançada.

D. Francisca Maria Regis Ribeiro, 51 anos, entrevistada que mora na comunidade de Carpina - Russas, também nos relatou, em sua casa, no dia 09/07/2013, uma promessa que fez para a recuperação de seu pai que estava acometido de uma enfermidade:

50 Francisca Rosa de Lima, 64 anos, entrevista realizada no dia 02/07/2013.

> (07) É assim, a que eu fiz, né? Papai tava com bem oito dia que tava internado, aí, de repente, foi preciso fazer uma cirurgia, aí tava achando que ele não resistia a cirurgia, né? Ai era pra eu ficar lá. Aí, eu uma louca no meio da estrada, num sabia se ficava, num sabia se voltava, aí uma sobrinha minha: "não tia, vá para casa que desse jeito num pode ficar aqui não", aí vim mim bora. Aí, quando eu passei em frente, eu disse assim: "eu tenho fé em Deus e na alma de nossa senhora Maria das Quengas que o meu pai vai se auperar, ele vai ficar bom e vai vim pra casa, que eu vou rezar um terço de joelho, um maço de vela e deixar um cacho de flor lá", aí fiz e alcancei. [...] Não, demorou não. Logo foi um quadrante muito grave, por que quando o Dr. Paulo coisou a ulcera, aí, ele num butou a coisa pra sair a secreção nem nada, aí, deu uma infecção medonha, mas aí ficou bom[51].

Na fala da entrevistada, percebemos como a cruz na beira da estrada desperta, naqueles que por lá passam, a fé e a lembrança da santa. Ao ver a cruz, quando estava voltando para casa, a narradora faz a promessa. Relatando aspecto semelhante, Santos (2010, p. 6), ao estudar a santidade popular de Rufina, no município de Porteiras no Sul do Ceará, nos fala da cruz na beira da estrada:

> Seguindo a tradição cristã, no local em que fora encontrada foi erguida uma cruz, que na crença popular carecia das orações dos vivos para o alívio celestial, pois a salvação e o desti-

51 Francisca Maria Regis Ribeiro, 51 anos, entrevista realizada no dia 09/07/2013.

> no depois da morte, na tradição sertaneja, não constituem um problema pessoal e privado de quem morre. Constituem uma preocupação e um dever social dos vivos.

Assim, como no caso de Rufina, também foi colocada uma cruz para lembrar a morte de Maria das Quengas. No entanto, segundo os relatos orais, a cruz de Maria das Quengas não está no lugar de seu assassinato, já que este ocorreu dentro do mato, mas sim na estrada próxima ao local. A cruz, além do dever social dos vivos, possui também um simbolismo:

> O símbolo é um sistema que não substitui qualquer sentido, mas pode efetivamente conter uma pluralidade de interpretações. A cruz significa o Cristo. Ela não o substitui, mas é uma parcela dele, ou seja, é o Cristo que se significa na cruz e não o inverso. Em termos linguísticos e da questão do todo reapresentando na parte, Cristo está inteiramente presente nesse objeto (LAPLANTINE; TRINDADE, 1997, p. 14).

Dessa forma, a cruz de Maria das Quengas representa, além de sua morte trágica, o próprio Cristo. Convém observar também a forma como a entrevistada se refere a Maria das Quengas: "eu tenho fé em Deus e na alma de nossa senhora Maria das Quengas". Nessa fala, a entrevistada coloca Maria das Quengas como a própria Virgem Maria, não fazendo distinção entre a santa popular e a santa oficial. Maria das Quengas não é a Virgem Maria, mas, para a devota, ela é uma representação de Nossa Senhora.

O pagamento da promessa de D. Maria Regis incluiu rezar um terço na cruz, e, nessa ocasião, o pai da narradora foi com ela e respondeu o terço, acendeu vela e levou flores. Segundo a zeladora, e como também podemos perceber, é comum os devotos depositarem flores na cruz, muitas vezes, flores artificiais.

Na fala de D. Maria Regis, foi em um momento de grande desespero e aflição, temendo a morte do pai, que ela, ao ver a cruz, lembrou-se da fama milagrosa de Maria Agostinho. A medicina praticamente desenganara seu pai e, quando os meios materiais não pareciam suficientes para remediar a situação, foi a fé no transcendente, despertada pela imagem da cruz de Maria, que sustentou a esperança e a crença de cura. Sobre essa questão, Silva (2007, p.80) nos relata que:

> Num misto de desespero e esperança, os devotos e devotas comunicam-se com o santo da forma mais convincente possível. Reafirmam que estão dentro das exigências da tradição cristã e dos requisitos para merecer misericórdia divina. Afirmam-se, apresentam a si próprios como dignos da obtenção de graças

Os devotos, envolvidos nesse momento de desespero, buscam aquilo que, para eles, é a última saída e recorrem ao transcendente. A cruz, como uma materialidade de Maria das Quengas, lembra aos que passam que ainda há o transcendente. Assim, os sujeitos buscam auxilio no sagrado, no divino, depositando suas esperanças, nesse caso, nos santos e, mais especificamente, na "santa" Maria das Quengas.

D. Maria Regis contou que fez a promessa em cima da moto em movimento, no momento que passava em frente à cruz, levantando apenas a mão e fazendo o pedido em voz alta. Para a maioria dos devotos, não há uma obrigatoriedade de postura ou regras gestuais, pois o mais importante é a fé. Para eles, é a fé que faz o merecimento.

Construção e reconstrução da devoção à Maria das Quengas: algumas considerações finais

A morte trágica de Maria das Quengas pode ser compreendida como um evento fundador desse culto de devoção popular no interior do Ceará, mas o memorialista Airton Maranhão vai além e coloca, em sua narrativa, Maria das Quengas como uma mulher já compromissada com a religiosidade antes da morte trágica. Assim, esse conjunto de símbolos religiosos cria e alimenta o culto devocional a uma santa popular, que, segundo seus devotos, opera e intercede pelo seu povo.

A partir das falas dos entrevistados, percebemos que esses devotos não fazem seus pedidos seguindo regras fechadas ou pré-estabelecidas. No momento de aflição e fé, os fiéis ressignificam suas práticas religiosas, fazendo seus pedidos e promessas, muitas vezes, em locais inusitados, como a garupa de uma moto em movimento. A fé do povo não é ortodoxa nem formal, pois

> os devotos não seguem regras congeladas de uma religiosidade característica, pretensamente pura, com determinadas formas e de-

> terminados motivos para pedir. Seguem suas próprias necessidades de acordo com suas vivencias e formas de vivenciar este sagrado. A fé dos romeiros resolve os problemas da vida. E sua relação com os santos independe dos ensinamentos da Igreja oficial, assim como de normas preestabelecidas de culto (SILVA, 2007, p. 104).

A relação dos devotos com o sagrado vai além das práticas estabelecidas ou institucionalizadas. Essas pessoas constroem um diálogo com seus "santos". Renovam a fé a cada nova promessa paga e a cada graça alcançada. Assim, podemos compreender a devoção a Maria das Quengas como um diálogo que tem a cruz como uma referência material e simbólica.

Lucília Silva sugere, ainda, que esse "diálogo com o sagrado é flexível. Não poderia ser diferente, pois os devotos, como entendem, são humanos e passíveis de erros e imperfeições" (OLIVEIRA SILVA, 2007, p. 102). Sendo humanos, os devotos estão sempre se renovando e também renovam o culto de devoção a Maria das Quengas.

Referências

ARAGÃO, Iury Parente. A criação do santo não canônico motorista Gregorio. Dossiê. **Acta Cientifica, Engenheiro Coelho,** v. 20, n. 3, p. 53-64, set/dez 2011.

BOSI, Ecléa. **Memória & sociedade:** lembrança de velhos. São Paulo, SP. T.A. Editor, 1979.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1988.

LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana. **O que é imaginário.** São Paulo: Brasiliense, 1997.

MARANHÃO, Airton. **Crime e milagres de Maria das Quengas**. Disponível em: http://tvrussas.com.br/artigo/205/crime-e-milagres-de-maria-das-quengas/ Acessado em: 28 jul. 2014.

OLIVEIRA, Anderson José Machado. Corpo e santidade na América portuguesa. *In*: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia. (Org). **História do corpo no Brasil**- São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SILVA, Lucília Maria Oliveira. **Pedir, prometer e pagar:** escritos, imagens e objetos dos romeiros de Canindé. 2007. Dissertação, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2007.

SANTOS, Cícero Joaquim dos. O espaço da morte na tradição oral: o caso da Cruz da Rufina no sul do Ceará. **Revista Espacialidades** [online]. 2010, v. 3, n. 2.

VIRTUDES E VÍCIOS NO FILME *HOMENS E DEUSES* (2010)

Sander Cruz Castelo
Antônia Osmarina Gomes Pereira

RESUMO

Examina-se como o filme *Homens e deuses* (Xavier Beauvois, FRA, 2010) aborda as virtudes (especialmente, as cardeais: prudência, temperança, coragem e justiça) e seus vícios correspondentes, tomando como base as reflexões do filósofo André Comte-Sponville, expressas no *Pequeno tratado das grandes virtudes* (1999). O filme, baseado em episódio real da década de 1990, apresenta a rotina de oração, estudo e trabalho de monges franceses numa vila argelina, ameaçada pela aproximação de grupos extremistas, que obriga os religiosos a decidir se ficam ou não no país. A decisão tomada trará aos monges um pesado ônus. Além do filme, utilizam-se, como fontes primárias, reportagens e críticas cinematográficas.

Palavras-chave: Virtudes. Vícios. Filme "Homens e deuses".

Introdução

Segundo Comte-Sponville, as virtudes "são nossos valores morais, se quiserem, mas encarnados, tanto quanto quisermos, mas vividos, mas em ato. Sempre singulares, como

cada um de nós, sempre plurais, como as fraquezas que elas combatem ou corrigem" (COMTE-SPONVILLE, 1999, p. 6). A virtude é "uma força que age, ou que pode agir. Assim a virtude de uma planta e de um remédio, que é tratar, de uma faca, que é cortar (...)". Ela é "poder, mas poder específico. (...) A virtude de um ser é o que constitui seu valor, em outras palavras, sua excelência própria: a boa faca é a que corta bem, o bom remédio é o que cura bem, o bom veneno é o que mata bem..." (COMTE-SPONVILLE, 1999, p. 4-5).

Como o homem é um ser moral, "a virtude de um homem é o que o faz humano, ou antes, é o poder específico que tem o homem de afirmar sua excelência própria, isto é, sua humanidade (no sentido normativo da palavra)". Ou seja, "é nossa maneira de ser e de agir humanamente, isto é (já que a humanidade, nesse sentido, é um valor), nossa capacidade de agir bem". Assim, virtude, "no sentido geral, é poder; no sentido particular, poder humano ou poder de humanidade" (COMTE-SPONVILLE, 1999, p. 5).

Para o homem, a virtude é aquilo que lhe define. "Assim é a virtude: é o esforço para se portar bem, que define o bem nesse próprio esforço" (COMTE-SPONVILLE, 1999, p. 6).

A virtude está presente entre dois vícios, um caracterizado pelo seu excesso, outro pela sua ausência. "Toda virtude é um ápice, entre dois vícios, uma cumeada entre dois abismos: assim a coragem, entre covardia e temeridade, a dignidade, entre complacência e egoísmo, ou a doçura, entre cólera e apatia" (COMTE-SPONVILLE, 1999, p. 7). Existem inúmeras virtudes humanas, mas se destacam as quatro cardeais, que suportam as outras: prudência, temperança, coragem e justiça.

A prudência

> é a disposição que permite deliberar corretamente sobre o que é bom ou mau para o homem (não em si, mas no mundo tal como é, não em geral, mas em determinada situação) e agir em consequência, como convier. É o que poderíamos chamar de bom senso, mas que estaria a serviço de uma boa vontade.

A prudência "se põe a serviço de fins que não são os seus e só se ocupa com a escolha dos meios" (COMTE-SPONVILLE, 1999, p. 25-6). Ela medeia os vícios da moleza e da ambição (*cf.* SILVA, 1998).

A temperança é

> a garantia de um desfrutar mais puro ou mais pleno. É um gosto esclarecido, dominado, cultivado (...) é essa moderação pela qual permanecemos senhores de nossos prazeres, em vez de seus escravos. É o desfrutar livre, e que, por isso, desfruta melhor ainda, pois desfruta também sua própria liberdade.

A temperança se encontra entre os vícios da intemperança e da insensibilidade (COMTE-SPONVILLE, 1999, p. 31-2).

A coragem

> não é a ausência do medo, é a capacidade de superá-lo, quando ele existe, por uma vontade mais forte e mais generosa. Já não é (ou já não é apenas) fisiologia, é força de alma, diante do perigo. (...) Já não é a coragem dos durões, é a coragem dos doces, e dos heróis.

A coragem deve ser "desinteressada":

> O que estimamos, na coragem, e que culmina no sacrifício de si, seria, pois, em primeiro lugar, o risco aceito ou corrido sem motivação egoísta, em outras palavras, uma forma, se não sempre de altruísmo, pelo menos de desinteresse, de desprendimento, de distanciamento do eu. É, em todo caso, o que na coragem parece moralmente estimável.

Ela medeia os vícios da covardia e da temeridade (COMTE-SPONVILLE, 1999, p. 35-46).

A justiça é "a igualdade, mas a igualdade dos direitos, sejam eles juridicamente estabelecidos ou moralmente exigidos". Ela se encontra entre o egoísmo e o altruísmo (COMTE-SPONVILLE, 1999, p. 54-7).

O objetivo deste artigo é analisar as virtudes cardeais e seus vícios correspondentes no filme *Homens e deuses* (Xavier Beauvois, FRA, 2010). O filme, baseado em episódio real da década de 1990, apresenta a rotina de monges franceses num vilarejo argelino, onde eles oram, estudam e trabalham (para si e para o vilarejo), até que o avanço de grupos extremistas os obriga a decidir se ficam ou não no país. A decisão tomada trará um pesado ônus.

Como fontes primárias, além do filme, utilizam-se fontes escritas, como reportagens e críticas cinematográficas sobre a película. Como fontes secundárias, são usados livros e artigos sobre as virtudes e os vícios humanos.

A investigação é norteada pelas indicações teóricas e metodológicas de André Comte-Sponville (2009) sobre as virtudes e os vícios humanos. A metodologia consiste, por-

tanto, na identificação e na interação das quatro virtudes cardeais (e seus vícios correspondentes) no filme estudado.

Na primeira parte, intitulada "Uma rotina virtuosa", identificam-se as ações virtuosas e viciosas no 1º ato do filme, no qual se apresenta a rotina dos monges na vila argelina e o óbice à continuidade de suas ações. Na segunda parte, "Um dilema: ficar ou partir?", delineiam-se as ações virtuosas e viciosas no 2º ato do filme, no qual os monges decidem se ficam ou não no país, em razão do risco crescente aos qual são expostos os estrangeiros. Na terceira parte, "O ônus da virtude", exploram-se as ações virtuosas e viciosas no 3º ato do filme, no qual os monges assumem as consequências da decisão tomada.

Uma rotina virtuosa

O salmo 81, pousado sobre a paisagem montanhosa, serve como epígrafe do filme: "Eu disse: Sois deuses, sois todos filhos do Altíssimo! Contudo, morrereis como simples homens e como qualquer príncipe caireis!".

O 1º ato da obra expõe a rotina virtuosa de oito monges trapistas, especialmente Christian de Chergé (Lambert Wilson), o prior, e Luc (Michael Lonsdale), irmão que atua como médico, no mosteiro Atlas, localizado no vilarejo Tibhrine, na Argélia, no ano de 1996. O dia-a-dia dos irmãos é feito de oração, estudo e trabalho, seja de subsistência (agricultura, complementada com a indústria e o comércio de mel), seja assistencial (aos moradores do vilarejo). Ressalta-se, pois, logo, a virtude da temperança.

Na cena inicial do filme, deparamos com o amanhecer do dia no mosteiro. Os monges se dirigem à capela, onde

participam de cerimonia religiosa fechada ao público. Sabe-se que, em geral, os monges vivem para orar, estudar e trabalhar, não lhes sendo delegadas funções eclesiásticas. Logo, podemos dizer que eles fazem uso de uma das virtudes cardeais, a prudência. Pregando somente pelo exemplo, eles evitam que a comunidade no entorno (muçulmana, no caso) sofra as consequências de uma peroração cristã explícita.

A prudência é a virtude que mede as consequências práticas das ações: "É a moral aplicada, e o que seria uma moral, que se não aplicasse? As outras virtudes, sem a prudência, não poderiam mais que revestir o Inferno com suas boas intenções" (COMTE-SPONVILLE, 1999, p. 26). A prudência é uma virtude em que a ação é concebida com relação a seus efeitos, instigando-os a fazer escolhas circunstanciadas, para que os meios utilizados sirvam ao fim desejado.

Vemos, então, os monges concentrados na sala de estudo. Segue o irmão Luc se aprontando, nos seus aposentos, para ir atender os doentes da comunidade, levando, consigo, uma mala com medicamentos simples. Chegando ao posto médico, há já uma fila de pessoas esperando por suas consultas.

Nessa passagem, podemos identificar, além da virtude da justiça, que gera a igualdade (por meio da assistência médica aos desvalidos), a da coragem, que dá força para não se recuar diante de perigo algum, nem o da própria morte (no serviço de Deus, no caso em apreço). O irmão Luc, apesar de idoso e com problemas de saúde, mostra-se forte, estando diariamente pronto para ajudar as pessoas da vila, ao custo, mesmo, de sua saúde e bem-estar, o que faz com que incorra no vício do altruísmo.

Sobre a justiça, ilustra-a, ainda, a cena na qual Luc, atendendo uma criança com um ferimento na testa, trans-

mite à mãe os cuidados que ela deve ter com a criança (é notável a maneira carinhosa e paciente com que ele trata os doentes; ele se preocupa tanto com a saúde de seus pacientes quanto com o seu bem-estar). Ao finalizar a consulta, a mãe demonstra que ela e a filha estão com calçados velhos. Luc, então, sai para buscar novos pares de sapatos, suscitando sorriso de felicidade nelas. Mais à frente, o monge será apresentado no papel de conselheiro amoroso de uma jovem.

Mostram-se, ainda, os outros monges envolvidos em atividades laborais de sua responsabilidade, como construções, agricultura e indústria, e em atividades intelectuais, como a produção de escritos de cunho teológico, nos quais se procuram mediações entre o cristianismo e o islamismo. A propósito, uma cena, a de um casamento ou noivado infantil, prestigiado com a presença dos monges, atesta o empenho de inserção deles no vilarejo. Essa rotina virtuosa se vê, contudo, ameaçada por extremistas muçulmanos que atuam nos arredores, tendo eles degolado, recentemente, um grupo de trabalhadores croatas (cristãos).

Um dilema: ficar ou partir?

Pressionado pelas forças do governo a aceitar proteção militar ao mosteiro, arguindo-se, inclusive, que famílias residem no local, Christian resiste, afirmando que o mosteiro será fechado, doravante, às 19h30. As virtudes cardeais da coragem e da justiça parecem sobrepor- se, em sua decisão, à da prudência, resvalando, assim, nos vícios da temeridade e da ambição.

A medida de segurança não é percebida pelos outros monges como suficiente para que se livrem de ataques po-

tenciais. Eles criticam Christian por tomar a decisão sozinho, ferindo o princípio comunitário dos religiosos. Assim, o prior resolve expor a questão (presença de soldados no mosteiro, fazendo a segurança) ao escrutínio de todos. Alegando não terem escolhido viver sob a proteção de um governo corrupto, que foram chamados a viver com a comunidade nativa sob o risco que fosse. Christian faz com que a reunião acabe, aparentemente, inconclusa (no final, Luc sugere que se escondam, no caso de uma invasão).

Vê-se que, a partir do risco de um possível martírio, as individualidades e seus vícios começam a despontar. Não se cede, contudo, ao temor (covardia), a disposição de enfrentá-lo, contida na virtude da coragem, impondo-se.

Na noite de Natal, os extremistas invadem abruptamente o local à procura do "chefe" do mosteiro (alguns monges conseguem se esconder). Identificado, é informado a Christian que se necessita levar o médico do mosteiro, com o fim de assistir a três extremistas feridos. Christian não acede, dizendo que Luc estava doente (com crise de asma) e que o monge atendia a todos, sem discriminação, no posto médico da localidade. Ali Fayattia (Farid Larbi), o líder do grupo extremista, afirma, então, que se levariam medicamentos do mosteiro. Christian novamente nega o que lhe fora ordenado, argumentando que não possuíam muitos deles, tendo que se atender uma centena de pacientes diariamente. Redargui-se-lhe que os monges não têm escolha. Christian rebate, decididamente, afirmando que a tem. Não se podia dar o que se não tinha. Os monges levariam uma vida modesta e fraterna, o próprio livro do Alcorão o reconhecendo. No caminho para fora do mosteiro, Fayattia é lembrado por Christian (com algum temor) do significado

e da importância do dia (natalino). Ele se desculpa, então, com Christian, estendendo-lhe a mão, em reforço.

Além da coragem de Christian, ressalta-se, na passagem, a virtude da justiça, tanto para com os moradores do vilarejo, que não podiam ficar sem médico nem medicamentos, quanto para com os extremistas, que podiam ser atendidos no posto, sem restrições. Há que se notar, ainda, a defesa da virtude em si de Christian: sempre se pode escolher (entre a virtude a o vício: livre-arbítrio).

Sob o impacto do ocorrido, os monges discutem a possibilidade de se entregar remédios aos extremistas. Imagina-se que, feito isso, eles se tornarão insaciáveis, os pedidos tornando-se mais frequentes. A decisão pela permanência ou a partida deles (para a França ou outro mosteiro da África) é então trazida à baila. Colocado o tema em votação, esta termina empatada: três monges decidem pela partida (justificada pela saúde e pelo anseio de vida, não de martírio), três optam por ficar (justificando-se que não se podia "fugir" ou abandonar a comunidade, pois o bom pastor não deixaria as ovelhas; que partir seria o mesmo que morrer; não se ter para onde ir; não se subjugar à violência). Um dos monges tendo achado precipitado se tomar uma decisão naquele momento, resta a Christian o voto de minerva: ele, contudo, concorda com o monge que se absteve (antes, dissera que, se os desejassem mortos, os guerrilheiros já o teriam feito). Não deixa, contudo, de entregar a segurança deles a Deus.

Percebe-se que, traumatizados pelo ocorrido, instados a se posicionar, os monges experimentam, doravante, a escala completa de três das virtudes e dos vícios cardeais, oscilando entre a covardia, a coragem e a temeridade; a moleza, prudência e a ambição; o egoísmo, a injustiça e o altruísmo.

A autoridade que oferecera proteção ao mosteiro procura convencer Christian (acompanhado de outro monge) a voltar para a França com os seus, entregando-lhe, inclusive, carta do ministro do interior que exigiria isso. Acusa os monges de perigosa "teimosia" (outra palavra para os vícios da ambição o, temeridade e altruísmo) e se justifica sua fuga (impossibilitada à população nativa) como ato de vida e de liberdade, não de covardia.

Voltando da reunião com a autoridade para o mosteiro, o carro dos monges enguiça. São auxiliados por mulheres, que seguem a estrada com seus filhos. Em seguida, reunidos em casa de ancião do vilarejo, é dito aos monges que não podem ir embora, pois a presença deles protegeria o local. O mosteiro, demais, seria sustentáculo do vilarejo, surgido em torno daquele. Estes dois eventos contrabalançam a influência da autoridade argelina. Vê-se, pois, que o que o poder constituído toma como vício (ambição, temeridade e altruísmo), o vilarejo encara como virtude (prudência, coragem e justiça).

Os monges sofrem, contudo, com a permanência no vilarejo. Os problemas de saúde de uns se acentuam, outros enfrentam crises de consciência (questionando a própria vocação), Christian precisa se manter forte, apoiando a todos (a propósito, em conselho dado a um dos monges, que associa o martírio ao vício da ambição e à loucura, despontam as três virtudes teologais: esperança, fé e caridade [amor divino: ágape]); isto é, os monges são expostos radicalmente às fraquezas humanas (*cf.* AL'HANATI, 2011). O prior, em especial, além de administrar a dissensão interna e a ameaça latente representada pelo extremismo religioso (feridos são atendidos por Luc), sofre a pressão das forças de segurança, que, por ocasião do reconhecimento do corpo

de Fayattia (morto numa emboscada), acusam-no de acumpliciamento com o terror (além de atender extremistas, o mosteiro viveria sob a proteção do morto).

Ao discutir a conveniência da imprensa de retratar suas experiências (visto que ela agiria motivada por razões outras), os monges acabam por colocar em votação, novamente, sua permanência no vilarejo. Dessa vez, todos concordam em ficar. Em comum, a entrega do destino a Deus.

O ônus da virtude

Militares revistam populares do vilarejo, sob o protesto de Luc. Helicópteros das forças de segurança sobrevoam o mosteiro. Os monges estão isolados numa região em cerco militar, fato testificado pelo irmão Bruno, que chega para visitá-los, trazendo mantimentos e notícias. Christian ressalta, numa reunião, a importância de terem se mantido fiéis à rotina de trabalho, estudo e oração, inclusive no Natal, quando receberam o "menino" Fayattia, possibilitando, assim, que ouvissem o chamado de renascimento por Cristo. O irmão Célestin oficia uma missa. Na homilia, cita o evangelista Lucas:

> Aquele que tentar preservar a sua vida a perderá; e aquele a que a perder a salvará. Eu lhes digo: que numa certa noite, duas pessoas estarão na mesma cama; um será levada e a outra poupada. Duas mulheres estarão moendo grãos juntas; uma será levada e a outra poupada. Os discípulos perguntaram: "Onde, Senhor?" E ele respondeu: "Lá onde estiver o corpo, lá também se reunirão os abutres".

Depois, os monges fazem uma refeição noturna, emotiva, feliz e fraterna, que parece uma evocação da Santa Ceia. A calma, a alegria e a resignação (um fatalismo sereno) parecem dominar a todos. A sequência seguinte mostra o mosteiro sendo invadido na madrugada pelos extremistas do Grupo Islâmico Armado (GIA). A dispensa dos medicamentos é arrombada. Os monges são retirados de seus aposentos, obrigados a se vestirem e colocados na parte de trás de furgões, debaixo de muito frio e neve. Dois monges (um dos quais se escondera embaixo da cama) não foram descobertos.

Num alojamento, os monges sequestrados gravam, sob coação, depoimentos em que se identificam e relatam ao governo francês a proposta, "inegociável", de troca deles por alguns prisioneiros do GIA. Em seguida, imagens externas (incluindo cruzes e lápides do cemitério) e internas do mosteiro vazio acompanham a leitura de Christian do seu testamento, escrito dois anos antes do sequestro (IHU, 2015):

> Se me acontecesse um dia – e podia ser hoje – ser vítima do terrorismo que cerca os estrangeiros que vivem aqui, eu gostaria que a minha comunidade, a minha Igreja, a minha família, lembrassem que minha vida foi devotada a Deus e a este país. Que eles aceitassem que o Mestre Único de toda a vida não teria sido um estranho a esta partida brutal. Que saibam associar esta morte a tantas outras também violentas abandonadas à indiferença do anonimato. Eu vivi o suficiente para me ver cúmplice do Mal que infelizmente prevalece no mundo. Até mesmo deste que vai me atacar cegamente eu jamais desejaria uma

> morte assim. Eu jamais poderia me deleitar vendo esse povo que eu amo ser erroneamente acusado da minha morte. Eu sei o desprezo que sofrem os habitantes deste país indiscriminadamente. Sei também como o Islã é distorcido por um certo tipo de islamismo. Este país e o Islã para mim são coisas diferentes. É um corpo... e uma alma. A minha morte evidentemente parecerá dar razão aos que me chamavam de ingênuo ou de idealista. Mas esses devem saber que estarei livre da minha curiosidade. E que eu poderei, se Deus quiser, juntar o meu olhar ao olhar do Pai para contemplar, junto dele, esses filhos do Islã. Como ele os vê nesse agradecimento onde tudo foi dito sobre a minha vida eu incluo vocês, é claro, amigos de ontem e de hoje. E você, meu amigo do último minuto, que não vai se lembrar do que fazia, para você também eu estendo este agradecimento e este A-Deus imaginado por você. E que possamos nos encontrar como ladrões felizes no paraíso. Se essa for a vontade de Deus, nosso pai, para nós dois. Amém! Im Jallah!

Vemos, em seguida, os monges sendo levados em fila pelos terroristas por uma trilha na montanha coberta de neve. Os religiosos caminham com dificuldade, dada a altitude, o frio, a idade provecta e a saúde frágil de alguns. Apesar do terror em suas faces, eles se auxiliam no percurso (Luc apoia-se em Christian). A fila desaparece no horizonte nevado e cinzento, com o qual se funde.

Os créditos finais informam que os monges foram assassinados no dia 21 de maio de 1996, desconhecendo-se os assassinos e as circunstâncias do ocorrido.

Considerações finais

Expostos a essa demonstração de coragem, prudência e justiça, numa situação tão extrema, somos tentados a acreditar que essas virtudes cardeais somente se fizeram efetivas, adquirindo contornos sobre-humanos, porque se ancoraram em outras, as teologais (fé, esperança e caridade). Segundo o Catecismo da Igreja Católica, essas

> têm como origem, motivo e objecto imediato o próprio Deus. São infundidas no homem com a graça santificante, tornam-nos capazes de viver em relação com a Trindade e fundamentam e animam o agir moral do cristão, vivificando as virtudes humanas. Elas são o penhor da presença e da acção do Espírito Santo nas faculdades do ser humano (CII, 2015).

Ou seja, elas sustentariam a ação virtuosa dos cristãos, fecundando-a. Nessa ótica, as virtudes cardeais, de origens pagãs, regendo exclusivamente as ações do homem consigo e com os outros seriam necessárias, mas insuficientes para explicar a atitude dos monges.

Segundo o filósofo Mario Ferreira dos Santos, a fé

> é o assentimento do intelecto que crê, com constância e certeza, em alguma coisa. A prudência podemos adquiri-la, a pouco e pouco, como a fortaleza [coragem] e alcançar, pelo nosso esforço, a justiça e a moderação [temperança]. Mas para crer com constância e certeza em alguma coisa, não basta o nosso querer, é preciso que esse assentimento do nosso

> intelecto se dê espontaneamente. Ou com ela nascemos, ou subitamente ela aflora em nós, sem necessidade de termos dirigido para ela, conscientemente, qualquer de nossos esforços (SANTOS, 1963, p. 1422).

A esperança, por sua vez,

> é a expectação de algo de superior e perfeito. Tem esperança aquele que aguarda algo de maior, de melhor, de mais perfeito, que venha a suceder. Ela não é o produto de nossa vontade, mas de uma espontaneidade, cujas raízes nos escapam, porque não é genuinamente uma manifestação do homem, mas algo que se manifesta pelo homem, porque não encontramos na estrutura da nossa vida biológica, nem da nossa vida intelectual, uma razão que a explique (SANTOS, 1963, p. 1422).

A caridade, por fim,

> é, primariamente, o amor a Deus e, sem mudar a direção, secundariamente, o amor ao próximo e a si mesmo, considerando os homens nos laços sobrenaturais e naturais, que os unem a Deus, e na perspectiva que vai além da vida terrestre. (...) é a mãe de todas as virtudes, é a raiz de todas as virtudes, porque é a bondade suprema para consigo mesmo, para com os outros, para com o Ser Infinito. Supera a nossa natureza, porque graças a ela o homem avança além de si mesmo, além das suas exigências biológicas (SANTOS, 1963, p: 255; 1422-3).

Ele continua, ressaltando a insuficiência das virtudes cardeais na vida cristã:

> É essa a razão porque na religião essas três virtudes, que Cristo nos apontou, são consideradas como vindas de uma raiz mais longínqua. A palavra de Cristo é clara. A fé, a esperança e a caridade são as virtudes pelas quais o homem supera a si mesmo, e atinge a suprema perfeição. Todas as tentativas de explicar essas virtudes, com origem nos fatores emergentes e predisponentes, malograram. Elas não são o produto de uma prática, porque pode o homem praticar a caridade, sem tê-la no coração; pode exibir uma crença firme, sem alentá-la no seu âmago; e tentar revelar aos outros que é animado pela esperança. Assim podem praticar-se atos de fé, de esperança e de caridade, e estar-se ainda muito distante dessas três virtudes. Não basta desejar adquiri-las; é preciso tê-las. A ciência é um hábito, como o são também as outras virtudes, mas sem a presença dessas três, aquelas se apagam. O homem religioso e virtuoso afana-se em adquirir as virtudes cardeais, mas humildemente espera que nele se fortaleçam as teologais (SANTOS, 1963, p. 1423).

Comte-Sponville, diferentemente de Santos (um filósofo cristão), defensor de uma "espiritualidade sem Deus" (2007), reconhece, contudo, que o amor é a virtude maior, "alfa e o ômega de toda virtude", pois precede o dever: "Só necessitamos de moral em falta de amor, repitamos, e é por isso que temos tanta necessidade de moral! (...) Máxima do dever:

"*Age como se amasses*". A moral é, pois, um "simulacro do amor". Contudo, "só somos capazes de moral, e só sentimos essa necessidade, pelo pouco de amor, ainda que a nós mesmos, que nos foi dado, que soubemos conservar, sonhar ou reencontrar..." (COMTE-SPONVILLE, 1999, p. 174-6).

Demais, como Santos, Comte-Sponville toma a caridade ("ágape", amor divino) como superior às outras modalidades de amor, pois tanto o amor erótico ("eros", relacionado ao desejo, uma forma de amar a si próprio), quanto o fraterno ("philia", relacionado à benevolência com os amigos, outra forma de amar a si mesmo), seriam egoístas. Ao contrário, a caridade é amor desinteressado, "amor além do amor":

> Quer Cristo tenha existido ou não, e não obstante o que tenha vivido ou dito efetivamente, o que jamais saberemos, quem não vê que a mensagem evangélica, tal como chegou até nós, excede em muito as capacidades do erôs (como é óbvio) e também da philia? Amar o que falta está ao alcance de qualquer um. Amar os amigos (os que não faltam, os que nos fazem bem ou que nos amam), embora seja mais difícil, continua sendo acessível. Mas e amar os inimigos? E amar os indiferentes? E amar os que não nos faltam nem nos alegram? E amar os que nos estorvam, que nos entristecem ou nos fazem mal? Como seríamos capazes? Como, inclusive, poderíamos aceitá-lo? Escândalo para os judeus, dirá são Paulo, loucura para os gregos; e, de fato, isso excede a Lei tanto quanto o bom senso. No entanto, e ainda que só existisse a título de ideal ou de imaginação, esse amor além do amor (além do erôs, além da philia), esse

> amor sublime e talvez impossível merece pelo menos um nome. Esse nome, em francês, é, em geral, charité [caridade] (COMTE-SPONVILLE, 1999, p. 209).

Concluindo, cremos que a paixão dos monges trapistas tratar-se-ia de outra forma de paixão: "já não é a paixão de Eros ou dos namorados, é a de Cristo e dos mártires. Aí reencontramos o amor louco [aquele referido por Christian ao monge perturbado], mas num sentido totalmente diferente: já não é mais a loucura dos amantes, é a loucura da Cruz" (COMTE-SPONVILLE, 1999, p. 213). Amor segundo Simone Weil, que abdica da força, da violência ou do poder que se tem, e cuja fraqueza faz sua força. Amor "livre", amor "criador":

> Esse amor é absolutamente primeiro, absolutamente ativo (e não reativo), absolutamente livre: não é determinado pelo valor do que ele ama, que lhe faltaria (erôs) ou o alegraria (philia), mas, ao contrário, ele determina esse valor amando. Ele é a fonte de todo valor, de toda falta, de toda alegria (COMTE-SPONVILLE, 1999, p. 216).

Referências

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 384. O que são as virtudes teologais? Disponível em: http://www.ecclesia.pt/catecismo/. Acesso em: 12 jul. 2015.

COMTE-SPONVILLE, André. **O espírito do ateísmo**: introdução a uma espiritualidade sem Deus. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

AL'HANATI, Yuri. "Homens e Deuses narra massacre de monges na Argélia". *Gazeta do Povo*, Curitiba. 20 mai. 2011. Disponível em: http://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/homens-e-deuses-narra-massacre-de-monges-na-argelia-4ho1jgh1xz79wz7qop61tyc7i. Acesso em: 12 jul. 2015.

INSTITUTO HUMANITAS USININOS. Testamento do padre Christian de Chergé. *IHU*, 25 de mai. 2010. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/32769-testamento-do-padre-christian-de-cherge. Acesso em: 12 jul. 2015.

SANTOS, Mario Ferreira dos Santos. **Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais**. Editora Matese, 1963. 4 vols.

SILVA, Cláudio Henrique da. Virtudes e vícios em Aristóteles e Tomás de Aquino: oposição e prudência. **Boletim do CPA**, Campinas, nº 5/6, jan./dez. 1998.

O DISCURSO DA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO DO CEARÁ NO PÓS-ABOLIÇÃO: DA INVISIBILIDADE À DETRAÇÃO

Maria Yasmim Rodrigues do Nascimento
Noélia Alves de Sousa

Resumo

Este artigo tem como objeto central os discursos produzidos pelas revistas do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, acerca dos negros, no período pós-abolição. Tendo como fonte as revistas do Instituto Histórico do Ceará do referido período e um diálogo com conceitos dos estudos pós-coloniais, o trabalho se propõe perceber em que medida os discursos produzidos pelos intelectuais do Instituto do Ceará, sobretudo através da produção do conteúdo da Revista e da historiografia, contribuíram para a construção de uma visão que, que ora invisibilizou ora detratou os negros livres no Ceará.

Palavras-chave: Discurso. Instituto Histórico. Negros. Pós-abolição.

Introdução

O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, (IHC), foi fundado em 1887 por intelectuais locais, com

o objetivo de produzir uma memória histórica local e contribuir uma identidade cearense. O cenário era propício para que a instituição cumprisse seu objetivo fundador, uma vez que o fervor nacionalista oitocentista refletia nas instituições históricas, fundadas nesse contexto, e o IHC entra nesse rol como um lugar demarcador da historiografia cearense.

O discurso é considerado por Foucault (2013), uma ferramenta de poder que vem de nós. Nesse sentido, partindo da ótica da historiografia cearense, proposta dessa discussão, os detentores dos discursos aqui analisados são os intelectuais do Instituto Histórico do Ceará (IHC)[52]. Como responsáveis pela produção da escrita da História do Ceará, esses intelectuais produziram discursos sobre as mais variadas temáticas no IHC. Aqui, nos deteremos na análise daqueles que tratam da história dos negros no Ceará no período pós-abolição, a fim de compreender em que medida isso contribuiu para a invisibilidade e detração de negros libertos.

De acordo com a abordagem de Foucault, o discurso não é um elemento neutro, e por mais que ele em alguns casos não tenha grandes repercussões, possui a mesma finalidade, o poder, uma rede de dominação,

> por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso-como a psicanálise mostrou – não é simplesmente aquilo que manifeste (ou oculta) o desejo; e visto que- isto

52 Para mais informações sobre o Instituto Histórico do Ceará e seu contexto de fundação ver: OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto, Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará-Memórias, representações e pensamento social (1887- 1914).** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2001.

> a história não cessa de nos ensinar- o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 2013, p. 10).

No caso da escrita sobre os negros no Ceará, os discursos do IHC podem ser considerados como uma ferramenta de poder responsável por uma hierarquização das raças. Se os historiadores do Instituto do Ceará, detinham o letramento, se utilizaram da posição que ocupavam a fim de disseminar um discurso excludente, que desqualificou os negros libertos, considerados como "raça indolente".

Partindo da indagação se o Ceará tem ou não negros, é possível perceber na produção historiográfica um esforço de invisibilizar a população negra que aqui viveu e vive. Em descrições feitas pelo Instituto do Ceará, da formação populacional cearense, fica claro nos discursos que o Ceará, desde seu processo de colonização, tratava-se de uma terra predominantemente indígena.

Com a justificativa de que o processo escravista não foi tão expressivo, logo, o número de pessoas de pele negra não era tão significativo, reforçando os discursos negatórios da presença negra na província, bem como a associação perversa do negro com a escravidão.

Mas, no estudo feito por Funes (2002) a população negra e parda no início do século XIX, somavam mais da metade da população, conforme destaca o autor,

> a presença dos afro-brasileiros já era significativa por estas terras cearenses, onde negros e pardos libertos somavam 60,7% de uma

> população total de 77.375 habitantes. Neste universo a população negra e parda cativa, somava 12.254, ou seja, 15,8% da população (FUNES, 2002, p. 104).

Outro estudo que aponta a presença negra no Ceará, foi feito por Cortez (2008), onde a autora afirma que o elemento indígena fazia parte do cotidiano do escravizado, deixando sua descendência na mistura de etnias, concluindo que uma presença não anula a outra. A presença indígena não exclui a afro-brasileira. Conforme afirma,

> as expressões 'cabras' e 'mamelucos' chamam a atenção para a presença do elemento indígena entre os escravos. No caso do sul cearense, a população nativa, com forte presença na ocupação deste espaço, foi praticamente dizimada quando da sua colonização (CORTEZ, 2008, p. 47).

Em ambas as colocações feitas acima percebe-se que os negros sempre foram presentes no processo de formação populacional do Ceará, anulando as ideias da historiografia tradicional que minimizou a presença negra neste solo.

Neste sentido, podemos voltar o olhar para a historiografia do Instituto do Ceará, que por muito tempo foi considerada oficial, pois os trabalhos produzidos neste espaço serviram para muitos, como base de entendimento do processo de formação territorial, social e política local. Na sessão que segue, intitulada: *Entre a invisibilidade e a detração*, veremos alguns exemplos que ilustram esta ambivalência de invisibilidade e detração dos negros libertos, nas Revistas do Instituto do Ceará.

Entre a invisibilidade e a detração

Podemos perceber nos textos produzidos pelos intelectuais locais, que a inferiorização dos negros vem desde o período que antecede a abolição, como é o caso dos conceitos utilizados para se referir a negros e indígenas. Quase sempre fazendo uso de um o tratamento hostil que esses grupos, sobretudo os negros recebiam.

Com relação a estes conceitos, no vocabulário indígena, produzido pelo Instituto, em 1887, ao referir-se ao significado de "cabóclo", é narrado um fato que evidencia a constante detração dos negros no referente período:

> (...) acrescentando que os casamentos dos colonos com índios não eram infamantes, antes motivos de consideração e de preferência para os cargos públicos. Consoantes com estas ideias de dignidade o Marques do Lavradio, por portaria de 6 de Agosto de 1771, rebaixou a um índio do posto de capitão-mór, por ter **casado com uma preta, e assim manchado seo sangue e mostrando-se indigno do cargo** (NOGUEIRA,1887, p. 235, grifos nossos).

Apesar dessa colocação cruel, casamentos e famílias não deixaram de existir entre os cativos com outros sujeitos sociais que também compõem o rol dos subalternizados pela historiografia oficializada, no caso dos indígenas, que mesmo sujeitos a condições sub-humanas impostas pelos seus senhores, e o controle da vida social exercido por estes últimos, alguns estudiosos dessas temáticas fazem apenas colocações negativas acerca das uniões afetivas dos negros. De todo modo, de acordo com Funes,

> a família é uma instituição que não deixou de existir entre os escravos; mas os viajantes não conseguiram ver e se muitos estudiosos a viram, foi de forma desfocada, diluída na promiscuidade reinante no espaço das senzala (FUNES, 2002, p. 118).

Umas das temáticas que mais teve ênfase nas revistas do instituto foi a abolição da escravatura no Ceará, fato que elevou o Ceará, de acordo com a historiografia institucional, ao patamar de lugar civilizado e progressista, porém, na medida que ocorria esse fervor progressista essa mesma historiografia silenciou e marginalizou os negros libertos, conforme podemos perceber no texto da Sessão de 17 de Maio de 1888, com o pronunciamento do presidente do Instituto, Paulino Nogueira, transcrito por Perdigão de Oliveira, também membro fundador do IHC,

> Agora,sim, o escravo não é mais cousa, mas um ente racional, um cidadão com pátria e direitos, que o habilitaram aos cargos públicos, sem outra diferença que não a dos seus talentos e virtudes (OLIVEIRA, 1888, p. 100).

Sendo a escravidão, um tema no qual os intelectuais do instituto se propuseram a narrar, podemos identificar no discurso que anunciou a abolição, datado de 1888, a colocação dos negros na condição de seres irracionais, no qual a liberdade transformaria sua gênese e o tornaria humano ao invés de coisa.

Como sabemos, afirmações como essa, de uma suposta irracionalidade dos negros, o grupo escravizado naquele contexto, era comum em meados do século XIX, embasados

em teorias raciais que tinham como principal característica a divisão entre negros e brancos. Colocar os negros na condição de irracional e passivo nos deixa mediante a uma negação da resistência e contribuição social desse grupo étnico para sociedade, conforme chama atenção Gilroy,

> com isso, contribui-se para assegurar noções profundamente conservadoras que proporcionam um verdadeiro conforto em tempos funestos, mas que não fazem justiça à firmeza e às habilidades improvisadas dos escravos e de seus descendentes combativos, ou à complexidade da vida cultural contemporânea (GILROY, 2007, p. 31).

Esta ideia de passividade, no entanto, fica ainda mais evidente no decorrer deste mesmo artigo que anuncia a abolição, no qual o autor afirma que o fato se deu de forma pacífica, excluindo mais uma fez a participação efetiva das camadas consideradas inferiores na luta por liberdade:

> O Ceará livrou seu solo de escravos sem a mínima comoção social, e desmentio todas as previsões: consolidou a tranquillidade pela justiça e philantropia, saldou suas dividas sem dano a ninguém, e accumulou saldos, que são o melhor documento do nosso prospero estado financeiro (OLIVEIRA, 1888, p. 102).

Afirmações nessa ótica eram comuns quando o assunto era abolição, não só no instituto do Ceará, mas em boa parte da historiografia. A campanha abolicionista era sempre tratada, por parte dos intelectuais do IHC, como um fato pacífico, que não enfrentou resistências. Ressaltar a

greve dos jangadeiros, o início da luta por liberdade, ficou a cargo de poucos, de acordo com a escrita do IHC, foi um ato "pacífico" e "filantrópico", conforme ressalta Amaral,

> o movimento abolicionista no Ceará apresentou, portanto, uma conotação muito mais simbólica que prática. Não transformou a estrutura social da província, mas deu renomado ânimo àquele movimento intelectual que parecia arrefecido desde a morte do Senador Pompeu em 1877 (AMARAL, 2002, p. 18).

As produções que giram em torno da abolição possuem em sua grande maioria esse caráter excludente, sobretudo por desconsiderar as lutas por liberdade e negar a presença negra no decorrer de todo processo progressista do Ceará. Baseado muitas vezes nas afirmativas errôneas de uma diminuta população negra, seja ela cativa ou livre. São ideias que influenciaram diretamente nessa construção de uma ausência de afro brasileiros no Ceará.

Porém, é preciso revisitar algumas ideias em torno da campanha abolicionistas do Ceará. Uma reavaliação historiográfica, que não seja vista de cima, em uma perspectiva eurocêntrica, mas mostrando a outra face da luta por liberdade, dando voz ao que Ratts chama de "pontos negros na Terra da Luz". Sobre esta problemática da abolição no Ceará, lembra o autor que,

> O ano de 1881, Francisco José do Nascimento, um homem negro aracatiense, juntou-se a outros de sua raça e de seu oficio de jangadeiro, a exemplo do liberto José Napoleão, no intuito de impedir o tráfico negreiro para os cafezais

> do Sul. Mulheres negras estavam envolvidas nesse contexto como tia Simoa, esposa de Napoleão (RATTS, 2009, p. 84).

Com relação a população cearense, o Instituto também tratou dessas temáticas. Pois além de ser histórico, é antropológico e geográfico, logo, mapeou o espaço cearense, bem como a formação populacional, seja quantitativa, como também se achou na condição de classificar de forma qualitativa. Conforme ressalta o naturalista Feijó, que teve suas memórias documentadas pelo IHC,

> Sendo porém esta Capitania tão vasta, é de admirar a sua **diminuta e desfalecida população**, que apenas montara a 150 mil habitantes de todas as classes, e este pela maior parte de **péssima qualidade**: porque uns são índios originaes do paiz(...) outros são provenientes destes com os negros, cuja raça indígena constitue o maior numero dela, conhecido com a vil denominação de- ***cabras***- (19). (FEIJÓ, 1889, p. 22, grifos nossos).

Uma vez juntos, negros e índios constituem-se enquanto "*cabras",* ambas as etnias são consideradas inferiores pelo pensamento europeu, e o seu desígnio não poderia ser visto de forma positiva. De acordo com o estudo realizado por Irffi (2015) "se era certo que o cativo não fazia parte do rol de cidadãos brasileiros, a grande questão ficava em como delimitar ex-escravos, invariavelmente mestiços, ficassem alheios a um título que para eles servia de distinção à sociedade da época." (IRFFI, 2015, p.41).

Uma forma de diferenciar essa população foi associa-la a um termo que, embora varie na interpretação do uso, permanece guardando sentido pejorativo, e que automaticamente exclui o sujeito de ser componente do Estado-Nação brasileiro. Isso significa dizer, que no projeto civilizador e progressista, endossado pelas instituições históricas brasileiras, não cabia índios e negros, como afirma Guimarães acerca do IHGB,

> ao definir a Nação brasileira enquanto representante da ideia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros. O conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu. (GUIMARÃES,1988, p.8).

Levando em consideração a colocação acima, o Instituto do Ceará apenas segue a cartilha proposta inicialmente pelo IHGB, quando afirma ser, na medida em que conserva um discurso que índios e negros na composição da sociedade brasileira são enquadrados como portadores de "péssima qualidade", justamente as etnias que ficaram fora do projeto de civilização brasileira.

No que diz respeito ao desígnio destes povos, os *cabras*, foi formulado um conceito para um povo que iria satisfazer as necessidades de uma classe dominante, que perpassava os sentidos raciais e econômicos, conforme o estudo de Irffi, sobre a invenção deste conceito nos oitocentos,

> a formulação do conceito *cabra* estava diretamente relacionada à necessidade, entendida pela classe dominante do Cariri Cearense, em diferenciar as classes sociais e, mais ainda, delimitar os papéis sociais que competiam a cada uma.(...) Também devem ser citados os sentidos racial e de classe. Quanto ao racial, sua influência estava posta na delimitação da mestiçagem como uma marca, ou mesmo característica, do *cabra*; e, por último, de classe, na medida em que esse conceito era aplicado invariavelmente a pessoas cuja posição social era inferior ao do que a identificava. (IRFFI, 2015, p. 17).

Essa denominação, cabras, trata-se das misturas entre negros e índios, acima descritas, no que concerne a população do Ceará no século XIX. E que de acordo com a narrativa do Instituto do Ceará, também entra no rol da população considerada de "péssima qualidade", pelos intelectuais da referida instituição.

A atribuição, ainda de caráter negativo, segue nas linhas do Instituto do Ceará, continuando os escritos sobre a população da capitania, temos descrições mais precisas com relação aos índios e negros, disseminando um sentimento que vigora até hoje de índio preguiçoso e negro ignorante, como vemos no artigo de Feijó documentado e datado pelo IHC de 1889,

> por isso mesmo de **ordinário** muito **preguiçoso** e **indolente**s, com particularidades os índios, cabras e mamelucos, que são em extrema **vadios** dissolutos nos costumes e cheios de vícios que pode produzir no coração humano uma vida licencioso no centro da mais

> **crassa ignorância**, donde provem nelas a **falta de sentimentos e de virtudes moraes,** e outros vícios já pouco estranhados contra todos os direitos da natureza e da sociedade (FEIJÓ, 1889, p. 22, grifos nossos).

Uma das ferramentas de poder para estabelecer domínio sobre o outro é a desqualificação. Os negros foram desqualificados pelo Instituto do Ceará em suas produções, afim de que os mesmo ficassem a mercê, mesmo depois de libertos, dessa elite que os escravizou por séculos.

É perceptível que as formas de castigo se resignificaram. O que anteriormente eram agressões físicas, exclusão e marginalização social, com a ajuda da historiografia, que fez questão de colocar os negros em condições inferiores embasado na suposta supremacia intelectual branca.

A multiplicidade étnica sempre esteve presente no Ceará. Não se trata de uma população indolente e preguiçosa, a força de trabalho africana fez prosperar a economia local, mesmo sendo um lugar de desenvolvimento econômico predominantemente pecuarista. Os negros tiveram lugar nessa história, seja na condição de trabalhador livre ou cativo. Conforme chama atenção Sobrinho,

> na região, durante bom tempo, foi significativa a mão de obra escrava indígena, situação que começou a mudar após as reformas Pombalinas, com a proibição do uso dos nativos como cativos. Portanto, somando as proibições ao progresso econômico da província, principalmente após a seca de 1777, tem-se a introdução frequente do cativo africano ou

> descendente, nessa província, financiado com os ganhos obtidos com a produção algodoeira (SOBRINHO, 2005, p. 32).

Isso significa que, na grande maioria das vezes, essa mistura, pode ser considerada como um obstáculo para a inserção na sociedade, sobretudo os negros libertos. Não podemos apresentá-los como membro de uma história dual, que consequentemente o estigmatiza, como apresenta Funes:

> há toda uma experiência social construída historicamente pela etnia negra ("pretos," "pardos" e mulatos"), marcas visíveis de sua sociabilidade, de seu engajamento no mundo do trabalho, de suas práticas culturais contra a descriminação e o preconceito (FUNES, 2002, p. 103).

Diferentemente das afirmações daqueles que eram responsáveis pela elevação do Ceará através da historiografia ao patamar culto e letrado. Apesar das taxações de inércia, preguiça e vadiagem, coube a população negra e livre, posterior a abolição, mesmo mediante as limitações sociais impostas pelo preconceito, serem agentes de sua própria história.

Hierarquizar os grupos étnicos, entre a supremacia e a inferioridade faz com que negros e brancos vivam reféns dos dispositivos raciais e do que ele é capaz de criar. As passagens da revista do IHC anteriormente citadas mostram como agiu o processo racializador, que animalizou, excluiu e condenou negros pela justificativa da raça, e não estamos isentos dessa problemática na contemporaneidade, conforme afirma Gilroy,

> a busca da liberação da "raça" é um problema de especial urgência para aqueles que, tal como os negros modernos no período posterior à escravidão transatlântica, foram designados para ocupar uma posição inferior nas hierarquias duradouras criadas pela raciologia (GILROY, 2007, p. 33).

Seguindo esse viés de escrita, o Instituto do Ceará com o passar dos anos é ainda mais preciso nos seus artigos, em demarcar qual o lugar dos negros na sociedade cearense, mostrando através da historiografia, que mesmo os negros conquistando a liberdade, os privilégios e os direitos de um cidadão brasileiro não fazia parte de seu cotidiano.

Vendo por esse âmbito, a problemática da racialização desses sujeitos nos reporta a uma questão: as relações sociais fundamentadas na ideia de raça além de nos deixar reféns a esse processo que hierarquiza os grupos étnicos, como citado anteriormente, legitima situações que tem por objetivo a dominação daqueles que são supostamente inferiores. Trata-se de uma utilização das relações raciais como forma de controle desses grupos étnicos. Se analisarmos esse contexto sem perder de vista a perspectiva das relações sociais a partir da supremacia eurocêntrica, em vigor nesse contexto, perceberemos que, segundo Quijano,

> a posterior constituição da Europa como nova id-entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram a elaboração de perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela a elaboração teórica da ideia de raça como naturali-

> zação dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não europeus (QUIJANO, 2005, p. 229).

Pensar essa "elaboração teórica da ideia de raça" nos faz perceber o quanto isso se reproduziu na escrita da história. Se analisarmos a escrita a partir dessas teorias, perceberemos que os discursos que estigmatizam os negros se fundamentam nessa diferenciação que as teorias raciais implicam, sobretudo na produção de um conhecimento voltado para a exaltação europeia enquanto modelo de identidade a ser seguido.

São situações que no decorrer dos oitocentos se incorporam e ganham argumentos. Os negros, como mencionado anteriormente, não compunham o Estado Nação, e quanto mais a historiografia conseguisse enfatizar isso, mais separatista a sociedade intelectual se tornava, através da escrita. A ponto de colocar em pauta o que elevaria e diminuiria os níveis de civilização brasileira, no caso especifico do nosso estudo, o IHC como responsável pela narração de uma história do Ceará que ressaltasse as características de uma então província civilizada e progressista.

No tomo de 1890, em uma descrição sobre a população da capitania do Ceará, Thomaz Pompeu de Sousa Brasil demonstra preocupação com a união do elemento português com índios e negros, e no que isso podia trazer de malefício para a sociedade cearense. Sendo enfático no quanto prejudicial era a presença de africanos neste solo: "por outro lado, a primitiva mescla de portuguezes com índios, e posteriormente com africanos, o relaxamento dos costumes, consequência desse facto (...)" (BRASIL 1890, p. 257).

O autor responsabiliza essa mescla de população pelo "relaxamento dos costumes", já que o projeto progressista brasileiro tinha caráter europeu, manifestações culturais, costumes e crenças oriundos de África decairia o nível que se queria alcançar. Neste sentido, é o mesmo que dizer que negros libertos não estão aptos a viver em liberdade, pois os negros se misturariam com os brancos, alterando costumes não condizentes com sua cultura, isso ocasionaria uma regressão nos moldes civilizatórios.

Sobre essa questão, Chalhoub (1996), ao apresentar o discurso de um parlamentar sobre as formas de repressão a ociosidade dos libertos, afirma que:

> as condições de vida do cativeiro seriam responsáveis pelo suposto despreparo dos ex-escravos para a vida em liberdade. Logo adiante, todavia, a ainda na mesma frase, o parlamentar argumenta que a lei de 13 de maio não poderia mesmo ter abolido os vícios dos libertos, pois uma lei não pode transformar "o que está na natureza" (CHALHOUB, 1996, p. 25).

Porém, mesmo diante das mais variadas formas de repressão, a lei de fato não transforma o que está na sua "natureza", sobretudo no âmbito das tradições. A rica cultura africana travessou o Atlântico nos navios negreiros e no solo brasileiro ganhou o caráter de resistência mediante as opressões que os negros sofriam não só em cativeiro, como também em liberdade, conforme enfatiza Sobrinho,

> acredito que esses africanos ao serem trazidos para o Brasil na condição de escravos, trouxeram com eles um conjunto de experiên-

> cias culturais que fora usado como símbolo de resistência e preservação da identidade étnica. E que, acrescentadas as experiências de luta no cativeiro, levou os mesmos a desenvolverem variadas formas de resistência, e uma agudíssima arte de dissimular suas ações no cotidiano (SOBRINHO, 2009, p. 94).

Sendo assim, tratar os africanos escravizados como "raça indolente", responsabilizá-los pelo "relaxamento dos costumes", ou coloca-los como "sujeitos inertes", corresponde a um equívoco, as experiências dos negros que aqui viveram e vivem, a disseminação cultural africana, refletida na cultura cearense, negada em alguma medida pela historiografia oficial, resistem até hoje, como resistiram no cativeiro.

Considerações finais

Portanto, as revisões historiográficas voltadas a história dos negros no Ceará, seja no processo escravista ou posterior a ele são válidas, primeiramente para que se quebre a falsa premissa que o estado do Ceará não tem negros e consequentemente para os afro cearenses que aqui habitam se reconheçam enquanto tal. Que seja abolida a condição de subalterno e reconstruída uma história de resistência e vitorias de um grupo que sofreu as mazelas da escravidão mas que com muita luta conquistou e demarcou seu espaço, assim como tem contribuições significativas na história social, política, cultural e religiosa do Ceará.

Referências

AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. **Barão de Studart:** memória da distinção. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril:** cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CORTEZ. Ana Sara Ribeiro Parente. **Cabras, Caboclos, Negros e Mulatos:** A Família Escrava no Cariri Cearense (1850-1884). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2008.

FEIJÓ, João da Silva. **Memórias escritas sobre a capitania do Ceará.** In: Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, 1889.

FOUCAULT. Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collége de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970/ Michel Foucault. tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23. Ed. São Paulo : Edições Loyola, 2013. (Leituras filosóficas).

FUNES, Eurípedes Antonio, **Negros no Ceará**. SOUZA, Simone de (Org.) In: Uma Nova História do Ceará. UFC: Fortaleza, 2002.

GILROY, Paul. **Entre campos:** nações, cultura e fascínio da raça. Tradução de Célia Maria Marinho de Azevedo. São Paulo: Annablume, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Nação e Civilização nos Trópicos:** o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.1, 1988. p. 5-27.

IRFFI, Ana Sara Ribeiro Parente Cortez. **O cabra do Cariri cearense:** a invenção de um conceito oitocentista. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2015.

NOGUEIRA. Paulino. **Vocabulário indígena na província do Ceará.** In: Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, 1887.

OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto, Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará-Memórias, representações e pensamento social (1887- 1914).** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2001.

OLIVEIRA. João Baptista Perdigão. **Sessão de 17 de Maio de 1888.** In: Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, 1888.

BRASIL. Thomaz Pompeu de Sousa. **População do Ceará.** In: Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, 1890.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social.** SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula. *In: Epistemologia do Su*l. São Paulo: Cortez, 2010.

RATTS, Alex. **Traços étnicos:** espacialidades e culturas negras e indígenas. Fortaleza: Museu do Ceará: Secult, 2009.

SOBRINHO, José Hilário Ferreira. ***"Catirina minha nega, Teu sinhô ta te querendo vendê, Pero Rio de Janeiro, Pero nunca mais ti vê, Amaru Mambirá":*** O Ceará no tráfico interprovincial – 1850-1881. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. [s.n], 2005.

SOBRINHO, José Hilário Ferreira. **Sociabilidade e solidariedade dos negros livres e escravos no Ceará do séc. XIX.** In: Documentos, revista do Arquivo Público do Estado do Ceará: Afro- brasileiro: história e educação/ Arquivo Público do Ceará. Fortaleza. v.7. 2009.

O ENSINO DA HISTÓRIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: UMA QUEBRA DE PARADIGMA DA CULTURA RACISTA

Valéria Soares de Oliveira
Isaíde Bandeira da Silva

Resumo

As demandas sociais contemporâneas, junto às mobilizações promovidas pelo Movimento Negro no Brasil, contribuíram significativamente para a publicação da Lei Nº. 10.639, de 2003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar da Educação Básica. Em consequência, foram instituídas políticas afirmativas pelo Governo Federal no processo de exequibilidade das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. A partir de então, ampliaram-se as discussões deste tema na perspectiva de uma reconfiguração sociocultural do ambiente escolar na edificação de relações e práticas antirracistas no país.

Palavras-chave: História. Ensino. Cultura. Racismo.

Instituição respaldada, em tese, em todo o país, a escola representa um centro de produção e reprodução de instruções formativas que vão para além dos conhecimentos de

conteúdos das disciplinas. Por meio dela, parte significativa da sociedade recebe as normas de convivência social que implicam diretamente a formação dos cidadãos brasileiros uma vez que a dimensão do que é ensinado na escola ultrapassa seus muros e reflete na configuração social do país.

Reconhecendo o papel desta instituição de ensino formal, estamos desenvolvendo uma pesquisa de mestrado que se propõe analisar o ensino da história africana e afro-brasileira em algumas escolas públicas de Quixadá[53], objetivando compreender o papel dos diferentes sujeitos que compõem o quadro da educação formal da referida cidade no processo de exequibilidade das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, instituídas pelas políticas afirmativas do Governo Federal.

Buscando compreender discussões e procedimentos que envolvem o Ensino da História Africana e Afro-brasileira, percebemos a relevância de analisar o papel do próprio ensino na desconstrução da cultura racista no contexto nacional. Para tanto, dividimos este artigo em duas partes. Na primeira abordamos a conquista social da Lei 10.639/03 e as situações que permearam essa conquista, bem como suas implicações para além do ensino formal. E na segunda analisamos o papel da escola contra a cultura racista, apresentando embates e debates acerca do racismo e da função da escola na desconstrução de discursos e práticas segregacionistas que destoam de nossa formação multicultural.

53 A cidade de Quixadá está situada na região do Sertão Central do Ceará, a aproximadamente 168 km da capital Fortaleza.

Tomaremos, como marco inicial para análise de nossa pesquisa, a promulgação da referida Lei, que, por sua vez, desencadeou algumas discussões no tocante às relações étnico-raciais no Brasil, bem como fomentou "sede de justiça" para e com os negros brasileiros, haja vista as possibilidades de efetivar práticas dignas de uma verdadeira cidadania para com todos os brasileiros, independentemente da cor de sua pele.

Precisamos nos atentar aos desafios impostos para não cairmos no erro de perceber as relações raciais como harmônicas, tendo em vista que, desde seus primeiros ensaios, foram conflitantes. E, que por este motivo, se faz necessário desconstruir mitos e discursos românticos de uma nação miscigenada e uníssona, homogênea e democrática, para construir novas vivências pautadas em realidades que podem e devem ser reformuladas.

1. A conquista social da Lei nº 10.639/2003

O Brasil no período de 1964 a 1985 viveu uma fase conhecida em nossa História como Ditadura Militar. Neste contexto muitas questões que se referiam aos direitos civis e humanos dos cidadãos brasileiros foram sucumbidas pelo autoritarismo do Estado, de forma que os menos favorecidos não podiam vivenciar sua liberdade em uma sociedade de práticas subordinadas à vontade de um grupo pequeno que detinha o poder.

Guimarães (2012), baseado em Santos (2005), no contexto da radicalização do regime militar, ressalta que a crítica

ao despotismo do Estado resultou no questionamento das relações sociais no Brasil, salientando as hierarquias presentes entre as classes, raças e outros. Por outro lado, a aproximação do Estado brasileiro da África viabilizou relações com grupos negros que passaram a denunciar o mito da democracia racial vivida no Brasil.

No cenário acima, o autor enfatiza a perda do ideal de democracia racial propagado no país em meio ao golpe militar, bem como destaca as forças contidas nas relações sociais e políticas como propulsoras de ressignificações ideológicas, principalmente dos grupos culturais negros do Brasil.

A partir da década de 1970, o movimento negro brasileiro se reorganizou fundando o Movimento Negro Unificado (MNU)[54] contra a discriminação racial, objetivando afirmações políticas de reconhecimento para o negro no cenário nacional. Essa ideia foi reforçada após o processo de redemocratização do país e reverberou na promulgação da Constituição Federal de 1988, uma vez que neste documento o racismo passou a ser repudiado e a prática racista considerada crime inafiançável e imprescritível. Tal medida, ao designar o racismo como crime, passou a advogar a favor dos direitos civis e sociais dos negros brasileiros, denunciando a precariedade desses no âmbito nacional.

Rocha (2006) salienta que a atuação do Movimento ganhou destaque nos cenários nacional e internacional a partir dos manifestos seguidos de acordos políticos traçados,

54 O Movimento Negro no Brasil, enquanto proposta política, apresenta como marco oficial o dia 07 de julho de 1978. Na referida data, ativistas negros de sete entidades, que formavam o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, foram à praça Ramos de Azevedo, em frente ao Teatro Municipal da cidade de São Paulo protestar contra o racismo no Brasil. Na ocasião, leram uma carta aberta à população apresentando os problemas enfrentados pelos negros no Brasil, chamando a atenção de toda sociedade para o que de fato ocorria no país. Sobre a origem do MNU e o evento do dia 07/07/1978, ver: http://mnu.blogspot.com.br/ e http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1978/07/08/2/# Acesso em 02/10/2016.

especialmente na década de 1980, no intuito de promover a igualdade social e racial no Brasil.

A atuação do Movimento Negro Unificado no país é de singular importância para a compreensão da elaboração e execução de políticas afirmativas para o negro no Estado brasileiro, bem como para a aprovação da Lei 10.639/03, a qual utilizamos para compreensão do papel do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no processo de desconstrução de preconceitos de cor e de práticas racistas no âmbito escolar.

A Lei Federal 10.639, de 09 de janeiro de 2003, alterou a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), incluindo o artigo 26ª, que estabelece diretrizes curriculares que obrigam a inclusão no currículo da Educação Básica – nas redes de ensino público e particular – do ensino de Cultura e História Africana e Afro-brasileira. E incluiu no calendário escolar o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra".

Nesse sentido, Gomes (2009), observa que:

> A implementação da Lei 10.639/03 pode ser vista como o desafio de uma política pública em educação que carrega consigo a tarefa de reeducar o próprio Estado, os sistemas de ensino, as universidades, as escolas e os sujeitos da educação na sua relação com a diversidade étnico-racial (GOMES, 2009. p. 72).

Hoje, treze anos após a publicação da mencionada Lei, sua efetividade ainda se configura de maneira pontual e

sutil, tendo em vista que no Brasil vivenciamos situações diversas no que se refere à propagação de práticas racistas como casos divulgados com frequência nas mídias sociais.[55]

Acreditamos que, apesar das conquistas sociais advindas de lutas do Movimento Negro Unificado, ONGs e alguns civis comprometidos com a causa negra no País, ainda existe muito a ser realizado no sentido de promover a construção de uma sociedade mais justa. E, nesse sentido, entendemos que a escola se apresenta como ambiente propício a formar novas configurações político-sociais voltadas à conscientização antirracista e à valorização de todos os brasileiros.

2. A escola contra a cultura racista

Analisar o ensino da história africana e afro-brasileira no contexto nacional, partindo de uma visão de quebra de paradigmas de uma cultura racista, tendo por base a vivência cotidiana nas escolas brasileiras, requer uma avaliação de processos diversos que estão para além do universo escolar, mas que encontram nesse espaço físico de sociabilidade oportunidades de propagação e reafirmação de práticas preconceituosas de cunho racista e excludente, ainda presentes em boa parte do país em pleno início do século XXI.

55 Exemplificamos aqui situações vivenciadas por quatro mulheres negras entre novembro de 2015 e maio de 2016. Matérias disponíveis em: http://ego.globo.com/famosos/noticia/2015/11/cris-vianna-e-vitima-de-racismo-na-internet-assim-como-tais-araujo.html; http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2016/01/jornalista-negra-relata-caso-de-racismo-em-supermercado-de-bh.html ;http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/cantora-ludmilla-ira-registrar-caso-de-racismo-na-policia-diz-empresario.html (Acessos em: 29/06/2016).

A história do Brasil traz consigo fatos e construções de discursos racistas que reafirmaram por muito tempo práticas preconceituosas contra os negros, todavia apresentavam a questão do racismo como algo inexistente, velando essas relações e destacando os problemas sociais em detrimento dos preconceitos raciais, apresentando os primeiros como propulsores das diferenças vivenciadas pelos negros brasileiros, negando assim o racismo presente no país.

Nesse sentido, Guimarães (2012) faz uma análise acerca das noções raciais no Brasil, levando em consideração a problemática do racismo, que ora retardaram a concepção de cidadania para todos e ora incentivaram a propagação desta, variando de acordo com as conjunturas políticas nacionais.

Levando em consideração essa realidade, refletimos sobre as práticas culturais vigentes no cotidiano dos brasileiros e os reflexos destas sobre a discriminação e o preconceito racial. Nesse sentido, Santos (1994) salienta que o conceito de cultura está ligado a todos os aspectos de uma realidade social. Nossa abordagem remete a esta concepção, pois compreendemos cultura como conjunto de realizações humanas de complexas representações.

Para complementar essa análise acerca da cultura do racismo, ressaltamos as considerações de Bosi (1996), que define cultura como um conjunto de práticas, de técnicas, de símbolos e de valores que devem ser transmitidos às novas gerações para garantir a convivência social. Bosi enfatiza que, para tanto, se faz necessária uma consciência coletiva resultante da vivência cotidiana que vislumbra o futuro da comunidade. Ou seja, precisamos compreender a cultura em seu sentido educacional, que seria, segundo

Bosi, o que um povo ensina aos seus descendentes para garantir sua sobrevivência.

A partir dessa compreensão, destacamos a escola como espaço fundamental no processo de reconstrução histórica do país e da afirmação identitária dos negros brasileiros, uma vez que as dimensões das ações promovidas no espaço escolar se estendem às comunidades do entorno que, por conseguinte, repercutem direta ou indiretamente na sociedade em geral.

Dessa forma, devemos reconhecer que há posturas e discursos preconceituosos de cunho racistas propagados no âmbito escolar para posteriormente combatê-los. Isso se concretiza realizando nas escolas processo análogo ao que ocorrera no contexto da elaboração das ações afirmativas para os afrodescendentes, com o objetivo de convocar a comunidade escolar para acessar informações e produzir conhecimentos acerca da temática abordada, para assim promover debates relevantes que culminem na construção de uma sociedade culturalmente mais consciente e igualitária.

Todavia, para promoção de uma educação valorativa e antirracista no Brasil, é necessário rever conceitos e práticas que permeiam o universo escolar, assumindo:

> Uma educação que, estruturada no princípio da igualdade, rejeita todas as formas de preconceitos e posiciona-se politicamente contra todas e quaisquer discriminações (raciais ou não), militando para a construção de uma sociedade igualitária, sem exploração e sem dominação. Uma educação que compreende a importância de historicizar as relações étnico-raciais para que assumamos discursos e

> práticas antirracismo que oficialmente estão institucionalizadas no Brasil desde o ano de 2003 (SILVA, 2012. p. 113).

Diante do cenário exposto, podemos afirmar que a escola desempenha papel relevante no processo educacional de toda a comunidade. Por sua vez, pode também viabilizar, através de suas ações curriculares, a desconstrução de pensamentos e discursos racistas dentro e fora desses espaços, efetivando, assim, o que fora imposto pela legislação nacional, que, não por acaso, mas atendendo às demandas do Movimento Negro Unificado e da população engajada nesta luta contra o racismo, tornou obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no país, na tentativa de minimizar o descaso do Estado para com os descendentes de africanos que compõem parte significativa da população nacional.

No que concerne a essa relação Estado e sociedade civil, Gomes (2009) nos esclarece que:

> ...dada a responsabilidade do MEC, dos sistemas de ensino, das escolas, gestores e educadores na superação do racismo e na educação das relações étnico-raciais, as iniciativas para a concretização dessa política ainda se encontram em um nível incipiente. A sua efetivação dependerá da necessária mobilização da sociedade civil a fim de que o direito à diversidade étnico-racial seja garantido nas escolas, nos currículos, nos projetos político-pedagógicos, na formação de professores, nas políticas educacionais etc (GOMES, 2009. p. 40).

Concordamos com a autora, uma vez que percebemos as lacunas ainda existentes entre teoria e prática no que tange à aplicabilidade da Lei expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no contexto nacional, tendo como base o contexto quixadaense, bem como compreendemos a importância dos diferentes sujeitos sociais envolvidos nesse processo, que se apresentam dentro e fora do ambiente educacional formal.

Destacamos também o pensamento de Fernandes (2005, p.385), ao enfatizar que "com a promulgação da Lei nº 10.693, de 2003, espera-se que a escola assuma realmente o seu papel social de valorização e de difusão da cultura e da pluralidade de nossa formação étnica [...]"

Para tanto, a escola contemporânea precisa se transformar de fato em lugar de viabilização de novas possibilidades educacionais que possivelmente culminarão na minimização do preconceito racial em nosso país, principalmente através do ensino que apresenta elementos significativos das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras.

Nesta perspectiva a instrução deve ser norteada por diretrizes que estão relacionadas ao tipo de sociedade que se quer construir, principalmente no que se refere ao currículo[56] adotado na escola.

Com relação à elaboração do currículo, Silva (2012) nos esclarece que:

56 De acordo com Antônio Flávio Barbosa Moreira, em "Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura", os currículos não são conteúdos prontos a serem passados aos alunos, são uma construção e seleção de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, políticas e culturais, intelectuais e pedagógicas. Conhecimentos e práticas expostos às novas dinâmicas e reinterpretados em cada contexto histórico. As indagações revelam que há entendimento de que os currículos são orientados pela dinâmica da sociedade. Material disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf (Acesso em 22/06/2016).

> O currículo é um artefato socioeducacional e cultural que seleciona/regula os conhecimentos que devem ser compartilhados (currículo explícito), mas essas escolhas, perpassando por conexões de saber, poder e identidade, extrapolam os limites dos conteúdos e atividades curriculares e interferem na configuração das sociedades (SILVA, 2012. p. 111-112).

Consideramos o currículo como um elemento importante na execução da proposta de uma reformulação das práticas sociais vigentes. No entanto precisamos ir além do papel reparador desempenhado pelos currículos escolares através de conteúdos programáticos impostos pela legislação federal uma vez que as questões étnico-raciais devem ser repensadas nas diversas ações realizadas no processo de ensino-aprendizagem.

Acerca dessa discussão, Coelho (2010) enfatiza a necessidade de repensar a aplicabilidade da Lei 10.639/03 de forma integrada às vivências da comunidade escolar, sugerindo que:

> A alteração à qual nos referimos representa mais que o mero acréscimo do conteúdo afrodescendente. Ela expõe a necessidade de se repensar as relações étnico-raciais, tendo em vista os procedimentos de ensino e seus desdobramentos. Portanto, constatamos o modo pelo qual aquela história e cultura são consideradas e identificamos como as formas de discriminação e reprodução de preconceitos são perpetuadas dentro do universo escolar, por meio das elaborações que os alunos fazem do conteúdo e das representações que com-

> põem sobre a sociedade, pelo trabalho do professor veiculado na sala de aula (COELHO, 2010. p. 12).

As ponderações feitas pelo autor acima refletem diretamente na crença sobre a força da educação como propulsora de uma sociedade mais justa, onde os direitos dos cidadãos serão efetivados e os deveres compartilhados por todos.

Avaliando nossa realidade, é certo afirmar que ainda estamos num processo embrionário no que se refere às práticas antirracistas no âmbito educacional brasileiro. Contudo, percebemos que existem caminhos possíveis a serem trilhados para a formação de indivíduos mais críticos e comprometidos com a causa antirracista, que não deverão mascarar relações discriminatórias, e, portanto, serão capazes de edificar em bases sólidas um Brasil multirracial, onde o respeito à diversidade e a individualidade dos diversos sujeitos que compõem a nação sejam considerados.

Considerações finais

Nossa análise apresenta como base a escola e as políticas públicas educacionais nesse processo de afirmação da identidade afro-brasileira, não obstante ressaltamos que essa responsabilidade ultrapassa os muros escolares e convoca todos os brasileiros a reconstruírem a história nacional, dando voz e vez àqueles que por muito tempo foram – e ainda são – marginalizados no Brasil.

Defendemos a implementação de uma educação valorativa, principalmente através da escola, capaz de agregar em diferentes processos educacionais promovidos os princípios de uma nação de origem plural, com vistas a promover a compreensão de que grupos de indivíduos de cores e culturas diferentes deram origem ao que hoje chamamos de povo brasileiro.

Ratificamos que a escola e suas representações políticas e relacionais, enquanto ambiente de construção e afirmação de práticas representativas do multiculturalismo[57] nacional, podem e devem desempenhar papel relevante na promoção do direito à diversidade étnico-racial no país.

Referências

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília, DF: MEC/SEPPIR, 2005.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía. **A questão racial na escola: representações dos agentes da escola sobre os conteúdos etnicoculturais.** 1. ed. Belém: Editora UNAMA, 2010.

57 Moacir Gadotti, educador brasileiro comprometido com educação popular e comunitária, propõe uma educação multicultural, como estratégia de educação para todos, capaz de reduzir os elevados índices de evasão e de repetência dos segmentos menos favorecidos da sociedade brasileira, na sua maioria constituídos por pobres, negros e mestiços. Considera ele que uma das tendências do mundo contemporâneo é o multiculturalismo, que deve se traduzir no respeito e valorização das diferenças socioculturais. In: Fernandes (2005; p.385).

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Ensino de História e Diversidade Cultural**: desafios e possibilidades. Cadernos CEDES (Impresso) Campinas, v. 25, p. 378-388, set./dez. 2005.

GOMES, Nilma Lino. Limites e possibilidades da implementação da Lei 10.639/03 no contexto das Políticas Públicas em educação. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana (Orgs.). **Caminhos convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009.

GOODSON, I. A crise da mudança curricular: algumas advertências sobre iniciativas de reestruturação. In: Silva, H. (Org.) **Século XXI. Qual conhecimento? Qual currículo?** Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

GUIMARÃES, A. S. A. Cidadania e retóricas negras de inclusão social. **Lua Nova** (Impresso) v. 85, p.13-40, 2012.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Indagações sobre currículo: cur**rículo, conhecimento e cultura, organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf. Acesso em: 22 jul. 2016.

ROCHA, Luis Carlos Paixão da. **Políticas Afirmativas e Educação: A Lei 10.639/03 no Contexto das Políticas Educacionais no Brasil Contemporâneo**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná (Dissertação de Mestrado) 2006.

SANTOS, José Luiz dos. ***O que é cultura***, 14 ed. (Coleção primeiros passos), São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

SANTOS, J. T. **O poder da cultura e a cultura no poder:** a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil [online]. Salvador: EDUFBA, 2005.

SILVA, M. P.; MASCARENHAS, S. A. N.; SANTOS. Avaliação do impacto da Lei 10.639/2003 nos currículos de escolas de Humaitá - AM - O desafio da educação étnico - racial. In: X Congresso Internacional Galaico-portugués de Psicopedagogia, 2009, Braga.

Actas do X Congresso Internacional Galaico-Portuguès de Psicopedagogia. Braga: Universidade do Minho/Universidade da Coruña, v. 1. p. 2351-2361. 2009.

SILVA, Tássia Fernanda de Oliveira. Lei 10.639/03: por uma educação antirracismo no Brasil. **Interdisciplinar-Revista de Estudos em Língua e Literatura**, ano 7, v. 16, p. 103-116, jul-dez de 2012.

PARTOS DOMICILIARES NO SERTÃO DO CEARÁ

Noélia Alves de Sousa

Resumo

Este artigo tem como objeto a análise dos rituais do parto domiciliar no sertão do Ceará, no período entre 1960-2000. Nestes rituais observam-se várias questões como o papel das parteiras, as diferenças entre parteiras leigas e parteiras treinadas. ssim como a importância do espaço em que estes partos ocorriam A própria posição assumida pelas mulheres durante o parto configurava-se como um traço distintivo das diferentes vivências culturais destas comunidades.

Introdução

O trabalho das parteiras que realizavam os partos domiciliares no sertão do Ceará era composto por uma série de procedimentos que eram realizados nas parturientes. Estes procedimentos compunham um conjunto de atos que não só demonstravam as referências culturais das comunidades envolvidas, como também marcava as diferenças entre as parteiras leigas e as parteiras treinadas. Esses procedimentos e essas diferenças configuram o que nos propomos a analisar neste artigo.

Primeiros Procedimentos

Um dos primeiros procedimentos das parteiras quando chegavam à residência da parturiente era realizar o exame de toque, para perceber não só a dilatação, como também a posição da criança. Este exame era importantíssimo para a correta avaliação das perspectivas do parto: "Quando eu vejo que tá alta a criança que num dou jeito, [depois do exame de toque], eu digo mia fia tá muito alto, vamo pro hospital, aí agora quando tá baixo é que dá certo eu pegar a criança" [58].

Neste depoimento, a parteira aponta um dos diagnósticos de parto complicado para ela. A criança estar alta significava que a posição em que se encontrava o bebê tornava praticamente impossível um parto normal sem ajuda de instrumentos, daí o recurso ao hospital. D.ª F, a parteira há pouco mencionada, era uma parteira leiga, portanto, não conhecia alguns dos procedimentos que poderiam ser utilizados para viabilizar este tipo de parto:

> A primeira coisa que eu fazia era fazer a assepsia na mulher. Eu só saía com tudo esterelizado, a bolsa era esterelizada, aí fazia o exame, butar a luva e lá dentro, falar como é que tava, saber se tem início o perine ou se era normal, aí começava a dilatar[59].

58 Entrevista com D.ª F. M. da S., 68 anos, parteira desde os 25 anos, realizada em 10/11/1998, em Senador Pompeu-CE.

59 Entrevista com D.ª M. E. de A. L. 79 anos, parteira desde os 21 anos, realizada em 19/06/2004, em Senador Pompeu-CE.

Este depoimento pertence à única parteira formada entre as entrevistadas. D.ª E demonstra a preocupação com a assepsia antes de examinar a mulher, menciona que até mesmo sua bolsa de trabalho era esterilizada; fala sobre as luvas que são colocadas antes do exame de toque. Encontramos esta preocupação com a assepsia entre quase todas as parteiras entrevistadas, mas notadamente entre aquelas que tiveram algum tipo de treinamento hospitalar. Aliás, a grande crítica que todas elas fazem às outras parteiras diz respeito ao problema do cuidado com a higiene, da necessidade das mãos e das unhas limpas.

Além disso, alguns procedimentos utilizados por algumas parteiras leigas também eram vistos com certo ceticismo pelas parteiras treinadas pelos médicos. Havia algumas parteiras que costumavam misturar fumo com azeite doce para passar na barriga da mulher:

> Diz que faziam e eu cheguei em muitas casas de num agüentar o cheiro. (...) Eu acho que elas achavam que aquilo era um remédio. Que ajudava, cansei foi de dá meio banho em mulher que eu num agüentava, amorna a água, vamu tuma um banho, pra tirar isso, fiz isso muitas vezes[60].

Como se vê, D.ª T, uma parteira treinada pelos médicos, condenava veementemente um procedimento comum na região, mas que era visto por ela como uma grave violação das normas de assepsia que ela seguia. Por isso, uma vez que ela chegasse para atender uma parturiente que tivesse

60 Entrevista com D.ª T. N. de S, 80 anos, parteira desde os 30 anos, realizada em 19/04/2004, em Dep.Irapuan Pinheiro-CE.

sendo atendida por uma parteira leiga e encontrasse a mulher besuntada de fumo com azeite doce, a primeira coisa que ela fazia era banhar a mulher, ou seja, restituí-la aos padrões de higiene da Medicina, nos quais ela fora treinada.

A questão do uso do azeite e do fumo foi mencionada por outra parteira, uma leiga, como tendo sido utilizado por parteiras mais antigas do que ela:

> A cebola branca, misturada com o fumo e o azeite doce prá passar na barriga. [para ajudar a dilatar?] É, mais hoje tem mais isso não. A muié ficava fedorenta, um pouco fedorenta. (...) e azeite doce você sabe que ajudava a passar também[61].

A mistura cebola branca com fumo e azeite formava uma pasta que era espalhada na barriga da mulher. Esse procedimento era realizado porque se acreditava que isso ajudaria na dilatação; no entanto, quase todas as parteiras entrevistadas só mencionam esse costume como algo feito apenas por parteiras mais antigas.

Não sabemos se efetivamente era o que ocorria ou se a condenação do método antigo, por parte das parteiras treinadas em hospitais, começou a coibir o costume. Ou ainda, se o que houve foi apenas a menção aos outros/novos procedimentos que se relacionavam àqueles advindos dos treinamentos. Percebemos que D.ª J usou o argumento dos médicos e das parteiras treinadas: a mulher ficava fedorenta, ou seja, suja, o que contrariava as normas de higiene defendidas por estes.

61 Entrevista com D. J. F. da S. 87 anos, parteira desde os 33 anos, realizada em 17/04/2004, em Dep. Irapuan Pinheiro-CE.

Destacamos para a condenação do uso do azeite e do fumo o fato de que talvez aqui se perceba uma substituição das práticas tradicionais de ritual do parto pelas normas higiênicas protagonizadas pela Medicina. Ao condenar a prática do uso da massagem com azeite e fumo, tanto as parteiras treinadas quanto as leigas, já influenciadas pelo discurso médico, perdiam a dimensão do significado ritualístico e simbólico da massagem com óleo e só conseguiam enxergar a sujeira e o mau cheiro.

Em várias outras regiões do País, encontramos a menção à massagem com óleos variados nas barrigas das mulheres que se encontram em trabalho de parto. Em todas elas os significados se assemelham: servem para acalmar a mulher, relaxando-as. Servem ainda para ajeitar a criança, posicionando-a corretamente, preparando-a para o nascimento: as chamadas "puxações":

> Tradicionalmente os saberes das parteiras sobre os banhos de assento, as massagens, puxações, com ervas, folhas e cascas para o corpo e para cabeça constituem-se em fator preponderante. Segundo elas, assim o mal é dissipado através das "puxangarias", o corpo da mulher ganha mais expressão e, portanto se torna mais saudável. O contato e aproximação física entre parturiente e parteira reconstitui a solidariedade. O tocar, o apalpar, sentir o corpo, se opõe a medicina formal que faz intervir a mediação instrumental e a distância social. As puxações com azeite de andiroba e óleo de copaíba são práticas comuns em grávidas a partir de 05 meses para ver como

> está o bebê ou para endireitá-lo quando não está na posição correta. Segundo as parteiras o apalpar é fundamental para o controle de uma boa gestação (BARROSO, 2001. p. 48).

Acrescidos aos procedimentos citados, a autora acima ainda menciona outro, besuntar as mãos das parteiras e a genitália das mulheres com azeite doce para *facilitar a* passagem da criança. Portanto, essa era uma forma de lubrificar tanto as mãos das parteiras quanto o canal de passagem, o que machucaria menos as mulheres.

Além das questões relativas à higiene, alguns outros aspectos diferenciavam as parteiras leigas das treinadas, nos procedimentos iniciais tomados, tão logo começavam seu atendimento:

> A mulher aqui ta muito doente e num tem quem intenda como é isso, tá bom, fui lá dentro, lavei minhas mãos, já pedi água, esterelizei tudo, aí vim olhar (...) ta bom, vamu vê, pus logo soro na mulher, aí apliquei mais umas injeçãozinha, para reforçar ela melhor[62].

Neste depoimento, vemos as marcantes diferenças entre os procedimentos entre parteiras leigas e treinadas. D.ª T chegou para atender a parturiente que já estava sendo atendida por uma parteira leiga, que não havia conseguido fazer o parto porque a criança estava mal posicionada. Como a mulher já se encontrava exausta pelo longo sofrimento, D.ª T lhe aplicou um soro para suprir sua alimen-

62 Entrevista com D.ª T. N. de S, 80 anos, parteira desde os 30 anos, realizada em 19/04/2004, em Dep.Irapuan Pinheiro-CE.

tação. Em seguida, lhe deu as chamadas injeções de força, para que a mulher tivesse força para suportar o final do trabalho de parto, que, neste caso, foi bem-sucedido. Era justamente este instrumental- remédios, fórceps, luvas, injeções, além dos conhecimentos científicos propriamente ditos - que fazem fazer com que as parteiras treinadas em hospitais se sobreponham ás parteiras leigas.

Posições do Parto

Vistos quais os primeiros procedimentos, deter-nos-emos agora em um ponto primordial dos partos domiciliares: a posição de parir. Nos hospitais, as mulheres são levadas a parir deitadas com as pernas suspensas em alças de ferro geladas e em uma posição que, além de desconfortável, não ajuda a expulsão da criança:

> Na atualidade, com o movimento de humanização da assistência à mulher durante o parto, vêm sendo criados espaços de discussão a respeito das posições comumente adotadas pelas mulheres. Nos hospitais, os profissionais orientam que a mulher durante o parto deve ficar deitada de costas com as pernas para o ar, como barata de barriga para cima, posição conveniente ao obstetra, mas desconfortável e danosa à parturiente e à criança. A discussão permite um repensar dessa prática, pois oferece às mulheres possibilidades de escolher e ser encorajada a adotar outras posições nesse momento (DIAS 2002. p. 163).

Como vemos, a posição adotada na hora do parto é de suma importância para o conforto das mulheres. Além do mais, as formas encontradas pelas mulheres no momento de dar à luz refletem as práticas culturais arraigadas em suas comunidades, assim como as transformações sofridas por elas. O modelo de parto formulado também transparece na questão das posições escolhidas: se respeitando os desejos das mulheres ou se desconsiderando esses desejos. Nesta perspectiva, é que vamos agora analisar alguns dos rituais do parto domiciliar realizado pelas velhas parteiras.

Nos partos feitos em casa, além de dar à luz no seu quarto, na sua cama ou na rede, rodeada por seus objetos familiares e, muitas vezes, ajudada pelo pai da criança, estas mulheres são estimuladas a parir nas posições que lhes sejam mais confortáveis e que ajudem a expulsão da criança. Por isso é muito comum a ocorrência do parto de cócoras, ou sentada, porque assim a própria gravidade ajuda na hora da expulsão, tanto do bebê quanto da placenta: "Eu faço na rede. Uma vez fiz um parto com a mulher sentada nos joelhos do esposo"[63]. "Tinha numa cadeira, fácil demais fazer numa cadeira, porque a criança desce para baixo e numa cama só desce o pescoço, o menino não vai nascer pelo pescoço"[64]. "De primeiro era uma cepa. Eu realizei alguns, mas acho que deitada é melhor, é mais jeitoso. Sentada no cepo é um espetáculo, é feio. Eu tive dois filhos de cócoras, sem ajuda de ninguém"[65].

63 Entrevista com D.ª M. P. do N., 73 anos, parteira desde os 15 anos, realizada em 10/11/1998, em Senador Pompeu-CE.

64 Entrevista com D.ª I. S. S., 56 anos,realizada em 15/03/2004, em Pedra Branca-CE.

65 Entrevista com D. A. J. de S. 77 anos, parteira desde os 20 anos, realizada em 17/11/1998, em Senador Pompeu-CE.

Nestes três depoimentos, observamos formas diferentes de parir e opiniões diferentes acerca de tais maneiras. No primeiro, uma imagem que fala mais do que mil palavras: dar à luz sentada no colo do marido, sendo amparada e acarinhada por ele, enquanto a parteira, sua "comadre", a estimula, apoia. Muito diferente da realidade dos hospitais, onde, além de dar à luz longe de casa e em um ambiente destinado à doença, muitas vezes as mulheres são atendidas por auxiliares ou enfermeiras grosseiras ou por médicos indiferentes ao seu sofrimento e à sua angústia. Isso quando não são abandonadas a parir sozinhas nas enfermarias lotadas de mulheres na mesma situação:

> Logo após a admissão, ela vivencia o trabalho de parto e ela é encaminhada para a sala de pré-parto. Na minha vivência profissional em hospitais públicos, a sala de pré-parto tem a circulação de vários profissionais plantonistas, muito raramente há a preocupação desses profissionais de se identificarem para as parturientes. São realizados procedimentos técnicos de modo impessoal. Não é permitida a presença de acompanhantes, o apoio e conforto ficaria, em tese, sob a responsabilidade de quem está assistindo. Não se estabelece a relação profissional-paciente, mesmo em um plantão de 12 horas, ela pode ser avaliada por diferentes profissionais. Em nenhum momento lhe é dada a oportunidade de manifestar seus medos, angústias ou desejos. A boa parturiente é aquela que menos reclama, grita, chora, aquela que, mesmo sentindo dor, e sem conhecer o profissional que "fará" seu parto, permanece resignada (FIGUEREDO, 2001. p. 61- 62).

Como a autora demonstra, há uma diferença significativa no tratamento recebido pelas mulheres do parto domiciliar para o parto hospitalar. Observamos que, enquanto no primeiro caso ela dá à luz amparada pelo marido e pela sua parteira, em um espaço que lhe pertence, no segundo, ela encontra-se longe de todas as suas referências afetivas, rodeada de pessoas que não se constituem em novas referências. É sintomático o fato de que, para alguns autores, o espaço do hospital se constitui, para estas mulheres, como um lugar de exílio:

> Nas entrevistas, no discurso das mulheres reconhecemos dois sentimentos freqüentes em relação à internação-solidão e muita saudade. Começamos a perceber estes sentimentos como os de uma pessoa exilada, que por algum motivo político, existencial etc, é obrigada se ausentar de sua família, de seu lar, de seu trabalho, enfim de suas raízes. Nesse caso, elas estavam se ausentando do país dos sãos para o país dos doentes (GARCIA, 97, p. 79).

O segundo depoimento reporta-se a uma cadeira, mas era uma cadeira especial, com assento vazado, onde as mulheres se sentavam para parir. Como a própria parteira diz, a criança "desce para baixo", ou seja, a gravidade ajuda no parto. O "cepo" mencionado no terceiro depoimento era uma espécie de banco vazado usado também pelas mulheres para o mesmo fim, mas o que é interessante neste relato é a opinião emitida pela parteira acerca desta posição. Ela praticamente repete o discurso médico, pois, ao dizer que deitada é mais jeitoso, ela quis dizer mais jeitoso para ela, a parteira.

Outro aspecto levantado por esta parteira é a questão moral, ao dizer que parir sentada é feio. Ela, mais uma vez, repete o discurso médico, pois o feio aí remete ao pudor e à moralidade. O parto de cócoras ou sentada expõe muito mais o corpo da mulher praticamente desde o começo do trabalho de parto. Daí a noção de espetáculo enunciado pela parteira.

A referência ao pudor e à moralidade das parteiras já foi comentada por outros autores como características detectadas em outras localidades: "O fato da parteira proteger a exposição do corpo da parturiente, sobretudo o órgão sexual, na hora do período expulsivo, é um indicativo do pudor da parteira com relação ao corpo" (FREITAS, 1997. p. 83-84). Como se pode observar por este trecho, as questões relativas à moralidade e ao pudor eram de tal modo presentes nestas comunidades que não se permitia relaxamento nem mesmo na hora do parto.

É interessante perceber, no depoimento de D.ª A, que, mesmo achando que o parto de cócoras era muito feio, nos seus próprios partos ela não se preocupou com esta norma. Ela pariu de cócoras, embora tenha tido o cuidado de dizer que pariu sozinha, sem a ajuda de ninguém, ou seja, não deu "espetáculo", não se expôs diante de outras pessoas.

Destacamos o fato de que, nestas variadas modalidades de se dar à luz e mesmo com as parteiras preferindo esta ou aquela forma, o que valia era a vontade da parturiente. Se a parturiente quisesse dar à luz deitada, ou sentada, era costume das parteiras respeitarem sua vontade:

> [*D. F,porque a senhora colocava as mulheres para ficar andando?]* Para facilitar na hora do bebê nascer, eu não gostava muito que tivesse

> sentada, podia estar estirada na rede, podia andar, porque tinha delas que gostavam de pegar nos punhos da rede e a gente faz toda peleja para ver se aquela mulher sofre menos. Mas se ela quisesse está deitada, estava, se quisesse andar, andava, eu nunca gostei de forçar, eu deixava a vontade[66].

A ideia de respeitar a vontade da parturiente é um dos grandes diferenciais do parto domiciliar. Este respeito pela voz e pelos desejos das mulheres em trabalho de parto é apontado como uma das grandes características do parto humanizado promovido pelas parteiras e é uma prática encontrada em vários locais do País:

> A posição do parto é realizada como a parturiente desejar, sentada, deitada, na rede, de cócoras, vertical, horizontal, enfim, da maneira mais confortável para a mulher. As parteiras que já viram como se faz partos *hospitalares*, afirmam que só existe uma posição para a parturiente e assim favorece o conforto do médico e não da parturiente (BARROSO, 2001. p. 98-99).

Apesar destas diferentes formas de se dar à luz, entretanto, a maneira predominante encontrada em nossas entrevistas era a de se parir deitada, na cama, ou em uma rede. Embora este último jeito fosse considerado muito desconfortável por parte das parteiras:

66 Entrevista com D. F. A. de F. e S. 77 anos, parteira desde os 26 anos, realizada em 08/11/2004, em Dep. Irapuan Pinheiro-CE.

> (...) fui fazer um parto, primeiro filho, precisou fazer a episiotomia. Bom aí pra fazer uma episiotomia numa mulher numa rede, senhor Jesus da cruz, di noite, clareado *com* a lamparina viu. Aí eu falei para a mãe da mulher, "mia filha vamu fazer uma caminha aqui no chão, vamu forrar, que aqui é um lugar bem prático para se fazer esse trabalho". Ah! Mas o pai é mei biruto num sabe. Aí vai deu um iscandulo, virou bicho comigo, (...) e virei pra ele e disse: "olha Filandro, é o seguinte, eu estou fazendo isso, eu num tô humilhano sua filha não, é uma coisa que eu preciso fazer e tem que ser da manera que tá aqui, se ela não tem uma cama, fiz uma caminha no chão, quando terminar aqui ela vai pra redinha dela"[67].

Neste depoimento, há uma situação emblemática de algumas dificuldades vivenciadas por parteiras e por parturientes no momento do parto. Precisando fazer uma episiotomia[68] na parturiente, D.ª S se deparou com adversas condições: a parturiente não tinha cama e era virtualmente impossível fazer uma episiotomia com segurança em uma paciente deitada em uma rede e ainda por cima, iluminada pela luz apenas de uma lamparina. Para resolver a situação, D.ª S improvisou uma cama no chão, porque este lhe daria a superfície plana de que ela necessitava para executar o procedimento.

O pai da parturiente, no entanto, se exaltou com a parteira, entendendo que colocar sua filha no chão era uma

67 Entrevista comD.ª M. do S. A. V, 64 anos, parteira desde os 28 anos, realizada em 19/04/2004, em Dep. Irapuan Pinheiro-CE.

68 Episiotomia é o procedimento de fazer-se um corte de cerca de 2 cm na genitália das mulheres em trabalho de parto para facilitar a passagem da criança. É um procedimento padrão em hospitais embora venha sofrendo severas críticas de vários movimentos de humanização do parto.

forma de humilhação. É preciso esclarecer que, no sertão central do Ceará, durante praticamente todo o período em estudo, possuir uma cama era um símbolo de *status.* Somente os muito pobres não possuíam camas. Era muito comum que as pessoas comprassem camas e continuassem dormindo de rede. A cama ficava no quarto, enfeitada com uma bonita colcha, porém sem nenhum uso, servindo apenas para decorar o quarto e para simbolizar *status.* Neste contexto, o pai da parturiente entendeu que, como sua filha não tinha cama, ou seja, era muito pobre para possuir uma, a parteira resolveu humilhá-la, deitando-a no chão. Daí ele ter sido extremamente agressivo com a parteira.

Outro destaque neste depoimento, D.ª S era uma parteira treinada em hospital, portanto, habilitada a fazer em casa um procedimento que só é comum nos hospitais: a episiotomia. As parteiras leigas não contavam com este recurso que ajuda na passagem do bebê, especialmente no caso do primeiro filho. D.ª S nos relatou que possuía todo o instrumental, que trazia do hospital, até mesmo anestesias, como xilocaína e lindocaína, que ela possuía e transportava em sua mala.

Outras parteiras também já haviam mencionado as dificuldades de se fazer o parto em uma rede:

> Sentada na rede aí tinha a criança é muito ruim assisti uma mulher na rede, é muito ruim. (...) é muito melhor você fazer uma cama no chão, deitar ela do que você assistir uma mulher numa rede. (...) butei numa porta porque ela não quis ir pra rua e butei na porta. [em cima duma porta?] Duma porta, a gente num vai contar riqueza nem mentira. Conto

> a verdade né, eu já passei por muitas pobrezinhas, tinha delas que num tinha nem com que alimpar a criança[69].

Aqui mais uma vez, há a associação entre não possuir uma cama e a pobreza da parturiente. Como não havia cama e a mulher não quis ir para a "rua"- rua aqui entendida como procurar o hospital - a parteira deitou-a em cima de uma porta no chão. Percebemos que ela identificou esta situação como sinal da extrema pobreza da mulher, concluiu o depoimento dizendo que muitas não tinham roupas nem sequer para limpar a criança.

Voltando ao depoimento de D.ª S, vemos outro aspecto destacado por ela, que nos aponta outra das dificuldades vivenciadas por estas mulheres: o problema da iluminação. No sertão central do Ceará, por todo esse período, um grande número de casas não possuía luz elétrica. À noite as casas eram iluminadas por lamparinas, uma espécie de lampião rústico feito de latas usadas de óleo, pavios de algodão e alimentados por querosene. Estas lamparinas produziam uma luz muito fraca e localizada, além de produzirem uma fumaça escura e fedorenta que costumava enegrecer as paredes das casas e o madeiramento do teto.

No entanto, apesar de todas estas dificuldades, estas mulheres estavam em seu elemento, em seu espaço e cercadas de todas aquelas coisas que constituíam seu referencial afetivo. Além da proximidade com o seu espaço cotidiano, sua casa, seus móveis, seu quarto, suas coisas, o parto domiciliar possibilitou a elaboração de uma série de rituais que cumpriam diversas funções: acalmar, distrair e infun-

69 Entrevista com D.F. M. S. Realizada em 10/11/1998 em Senador Pompeu-CE.

dir coragem nas mulheres em trabalho de parto. Alguns desses rituais obedeciam a uma lógica, até mesmo científica, enquanto outros pareciam mais simpatias destinadas a acalmar a parturiente e carregavam também uma grande carga simbólica.

Referências

BARROSO, Iraci de Carvalho. **Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais doAmapá-Histórias e Memória**. Dissertação de Mestrado em História. IFCH/Unicamp. Campinas, 2001, mimeo.

DIAS, Maria Djair. **Mãos que Acolhem Vidas:** as parteiras tradicionais no cuidadodurante o nascimento em uma comunidade nordestina. Tese de Doutorado em Enfermagem, Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, 2002, mimeo.

FIGUEREDO, Adriana Lenho de. **O Parto Assistido pela Enfermeira na Política deHumanização do Parto e do Nascimento**. Dissertação de Mestrado em Tecnologia Educacional para Saúde. NUTES/UFRJ. Rio de Janeiro, 2001, mimeo.

FREITAS, Maria do Socorro. **Mãos que Aparam Vidas**: Um estudo sobre a prática das parteiras domiciliares de Caruaru. Dissertação em Sociologia. UFPB,João Pessoa, 1997, mimeo.

GARCIA, Margareth Rose Gomes. **O País do Exílio**: Impressões Femininas daEclâmpsia e do Cuidado Obstétrico. Dissertação de Mestrado em Medicina Social/IMS/UERJ. Rio de Janeiro, 1997, mimeo.

Parte II:
Literatura, história e memória

A LITERATURA CEARENSE: OS BASTIDORES DE SUA HISTÓRIA

Rodrigo de Albuquerque Marques

Resumo

O presente artigo procura discutir a formação da "Literatura Cearense" como disciplina, ou como capítulo do campo de estudos maior denominado "História do Ceará". Avalia e analisa os primeiros textos que balizaram uma história das letras locais, a começar por Antônio Sales, ainda no século XIX, passando pelo século XX com os trabalhos de Dolor Barreira e de Sânzio de Azevedo. A perspectiva adotada leva em consideração processos sociais mais amplos, com o objetivo de perceber as ideologias que estão presentes naquela formação e como elas implicam também na formação de um cânone local em constante tensão com o nacional.

Palavras-chave: Literatura Cearense. História do Ceará. Cânone.

As reflexões que vêm a seguir resultam de uma longa pesquisa que realizamos no Curso de Doutorado em Literatura Comparada da Universidade Federal do Ceará, que se consubstanciou na tese *A Nação vai à Província: do Romantismo ao Modernismo no Ceará (1856-1930)*. Neste trabalho, realizamos uma descrição do processo formativo

da literatura local no que tange a articulação de público, escritores e obras tanto nos limites da província do Ceará quanto no âmbito da nação, evidenciando os múltiplos interesses, não só artísticos, que moveram a literatura brasileira no período recortado. O deslocamento a uma região periférica do país nos permitiu discutir aspectos pouco explorados pela crítica e historiografia, reavaliando a fortuna crítica de autores como José de Alencar, Juvenal Galeno, Araripe Júnior, Domingos Olímpio, Rodolfo Teófilo, Adolfo Caminha e Antônio Sales. Este artigo desenvolve um tema conexo a toda esta discussão, aprofundando um aspecto dessa formação, a saber, a criação e difusão de uma história das atividades literárias no Ceará.

Depois de consolidada uma unidade política no Ceará, fez-se necessário para as elites cearenses reconstituir historicamente a província sob um ponto de vista próprio, fixando-lhe uma origem, os fatos mais grandiosos e suas datas. Historiadores, geógrafos, economistas e outros intelectuais foram convocados para a tarefa:

> A ausência de uma narrativa convincente para os temas do que deveria ser uma história cearense mobilizou diferentes intelectuais a estabelecerem as convenções aceitáveis sobre o começo histórico do Ceará e de sua trajetória no tempo. Para uma sociedade que procurava se definir como nova, civilizada e moderna, de aspirações burguesas, a datação de suas origens, dos marcos de sua singularização, representava a possibilidade concreta de municiar-se de referências identitárias e, a partir de uma cruzada pela delimitação de seu passado, definir-se num presente incerto,

> estabelecer as escolhas que definiriam suas formas e contornos dentro da nacionalidade pretendida (OLIVEIRA, 2009, p. 29).

A "História da Literatura Cearense" nasce deste contexto. Ao mesmo tempo que procurava integrar a literatura local ao restante da literatura nacional, desejava destacar-se como disciplina autônoma de um campo de estudos maior. Para atender a esses objetivos, constrói um passado literário, arrola escritores e grupos, organiza antologias, num esforço contínuo de estabelecer e reiterar um cânone e com isto dar uma unidade à chamada "literatura cearense". A contradição que acompanha o termo, afirmar a autonomia da parte (sua singularidade) sem opor-se ao todo (a unidade da Nação), é o mesmo impasse que historiadores desde Von Martius procuraram superar ao tratar as histórias das províncias e das regiões brasileiras em correlação com a História Geral do Brasil[70].

Não tardaram a aparecer projetos enciclopédicos intencionados a reunir, sob uma mesma perspectiva, diversos campos do saber, todos eles voltados a configurar um corpo simbólico ao Ceará: sua economia, geografia, política, botânica, zoologia, educação, indústria etc. Grandes coleções foram arquitetadas e nelas sempre se reservava um cadinho às letras e às artes. A Academia Cearense de Letras, por exemplo, tendo como artífice o Barão de Studart, intentou em 1896 realizar uma obra que abrangesse 24 ensaios de temas diferentes, intitulada *O Ceará em 1896*, mas o proje-

70 "Em resumo, o que ele queria era evitar que cada província se contentasse com sua própria história e começasse a entender que a História do Brasil seria simplesmente a soma desses fragmentos. Enfim, está em pauta uma história do Brasil não pelas partes, e sim no todo, mais explicativa e menos descritiva" (RAMOS, 2012, p. 17). *Mutatis mutandis*, a literatura brasileira efetivamente não é o somatório das literaturas locais, embora as comporte e delas extraia subsídios para a sua configuração.

to não vingou. Anos depois, em 1938, o Instituto Histórico, com audácia ainda maior, projetou uma coleção de 26 livros. Embora não chegasse a termo, a coleção do Instituto obteve mais êxito, chegando a publicar as seguintes monografias: *Pré-história Cearense*, Pompeu Sobrinho, 1955; *Proto-história do Ceará*, também de Pompeu Sobrinho, 1946; *História Econômica do Ceará*, 1947, de Raimundo Girão; *História Militar do Ceará*, Eusébio de Sousa, 1947; *História da Literatura Cearense*, Dolor Barreira, quatro volumes, 1948, 1951, 1954 e 1962; *História das Secas*, Joaquim Alves, 1953, e *Histórias das Secas (segundo volume)*, Pompeu Sobrinho, 1958, e, por fim, *História do Ensino no Ceará*, Plácido Aderaldo Castelo, 1970. Anteriormente, em 1897, Antônio Sales já havia escrito uma "História da Literatura Cearense", dando o pontapé inicial a esta prática historiográfica que persistiria ao longo dos séculos XX e XXI[71].

A cada nova publicação, um detalhe a mais, um aspecto pouco explorado, um tema específico, uma curiosidade ou um ajuste de datas e fatos eram acrescidos ao texto inicial de Antônio Sales ou à *História da Literatura Cearense* de Dolor Barreira. O professor Sânzio de Azeve-

71 O texto de Antônio Sales foi impresso pela primeira vez na **Revista Brasileira** – números de 15 de janeiro a 1 de fevereiro de 1897. Terceiro ano, tomo 9º, e ampliado em 1939 no livro **O Ceará**. Poderíamos ainda mencionar os trabalhos "O Ceará Literário (nestes últimos dez anos)" e "Subsídio para a História do Norte literário" de Rodrigues de Carvalho na **Revista da Academia Cearense** (t. IV, 1899; t. V, 1900; respectivamente); de Antonio Sales em parceria com Sales Campos, "O Ceará Literário" no **Almanaque do Ceará** (1922); os capítulos "Projeto de história sintética da literatura cearense" e "Literatura Poética do Ceará" do livro **Terra e Povo do Ceará** (1936) de Sílvio Julio; de Mário Linhares, **Poetas Esquecidos** (1938) e **História Literária do Ceará** (1948); **Sonetos Cearenses** (1938) de Hugo Victor; **A Padaria Espiritual** (1938) de Leonardo Mota; **A Literatura Cearense na Formação do Sentimento Nacional** (1930) e "A Literatura Cearense depois de 1920" de Antonio Filgueiras Lima em **O Ceará**; **A Província e o Naturalismo** (1966), de José Ramos Tinhorão, embora este último trabalho adote uma visão histórica baseada em categorias de um marxismo ortodoxo, com as categorias de superestrutura e de base bem engessadas. As antologias poéticas ao longo dos anos acrescentaram ou aprofundaram o caráter didático desse conjunto, propiciando às escolas e universidades uma seleção de textos cronologicamente dispostos que permitiram uma visão panorâmica do passado literário.

do foi o que mais se empenhou em corrigir, reconsiderar e ampliar o legado de seus antecessores. Seu livro *Literatura Cearense* (1976) é fruto da disciplina homônima que ministrava no curso de graduação em letras da Universidade Federal do Ceará. Seus livros sobre a Padaria Espiritual e sobre temas específicos de autores cearenses passaram em revista temas polêmicos, "batendo o martelo" em dúvidas e imprecisões levantadas anteriormente.

Em resumo, depois de 1897, uma prática historiográfica se formou a partir de acréscimos e acertos ao que Antônio Sales e Dolor Barreia haviam sistematizado, tendo como balizas principais os seguintes tópicos: 1) a cidade de Fortaleza como cenário por excelência da "literatura cearense"; 2) a sucessão dos grupos literários e a duração de cada um deles, seus membros e seus feitos; 3) a polêmica quanto ao critério de quem deve ou não figurar no cânone local, se por nascimento, se pela atuação no meio cearense ou se pela "cearensidade" das obras; 4) a fixação de um marco inicial e 5) a indicação exaustiva do ano de publicações das obras e do pioneirismo dos cearenses.

Para uma noção mais clara do que estamos falando, convém acompanhar a polêmica em torno de um ponto epistemológico crucial para a escrita desta história: a definição de "autor cearense". Antonio Sales inicia seu ensaio de 1897 estabelecendo, de pronto, o critério que irá utilizar:

> Preparando-nos a historiar rapidamente nestas linhas a vida intelectual do Ceará, desde as suas primeiras manifestações limitar-nos-emos a acentuar somente aquelas que concorreram para a formação do nosso meio,

> desprezando os elementos que, oriundos daqui, se desenvolveram em outros centros para onde se transportaram em estado embrionário. Não podemos, com efeito, incluir neste estudo o nome de escritores a quem o nosso torrão foi berço, mas cuja carreira literária se iniciou e frutificou em outros pontos do país. Reverte para a nossa terra a glória que porventura lhes aureola o nome, mas certo não lhe poderemos levar em conta os trabalhos quando tratamos de dar um balanço aos haveres que constituem o nosso capital literário. Se estes escritores nos pertencem por direito de nascimento, as obras que produziram só têm para o fim do nosso estudo o valor estimativo que dá a convenção de origem e não devem entrar no cômputo das forças que determinaram a constituição e desenvolvimento de nosso meio (SALES, 2011, p. 93).

Este critério, de viés sociológico, se sustenta não no nascimento do escritor, nem no conteúdo de suas obras, mas sim na atuação dele para o desenvolvimento do meio literário cearense: se o escritor ou escritora contribuiu sistematicamente para a produção, a divulgação e a recepção crítica de obras literárias no Estado do Ceará, se ele ou ela concorreram para o desenvolvimento de uma cultura literária no estado. Por este critério, José de Alencar não seria um "autor cearense": "Não serão pois contemplados na galeria dos vultos que vamos destacar José de Alencar, Clóvis Beviláqua e muitos outros nas condições acima apontadas" (SALES, 2011, p.93). De fato, José de Alencar contribuiu muito mais para o desenvolvimento do meio literário fluminense do que em favor de sua terra de origem. Por outro

lado, qualquer estado da Federação se ressentiria por não figurar em suas antologias o nome de Alencar. Não tardou, portanto, para que Dolor Barreira e mais tarde Sânzio de Azevedo incluísse o autor de *O Guarani* na história da literatura cearense. Mas como isto foi feito?

Dolor Barreira e Sânzio de Azevedo, de maneira mais didática, dividem o parâmetro estabelecido por Antônio Sales em duas partes: "1) autores nascidos aqui e que aqui produziram literariamente, como Juvenal Galeno, Oliveira Paiva, Filgueiras Lima e inúmeros outros; 2) autores nascidos noutros Estados, mas que produziram literariamente entre nós, como Rodolfo Teófilo, Pápi Júnior, Alf Castro ou Demócrito Rocha" (AZEVEDO, 1976, p. 15).

Como ressalta o próprio Dolor Barreira, estes critérios seguem a orientação da *Introdução à História da Literatura Brasileira* de Silvio Romero, o que demonstra que o problema também estava na definição de "autor brasileiro":

> Só contemplarei, portanto, como nossos, os nascidos no Brasil, quer tenham saído, quer não, e os filhos de Portugal, que no Brasil viveram longamente, lutaram e morreram por nós, como Anchieta e Gonzaga, nos tempos coloniais, e, como políticos, nos tempos modernos Clemente Pereira e Limpo de Abreu. Todos estes tiveram no reino só o berço, sua vida foi brasileira e pelos brasileiros (ROMERO apud BARREIRA, 1948, p. 33).

Dolor Barreira segue em parte a orientação de Sílvio Romero porque considera os nascidos no Ceará que se alhearam por completo da terra natal ("fisicamente e espi-

ritualmente") "carta fora do baralho". Cita como exemplos Oscar Lopes e Tomás Lopes, cearenses desde cedo arraigados ao Rio de Janeiro. Porém, a novidade em relação ao pensamento anterior está na inclusão de mais um critério – segundo as palavras de Sânzio de Azevedo: "3) autores que se ausentaram, mas ainda assim escreveram obras cearenses, como Domingos Olímpio, Gustavo Barroso e outros" (AZEVEDO, 1976, p.15). Este novo critério adota duas condições: uma, que o escritor seja cearense de berço e tenha se ausentado da terrinha; outra, que o escritor tenha escrito uma ou mais de uma "obra cearense".

Pelo novo critério, José de Alencar seria readmitido à casa paterna. Dolor Barreira é peremptório:

> Dispensando um pouco no critério, a que talvez errada mas convictamente me filiei, incluirei ainda na história das nossas letras todos os nascidos no Ceará, que dele se ausentaram desde a tenra idade e fora dele se mantiveram, na rude labuta da inteligência, mas que trouxeram sempre gravada no espírito sua paisagem física e moral, e se ressentiram indelevelmente da influência do meio cearense, que alguma parte da sua obra retractou na sua natureza, nos seus homens, nos seus costumes. É o que ocorre, entre muitos outros, com José de Alencar e Domingos Olímpio (BARREIRA, 1948, pp. 35, 36).

Em seguida, justifica a presença de Alencar na história da literatura cearense por dados biográficos do autor e por ter escrito *Iracema e O Sertanejo* – romances ambientados no Ceará. As passagens biográficas, escolhidas a

dedo, sugerem que José de Alencar nunca esqueceu o torrão natal e que, pelo contrário, sempre levara consigo, no seu espírito e na sua obra, as terras que lhe viram nascer[72].

Convém avaliar que Antônio Sales (1868-1940), Dolor Barreira (1893-1967) e Sânzio de Azevedo (1938-) pertencem a gerações distintas. Antônio Sales, o idealizador da Padaria Espiritual, dedicou-se com ímpeto às atividades literárias no estado e no Rio de Janeiro, publicou vários livros de poemas, um romance, *Aves de Arribação* (1914), e um livro de reminiscência, *Retratos e Lembranças* (1938), no qual enfeixa perfis e considerações críticas acerca de figuras e de poetas do final do século XIX e início do século XX. Autodidata, sua crítica tem um traço memorialístico, por vezes anedótico, típico do seu bom-humor, com sabor de crônica, mas com algumas marcas de um discurso mais especializado, tocando em assuntos intrínsecos ao literário. De outra geração, Dolor Barreira (1893-1967), dono de uma vasta cultura humanista, se destacou como homem de letras, orador e jurista, exercendo a crítica na imprensa local. Deixou seu nome gravado com o trabalho hercúleo em quatro volumes: a já citada *História da Literatura Cearense*. Diferente de Antonio Sales, Dolor Barreira bacharelou-se em Ciências e Letras pelo Liceu do Ceará em 1909, e, em 1914, pela Faculdade de Direito do Ceará, onde mais tarde assumiria cátedra. Sua formação acadêmica impôs um estilo mais sério, sem azo para comentários jocosos. A retórica e o tom oratório das lides jurídicas por certo in-

72 "Depois de tudo isto, como, ao excelso mestre, corporalmente sempre longe de nós (aliás – não deixe de lembrar-se – José de Alencar, enquanto no Rio, visitou, por três vezes, o Ceará), mas sempre perto de nós in spiritu, por sempre comovidamente absorvido na memória da sua terra e da sua gente, como – repito – se haveria de excluí-lo de uma história do nosso beletrismo, ele que foi sem contestação o nosso sumo beletrista?" (BARREIRA, 1948, p. 40).

fluenciaram o seu estilo e o seu penhor por documentar avidamente cada afirmação. Sânzio de Azevedo, mais novo que os demais, por sua vez, encontrou os estudos literários consolidados no Ensino Superior do país, onde se doutorou pela Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1980. É dentro da academia, como estudante de pós-graduação e como professor do curso de Letras da Universidade Federal do Ceará, que sua contribuição crítica e historiográfica surge. Sua tese de doutorado *A Padaria Espiritual e o Simbolismo no Ceará* (1983), seus estudos sobre Adolfo Caminha e sobre o Parnasianismo brasileiro o credenciam como um dos pesquisadores mais respeitados dentro e fora do estado. Discípulo de Afrânio Coutinho, Sânzio realiza trabalhos com intenso rigor metodológico e precisão documental, obstinado, estabelece textos e sana dúvidas da história das letras cearenses, além de recuperar verdadeiras relíquias dessa história.

De volta à discussão: Dolor Barreira inclui José de Alencar nas letras cearenses por este carregar a "paisagem física e moral do Ceará" no seu "espírito"; isto bastava para introduzi-lo nas letras locais. Evidentemente, Sânzio de Azevedo não ocorreria em expressões tão fluidas como "paisagem" e "espírito", preferindo "obras cearenses". A opção efetivamente dá uma maior materialidade, uma vez que nas "obras" e não no "espírito" do escritor lateja a tal "cearensidade". Mesmo assim não fica claro o que seja uma "obra cearense", apesar de o leitor intuir tratar-se de obras que trazem, na temática, aspectos culturais, históricos e geográficos do estado do Ceará, uma vez que o regionalismo está implícito na constituição dessas denominações.

Com este arranjo, corre-se o risco de se adotar uma visão metafísica da história, linear e contínua a perseguir uma presença, um "espírito", no caso, a presença de uma "cearensidade". A crença é fundamental para esse campo de estudos sobreviver, pois resta ao pesquisador (re)velar, a partir das tensões geradas no próprio trabalho dos pesquisadores, o "ser cearense": "Um corpoespírito, unindo a vida de cada pessoa individual (o cearense) na pessoa coletiva (o Ceará). Sem esse processo, sempre vulnerável a manipulações de variadas dimensões, a coisa não funciona" (RAMOS, 2011, p.166). É como se o "passado cearense" existisse a priori e ao pesquisador restasse apenas revelá-lo.

Neste processo inteiro, a "história da literatura cearense" foi-se estabelecendo não apenas como disciplina e como campo de estudos, mas também como uma tradição, no sentido que Raymond Williams dá ao termo:

> O que temos de ver não é apenas "uma tradição", mas uma tradição seletiva: uma versão intencionalmente seletiva de um passado modelador e de um presente pré-modelado, que se torna poderosamente operativa no processo de definição e identificação social e cultural. (...) Mas num nível mais profundo, o sentido hegemônico na tradição é sempre o mais ativo: um processo deliberadamente seletivo que oferece uma ratificação histórica e cultural de uma ordem contemporânea (WILLIAMS, 1979, pp. 118, 119).

À maneira das literaturas nacionais, a "literatura cearense" ao passo que se constituía como história e defi-

nia o que deveria ser incluído ou excluído de suas páginas, selecionando autores, obras e "valores literários" a serviço de uma crítica especializada e localista, se tornava também uma tradição, ganhando materialidade fora dos livros, nas instituições de ensino superior, nas academias, nas secretarias de estado, nas políticas de incentivo à leitura, no mercado livreiro etc[73]. Na atualidade, tanto a História do Ceará quanto seu capítulo sobre as artes atendem a vetores como diversidade cultural, patrimônio histórico, memória coletiva, cultura popular e turismo, ratificando na contemporaneidade as especificidades de um procedimento historiográfico. Como tradição, a "literatura cearense" passou a se relacionar também com processos sociais mais amplos, aparentemente desconectados do específico literário, mas que vistos na dinâmica própria de suas peculiaridades históricas revelam ao mesmo tempo aspectos da sociedade brasileira e da formação de sua literatura nas províncias mais periféricas.

O resultado desta escolha pode ser percebido na ausência da chamada "literatura popular" nas histórias da literatura cearense. Em nenhum dos historiadores, a cantoria, as quadras populares, os romances em versos, a literatura de cordel, bem como o nome dos poetas populares mais conhecidos são referenciados como objeto da

73 Raymond Williams, ao tratar da realidade inglesa, esclarece parte do processo de sedimentação da tradição literária anglicana. O exemplo nos serve para elucidar ainda mais os pontos discutidos neste artigo: "Ter sido inglês e ter escrito não significava pertencer à "tradição literária inglesa", tal como ser inglês e falar não significava uma exemplificação da "grandeza" da língua – na verdade, a prática da maioria dos ingleses era citada com freqüência como "ignorância", ou "traição" ou "aviltamento" exatamente dessa "grandeza". A seletividade e a autodefinição, que eram os processos evidentes da "crítica" desse tipo, foram porém projetadas como a própria "literatura", como "valores literários" e mesmo finalmente como "anglicidade essencial": a ratificação absoluta de um processo consensual limitado e especializador. Opor-se ais termos dessa ratificação era ser "contra a literatura"" (WILLIAMS, 1979, p. 57).

"literatura cearense". Os trabalhos de Silvio Romero, Leonardo Mota, Rodrigues de Carvalho, Eduardo Campos e Gilmar de Carvalho, os principais nomes que coligiram e comentaram a produção popular no Ceará, não integram efetivamente o mesmo campo de estudos, nem constituem bibliografia específica sobre o tema "literatura cearense", embora complementem trabalhos interessados em autores regionalistas como Juvenal Galeno, Oliveira Paiva e Rodolfo Teófilo.

O curioso é que foi em torno da "cultura popular" que se edificaram as bases das atividades literárias do Ceará. Na poesia, Juvenal Galeno foi a representação máxima deste período. Sua poesia participou ativamente do debate público e galgou espaços em diversas camadas sociais, apoiando-se em formas híbridas que se amoldavam indistintamente ao gosto popular e ao gosto da pequena elite que se formava. As rimas, os ritmos e os estribilhos de seus poemas prestavam-se à letra de música, popularizando o texto de Galeno através de modinhas. Galeno também iniciou um trabalho de coleta e de registro da poesia popular, embora tenha procedido muito mais como um autor que se aproveita de temas e modos extraídos da cultura oral, do que um compilador fiel de cantigas e lendas. Esse trabalho de recolha, aberto por Galeno e desenvolvido na sequência por José de Alencar, Capistrano de Abreu, Araripe Júnior e Silvio Romero, para ficarmos aqui apenas na transição para o Realismo, foi relativamente intenso e moveu um bom número de intelectuais. Findou também por representar as práticas literárias mais significativas desse período inicial da literatura local. Até mesmo os dois maiores escritores românticos brasileiros colaboraram de algum modo com este

fluxo de interesses literários no território cearense: Gonçalves Dias, ao aconselhar Juvenal Galeno a permanecer no veio popular, quando aqui acompanhou a turma da "Comissão Científica" em 1859, justamente na função de etnólogo; e José de Alencar, ao acionar uma teia de colaboradores pelo interior da província no tempo em que manteve-se entretido na caça aos versos de "O Rabicho da Geralda".

Este momento corresponde a um estágio em que as ações dos homens de letras não estavam predominantemente concentradas em Fortaleza e se irradiavam frouxamente pelo interior da província e pelas adjacências da capital: Pici, Porangaba, Pacatuba e Maranguape. Neste início, encontramos aqui e ali, a vencer os obstáculos do registro dominante, a fala entrecortada dos trabalhadores rurais, suas reivindicações, agruras e lutas. A prática historiográfica que definiu o cânone local evidentemente não empreendeu uma leitura que contrastasse o projeto hegemônico do Romantismo e do Realismo com registros populares que se contrapuseram radicalmente à visão oficial, de modo que o que conhecemos por "literatura cearense" resume-se a um corpo de escritores circunscritos a uma elite intelectual.

O caráter seletivo e excludente do processo formativo da literatura local não difere dos pares antitéticos que balizaram a formação da literatura nacional: localismo/ cosmopolitismo; periferia/centro; esfera letrada/esfera oral; campo/ cidade; litoral/sertão; Norte/Sul. Neste sentido, Antonio Candido em "A literatura na evolução de uma comunidade" (CANDIDO, 2010) desenvolveu o tema das literaturas provincianas, com desdobramentos que apontam para direções mais amplas do que simplesmente o estabele-

cimento de datas e fatos. O ensaio está no livro *Literatura e Sociedade* (1965) e trata das atividades literárias da cidade de São Paulo do século XVIII até o século XX. As associações de escritores paulistas e suas relações com os valores gerais da sociedade é o objeto de interesse, que termina por identificar cinco momentos da história da intelectualidade paulista.

De início, Antônio Candido discute a existência ou não de literaturas locais: gaúcha, paulista, pernambucana etc[74]. Considera que de fato há apenas "literatura brasileira manifestando-se de modo diferente nos diferentes Estados" (CANDIDO, 2010, p. 147). Com esta formulação, sem dividir o país, preserva a literatura brasileira frente às peculiaridades de cada região, evitando as contradições que frequentemente surgem nas nomenclaturas gentílicas. De modo que se pode tratar a produção literária de um determinado ponto do Brasil sem circunscrevê-la aos limites provincianos ou, num outro extremo, diluí-la em um nacionalismo ontológico, o que permite observar suas múltiplas manifes-

74 Diferentemente do professor Luis Augusto Fischer, entendemos esta enumeração como meramente exemplificativa e não exaustiva. Para o professor da UFRGS, a escolha não foi à toa, só estas literaturas –paulista, gaúcha e pernambucana – poderiam levantar de fato uma proposição do tipo regionalista, por estarem vinculadas "diretamente à experiência do poder sobre o conjunto do país, ao longo de sua formação" – aí cita o monopólio econômico de São Paulo, a Confederação do Equador em Pernambuco e a República do Piratini no Rio Grande do Sul (FISCHER, 2010, p. 201). Os demais estados – Fischer fala do Ceará, do Maranhão, da Bahia e de Minas Gerais – desde sempre se viram identificados com a nação, cada um a seu modo: "um habitante de Minas Gerais se considera brasileiro sendo discreto e desconfiado, e um habitante da Bahia se tem como essencialmente brasileiro, mais do que outros talvez sendo efusivo e lento, digamos" (FISCHER, 2010, p. 199); já os do Ceará e Maranhão se sentem acolhidos por filhos ilustres, Alencar e Gonçalves Dias. Estereótipos à parte, a interpretação dissolve as peculiaridades históricas e culturais das regiões não enumeradas por Antonio Candido e destaca as particularidades das outras. No Ceará, por exemplo, os romances da seca do século XIX e a poesia abolicionista local estão intimamente vinculados a problemas específicos da região, bem como a poesia de Juvenal Galeno ou dos membros da Padaria Espiritual. O Modernismo no Pará, em Minas e no Rio Grande do Norte também se apresentaram diferentes do eixo sul: (ver COELHO, 2005), (ver MARQUES, 2011) e (ver ARAÚJO, 1995). Antonio Candido parece não fazer distinção quando diz "literatura brasileira manifestando-se de modo diferente nos diferentes Estados", o que nos leva a crer que aquela enumeração não reduz a sua argumentação inicial apenas aos estados aludidos.

tações quando em contato com o específico de ordem social e histórico (e não apenas geográfico) da localidade.

Como se sabe, os centros urbanos do Brasil não se desenvolveram equanimemente, a urbanização brasileira se deu segundo os descompassos de uma modernização irregular. As cidades que se modernizaram por primeiro naturalmente apresentaram mais cedo os elementos do sistema literário. Já as regiões distantes dos núcleos hegemônicos desenvolveram atividades literárias posteriormente, quando já havia um público, um grupo de escritores e obras consolidados nos centros maiores. Se este desnível for encarado como uma fragmentação do sistema literário nacional, formando subsistemas, estar-se-ia novamente isolando o local do nacional, prejudicando a análise de suas relações. Porém, se o foco permanecer na dialética entre o centro (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais) e as periferias (demais Estados) o ganho tende a ser maior, pois assim se apreende melhor como as desigualdades entraram na formação literária do país, com o mérito de descrever no âmbito interno da nação as contradições entre o localismo e o cosmopolitismo[75].

Na verdade, não só no plano das macroregiões ocorrem tensões hegemônicas do tipo que descrevemos aqui, mas em todos os espaços onde tal estado de coisas se estabelece: entre a capital e as cidades menores; entre o litoral

75 O ensaio "Regionalismo e Modernização como Representações Literárias" do professor Humberto Hermenegildo de Araújo (UFRN), apesar de optar pelo termo "subsistema literário" aponta para a mesma direção: "Para se chegar a uma compreensão mais especificada das relações entre regionalismo e modernização, consideramos importante a perspectiva das literaturas estaduais. Como parte do movimento integrador da literatura brasileira, estas formam subsistemas a serem entendidos em relação com a literatura e os movimentos oriundos das regiões dominantes do país e oscilam, igualmente, entre atitudes cosmopolitas e localistas. O conhecimento acumulado sobre a questão indica situações específicas em diversas regiões e estados, cuja consideração pode levar a uma visão mais complexa e historicamente diferenciada do que chamamos de regionalismo" (ARAÚJO, 2008, s/p).

e o interior; entre a zona rural e a urbana; entre áreas administrativas de uma mesma região etc. A literatura, a seu modo, participa deste discurso performativo e se abre para diversas nuances - bairrismos, ressentimentos, estigmas, estereótipos, exotismos, folclorismos, provincianismos, nativismos etc – com estratégias que vão desde manifestos artísticos a soluções formais.

A história da "literatura cearense" como uma prática historiográfica específica, nascida no final do século XIX e desenvolvida no século seguinte, como tentamos demonstrar neste artigo, parece ter terminado seu ciclo com os trabalhos de Sânzio de Azevedo, todavia as questões epistemológicas daquela prática podem ainda suscitar uma reflexão pouco explorada e muito rica acerca do papel da literatura nas regiões periféricas do país, reflexão que tentamos desenvolver na tese *A Nação vai à província: do Romantismo ao Modernismo no Ceará - 1850 a 1930.*

Referências

ARAÚJO, Humberto Hermenegildo de. Regionalismo e modernização como representações literárias. CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC. 11, 2008, São Paulo. Anais... São Paulo, 2008. s/p. Disponível em http://www.abralic.org.br/anais/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/040/HUMBERTO_ARAUJO.pdf. Acesso em: 28 dez. 2012.

AZEVEDO, Sânzio de. **Literatura Cearense**. Fortaleza: Academia Cearense de Letras. 1976.

BARREIRA, Dolor. **História da Literatura Cearense**. v. I. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará. Coleção Instituto do Ceará, 1948.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 11 ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.

FISCHER, Luís Augusto. Uma reflexão sobre a Formação Regional in ARAÚJO, Humberto Hermenegildo de; OLIVEIRA, Irenísia Torres de. (orgs). **Regionalismo, Modernização e Crítica Social na Literatura Brasileira**. São Paulo: Nankin, 2010.

MARQUES, Ivan. **Cenas de um modernismo de província:** Drummond e outros rapazes de Belo Horizonte. São Paulo: Ed. 34, 2011.

OLIVEIRA, Almir Leal de. "A construção do Estado Nacional no Ceará na primeira metade do Século XIX" in: CEARÁ (Província). Leis provinciais (1835 – 1861). **Compilação das Leis Provinciais do Ceará**. Org. Almir Leal de Oliveira e Ivone Cordeiro Barbosa. Ed. fac-símile. Fortaleza: INESP, 2009. Tomo I; p. 17; CD-ROM.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O Fato e a Fábula**: o Ceará na escrita da História. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.

SALES, Antônio. "História da Literatura Cearense" in GIRÃO, Raimundo. *O Ceará.*/ Raimundo Girão, Antônio Martins Filho. – Ed. Fac-sim. – Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011. pp. 93-107.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura.** Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

JOSÉ DE ALENCAR E O EXOTISMO DAS CULTURAS POPULARES

Manoel Carlos Fonseca de Alencar

Resumo

O objetivo deste artigo é estudar, por meio dos livros *Iracema* (1865) e *O sertanejo* (1875), a perspectiva da colonialidade com a qual José de Alencar representou as culturas indígenas e locais. No romance *Iracema,* esse aspecto pode ser identificado nas formas literárias utilizadas e na tradução dos vocábulos indígenas. Em *O sertanejo*, por sua vez, o autor lança um olhar exótico sobre a cultura do sertão, inserindo-a em um molde universal e enciclopédico.

Walter Mignolo (MIGNOLO, 2003) delimitou dois momentos no processo de expansão do colonialismo moderno. O primeiro estende-se do século XVI ao XVIII, nos quais o Ocidente europeu conquistou o Novo Mundo, submetendo seus povos a padrões culturais que lhes são estranhos. Um processo violento que consistiu na escravização, desestruturação política e social e descaracterização cultural das populações locais. Num segundo momento, a partir do século XIX, a "era do capital", nas palavras de Hobsbawn, o Ocidente se expandiu com novos padrões, modernos e capitalistas, que significaram novas formas de racionalização

da vida, causando profundas mudanças nas sociedades e culturas locais.

O processo de modernização capitalista foi concomitante à formação das nações. Segundo Mignolo, a consolidação dos estados nacionais, na América Latina, é o "outro lado da moeda", do sistema moderno global. No contexto de reconfiguração capitalista, as Américas passaram por uma reelaboração dos discursos, no sentido de se readequar aos parâmetros modernos vigentes. Os Estados-nações amarericanos tinham como norteadores da construção de sua autoimagem, um discurso moderno que servia de modelo na compreensão das realidades locais. Segundo Mignolo:

> Esse processo, de fazer e desfazer as Américas, é parte de outro maior, a formação e transformação do sistema mundial colonial/moderno, e a alocação imperial de culturas (isto é, territorialização de povos em função de sua língua e seu local no planeta) e a implacável recolocação das culturas subalternas (Id. Ibid., p. 182).

No Brasil, no século XIX, um conjunto amplo de discursos tentou dar conta do dilema de estabelecer a peculiaridade da nação, encontrar os traços que a tornem diferente das demais, e ao mesmo tempo construí-la simbolicamente dentro dos parâmetros modernos e ocidentais que definiam as nações civilizadas. Tais questões emergiram depois da independência política, em 1822, pois, desde então, o Brasil almejou tornar-se um Estado, com fronteiras territoriais definidas, um centro político e administrativo e, o que interessa mais diretamente a esse artigo, uma nação cultu-

ralmente distinta. Com efeito, os modelos de nação que os autores brasileiros tinham eram europeus: romances, estudos científicos, relatos de viagem, ou mesmo obras de autores estabeleceram parâmetros de como se deve escrever a história e a literatura no Brasil[76].

Jose de Alencar foi um dos escritores que teve a sua criação voltada para a definição da nação brasileira. Em suas narrativas é possível entrever a necessidade de adequar-se aos padrões discursivos europeus, seja nas formas literárias de narrar o país no século XIX, seja em uma cosmovisão que imprime à realidade certo exotismo, comum aos relatos de viagens, gênero muito disseminado no meio intelectual ocidental, num momento de expansão imperialista. Não se trata, portanto, de entrar em antiga polêmica em defender se Alencar criou uma obra original ou imitativa (MORAES PINTO, 1995), e sim perceber que ele escreveu tendo em mente o Outro como baliza na caracterização de identidade nacional. Como bem afirma Leyla Perrone Moyses:

> Numerosos estudos sobre o nacionalismo demonstraram que a nação é um conjunto de imagens, e que ela se constitui graças a metáforas. Algumas metáforas utilizadas nos discursos identitários da América Latina nos permitem captar as dificuldades da constituição de sua autoimagem, e verificar que essa imagem depende sempre do outro europeu, quer seja para imitá-lo, quer para rejeitá-lo (PERRONE MOYSES, 1997, p. 247).

76 Dois bons exemplos desse caso é o do alemão Karl Frierdrich Phelipe Von Martius, que em 1840 ganhou concurso patrocinado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cujo tema era exatamente o título de seu ensaio *Como se deve escrever a história do Brasil*, e o do francês Fernand Denis, com sua obra *Resumo da história literária do Brasil* (1826).

Tais questões podem ser verificadas em *Iracema* (1865) e *O Sertanejo* (1875). O primeiro, como sabemos, é uma das mais significativas obras indianistas de Alencar, na qual ele criou uma narrativa de origem inovadora, uma forma intermediária entre a poesia e o romance. *O Sertanejo*, por sua vez, é classificado como romance histórico e regional; nele, o autor dedica-se não mais ao tempo mítico das origens, mas ao tempo histórico – o século XVIII, momento avançado do processo de colonização – que, segundo o mesmo, já a nação se desenhava em termos étnicos, linguísticos e de costumes. As duas narrativas tomam como espaço referencial o Ceará e representam, cada qual, uma fase das três que Alencar dividiu o que denominou "período orgânico de nossa literatura".[77] Iracema pertence à fase primitiva e *O Sertanejo* à fase histórica.

A seguir, pretendo demonstrar que as duas narrativas em questão representam formas de significar as realidades indígenas e locais dentro dos parâmetros ocidentais modernos, o que os situa ainda na perspectiva da colonialidade, apesar de se apresentarem como propostas de constituição de uma independência linguística e literária, sucedâneas da independência política. Nesse sentido, me proponho a analisar essas narrativas com base naqueles três elementos apontados por Angel Rama, ou seja, a língua, a forma literária e a cosmovisão. É possível, por meio dessas categorias, avaliar até que ponto as narrativas alencarianas se enquadram em um projeto de ocidentalização das culturas locais modernos (RAMA, 2001).

77 José de Alencar, no prefácio de *Sonhos d´ouro* (1872), classifica em três as fases da literatura brasileira: a fase primitiva, composta pelas lendas e mitos da terra conquistada, a fase histórica, na qual o povo conquistador já se havia adpatado relativamente aos trópicos e, por fim, a fase na qual o próprio autor se inseria, ou seja, os primórdios da literatura nacional.

Comecemos por *Iracema*. A narrativa é desdobramento de longa discussão elaborada por Alencar na *Carta sobre a Confederação dos Tamoios*, escrita em 1856, e publicada como crítica à narrativa épica de Gonçalves de Magalhães. Na *Carta* o autor mostrou-se descontente com vários pontos da epopeia, mas não quanto ao fato de que esta fosse a forma literária adequada para narrar a história originária do país. É certo que já um ano depois da *Carta*, José de Alencar escreveu *O Guarani*, cuja forma literária é o romance, mas ele classificou-o como pertencente à fase histórica. O fato indica que Alencar relacionava as formas literárias às fases com as quais dividiu a literatura nacional. Portanto, naquele momento, a epopeia equivalia ao meio mais adequado de figurar as origens míticas de um povo.

A epopeia, como sabemos, é um das formas literárias ocidentais mais antigas, remonta ao período pré-clássico. Os românticos europeus mostravam grande admiração pelo épico, pois estavam empenhados em reconstituir as origens míticas de suas nações. Contudo, não lhes parecia que a epopeia deveria ser retomada, pois era uma forma do passado. O gênero narrativo da modernidade era por excelência o romance, e por meio dele os escritores românticos narravam a saga de seus povos. Uma das poucas epopeias da modernidade é *Os Lusíadas*, de Camões. Gonçalves de Magalhães e José de Alencar pareciam se ressentir de que a América, sendo tão jovem, não tivesse uma narrativa mítica das origens, nos moldes da *Ilíada* e *Odisseia*, de Homero. Sendo o Brasil um povo diferente dos europeus, pois era resultante também de outra raça, a indígena, era razoável, para aqueles escritores, que possuísse uma epopeia que narrasse os feitos heroicos de nossos antepassados. Ou

melhor, a Europa era um continente antigo que dispunha de uma epopeia, a América era um povo novo e, portanto, precisava de uma.

José de Alencar não escreveu uma epopeia, mas persistiu na ideia. Ele deixou rascunhado o livro *Os Filhos de Tupã*, narrativa incompleta e não publicada. Conforme Maria Aparecida Ribeiro, isso possivelmente indique que o autor fosse sensível às demandas do público leitor, que além de significativamente ampliado na segunda metade do século XIX, fora educado na leitura de folhetins estrangeiros, em sua maior parte franceses (RIBEIRO, 2011). Na Carta ao Dr. Jaguaribe, posfácil da primeira edição de *Iracema*, o romancista evidencia uma tensão entre o seu desejo de concluir e publicar a sua epopeia e sua consciência das demandas de um público pouco afeito a essa forma literária. Alencar anota:

> Ora, escrever um poema que devia alongar-se para correr o risco de não ser entendido, e quando entendido não apreciado, era para desanimar o mais robusto talendo, quanto mais a minha mediocridade. Que fazer? Encher o livro de grifos que o tornaria mais confuso e de notas que ninguém lê? Publicar a obra parcialmente para que os entendidos proferissem o veredito literário? Dar leitura dela a um círculo escolhido, que emitisse juízo ilustrado? Todos esses meios tinham seu conveniente e todos foram repelidos? O primeiro afeava o livro; o segundo truncava em pedaços; o terceiro não lhe aproveitaria pela cerimoniosa benevolência dos censores. O que pareceu

> melhor e mais acertado foi desviar o espírito dessa obra e dar-lhe novos rumos (ALENCAR, 1965, p. 142).

A opção, portanto, foi abandonar a epopeia e enveredar-se pela forma romanesca, pois, como argumenta,

> "o verso, por sua dignidade e nobreza não comporta certa flexibilidade de expressão, que entretanto não vai mal a prosa mais elevada. A elasticidade da frase permitiria então que se empregassem com mais clareza as imagens indígenas, de modo a não passarem despercebidas. Por outro lado, conhecer-se-ia o efeito que havia de ter o verso pelo efeito que tivesse a prosa" (Id. Ibid., p. 142)

O certo é que Alencar abandonou a epopeia, porém não deixou de insistir na ideia de que carecíamos de uma narrativa mítica das origens, que não fosse o romance, pois este emergiu de marcado por patente realismo[78]. Daí porque *Iracema* ter sido denominda lenda do Ceará. Entretanto, se *Iracema* é vendida como uma lenda, a sua narrativa pouco ou nada se assemelha a uma, muito menos no que se refere a lendas indígenas. O que José de Alencar estava realizando era, em verdade, uma invenção da tradição. Como as nações eram formações modernas, mas queriam-se antigas e costumeiras, coube aos nacionalistas inventarem tradições que as dotassem de longevidade. Na Eurora essas tradições eram comumente alicerçadas em determi-

78 De acordo com Ian Watt, diversamente dos gêneros anteriores, o romance teve seu desenvolvimento associado à narração de fatos da realidade cotidiana, descrevendo paisagens mundanas e narrando tramas cujo personagem era o homem comum (WATT, 1990).

nados costumes e lendas locais que foram extrapolados de modo a significar o imaginário de todo o território nacional (HOBSBAWN,1990). No caso dos escritores brasileiros, que se propuseram a constituir a tradição nacional com base nos costumes indígenas, restava um impecilho: as lendas indígenas guardavam quase ou nenhuma verososimilhança com as narrativas ocidentais de imaginação das nações. A solução encontrada por Alencar foi criar uma lenda cujo enredo, ainda que contivesse personagens indígenas, aproximava-se das formas literárias ocidentais de maior aceitação entre o seu público leitor: o romance e o poema.

A característica mais marcante que faz *Iracema* assemelhar-se ao romance é o tempo narrativo. A trama sucede-se de modo logicamente organizada, com relações de causa e efeito perfeitamente concatenadas. E mesmo que não apresente datas bem definidas e o tempo não se divida em meses, dias ou horas, percebe-se, claramente, a passagem do tempo, um tempo linear, progressivo e inexorável. Esse é o tempo das narrativas modernas. As lendas e os mitos não obedecem a essa lógica temporal.

O enredo, por sua vez, nada deve às histórias folhetinescas fartamente disseminadas no Brasil. Longe de ser uma narrativa mítica, o que vemos é uma trama romântica, com todo o direito a encontros avassaladores, sentimento de dor, causado pela ausência do ser amado, sacrifícios em prol do outro e, ainda no final, o desprendimento de Iracema, revelando um amor altruísta – ao entender as saudades, manifestas por Martin, de sua terra e da "virgem branca". Observem, por exemplo, que o primeiro encontro entre Martin e Iracema se deu em decorrência de uma flechada, lançada por Iracema: uma metáfora ocidental das mais comuns.

Outro dilema enfrentado por Alencar é relativo à forma de incorporar a língua indígena ao texto literário. Ele, por exemplo, escreveu com respeito a Gonçalves Dias: "[...] os selvagens de seu poema falam uma linguagem clássica [...] eles exprimem ideias próprias do homem civilizado, e que não é verossímil tivessem no estado de natureza" (ALENCAR, 1964, P. 141). O autor, com essa sentença, revela a sua filiação com o programa romântico europeu, que pressupunha um rompimento com o classicismo, em seu universalismo racionalista, mediante a busca das fontes primitivas e naturais da poesia. O movimento romântico, especialmente o sturm und drang alemão, descobriu esse repertório nas tradições populares camponesas. No tempo da escrita de *Iracema* os escritores brasileiros ainda não cogitavam o "popular" requisito de nacionalidade.[79] Se levassem em conta as tradições populares, teriam a sua disposição uma boa coleção de canções e poesia em língua portuguesa que serviriam aos seus intuitos nacionalistas. Como não era esse o caso, o caminho foi valer-se das tradições indígenas. Não à toa, uma das indagações de Gonçalves de Magalhães, em seu *Discurso sobre a história da literatura do Brasil* (1836), era a de se os índios possuíam ou não poesia. O autor concluíra que sim, e que esta deveria servir de inspiração para a elaboração de uma poesia nacional.

O problema maior residia na grande distância entre a língua e o sistema simbólico indígena e o europeu, praticamente irredutível um ao outro. A tensão entre esses universos completamente distintos fica evidente no projeto

79 Em minha tese de doutorando desenvolvo essa questão, apontando no próprio Alencar uma mudança de rumo. Até *Iracema*, o autor centrou-se nas pesquisas das tradições indígenas, depois daí, em consequência de muitos debates com escritores nacionais e portugueses, o autor passou a conferir ao popular a fonte da nacionalidade (ALENCAR, 2015).

de apropriação da língua indígena pela narrativa ocidental. José de Alencar deparou-se com um desses impecilhos. De acordo com ele:

> Mais tarde, discernindo melhor as coisas, lia as produções que se publicavam sobre o tema indígena; não realizavam elas a poesia nacional, tal como me parecia no estudo da vida selvagem dos autoctones brasileiros. Muitos pecavam pelo abuso de termos indígenas acumulados uns sobre os outros, o que não só quebrava a harmonia da língua portuguesa, como perturbava a inteligência do texto. Outras eram primorosas no estilo e ricas de belas imagens; porém certa rudez ingênua de pensamento e expressão, que deveria ser a linguagem dos indígenas, não se encontrava ali (ALENCAR, 1965, p. 140).

As narrativas indianistas, como a de Gonçalves de Magalhães, em seu dizer, saturavam o texto de vocábulos de origem indígena, truncando-lhe o sentido e dificultando a sua fluência. Isso porque a preocupação maior de Alencar era com a "harmonia da língua portuguesa" e não com a língua indígena, um corpus estranho e ruidoso, interpolado à sintaxe do texto. Nesse sentido, vale notar que o autor não processou qualquer tipo de transculturação narrativa, hibridismo ou outro conceito que se atribua a uma cultura que resulte de uma mescla complexa e instável de línguas diferentes. O aproveitamento dos léxicos indígenas indica por si uma exterioridade às comunidades narradas, pois são deslocados do contexto psicodinâmicos nos quais são dotados de uma função simbólica e comunicativa e passam a apresentar um significado muito diverso daquele que pos-

suía nas comunidades indígenas. A língua do escritor e de seu público não se confundem com a língua indígena, tanto é assim que são necessários glossários que expliquem o sentido dos termos indígenas. Por outro lado, a narrativa alencariana seria possivelmente ininteligível para os indígenas.

Outro gênero narrativo com o qual José de Alencar dialogou fartamente foi o relato de viagem. O relato de viagem é um dos gêneros de maior circulação desde os meados do século XIX, no momento em que vai se afirmando um mercado de impressos no Brasil. Como sublinha Flora Sussekind, eles serviam não apenas como divertimento, mas como educação e acesso a informações históricas e geográficas, e de usos e costumes de povos desconhecidos. Enfim, eles eram uma forma de ilustração das camadas letradas e aproximavam-se das enciclopédias em suas formas de figurar as peculiaridades locais. A literatura de ficção, conduzida por essa "dicção" dos relatos de viagens, cumpriam o papel de ser também a "mistura de um museu natural e manual histórico em miniatura" (SÜSSEKIND, 1990, p. 79).

O ponto de partida do romance *O Sertanejo* é uma viagem de retorno da família Campello para sua fazenda no sertão. O olhar do narrador acompanha a cena como se tivesse realizando uma reportagem sobre um lugar exótico. À medida que a comitiva avança, a câmera acompanha o seu movimento e vai enquadrando o entorno. A voz do narrador vai detalhando e explicando, dando a conhecer algo que é supostamente estranho. O autor faz várias pausas no fluxo narrativo com a intenção de detalhar e explicar determinados usos e costumes do sertão. É evidente uma linguagem informativa que objetiva propiciar conhecimento sobre o país a um leitor que esperava da literatura muito

mais do que tramas ficcionais. Desta forma, o autor se detém em longas passagens descrevendo as moradas, as vestimentas, a vaquejada, a paisagem do sertão. "Ao contrário de outras regiões", "como ali se chama", "conhecidos com o nome de" são expressões que ao longo do texto vai criando a noção de tipicidade e ao mesmo tempo informando sobre outras regiões do país. O tom de boa parte do romance é o do jornalista ou do professor, que deseja repassar conhecimento, informar; ou melhor, Alencar pretendia que a literatura de ficção tivesse também uma função pedagógica. Uma pedagogia direcionada à construção simbólica do país como uma nação exuberante, bela e com costumes típicos e tradicionais. Logo nas primeiras páginas, percebe-se esse saber que tange o enciclopedismo:

> Em geral essa gente adotara um trajo em que a moda portuguesa do tempo era modificada pela influência do sertão. Aqueles porém traziam um gibão verde guarnecido de galão branco, uma vestia amarela e calções da mesma cor com botas pretas e chapéus à frederica. Larga catana à ilharga, trabuco a tiracolo e adaga à cinta, além dos pistoletes nos coldres, completavam o equipamento destes indivíduos cuja sinistra catadura já de si incutia mais susto do que as próprias armas (ALENCAR, 1875, p. 4).

A passagem ainda se prolonga por muitas linhas. A sensação que temos é de estar vendo um documentário sobre culturas desconhecidas. O autor detalha como os homens se vestiam, quais armas usavam e os adereços de suas montarias. Mas há aí uma expressão que constitui mola

mestra de seu pensamento: "era modificada pela influência do sertão". Ou seja, o Brasil tinha como principal referência de civilização portuguesa, mas isso não implicava uma semelhança em termos culturais. O meio nacional, a natureza tropical, havia processado uma significativa transformação da cultura lusa. Em decorrência surgiu uma civilização original. Essa civilização Alencar qualifica de "tradicional e pitoresca". Uma tradição baseada numa continuidade histórica, com sua herança na antiga metrópole portuguesa, mas diversa, pois o meio nacional tornou-a típica. Em uma passagem do romance *O Sertanejo*, evidencia-se a constituição dessa diferença propiciada pelo meio sertanejo.

> Havia naquela época entre os abastados criadores da província essa bizarria de se vestirem de couro à sertaneja, e associarem-se assim por mero recreio às lidas dos vaqueiros, cujo ofício desta arte enobreciam. Nisso não faziam senão imitar aos castelões e fidalgos da Europa que também se trajavam de monteiros, à moda rústica, para ir à caça. O sertão, do norte oferecia então aos ricos fazendeiros uma ocupação idêntica à das correrias de lobos e outros animais daninhos, "em que se empregava a atividade dos nobres no reino. Eram as vaquejadas do gado barbatão, que se reproduzia com espantosa fecundidade, por aqueles ubérrimos campos ainda despovoados (ALENCAR, 1875, p. 9).

Como vemos, José de Alencar desenvolve uma narrativa em que opera as ideias de permanência e ruptura, semelhança e diferença. A semelhança é importante porque é a Europa o modelo de civilização almejado. Caso não tivesse

ocorrido a colonização da América pelo Ocidente, nela subsistiria apenas o primitivismo, a barbaria e a selvageria. As sociedades autóctones não eram o modelo cultural aspirado pelo autor. A história tem início com a colonização, antes era o mito e a lenda. Isso explica a necessidade de não perder de vista a sociedade europeia: o romance está sempre se referindo a ela.

O olhar sobre a realidade do sertão busca criar uma sensação de estranhamento. Justificável em se tratando de uma narrativa que se desenrola no passado e num lugar distante da capital. Mas o estranhamento é acompanhado por um clima de exotismo. É a percepção da realidade local como vista de uma perspectiva estrangeira. Daí porque os senhores de terra do sertão são senhores feudais, os vaqueiros são como os cavaleiros medievais, e mesmo os índios são pensados sempre referenciados por um imaginário europeu. Há uma passagem, por exemplo, que Arnaldo, atormentado com os dilemas do amor, vai ao encontro de Job, que também é qualificado como bruxo, e o encontra,

> Sentado em uma saliência do rochedo, com o corpo imóvel e hirto, com as pernas dobradas e estreitamente unidas ao peito, com os cotovelos fincados nos joelhos e a cabeça inserida entre os dois braços; o ancião parecia uma múmia indígena arrancada a seu camocim, e ali esquecida (ALENCAR, 1875, p. 203).

Interessante é como José de Alencar constrói a figura do "feiticeiro". Ao aproximar-se de Job, Arnaldo o encontrou acocorado, parecendo uma "múmia indígena arrancada a seu camocim." Algumas linhas depois, quando aconse-

lha o vaqueiro, Job faz referência aos alquimistas europeus. Como se vê, o escritor recorre sempre à mitologia e lendas estrangeiras ao narrar histórias do sertão. Cavaleiros citas e árabes, alquimistas, bruxos e múmias, esses são os termos usados no sentido de tornar inteligíveis as culturas indígenas e locais. Esse conjunto amplo de culturas que convergiram de todos os lugares do mundo para os países colonizadores, em seu processo de mundialização colonial/moderno, e lá serviram aos mais diversos sentidos – o exótico, o redentor, o regenerador, o museológico, o utópico[80] -, faz seu caminho de volta e serve de lente com a qual Alencar passa a descrever, qualificar e julgar as culturas nacionais. É, nesse sentido, como afirma Mignolo, uma perspectiva da colonialidade do poder (MIGNOLO, 2003).

Portanto, existem momentos em que Alencar compara a América, não com a Europa, mas com o Egito, com os países árabes, como os citas. Nesse caso, percebe-se uma dupla intenção. A comparação feita pelo autor é sempre com civilizações milenares, o que dá ao Brasil certa legitimidade como nação antiga, pois seus costumes assemelham-se com aqueles encontrados em povos de cultura ancestral. Por outro lado, esse recurso, que foi muito empregado nos estudos do folclore, é parte desse universalismo enciclopédico do colonialismo ocidental. O saber sobre civilizações distantes e exóticas foi articulado em institutos e academias europeias, de forma mais orgânica e sistemática desde o século XVIII, e constitui parte importante do imaginário ocidental sobre

80 Carlo Ginzburg observa, em estudo sobre Montaigne, este costume entre os europeus de colecionar uma grande variedade de curiosidades exóticas, que misturavam num só espaço, às vezes de forma caótica, objetos os mais variados, desde peças da antiguidade e, em especial, objetos do Novo Mundo. Nesse espírito do colecionismo europeu, cabiam insetos, plantas, bustos de imperadores antigos, retratos de canibais, e outros, que despertavam a curiosidade pela excentricidade e, às vezes, pela bizarria (GINSBURG, 2007).

o Outro. Mais especificamente sobre o significado do Oriente para o saber Ocidental, Edward Said é enfático:

> Sob o título geral de conhecimento do Oriente, e no âmbito da hegemonia ocidental sob o oriente, a partir do século XVIII, surgiu um Oriente complexo, adequado para o estudo da academia, para a exibição no museu, para a reconstrução da repartição colonial, para a ilustração teórica em teses antropológicas, biológicas, linguísticas, raciais e históricas sobre a humanidade e o universo, para exemplo de teorias econômicas e sociológicas de desenvolvimento, revolução, personalidade cultural, caráter nacional ou religioso. (SAID, 2007, p. 35).

Ainda conforme Said, esse corpo discursivo ocidental moderno sobre o Outro não deve ser pensado "simplesmente como uma necessidade da imaginação". Ele se estabelece dentro "de uma relação de poder, de dominação, em graus variáveis de uma hegemonia complexa". (p. 32). Com efeito, as narrativas de Alencar são criadas em um contexto de grande expansão do imperialismo moderno e pretendiam definir o lugar do Brasil dentro dessa geografia político-cultural mundial. Diferente, contudo, de um discurso sobre o Outro, oriundo do centro do império ocidental, o romancista elabora um discurso sobre a sua nação de origem, ou melhor, fala sobre si e não do Outro. Contudo, esse epicentro de produção simbólica, que dá sentido e significado às diversas culturas do planeta, em nenhum momento é questionado por Alencar. A elaboração da diferença nacional orbita em torno daquele centro hegemônico, que é, a um só tempo, econômico, político e cultural.

A representação que José Alencar tem do povo e de sua cultura é parte constitutiva da identidade das elites letradas imperiais, que dentre as estratégias discursivas de legitimação de um projeto nacional, estão à descrição e narração das culturas populares, vistas como portadoras da originalidade da nação. No período estudado as imagens do povo criadas pelos intelectuais pouco ou nenhuma ressonância tinham nas camadas populares. As imagens do povo era parte da sociabilidade das elites letradas, que sobre ele projetavam os seus desejos de uma independência cultural da nação brasileira. Tais observações são importantes, "(...) sobretudo, em se tratando, de um lado, de uma sociedade em que os literatos parecem falar entre si, sem maiores aproximações entre as outras camadas sociais que não a burocracia a que pertencem ou a classe senhorial de que dependem" (SÜSSEKIND, 1990, p. 21).

Nesse sentido, é indispensável lembrar os conceitos de comunidades homogêneas e heterogêneas, desenvolvidos por Cornejo Polar. O Brasil do século XIX era uma comunidade heterogênea nos aspectos linguísticos, étnicos, históricos e religiosos. Contudo, em seu território subsistiam comunidades relativamente homogêneas: comunidades indígenas e locais, que mantinham laços culturais efetivos. Só com muito esforço imaginativo essas comunidades diversas tornaram-se uma unidade. Isso porque a dimensão dessa unidade era compartilhada apenas por uma comunidade também homogênea, os escritores e leitores de um século que conheceu a disseminação da escrita. Para esses apreciadores de romances e outros gêneros de literatura, educados em uma cultura ocidental e universalistas, era

verossímil que a heterogeneidade do país coubesse em um só volume de uma enciclopédia (CORNEJO POLAR, 2000).

Desta forma, José de Alencar tentou mostrar que, assim como na Europa, o Brasil possui um passado lendário e mitológico. Não consegue, contudo, significar as crenças indígenas dentro dos seus próprios termos, ou mesmo as narrar sem o recurso de compará-la a um sistema mitológico estrangeiro. A verossimilhança dos costumes indígenas ou locais só se faz possível dentro de um panorama da mitologia universal. Para que possa fazer-se entendido por um público letrado que está bem distante da experiência ficcionalizada é importante a referência a um conhecimento que esteja mais próximo de sua comunidade de leitores; ou seja, José de Alencar conseguiu com esse recurso literário tornar inteligível o que era diverso e estranho: a cosmovisão indígena e a cultura local. Ele tornou homogêneo o que é heterogêneo, uno o que é diverso. Essa é uma das operações que foram realizadas pelas cidades letradas, que sendo a capital, colocava-se como uma perspectiva nacional, transcriando as culturas locais e deslocando-as para dentro de um molde ocidental universalista.

Referências

ALENCAR, José de. **Iracema**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, (Edição do Centenário de Iracema).

ALENCAR, José de. **Carta sobre a Confederação dos Tamoios**. Rio de Janeiro: Empreza Typographia Nacional do Diario, 1856. Endereço eletrônico: http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00175800.

_____. **O sertanejo**: romance brasileiro, v.1 e 2. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1875.

ALENCAR, Manoel Carlos Fonseca de. **A cultura popular sertaneja em José de Alencar e Juvenal Galeno**. Belo Horizonte, UFMG, 2015. (Tese de Doutorado)

HOBSBAWN, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz &Terra, 1990.

MIGNOLO, Walter D. **História locais/projetos globais***:* colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

MORAIS PINTO, Maria Cecília. **A vida selvagem**: paralelo entre Chateaubriand e Alencar. São Paulo: Annablume, 1995.

PERRONE-MOYSÉS, Leila. Paradoxos do nacionalismo literário na América Latina. **Estud. Avançados**. [online]. 1997, vol.11, n. 30.

CORNEJO POLAR, Antônio. **O Condor voa**: literatura e cultura latino-americanas. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

RAMA, Ángel. Os processos de transculturação cultural na América Latina. In: **Flávio Aguiar & Sandra Guardini T. (orgs.)**. Ángel Rama: literatura e cultura na América Latina. Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 209-238.

RIBEIRO, Maria Aparecida. **Projeto e realização épica em José de Alencar**. *Hist.R.*, Goiânia, v. 16, n. 1, jan. /jun. 2011.

SAID, Edward W. **O Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia da Letras, 2007.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui:** o narrador, a viagem. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

WATT, Ian. **A ascensão do romance**: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

A FORMAÇÃO DA CABROEIRA EM *MEMORIAL DE MARIA MOURA*, ROMANCE DE RACHEL DE QUEIROZ

Tyrone Apollo Pontes Cândido

Resumo

O texto explora alguns recursos interpretativos do romance *Memorial de Maria Moura*, de Rachel de Queiroz, naqueles pontos mais interessantes para historiadores dedicados a entender a formação social do banditismo sertanejo no século XIX. Para isso, identifica no romance, para além de uma narrativa prevalecente que projeta Maria Moura como mulher que conquista um papel de comando sobre um bando de homens armados, as vozes de personagens subalternos, pelas quais vislumbra-se um cotidiano da sociedade sertaneja oitocentista no qual projetam-se detalhes do modo de vida popular, muitas vezes esquecidos.

Palavras-chave: Romance. Banditismo. História Social.

Considerações iniciais

Memorial de Maria Moura foi o último romance escrito por Rachel de Queiroz (1910-2003), publicado em 1992 pela Editora Siciliano. Trata-se de uma das obras de maturida-

de dessa escritora cearense que, desde a década de 1930, quando lançou *O Quinze*, seu romance de estreia, traçou uma carreira literária caracterizada por um estilo direto, com poucos adjetivos, de uma escrita simples alcançada através de um disciplinado tratamento textual e expressa em inúmeros contos, romances, peças teatrais, livros infantis e crônicas (gênero que cultivou ao longo de uma permanente atividade jornalística). Em 1977, foi admitida como a primeira mulher a integrar a tradicionalista Academia Brasileira de Letras. Quando publicou *Memorial de Maria Moura,* Rachel de Queiroz já gozava de grande prestígio e uma presença consolidada no cenário cultural brasileiro, o que concorreu para que seu romance fosse imediatamente adaptado para a TV numa minissérie da Rede Globo que conquistou grande sucesso.

Nessa fase de seu percurso literário, Rachel de Queiroz encontrou nas reminiscências um assunto apropriado para uma artista octogenária que há décadas vivia no distante Rio de Janeiro, mas que sempre se revelava saudosa em relação aos tempos de infância vividos nas terras do Juá, propriedade da família situada no sertão anexo à cidade de Quixadá. Essa "volta ao passado" aparece claramente em diversas de suas crônicas datadas da década de 1990, no livro de memórias *Tantos Anos* (escrito em parceria com sua irmã, Maria Luíza de Queiroz) e ainda em *Memórias de Menina*, livro infantil publicado meses antes de sua morte.

Memorial de Maria Moura – o título já anuncia – é um romance vincado a uma memória familiar à qual a escritora presta homenagem. Nele, conta-se a história de Maria Moura, mulher que desde cedo teve de aprender a se defender de sucessivos assédios que lhe trouxe uma vida atribu-

lada. Primeiro, quando ainda criança, veio a perda do pai querido, morto numa emboscada em circunstâncias nunca esclarecidas. Em seguida, sua mãe é encontrada morta, com uma corda atravessada no pescoço e pendurada no centro de um quarto no que parecia ser um caso de suicídio. Maria Moura vê-se então tendo de enfrentar os assédios sexuais de Liberato, novo companheiro de sua mãe após a morte do marido, que aos poucos revela sua ganância ao querer se apropriar das terras do Limoeiro, agora sob a responsabilidade da jovem órfã. Para se defender das ameaças, Maria Moura arma um plano para matar Liberato, seduzindo um caboclo morador da fazenda, convencendo-o da necessidade de dar cabo do padrasto para que possam vir a se casar. Conseguindo assim se livrar de Liberato, Maria Moura arma um novo plano para, dessa vez, livrar-se do morador que passa a exigir o matrimônio prometido. Afinal, quando a personagem encontra-se enfim sozinha e a frente da propriedade da família, aparecem dois primos que, sabendo estar Maria Moura sem proteção masculina, decidem protestar a posse sobre as terras do Limoeiro.

Como se vê, o romance apresenta uma trajetória de aprendizagem de uma mulher que, para se estabelecer numa sociedade sertaneja violenta e patriarcal, arma-se de coragem e poder de mando (atributos tradicionalmente masculinos) para conquistar sua independência e dignidade. Os ataques dos primos Tonho e Irineu marcam um momento decisivo do romance. Dessa vez, Maria Moura não consegue resistir às ofensivas de um bando de cabras armados contratados pelos primos usurpadores que invadem o Limoeiro no meio da noite. Apesar da bravura demonstrada na defesa da propriedade, Maria Moura, que ante-

riormente reunira alguns homens preparados para resistir às ofensivas, ordena inesperadamente a retirada pelos fundos, não antes de incendiar a casa que acaba totalmente consumida pelo fogo. É o início de uma guinada decisiva que mudaria definitivamente a vida da personagem.

Maria Moura a partir de então se torna líder de um bando de cabras armados e passa a vagar pelos sertões. Está agora à procura de uma terra distante, antiga herança de família de que seu pai sempre lhe falava quando criança: a Serra dos Padres, parcela de uma sesmaria "doada pelo rei a uma tal de Fidalga Brites", que chegou a ser palco de um aldeamento indígena formado por padres jesuítas, posteriormente expulsos pelos próprios índios. Enfim, o avô de Maria Moura teria comprado parte da antiga sesmaria, mas nunca ali se estabelecera. O romance se desdobra em uma rica trama, narrando as dificuldades da sobrevivência em meio à inóspita caatinga, a agregação de novos membros no bando que aos poucos se fortalece com mais armamentos e experiências, até o estabelecimento na Serra dos Padres, onde se erige uma unidade rural de tipo nada convencional: no lugar de currais e roçados, vaqueiros, agricultores e feitores, constrói-se uma espécie de fortaleza para o abrigo de homens treinados no manejo de armas de fogo, assassinos e ladrões acostumados à violência, com depósitos para armas e munições, esconderijo e fábrica de pólvora, tudo protegido pela distância das estradas e uma "cerca de faxina, alta de oito palmos, toda feita de mourões grossos, como paliçada em aldeia de índio bravo" (QUEIROZ, 1992, p. 9).

Em seu romance, Rachel de Queiroz segue ao menos dois motivos consolidados na tradição literária nordestina: o da mulher forte, valente, muitas vezes dotada de atributos

masculinos que lhe possibilita sobreviver num meio violento; o da vida dos cangaceiros em suas aventuras contra as tropas oficiais pelo interior distante, invadindo pequenos povoados, pilhando as fortunas dos fazendeiros do sertão. No primeiro tema estão os romances *Dona Guidinha do Poço*, de Manuel de Oliveira Paiva, e *Luzia-Homem*, de Domingos Olímpio. Quanto ao segundo, figuram *O Cabeleira*, de Franklin Távora, *Os Brilhantes*, de Rodolfo Teófilo e *Cangaceiros*, de José Lins do Rego. Não se deve esquecer que esses são temas também usuais na literatura de cordel, sobretudo as "histórias de cangaço" que conformam um verdadeiro ciclo do gênero.

Reconhecer que Rachel de Queiroz escreve seu *Memorial de Maria Moura* inserido numa certa tradição não significa, no entanto, situar essa obra dentro de uma estrutura literária inerte ou fixa. Com Raymond Williams sabemos que toda tradição é sempre uma *tradição seletiva*, no sentido de uma "versão intencionalmente seletiva de um passado modelador e de um presente pré-modelado, que se torna poderosamente operativa no processo de definição e identificação social e cultural" (WILLIAMS, 1979, p. 118). Escrevendo na última década do século XX, Rachel de Queiroz não se limitou a representar "um passado significativo"; tratou de o fazer de modo diferenciado, combinando elementos convencionais da tradição literária – famílias, lugares, instituições, a língua – com variações incorporadas em face a interesses particulares e relações sociais não existentes entre seus pares de cem anos antes.

Frisar esse aspecto variável da convenção literária é importante ao objetivo perseguido no presente texto. Sabe-se que o imaginário referente ao fenômeno do banditismo

tradicional foi fruto de uma construção cultural que remonta, inicialmente, aos versos declamados pelos antigos cantadores do século XIX, logo transpostos para a literatura de cordel nas primeiras décadas do século XX. As figuras de Antônio Silvino, Lampião e Corisco ganharam projeção nacional na esteira dos deslocamentos migratórios regionais e plasmados como símbolos da cultura popular pelos folcloristas. Escritores aclamados do ficcionismo nacional deram suas próprias contribuições quando enquadraram o banditismo como expressão do "regionalismo" da sociedade brasileira, primeiramente identificando o fenômeno à luz de teorias deterministas, associando o crime às características da raça ou do meio, posteriormente compondo a denúncia das injustiças e do atraso de nossa sociedade nas páginas do romance social. Mais recentemente, o cinema tornou-se um poderoso instrumento para a consolidação da representação típica do bandido sertanejo, a essa altura já uma personagem com traços muito mais míticos que históricos.

Com *Memorial de Maria Moura*, Rachel de Queiroz retoma um motivo consagrado da tradição sertaneja, mas o faz de um modo todo particular. Sua história não transcorre, por exemplo, na passagem do século XIX para o XX, considerada a época áurea do cangaceirismo. Diversamente, o romance remete-nos a um período recuado no século XIX, num tempo anterior ao das ferrovias, navios a vapor e telefones. Outra variante significativa é sua personagem principal não ser um líder bandoleiro ideal, homem destemido, violento, com rígidos princípios morais, mas uma mulher portadora de sentimentos às vezes ambivalentes, demonstrando uma inquestionável bravura, apropriada a sua função de liderança, mas existencialmente dividida

entre a convicção da honra e as afeições femininas. A opção pelo gênero romanesco possibilitou a Rachel de Queiroz compor uma trama social complexa, característica nem sempre presente nas narrativas tradicionais sobre a vida dos bandoleiros dos sertões.

Através das trajetórias dos diversos personagens que povoam *Memorial de Maria Moura* é possível estudarmos o fenômeno da formação social do banditismo oitocentista. Rachel de Queiroz compôs sua obra com falas e gestos de personagens populares situados nesse universo ainda pouco conhecido dos antigos sertões, quando ordem e desordem se entrelaçavam e se confundiam na vida cotidiana do povo. Analisando os discursos que aparecem no romance, considerando sua pluralidade linguística, buscaremos nesse texto entender como a literatura de Rachel de Queiroz pode contribuir na compreensão da história social desses sujeitos.

Maria Moura: entre a memória, a história e a literatura

Rachel de Queiroz não vivenciou o tempo em que transcorre a narrativa de *Memorial de Maria Moura*. Seu largo conhecimento acerca dos costumes e das relações sociais característicos da sociedade sertaneja do século XIX parece provir principalmente de uma memória familiar construída ao longo de gerações de antepassados. Essa é uma importante característica quando tomamos seu romance como referência para o estudo da história.

José Bonifácio de Sousa, antigo historiador membro do Instituto do Ceará, afirmou que os "Queirozes" foram uma das duas principais famílias "que predominaram na formação da *gens* quixadaense". De "índole irriquieta e dominadora", uma gente incapaz de "viver segregada nos seus feudos rurais", a família Queiroz tivera participação ativa nos movimentos liberais que agitaram a província cearense nos primórdios da Independência (SOUSA, 1997, p. 36-40). Antônio Francisco de Queiroz Barreira, Miguel de Queiroz Lima e outras figuras proeminentes da família participaram da expedição organizada contra Fidiê, que teve por intuito garantir a emancipação política brasileira na extensão que vai do Ceará ao Maranhão. Durante a Confederação do Equador, em 1824, a família Queiroz tornou-se um dos grupos de maior confiança do líder Tristão Gonçalves. Em todos esses episódios, chefes da família reuniram tropas de homens armados, recrutados na mesma composição social e durante o mesmo período aos quais Rachel de Queiroz se referiria em seu romance.

Entretanto, a memória nunca é simplesmente a reprodução fiel de marcas deixadas pelo passado. Dinâmica, ela é antes um constructo fruto de um complexo processo de seleção de elementos em que se fazem presentes tanto as referências do tempo transcorrido, quanto as pressões que o ato reminiscente sofre no tempo de seu acontecimento, ou seja, no presente (GAGNEBIN, 2014). Para compreender como a memória familiar comparece na composição narrativa de *Memorial de Maria Moura* é preciso, portanto, investigar certas maneiras com as quais Rachel de Queiroz articula os elementos dessa memória na escrita de sua obra.

Rachel de Queiroz manteve fortes laços sentimentais com os sertões de Quixadá, apesar das inúmeras mudanças e viagens ao longo da vida. Em seus registros, nunca escondeu sua predileção pela fazenda do Junco, terra pertencente a seus pais, onde viveu momentos felizes de sua infância e para onde retornaria recorrentes vezes quando ali, desmembrado da propriedade, ergueu o sítio Não Me Deixes. Em *Tantos Anos*, Rachel de Queiroz declararia sua relação afetiva com o Junco:

> Neste mundo tão grande, nunca houve pedaço de terra que tenha sido mais preso ao meu coração do que aquele trecho bravio do município de Quixadá, a cento e oitenta quilômetros do oceano Atlântico. E engraçado é que não nasci lá. Contudo, decerto andava por lá antes de nascer (QUEIROZ ; QUEIROZ, 1998, p. 175).

Uma correspondente afeição à propriedade, à terra – enquanto símbolo de um vínculo existencial às origens familiares – marca a composição da personagem Maria Moura. É porque perde a posse sobre a terra que Maria Moura adota a nova vida à frente do bando. E é na busca da terra herdada de seus antepassados que se empenha na organização da cabroeira capaz de conquistar a Serra dos Padres à força, se preciso fosse. Em dado momento do enredo, Maria Moura sente a chegada do momento decisivo: "Enfim, achei que tinha chegado a hora de fazer a minha grande viagem – quer dizer, a romaria em procura da Serra dos Padres. Lá ficava o meu destino: disso eu tinha a maior certeza" (QUEIROZ, 1992, p. 225).

O apego sentimental pelo domínio sobre a terra, característico de uma visão senhorial a respeito da ordem sertaneja, orienta praticamente todas as atitudes da personagem ao longo do romance. A autora parece querer mostrar que esse sentimento de pertença constitui um princípio ético capaz de qualificar o papel de liderança de Maria Moura sobre seus homens e, ao mesmo tempo, exercer uma força moral capaz de despertar um grande fascínio entre os seguidores da heroína, gerando uma espécie de magnetismo sobre os cabras, em que o poder de atração se faz tão forte a ponto de superar os preconceitos machistas que se opunham à ideia de estarem sendo obedientes a uma mulher.

Em certo trecho do romance, logo após a retirada em fuga do Limoeiro, quando se encontravam escondidos na caatinga sertaneja, Maria Moura revela aos homens sua intenção de conquistar a Serra dos Padres. Argumenta, apontando para a fertilidade da terra, a abundância de água, para o potencial de riqueza enfim. Após consultar a cada um sobre se estavam dispostos a lhe seguir naquela aventura, estabelecendo com isso uma espécie de pacto originário do bando, interrompe o diálogo com um gesto. Maria Moura levanta a mão e avisa:

> – Vou prevenir a vocês: comigo é capaz de ser pior do que com cabo e sargento. Têm que me obedecer de olhos fechados. Têm que se esquecer de que sou mulher – para isso mesmo estou usando estas calças de homem.
> Bati no peito:
> – Aqui não tem mulher nenhuma, tem só o chefe de vocês. Se eu disser que atire, vocês atiram; se eu disser que morra é pra morrer.

> Quem desobedecer paga caro. Tão caro e tão depressa que não vai ter tempo nem para se arrepender (QUEIROZ, 1992, p. 83-84).

Essa passagem apresenta uma espécie de rito de iniciação do bando e à frente do ritual está uma mulher. Decerto, uma mulher que, no intento de reproduzir um modelo masculino de mandonismo, chega mesmo a negar sua identidade feminina: "Aqui não tem mulher nenhuma". Mas que não deixa de permanecer sendo, ainda assim, uma mulher.

Em *Memorial de Maria Moura* são diversas as personagens femininas que assumem papeis de destaque. Ali encontramos a ríspida Firma, esposa mandona do primo Tonho, incansável antagonista de Maria Moura, sempre impulsionando os homens das Marias Pretas na luta em defesa dos interesses da família. Sob o seu domínio surge Marialva, cuja doçura de trato e intensa timidez não a impede de rebelar-se e fugir com Valentim, artista saltimbanco com quem se casa às escondidas. Insubmissa também é Rubina, mulher negra, antiga escrava das Marias Pretas, alforriada quando engravidou do finado senhor, pai de Tonho, Irineu e Marialva, gerando o irmão Duarte, um mestiço bastardo. Há ainda Dona Bela, personagem infeliz no casamento que, durante a ausência do violento marido, torna-se amante do vigário local e acaba morrendo em circunstâncias trágicas, consequência da ardente paixão que desenvolveu pelo padre José Maria. São todas mulheres que, de diferentes maneiras, desafiam o rígido patriarcado reinante no sertão.

A escrita feminina (e feminista) de Rachel de Queiroz distingue *Memorial de Maria Moura* na extensa tradição

literária que tratou da vida bandoleira pelos sertões nordestinos. O romance é, nesse sentido, uma referência de um tratamento literário emergente na trajetória cultural brasileira. Ali se encontra a expressão de outras vozes, alternativas ao convencional prevalecente, com as quais as mulheres são deslocadas para o centro da trama narrativa, suas causas e interesses de gênero são considerados, sua atuação social valorizada.

A composição da condição feminina em *Memorial de Maria Moura* expressa diretamente o que Alfredo Bosi chamou de "curva ideológica da escritora" Rachel de Queiroz: "do socialismo libertário de *Caminho de Pedras* às crônicas recentes de espírito conservador" (BOSI, 2004, p. 396). Esgrimindo um vocabulário revolucionário na década de 1930, a escritora alinhou-se inicialmente ao stalinismo, passando logo em seguida ao trotskismo, quando fez campanha contra o integralismo nos anos do governo de Getúlio Vargas. O sentimento liberal e esquerdizante em face da ditadura do Estado Novo deu lugar, após a guerra, a uma "defesa passional das raízes do *status quo*" que culminaria com a colaboração com o regime militar de 1964 e mesmo a assumida conspiração na preparação do golpe, quando recebia em sua própria casa as visitas do general Castelo Branco a quem se ligava por vínculos familiares (QUEIROZ ; QUEIROZ, 1998, p. 201-207).

Percorrendo essa abrangente parábola ideológica, Rachel de Queiroz recolheu elementos intelectuais que lhe permitiram criar uma trama romanesca bastante complexa, em que o elogio ao feminismo libertário de suas personagens mistura-se ao apego a valores conservadores da sociedade sertaneja tradicional. A resultante é uma inte-

ressante narrativa capaz de sensibilizar a um espectro amplo de leitores, mas o que predomina no romance é mesmo certa componente ética paternalista. Afinal, a personagem Maria Moura, a despeito de todas as dificuldades encontradas em seu adverso projeto de vida, nunca veria o seu papel de liderança ser totalmente desafiado pelos elementos subalternos de seu bando e, mais que isso, essa fidelidade é apresentada como uma conquista pessoal sua, de sua própria capacidade mandatária.

A formação da cabroeira nas vozes do romance

Se o discurso predominante em *Memorial de Maria Moura* é de viés patrimonialista e conservador, isso não impede, entretanto, a emergência de outras vozes na formação daquilo que Mikhail Bakhtin denominou de "plurilinguismo social" do romance (BAKHTIN, 1990, p. 120). Disseminado no discurso da narradora, nas falas dos personagens, formando "zonas particulares" por meio de semi-discursos, por palavras e termos espalhados na narrativa, podemos encontrar a polifonia de uma ordem social complexa. Levando em consideração essa possibilidade de interpretação, podemos considerar que o romance de Rachel de Queiroz constitui-se também numa fonte de entendimento acerca da história social da formação dos bandos de criminosos do século XIX desde um ponto de vista contra-hegemônico.

De modo similar ao que ocorre com relação à perspectiva feminina, o ponto de vista subalterno faz-se presente em inúmeras passagens de *Memorial de Maria Moura*. De forma mais evidente, se apresenta naqueles trechos que re-

latam a inserção de novos membros ao grupo liderado pela personagem principal.

Ao formar a primeira resistência contra os ataques perpetrados pelos primos Tonho e Irineu, ainda quando Maria Moura vivia nas terras do Limoeiro, uma composição de homens armados é agrupada, aproveitando a própria rede clientelar de moradores. "Além de João Rufo, eram meus moradores dois velhos dos tempos de Pai". Maria Moura refere-se a Eliseu, "tirador de leite" e Chico Anum, "que tomava conta da planta – feijão, milho e mandioca" (QUEIROZ, 1992, p. 38). Trata-se de uma situação que parece ter sido muito difundida nas relações de trabalho pelos sertões dos Oitocentos: empregados de fazenda, dedicados primordialmente às tarefas de plantação e criação, mas que se constituíam como braços armados na defesa da posse do patrão sobre as terras quando ameaçadas.

Mas, além desses homens, o bando originário integraria também outros elementos pertencentes à rede familiar e comunitária que se ligava ao grupo de trabalhadores do Limoeiro. Emergem aqui personagens representantes de uma juventude popular, cujo lugar social no mundo do trabalho sertanejo ainda é indefinido. Rapazes solteiros como Zé Soldado e Maninho, filhos de Chico Anum, que vivem da prestação de serviços ocasionais para os proprietários da região. Por não terem ainda um núcleo familiar próprio constituído e um meio de vida estável, fazem parte daquela camada da sociedade preferencialmente visada pelo recrutamento militar que, durante o século XIX, exercia um papel punitivo sobre os que eram considerados "vadios" ou "indolentes". O recrutamento era rejeitado pela maioria da população, mas havia, como no caso apresentado no ro-

mance, outras expectativas relacionadas ao engajamento no Exército. Zé Soldado, por exemplo, enxerga no recrutamento um meio de expandir seus horizontes pessoais e dar vazão ao desejo de lutar:

> – Eu sempre tive vontade de ganhar o mundo, guerreando. Pra isso sentei praça, mas não deu em nada. Agora assim é melhor, que não tem cabo e sargento tirando o couro da gente (QUEIROZ, 1992, p. 83).

Como se vê, a experiência pessoal de Zé Soldado é aquela do indivíduo que procura no grupo bandoleiro uma vida aventureira que não pode encontrar nas linhas oficiais. É notável a ausência de uma distinção moral entre o que, para o personagem, representava vida de soldado e vida de bandido. Aliás, o que Zé Soldado encara como distinto é que entre os bandidos, apesar das evidentes dificuldades de sobrevivência e da constante violência, era menos provável ter de se submeter ao autoritarismo de um superior, ou ao menos essa condição reduzia-se substancialmente porque os chefes dos bandos geralmente provinham dos mesmos estratos sociais e comunitários.

Vê-se na apresentação desses personagens como, imiscuído ao discurso preponderante da personagem-narradora Maria Moura, encontra-se uma zona de significados alternativa, narrando a história de formação da cabroeira segundo o ponto de vista de seus comandados. O romance ganha, com isso, maior riqueza e complexidade, mas há também uma fatura historiográfica a se considerar. Para uma história social do banditismo, tal como se apresenta nos sertões do século XIX, é de grande importância essa

"visão desde baixo", da perspectiva dos sujeitos históricos subalternos, geralmente, negligenciada pela versão histórica de caráter oficial e hegemônico.

Somente a partir dessa visão alternativa é possível se compreender a racionalidade presente nas ações dos sujeitos subalternos da sociedade, considerados pelas elites desde um viés preconceituoso e classista. É bastante difundida a explicação sobre a violência sertaneja atrelada à "ignorância do povo pobre", considerando os criminosos como "desclassificados sociais". Por outro lado, um entendimento mais projetado sobre o cotidiano dessas camadas sociais permite o desvelamento de motivações muito mais complexas de suas atitudes.

Se em relação ao engajamento de Zé Soldado e Maninho no bando de Maria Moura temos a possibilidade de visualizar, através das circunstâncias do recrutamento, alguns aspectos do entrelaçamento entre a ordem oficial no Exército e a vida dos bandidos dos sertões, a inserção de outros membros no grupo desloca nossa atenção para os vínculos que esses bandos criminosos estabeleciam com o mundo dos escravos. Procurando, numa difícil jornada marcada pela fome e constante fuga, por um lugar onde se estabelecer com mais conforto, Maria Moura depara-se num dia com uma localidade propícia para fazer ali seu ponto de parada. Havia ali uma lagoa de bom tamanho, com água clara, cercada de chão de areia, algumas bananeiras. Mais além, via-se "dois ranchos de barro, meio tombados, cobertos de palha, e um deles era fechado com porta de vara" (QUEIROZ, 1992, p. 114). Era um antigo quilombo, onde habitavam um casal de velhos e três crianças. Uma tropa de volantes havia anteriormente atacado o pequeno

povoado, capturando os homens e mulheres em condições de trabalho para vendê-los.

Após estabelecerem um primeiro contato cordial, o grupo de Maria Moura e os quilombolas decidem se unir, estabelecendo com isso uma situação favorável para ambas as partes. O grupo de Maria Moura, além de ter acesso a um precioso refúgio, passava agora a contar com a não menos preciosa sabedoria do casal de negros, acostumados a interagir com o ambiente da caatinga e conhecedores das características daquela região. De sua parte, os velhos quilombolas, já fracos pelo peso da idade, passavam a contar para sua alimentação com o fornecimento de produtos importantes adquiridos nas pilhagens, como o sal e a carne, por exemplo.

Certo dia aparece no refúgio um homem ferido, armado, bacamarte a tiracolo, faca lambedeira no cinto. Era Roque, antigo conhecido dos velhos quilombolas. Com trinta anos de idade, de altura mediana e muito forte, Roque levava a vida como "cabra de aluguel". Em entrevista com Maria Moura, Roque resume a sua história:

> – Mas nunca fui cativo. Tenho mais raça de índio do que de preto, sem desfazer de ninguém. Me criei moleque de bagaceira, porque a fazenda não era de gado, era engenho. Carregava cana em cambito, para a moenda, junto com o Terto, filho deles [os velhos do quilombo]. Quando me botei a homem, não aguentei mais aquela vida velha. O Sinhô queria trata nós forro como se a gente fosse tudo negro dele. Um dia o Sinhô mandou me meter o relho e eu então ganhei o mundo. Foi

> pouco tempo depois do Tio Amaro, junto com o Terto e os outros, terem desabado, numa fugida grande. Se escaparam uns onze escravos, entre homens e mulheres. Mas aos poucos foram pegados todos. Aquele capitão do mato deve ter pauta com o cão; a gente só chama ele 'o Herodes'. Como eu gostava de atirar, achei serviço de guarda-costas de um padre; quando ele viajava nas desobrigas, tinha de carregar o cálice de ouro de dizer missa e o dinheiro que o povo dava, principalmente os senhores nas fazendas. E o padre velho não podia contar com o sacristão, nunca vi cabra mais esmorecido. Andei com o padre velho uns dois anos, depois ele largou de ser vigário, estava muito idoso para aquelas viajadas. Era um santo. Deu até uma carta me recomendando a um compadre dele que andava metido numa briga danada; questão de extrema de terra. Mas ô homem cru! Quando eu levei este tiro no braço e desmaiei, ele me deu por morto e me deixou no mato, como se fosse um cachorro. Foi longe daqui, umas cinco léguas. Vim pedindo esmola de casa em casa; o povo, me vendo armado, tinha medo e me dava o que tivesse (QUEIROZ, 1992, p. 172).

A fala de Roque, rica em detalhes, remete-nos às fronteiras das condições de liberdade e escravidão na sociedade sertaneja do século XIX. Apesar do orgulho de se dizer homem livre, Roque reconhece em seu discurso que sua cor de pele dificultava sua emancipação na sociedade escravista. Mostra com isso que a vida bandoleira nos sertões do século XIX era também fruto da insubmissão de tantos negros e mestiços que, assim como os escravos em rebeldia, fugiam

das fazendas para encontrar no crime um meio de se fazerem e se sentirem livres. Na sua narrativa, a condição de ser um "capanga", um "jagunço" (como se denomina aqueles que pegam em armas a mando de algum proprietário ou autoridade) é antes uma alternativa à condição opressiva vivida anteriormente quando era empregado de engenho do que uma mera adesão inconsciente ao mandonismo dos poderosos do sertão.

Para o personagem Roque, Rachel de Queiroz parece ter reservado as características mais importantes na definição do típico cabra: exímio atirador, mestiço com predominância étnica indígena, apresentou-se a Maria Moura vestido com ceroula, alpercatas, chapéu largo e sua "camisa era solta chegando quase ao joelho", boa para esconder armas e munições. Roque conhecia os segredos de quem ganhava a vida através da violência. Compartilhava com os pares a forma adequada de levar o armamento pesado por longas caminhadas, minorando o cansaço. Desaconselhava o uso de cavalos para os assaltos por serem agitados, difíceis de serem ocultados na mata rasteira, por deixarem rastros muito evidentes quando os homens a pé podiam perfeitamente escolher caminhar sobre as pedras para não deixarem marcas. E como se revela em sua fala, Roque aprendeu que andar pelos sertões exibindo armas e valentia era sinônimo de respeito adquirido, podendo contar ao menos com um prato de comida e algum dinheiro oferecido pela população atemorizada.

Há ainda em *Memorial de Maria Moura* uma passagem que se refere a um recrutamento coletivo de cabras. Liderados por Antônio Muxió, chegam cinco homens a Casa Forte (já na Serra dos Padres) após ouvirem muito falar

da fama adquirida por Maria Moura. Antônio Muxió conta então que era anteriormente vaqueiro, acostumado a andar com gado por longas extensões: "Trouxe gado até de Goiás" (QUEIROZ, 1992, p. 325). Cansado de viver pelas estradas "tangendo boi, comendo poeira, passando fome e sede", uniu-se a outros vaqueiros e apartou um magote de vinte cabeças de uma numerosa boiada. Conseguiu depois vender os animais numa feira, mas foi traído pela inexperiência e o descuido. O comprador desconfiou do preço baixo pedido pelos vaqueiros e avisou as autoridades. Depois de andar pelo mato umas três léguas, os ladrões encontraram um lugarejo, onde entusiasmados com o dinheiro adquirido, tomaram "a maior bebedeira de toda nossa vida". Foi fácil a captura do pequeno bando que terminou preso numa delegacia local. Sem juiz para tomar a decisão sobre os presos, passaram mais de dois anos na cadeia.

> O tempo todo não se fazia nada, era só dormindo de dia e jogando truco de noite. O pior era que, na delegacia, não havia dinheiro para dar comida aos presos e a gente vivia só das esmolas de quem tinha pena e nos mandava um cozinhado de feijão. [...] E com aquela vida de penar tudo junto, fomos criando amizade uns com os outros, fizemos quase uma irmandade (QUEIROZ, 1992, p. 326).

A solidariedade forjada no compartilhamento do miserável cárcere tem, para a pequena "irmandade" de Antônio Muxió, um caráter formativo. À confiança estreitada pelo longo tempo de convivência na cela somava os conhecimentos trazidos de outros criminosos mais experientes que

chegavam à mesma cadeia. Tudo isso foi decisivo para o sucesso da fuga que veio em seguida. É o que explica Antônio Muxió para Maria Moura:

> – E daí, Dona, que, como era natural, a gente estava sempre combinado de fugir. Tudo bem planejado, o dia, a hora e o lugar para onde ir. A essas alturas o pessoal nosso estava bem escolado, já não era mais aquele bando de bestalhão metido a ladrão de gado, de dois anos atrás (QUEIROZ, 1992, p. 326).

Algumas considerações finais

Submetido ao tratamento literário da escritora Rachel de Queiroz, a formação histórica da cabroeira, durante o século XIX ganhou significados nada convencionais em relação aos padrões com os quais as vidas dos bandidos sertanejos foram tradicionalmente delineadas. Além de se deslocar do foco exclusivamente masculino, possibilitando a leitura de certa perspectiva feminina sobre o cotidiano do banditismo, todo um abrangente complexo de experiências da gente comum sertaneja se revela através das figurações e falas das personagens subalternas do romance. Em *Memorial de Maria Moura* encontram-se passagens em que a vida dos bandidos sertanejos vai para além das tipificações de seus líderes e gestos caricatos, tais como facilmente encontra-se na literatura folclorista, nos acervos de museus ou suvenires produzidos para o consumo de turistas desinformados.

Para a escrita da história social do banditismo sertanejo, o romance de Rachel de Queiroz pode ser uma preciosa contribuição, apontando para perspectivas narrativas não usuais, caso seja submetido a determinadas leituras "a contrapelo". A sugestão pretendida por este texto aponta para uma possibilidade de narrativa histórica contra-hegemônica. Nessa perspectiva, a formação da cabroeira não se apresenta apenas como fruto da vontade exclusiva dos poderosos dos sertões, mas também pelas motivações e segundo o enquadramento cultural dos sujeitos comuns que compunham as maiorias populares. O conhecimento sobre aspirações sociais alternativas dos que buscavam o banditismo como um meio de levar a cabo seus projetos de insubmissão pode ser computado entre as contribuições mais importantes dessa perspectiva historiográfica.

Obviamente não era essa a visão histórica adotada por Rachel de Queiroz, cujo conservadorismo já pôde ser discutido no presente texto (mas que bem mereceria um estudo específico mais cuidadoso). Se a autora projetou a sua escrita através do universo social desses proletarizados sertanejos decerto o fez pensando que assim daria ao seu texto uma tensão e uma dramaticidade mais interessante. Afinal de contas, Rachel de Queiroz fez parte daquela geração a quem Ángel Rama associou a criação de um "processo de transculturação", definido como a solução literária do "autor que se reintegra na própria comunidade linguística, falando a partir dela, com uso desembaraçado de seus recursos idiomáticos", procurando com isso, não "imitar de fora uma fala regional, mas sim elaborá-la de dentro com finalidades literárias" (AGUIAR & VASCONCELOS, 2001, p. 220).

O historiador social não conseguirá, dessa forma, explorar as melhores potencialidades interpretativas de *Memorial de Maria Moura* se não enfrentar a tarefa de captar a polifonia social do romance, limitando-se à avaliação pouco fecunda de querer saber em que medida certa obra "corresponde à realidade" ou restringir-se à verdade epidérmica, pouco satisfatória como interpretação, de explicar a literatura apenas naquilo que ela revela os modos de vida ou os interesses de tal classe ou grupo social. Considerando a assertiva de Antônio Cândido, compreender "a função histórica ou social de uma obra depende de sua estrutura literária" (CANDIDO, 2006, p. 177).

Referências

AGUIAR, Flávio & VASCONCELOS, Sandra Guardini T. (orgs.). Ángel **Rama:** literatura e cultura na América Latina. São Paulo: EDUSP, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e estética:** a teoria do romance. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP / HUCITEC, 1990.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade.** 9 ed. revista pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2014.

QUEIROZ, Rachel de. **Memorial de Maria Moura.** São Paulo: Editora Siciliano, 1992.

QUEIROZ, Rachel de & QUEIROZ, Maria Luíza de. **Tantos Anos.** São Paulo: Editora Siciliano, 1998.

SOUSA, José Bonifácio de. **Quixadá & Serra do Estevão.** Fortaleza: Edições UFC, 1997.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura.** São Paulo: Zahar Editor, 1979.

FEMININOS EM CONSTRUÇÃO: UMA LEITURA ARQUETÍPICA E AFROCENTRADA DE IDENTIDADES NA LITERATURA CONTEMPORÂNEA

Ana Paula Lima Moura
Vânia Maria Ferreira Vasconcelos

Resumo

Este artigo buscará analisar o lugar da mulher negra e o potencial da literatura na construção e desconstrução de identidades tomando como norte o romance "Um defeito de cor". Buscaremos debater os possíveis estereótipos criados pelo olhar patriarcal acerca da mulher negra, observando a possibilidade da contestação dos mitos oficiais e a construção de novas imagens literárias a partir das potências psíquicas e educativas das imagens arquetípicas da cosmologia africana, em especial, das deusas iorubas.

Palavras-chave: Identidade. Raça. Gênero. Cultura Afro-Brasileira. Psicologia Analítica.

Introdução

O artigo que se segue tem como interesse propor o estudo da mitologia afro-brasileira como ferramenta para viabilizar um processo de questionamento dos paradigmas literários oficiais e consequente metamorfose da consciência,

no sentido do deslocamento da representação da mulher negra no imaginário coletivo. A partir do debate acerca da representação do feminino na literatura afro-brasileira contemporânea, pretendemos refletir sobre as especificidades do desafio da heroína negra nestes escritos, assim como colaborar para a construção de modelos de identificação afro-brasileiros para o público leitor.

Buscamos reunir elementos que venham realçar o caráter político destas discussões por meio da afirmação de um viés feminista e afrocentrado, visando, como objetivo final, promover um debate que venha atuar na ressignificação do imaginário coletivo brasileiro acerca das mulheres afrodescendentes, somando esforços aos trabalhos quem já vêm sendo realizados nesta perspectiva, com destaque às produções de Dacastagné (2005) e Vasconcelos (2015).

Identidade(s) afrocentrada(s), feminismo(s) e literatura contemporânea

O texto de Dalcastagné (2008) enfatiza a importância do reconhecimento de si e do outro, na arte, enquanto processo mediador da formação e legitimação de identidades, concepção que motivou o empreendimento de um extenso trabalho de mapeamento da personagem do romance brasileiro atual em obras publicadas entre 1990 e 2004. Nessa obra, a autora reflete acerca das diversas estratégias de controle do discurso impetradas pelos grupos dominantes em direção aos dominados, e, em um mesmo movimento, oferece o caminho da arte como possibilidade de luta con-

tra as injustiças, por meio do "reconhecimento das múltiplas expressões culturais dos grupos subalternos" (p. 20).

O trabalho de Vasconcelos (2015), também considerando a importância do texto literário enquanto "portador de uma voz socialmente localizada e veículo de uma representação decorrente de uma experiência" (p. 38), se pauta na busca pela especificidade do grupo das mulheres negras, marcado "pela busca do oceânico caminho de volta ao encontro de uma ancestralidade que lhe legitime o lugar no mundo." (p. 17). Neste sentido, a autora aponta para a importância de trabalhos como o de Zahide Muzart, criadora da Editora Mulheres e pesquisadora que iniciou o movimento de resgate de autoras negras, esquecidas ou desconhecidas, assim como os trabalhos contidos em revistas de crítica feminista tais como *Artemis, Labrys, Pagu* ou REF, que também conduzem a um debate em torno de questões relevantes ao feminismo no Brasil.

Para Sodré (1999), a questão da identidade nacional sempre foi um problema mal resolvido no Brasil, e entre as razões da dificuldade de entendermos quem somos e reconhecermos o nosso valor, está a dificuldade de integrarmos o legado cultural, religioso, e intelectual das comunidades afrodescendentes, violentamente subjugado e atacado em nosso permanente processo de colonização. Vasconcelos (2015), citando a psicóloga Neusa Sousa Santos, propõe uma reflexão sobre as consequências da negação das características físicas e dos valores ancestrais africanos no desenvolvimento emocional do negro na sociedade brasileira, chamando atenção para o impacto produzido em sua auto estima, quando este se apercebe de que a única maneira de ser aceito socialmente é por meio da negação de si mesmo.

A observação destes problemas remete-nos a uma reflexão acerca do papel da historiografia e da literatura, guardiãs das estórias, na elaboração das narrativas que se tornariam decisivas à formação das primeiras bases desta "identidade nacional". Para pensar sobre isto, destacamos a fala de Bosi (1992, p. 177) em sua descrição da composição alencarina do *bom sauvage,* ou a representação literária do índio em íntima relação de colaboração e servilismo com o colonizador; assim como as considerações de Duarte (2009, p. 08) quando revela que a história da representação da mulher afrodescendente na literatura brasileira sempre foi marcada por estereótipos que a reduzem à condição de empregada doméstica ou de mero objeto de prazer sexual, a depender da tonalidade de sua negritude.

Buscando empreender uma análise destas representações, acompanhamos o pensamento de Vasconcelos (2014) quando alerta para a reprodução na literatura e na ciência dos estereótipos criados no imaginário dos grupos dominantes acerca dos grupos dominados. Este pensamento dialoga com Gambini (1999), quando este denuncia que a história oficial é elaborada por meio de fantasias que interessam a certo sistema de dominação, e, neste sentido, defende "a liberação da fantasia, a liberação do trabalho psíquico com imagens que dizem respeito à nossa história e a nós todos" (GAMBINI, 1999, p. 18). Constatado isto, torna-se patente a centralidade do papel da literatura, da psicologia e da história no exercício da criação de novas estórias e de novos mitos que possam dar voz, por exemplo, àquilo "que as mulheres têm lutado para dizer sobre si" (VASCONCELOS 2014, p. 74).

Entendendo então que "todo pessoal é político", sublinhamos em Beavouir (2009) a reflexão acerca do problema

do reconhecimento das liberdades entre os sujeitos em interação, algo que, segundo o pensamento da autora, demanda daquele que reconhece um caráter virtuoso, capaz de ocupar a posição de Outro no momento do reconhecimento, algo que a própria autora aponta ser "seguramente a mais alta realização do homem" (p. 208). Difícil de ser alcançado ainda mais no âmbito das relações do homem com "a mulher", categoria historicamente construída para ocupar de modo permanente a posição deste Outro que define a identidade do Mesmo.Esta problemática em torno da construção histórica do lugar da mulher como deste Outro perene, em contraste com o qual o homem vai construir a sua identidade, me parece ser a tônica do capítulo de Beavouir (1980) sobre os Mitos, no qual a autora empreende uma pesquisa acerca das concepções de feminino contidas nas obras de cinco escritores que lhe parecem representativos, e que oferecem um panorama do modo como foram pensados e instituídos os modelos de mulher em torno dos quais as subjetividades vêm sendo forjadas nas sociedades patriarcais.

Posto isto, vale pensar nas consequências desta operação na qual o sujeito do sexo feminino é tornado oco para então ser preenchido com as representações masculinas, que "descrevem [o mundo] do ponto de vista que lhes é peculiar e [o] confundem com a verdade absoluta" (p. 211). É, em nossa concepção, sintomático o caráter perverso das performances produzidas a partir de um discurso que, tendo origem na Idade Média, toma como referência a imagem da Virgem Maria para impor a dominação masculina como única possibilidade de reconhecimento, uma vez que "é somente aceitando o papel subordinado que lhe é designado que será glorificada" (p. 245).

Esta construção de uma identidade absolutamente desprovida de potência corresponde, na visão de Beavouir (1980, p. 246), "à reabilitação da mulher pela realização da sua derrota". Após abdicar de qualquer pretensão de dominação que possa alguma vez ter tido, a mulher obtém como pagamento a promessa de ser elevada ao status de esposa: bem precioso. Vasconcelos citando Stevens (2007) considera que esta transformação que apaga qualquer vestígio do poder feminino, contido, por exemplo, nas imagens arquetípicas das deusas antigas, possivelmente corresponda a uma reação ao medo da força geradora primordial feminina da reprodução, que, através de uma "arquitetura discursiva poderosa" (idem p.30), a lógica patriarcal consegue relacionar ao mal.

Como contraparte destas referidas elaborações patriarcais, uma conjunção de fatores sociais, políticos e econômicos vai possibilitando o surgimento de outros tipos de racionalidade que propiciam que o sujeito "mulher" reivindique e elabore novos lugares para o feminino no discurso. Nesta direção, o feminismo se apresenta como "todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual ou de grupo" (VASCONCELOS *apud* DUARTE 2003, p. 151).

Vasconcelos (2015) amparada nos estudos de Lélia Gonzales, aponta, no entanto, para a impossibilidade de generalização das demandas das mulheres em um único tipo de feminismo. As autoras chamam a atenção para as especificidades da problemática da mulher negra; para quem se somariam as opressões de classe e de raça em relação às quais as preocupações do "feminismo branco" não tomariam parte, e cujas respostas mais satisfatórias poderiam

ser encontradas no resgate e na valorização das experiências e epistemologias afro-brasileiras.

A dimensão política envolvida na opção pelo feminismo negro nestes trabalhos tem o viés de problematizar o longo processo de invisibilização e branqueamento dos referenciais e dos sujeitos afro-brasileiros em nome de um pretenso "saber universal" oriundo da Europa, que vem se apresentar como mais uma imposição violenta que, respaldada também pela literatura canônica, tem deixado profundas marcas no imaginário coletivo brasileiro, fazendo emergir nos estudos de raça e gênero, a necessidade de "questionar a identidade social, interesses e preocupações dos fornecedores de tais conhecimentos" (OYÉWUMI, 2004, p. 02)

Nesta perspectiva, a proposta de realizar o estudo da(s) identidade(s) feminina(s) afro-brasileira(s), dentro de um referencial epistemológico próprio, encontra no trabalho de Mudimbe (s/d) a análise de um conjunto de saberes e discursos concernentes às representações de África, na qual o autor começa por desaconselhar o uso do termo episteme. Defende a utilização do termo gnose como mais adequado para trabalhar na perspectiva do reconhecimento das diferenças existentes entre os estatutos dos sistemas de conhecimento tradicionais, e o *modus* ocidental de conhecimento, uma vez que, "até agora, tanto os intérpretes ocidentais quanto os analistas africanos têm usado categorias e sistemas conceituais que dependem de uma ordem epistemológica ocidental" (MUDIMBE, s/d, p. 02).

Esse dilema é semelhante ao que os feminismos enfrentam ao terem que pensar a filosofia, psicologia e outros estudos de humanidade a partir de uma epistemologia criada sob a perspectiva patriarcal.

O autor destaca esta discussão como crucial para a compreensão dos estudos de África, dadas as atuais disputas entre os intelectuais que defendem o uso exclusivo de teorias africanas "autênticas" e os que empreendem estudos africanos ditos "ocidentalizados". Na concepção do autor, com a qual concordamos, é conveniente considerar os discursos intelectuais ocidentais buscando relacioná-los com a experiência e outras formas de sabedoria desenvolvidas nas sociedades tradicionais, não deixando, no entanto, de problematizar e os efeitos nefastos da estrutura colonialista, que em suas palavras, foi "a pior coisa que poderia ter acontecido ao continente negro" (MUDIMBE, s/d, p. 07).

De acordo com Mudimbe, a estrutura colonial nos países da África produziu sociedades, culturas e seres humanos marginais, tendo sido responsável pela quebra do "esquema culturalmente unificado e religiosamente integrado da maioria das religiões africanas" (p .09), degradando e banalizando o modo de vida tradicional, promovendo, por meio destas ações, o deslocamento do povo africano para o lugar de Outro, destino semelhante ao da "mulher", conforme já abordado neste texto a partir da leitura de Beavouir (2009).

Os efeitos em nossa consciência coletiva destas construções históricas e literárias replenas de negações e lacunas podem ser visualizados na pesquisa acerca da literatura produzida no Brasil. Dalcastagné (2005), em estudo acerca dos personagens do romance brasileiro contemporâneo, denuncia o fato de que nos romances brasileiros escritos no intervalo entre 1990 e 2004 é possível verificar a escassa participação tanto da escritora quanto da personagem negra, ao que a autora atribui à existência de mecanismos de "constrangimentos estruturais", nos quais determinados

atores sociais são levados a introjetar a sua pressuposta inadequação aos lugares de fala e de produção de discurso; o que deixa patente o sucesso dos esforços conservadores no estabelecimento dos lugares de subalternidade a serem ocupados pelos índios, negros e mulheres no Brasil.

Nesta conjuntura, Sodré (1999, p. 20) aponta para os perigos da adoção de concepções essencialistas da identidade, o que em sua análise, seria uma ficção ideologicamente montada com a finalidade de sustentar determinadas estratégias políticas e/ou simbólicas. Neste sentido, a sua fala vai ao encontro do pensamento de Dalcastagné (2005) que nos alerta para o fato de que a literatura é também um espaço "construído, avaliado e legitimado em meio a disputas por reconhecimento e poder"(p. 62). É fundamental percebermos a centralidade da dimensão política desta relação história – literatura – identidade, tanto para questioná-la quanto para promovermos alterações nos jogos narrativos e existenciais que a constituem. Neste sentido, Dalcastagné (2005) sugere a criação de meios para "democratizar o fazer literário", como saída de reverter estes processos de silenciamento e invisibilização que, em sua análise, demonstram o "índice poderoso de subalternidade" (p.20) ao qual o grupo das mulheres negras, entre outras minorias, está submetido; e levando em consideração o caráter histórico, tensional e socialmente construído da identidade, assim como seu reconhecimento enquanto problema político e econômico, é possível concluir que "a política de educação básica e de expansão da cultura depende intrinsecamente de uma autodeterminação identitária" (SODRÉ, p. 28).

Pensando nestes termos, um dos caminhos pelos quais consideramos possível promover este processo de autode-

terminação da identidade brasileira é pela via da restauração psíquica do princípio feminino afro-ancestral, asfixiado pela ideologia colonizadora da qual até hoje somos cativos; e para alcançar este campo, é primordial considerar a relação intrínseca entre indivíduo e divindade presentes na cosmovisão africana. De acordo com Prandi (2009, p. 161), o principal objetivo desta complementaridade dual e identificação humana com a energia dos deuses é manifestar estas potencialidades arquetípicas na vida, para que se possa desfrutá-la da forma mais satisfatória possível. Neste cenário, torna-se possível perceber

> Uma complexa estrutura da personalidade que faz do indivíduo iniciado um verdadeiro templo vivo (...) São várias divindades que compõem a identidade mítica de uma pessoa, presididas pelo "dono da cabeça", o orixá principal para aquele indivíduo específico. A relação entre as divindades presentes numa "cabeça" individual é designada pela palavra enredo, que evoca as noções de trama ou de narrativa. E durante toda a vida do iniciado, a identidade mítica desdobra-se como uma urdidura ficcional, plasticamente aberta a novas identificações no mito e na História, deixando patente a natureza simbólica (portanto "ilusória") do jogo identitário (SODRÉ, 1999, p. 183).

Considerando esta interpenetração entre o humano e o divino pelo viés psicológico, chamamos atenção para o pensamento de Jung (2008), quando aponta que "as personagens divinas são, na verdade, representações simbólicas da psique

total" (p. 144). De acordo o autor, para se alcançar essa experiência da totalidade psíquica, resultado de um processo de individuação, é necessário que a psique efetue um movimento de integração entre as dimensões da consciência, do inconsciente pessoal e do inconsciente coletivo. Neste sentido, destacamos a noção de inconsciente coletivo como ponto central para a compreensão destes processos, uma vez que é nele onde estão inscritas todas as memórias ancestrais que nos aproximam enquanto povo e/ou humanidade, e as quais trazemos à consciência por meio da introspecção analítica, da arte, da mitologia, dos sonhos ou da literatura, por exemplo.

Esta referida dimensão coletiva da psique é composta pelos arquétipos, que são imagens psíquicas primordiais que têm uma configuração própria, não pertencente a uma época ou a um lugar específicos, e que, como já mencionado, podem ser trazidos à consciência por meio dos enredos ou estruturas mitológicas. Dito isto, e considerando serem "os Yorubás, um dos maiores grupos étnico-linguísticos ou grupo étnico na África Ocidental e representarem, vindos de diferentes nações, o maior grupo de africanos no Nordeste, sobretudo na Bahia" VASCONCELOS (2015, p. 82), chamamos atenção para uma possível convergência entre a construção identitária da mulher afro-brasileira e os arquétipos das deusas do panteão yorubá, ou as iabás, uma vez que "os primeiros candomblés, [foram fundamentais] no sentido da recuperação da identidade e coesão dos negros escravizados no Brasil." (VASCONCELOS, p. 86). Esta interlocução retoma ainda o caráter matricêntrico destas identidades, uma vez que todos os grupos de candomblé identificados neste período foram fundados por mulheres africanas.

A busca pelo reconhecimento e pela reintegração dos elementos afro-brasileiros como ferramentas de empoderamento das identidades negras, corrobora com o pensamento de Duarte (2013) quando este aponta para a necessidade de desconstrução dos estereótipos de gênero e de raça na literatura por meio da valorização dos trabalhos de escritoras e escritores afro-brasileiros, nos quais "encontramos o redirecionamento da voz narrativa que, sem descartar a sexualidade, está empenhada em figurar a mulher não a partir de seus dotes físicos, mas pelas atitudes de luta e resistência, e de sua afirmação enquanto sujeito." (DUARTE, 2013, p. 16). Neste sentido, as estórias das iabás se apresentam como verdadeiros mananciais para o estudo deste feminino que se apresenta à vida por meio de uma postura afirmativa, e que nos inspira a produzir realidades a partir da integração e da celebração da totalidade e da singularidade que nos constitui.

E na busca por relacionar esta referida postura afirmativa das iabás às vivências concretas das mulheres negras, este trabalho caminha também no sentido da maturação de uma reflexão teórica acerca do romance **Um defeito de cor** (GONÇALVES, 2005), no qual encontramos a voz narrativa da africana Kehinde que, ao fazer o relato de sua história de vida na esperança de por meio deste encontrar-se com o filho desaparecido, produz um rico documento histórico no qual é possível identificar tanto os esforços de desumanização praticados contra os negros escravizados, quanto a poderosa capacidade de resiliência da protagonista, em seu caráter espiritual, ancestral e eminentemente matricêntrico.

Dito isto, consideramos esclarecida a necessidade de ampliação da consciência coletiva por meio do desvelamento criativo da história da heroína afro-brasileira, assim como o caráter primordial do resgate e da difusão para sociedade mais ampla, do passado de realezas que existiu na África antes da escravidão no Brasil, contribuindo para desconstruir a imagem depreciativa associada historicamente aos povos dominados e colaborando na potencialização das construções identitárias afro-brasileiras.

Conclusão

Ao final deste trabalho, torna-se patente a importância central da experiência feminina e negra como fonte significativa de conhecimento e importante ferramenta para problematizar a racionalidade ocidental, na perspectiva de fazer uso desta sem cair na armadilha de reproduzir o pensamento colonizador.

Dialogando com Gambini (2000), observamos que, não obstante às enormes dificuldades para remediar os efeitos dos traumas, das distorções e das injustiças marcadas em nossa história patriarcal, é necessário olhar para a consciência brasileira através do prisma da utopia, buscando estratégias de mudança e renovação das chances de futuro, e é por meio da linguagem suave da literatura, das artes e da mitologia, que pretendemos dar início a esta revolução nas estruturas psíquicas mais profundas da nossa cultura, de modo que a voz feminina afro-ancestral possa enfim falar de si em primeira pessoa. Nesta perspectiva, apostamos

na potência mítica das estórias das deusas iorubás como modo de colaborar na construção de uma literatura afrocêntrica, que re-integre o princípio feminino à consciência coletiva e assim amplie as nossas possibilidades de descobrir a potência de ser quem somos.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOSI, ALFREDO. Um mito sacrificial em Alencar. *In*: _____ . **Dialética da colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (2005). **Diretrizes Curriculares Nacionais**

para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e

Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, 2005.

DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, nº.26, Brasília, Jul-Dez 2005. Disponível em http://www.gelbe.com.br/inicio.html Acesso em: 6 fev. 2016.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Mulheres marcadas**: literatura, gênero, etnicidade. Terra roxa e outras terras: Revista Estudos Literários, Vol. 17-A, Dez, 2009.

GAMBINI, Roberto. **Espelho índio:** A formação da alma brasileira. São Paulo: Axis Mundi, 2000.

_____ ; DIAS, Lucy. **Outros 500:** Uma conversa sobre a alma brasileira. São Paulo: SENAC, 1999.

JUNG, Carl Gustav. **O homem e seus símbolos.** 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MUDIMBE, V.Y. **A invenção da África**: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. s/d.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero:** Os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. CODESRIA Gender Series. v. 1, 2004.

SANTOS, Renato Nogueira Junior. **Afrocentricidade e Educação**: Os princípios gerais para um currículo afrocentrado. África e Africanidades, n.11, 2010. Disponível em: http://www.africaeafricanidades.com.br/documentos/01112010_02.pdf. Acesso em: 14 fev. 2016.

SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros**: Identidade, povo e mídia no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

WOOLGER, J. B.; WOOLGER, R. J. **A Deusa Interior:** Um guia sobre os eternos mitos que moldam nossas vidas. São Paulo: Cultrix, 2007.

VASCONCELOS, Vânia Maria Ferreira. **No colo das Iabás**: Raça e gênero em escritoras afro-brasileiras contemporâneas. Fortaleza: EdUECE, 2015.

PAISAGENS D' ALMA: A POÉTICA DO PERTENCIMENTO EM JÁDER DE CARVALHO

Sarah Diva da Silva Ipiranga
Lígia Rodrigues Holanda

RESUMO

Jáder de Carvalho (1901-1985) ganhou notoriedade no cenário literário cearense sobretudo com as obras *Terra Bárbara* e *Aldeota,* em cuja feitura espelhava um comprometimento social e de classe agudo, como também uma dicção regionalista. No entanto, uma outra parte de seus livros, bem menos conhecida ou estudada, envereda pelo memorialismo poético de fundo confessional, numa perspectiva intimista e melancólica, apartada dos vínculos sociais ou políticos. Na obra *Poemas Inesperados* (1978), Carvalho revela um fazer poético de fundo autobiográfico que tem como paisagem literária sua cidade natal Quixadá. Nosso objetivo é analisar a reconstrução poética dessa paisagem e sua relação com a constituição da subjetividade que aciona o gesto confessional. Desta forma, a partir das teorias acerca da constituição do texto intimista (ROCHA, 1992; MORÃO, 1994), as relações entre paisagem e identidade (BUESCU, 2001; RIBEIRO, 2007) e a ambivalência entre memória, história e tempo (RICOEUR, 1997; BACHELARD, 1988), analisaremos três aspectos pertinentes à obra: o sentimento

de pertencimento ao sertão e ao seu imaginário; o exílio na cidade grande e a estrangeiridade de si na velhice.

Palavras-Chave: Memorialismo. Paisagem. Subjetividade.

Pré-história

Jáder de Carvalho (1901-1985), escritor cearense que se destacou tanto pela sua obra literária quanto pela atuação política de esquerda, tem uma produção escrita diversificada por vários gêneros: poesia, romance, jornalismo, tratados sociológicos. É um dos poetas mais conhecidos no Ceará, com livros marcantes na construção identitária da terra cearense, como *Terra bárbara* (1965) e *Aldeota* (1963). No primeiro recria o ambiente sertanejo onde nasceu e alça-o a um nível mitológico, transformando as imagens em construções simbólicas que ressignificam e corporificam os elementos da terra; no segundo, um romance, revela as histórias ocultas da formação da cidade de Fortaleza. A natureza engajada dessas produções criou uma identidade específica para o autor, de forma que sua obra é comumente caracterizada como "regionalismo de cunho social".

A personalidade irrequieta e revolucionária de Jáder de Carvalho, de certa maneira, pode explicar um pouco essa centralidade do 'cunho social' em sua obra. Carvalho foi membro do Partido Comunista Brasileiro, chegando a ser preso por diversas vezes em função do seu posicionamento político. Esteve à frente de jornais socialistas como "A esquerda", em 1920 e, posteriormente, o "Diário do Povo", entre 1940 e 1960[81]. Sua trajetória foi marcada ainda pelo estudo no Liceu Cearense, em Fortaleza, onde viria a lecio-

81 Para mais informações sobre a atuação de Jáder como jornalista, ver *Jáder de Carvalho e o Diário do Povo*, de João Alfredo Montenegro (2011).

nar e do qual seria afastado por perseguição política. Assim, vida e obra parecem encontrar um espelhamento que ressoa fortemente na recepção e leitura da sua produção.

No entanto, a expressiva obra do autor não se prende unicamente a essa linha. Em meio a tantos livros, uma outra vertente se insurge em meio à batalha política: o memorialismo poético. Visualiza-se, principalmente na poesia, a emergência de um sujeito melancólico, autobiográfico, que se debruça sobre o passado a indagar sobre si mesmo.

> Excetuando *Terra de ninguém* (1931) seu primeiro livro, cuja ossatura poética está completamente voltada para a questão da nacionalidade, e a primeira edição de *Terra Bárbara*, todas as outras obras de poesia (Água da fonte, *Menino só*, *Poemas inesperados*, *Temas eternos*, *Delírio de solidão*, *Rua da minha vida*, *Alma em trovas*, Cantos da morte) investem no eixo memorialista, que oscila entre *infância* e *velhice*, imaginários decisivos na construção de seu projeto autobiográfico (IPIRANGA; LOPES, 2013, p. 76).

Percebe-se, na leitura das obras referidas acima, uma acentuada linha intimista e confessional, sedimentada na paisagem que o abrigou na infância. O sertão, de identidade coletiva e espaço de embate social, passa a ser um *locus* individual, paisagem de rememoração e de colheita de si. Assim, as poesias de Jáder de Carvalho, mediadas pelo seu olhar e forma de apreensão/significação da paisagem, traçam liricamente um passeio pela cidade de Quixadá, mais especificamente a serra do Estêvão, onde o escritor nasceu.

O artigo aqui apresentado busca recompor a paisagem literária na obra *Poemas inesperados* (1978)[82]. Percebemos que a paisagem poeticamente reconstruída no livro não é apenas o cenário ou espaço disposto como pano de fundo para seus poemas, é, na verdade, sua matéria-prima, imagens-lembranças desencadeadas pelas memórias de infância e que dão sustentação ao seu fazer poético de fundo autobiográfico. Centraremos, portanto, nossa análise na construção imagética do sertão que, mais que um cenário 'frio' ou moldura da sua poesia, funciona como um fio condutor, um gatilho de onde as memórias são acionadas e desencadeiam a água da fonte de seu lirismo. Consideramos significativos três aspectos presentes na obra e que encaminharão nossa análise: o sentimento de pertencimento ao sertão e ao seu imaginário; o exílio na cidade grande; a estrangeiridade de si na velhice. As teorias acerca da constituição do texto intimista (ROCHA, 1992; MORÃO, 1994), as relações entre paisagem e identidade (BUESCU, 2001; RIBEIRO, 2007) e a ambivalência entre memória, história e tempo (RICOEUR, 1997; BACHELARD, 1988) configuram-se como a base de reflexão deste trabalho.

1. Entre a palavra e a imagem: a lembrança

A escrita autobiográfica, gênero profundamente enraizado[83] na cultura ocidental, surge como uma tentativa de apaziguar um antigo dilema existencial humano: encontrar significação diante da consciência de que a vida humana é

82 O livro foi publicado pela Editora Terra do Sol, que era mantida por Jáder de Carvalho em sua própria casa no bairro do Jacarecanga, na cidade de Fortaleza-CE (Rua Agapito dos Santos, 389).

83 Sobre autobiografia, ver MAY, Georges. *L'autobiografhie* (1979).

finita, enquanto os desejos e a imaginação humana não o são (ROCHA, 1992, p. 18). A rememoração mostra-se uma das formas de presentificar a vida através do resgate do passado. O centramento na intimidade é outra faceta do gênero, pois a subjetividade é que vai gerir o olhar para o mundo, guiada pela percepção em primeira pessoa. Sobre essa questão, Rocha pondera:

> O eu é, de facto, o princípio e o fim da autobiografia: mola impulsionadora e objeto da quête, sujeito e objeto da enunciação. A pessoa de quem se fala é também a que fala. Daí que o principal quebra-cabeças dos estudiosos da literatura autobiográfica tenha sido, nos últimos anos, a determinação do estatuto ontológico do eu e das suas relações com a linguagem (ROCHA, 1992, p. 45).

Apesar de não ser uma norma, verifica-se que essa volta comumente acontece do 'meio' da vida para frente, com prevalência do estágio da velhice, pois é quando a consciência da finitude, expressa em um tempo que se esvai, irrompe de forma avassaladora. Essa inquietação é latente em Jáder de Carvalho e marca sua imersão em um processo de escrita de si. Outro aspecto que pode ser pertinente, se tivermos em vista a trajetória política de Jáder, é que a escrita autobiográfica, nascida da conjugação de fatores como a tradição cristã, o individualismo romântico e a emergência do capitalismo, pode ser compreendida como uma forma de salvação individual em um mundo descrente nos modelos de salvação coletiva que se sucederam no curso da história (ROCHA, 1992).

Essa escrita poética de fundo autobiográfico nos remete ao pensamento do filósofo francês Gaston Bachelard que, no livro *A poética do devaneio* (1988), propõe uma poético-análise capaz de restituir à alma humana as solidões libertadoras que experimentamos na nossa solidão de criança. O devaneio atravessa, sem envelhecer, todas as idades, mas é no outono da vida que somos lançados a retomá-lo, a encontrar uma infância tão distante que sequer pode ser datada. Esse recrudescimento dos devaneios infantes está no cerne da escrita autobiográfica, empreendida por vários escritores que, no "outono da vida", se imbuem do desafio de mergulhar em si próprios.

Embora se possa inserir a obra de Carvalho num projeto memorialístico, há que se ter em vista que ela apresenta um descompromisso em relação à organização temporal e à linearidade comuns ao referido gênero (LOPES, 2014). Carvalho dilui suas lembranças em temporalidades flutuantes que circulam entre imagens da infância, a consciência da velhice e a consequente iminência da morte. Em sua poética, visualiza-se uma relação com temporalidades, como relata Ricoeur, que não obedecem necessariamente ao calendário. Para Ricoeur, o próprio calendário se constituiria como um terceiro tempo e o caráter universal de sua constituição "é o que faz do tempo do calendário um terceiro-tempo entre o tempo psíquico e o tempo cósmico (RICOUER, 1997, p. 182). Os poemas de Jáder se corporificam a partir de um tempo cósmico, um tempo natural no qual os homens estão indubitavelmente inseridos, marcado pela dinâmica da natureza. Assim, a vida tem seu calendário próprio: "começa na madrugada e pára no crepúsculo" (CARVALHO, 1978, p. 15), "a gente acorda com o sol" (CARVALHO, 1978,

p. 54); "A hora marcada era o canto do galo" (CARVALHO, 1978, p. 67). Além dessa vinculação com elementos externos, percebe-se um tempo interno e extremamente íntimo – o tempo da alma envelhecida, que sente a dor pelos parentes mortos, do corpo que, já cansado, dá sinais de que o tempo se esvai.

Embora tenha deixado a cidade de Quixadá, no sertão central do Ceará, aos 11 anos de idade, em direção a Fortaleza, onde viveu até a morte, em 1985, as memórias do sertão permaneceram impressas em sua alma, mostrando-se latentes, sobretudo, quando a sua escrita é marcada por uma oscilação entre infância e velhice. A infância aqui é tratada como um núcleo firme que persiste na alma humana e que se faz notar nos momentos de iluminação poética (BACHELARD, 1988). Aliás, a essência da poesia de Carvalho está centrada no material recolhido durante a infância, como as imagens da paisagem. Partindo do pressuposto de que a paisagem não é um dado pronto e acabado e sim uma construção simbólica compartilhada por indivíduos e determinante do sentimento de pertença a um determinado espaço, conferindo-lhe vida, encontramos, na poesia de Jáder, um campo fértil para adentrar essa construção simbólica, como pode ser percebido no trecho do poema "Última vontade" (CARVALHO, 1978, p. 93), onde há uma fusão telúrica entre o eu e a terra:

> O sertão é velho, encourado, ora verde, ora seco,
> mas sempre amado.
> É pedra. É serra. É Gado. É rio. É viola.
> Já vi um horizonte sem fim,
> Com cheiro de gado, nos Inhamuns.

(...)
Morrerei primeiro: eu sei. E peço:
Ou me enterrem, com o sertão,
Numa cova do tamanho do Nordeste
Ou, então, me sepultem feliz, entre os balidos,
Na saudade das minhas ovelhas.

Neste poema, percebe-se claramente a ambivalência individual/social em função do espaço. Entre a cova descomunal do tamanho da terra e a cova afetiva, pequena só para um corpo e embalada pela presença lírica dos carneiros, a alma do poeta oscila.

Há uma longa trajetória de discussões acerca da paisagem, surgida no seio da geografia e, em seguida, apropriada pela história, ciências sociais e outras disciplinas. A paisagem é caracterizada pela conjugação irredutível entre "a natureza, os espaços construídos e ocupados, os modos de produção e as atividades culturais e sociais numa relação complementar entre si" (RIBEIRO, 2007, p. 07). Ou seja, não é possível pensar a paisagem apenas em sua dimensão física ou natural - como um fato dado pela natureza, mas também como um elemento que se constrói a partir da cultura. O mesmo autor ressalta que a paisagem enquanto construção é histórica e, portanto, passível de várias leituras e apropriações.

A vivacidade dos elementos da paisagem na poesia de Jáder é emblemática. Nesse sentido, ela afirma uma construção simbólica que se expressa de forma muito peculiar em sua escrita, pois denota o sentimento de pertença a este lugar que deixou há anos, mas que nunca esqueceu: "Quixadá, / as tuas montanhas de pedra / não pesam somente na

terra: / pesam também na minha saudade" (CARVALHO, 1978, p. 16). Essa primeira impressão desvia da rota comum da rememoração, quase sempre associada à leveza das imagens e das lembranças, que seriam artefato aéreo, intangível. Ao marcar seu lugar de nascença, o poeta o inscreve na dureza da paisagem quixadaense: os monólitos. O peso da pedra migra para a saudade, que adquire a consistência da imagem recuperada.

Essa paisagem vai sendo transfigurada para a poesia, em um exercício de rememoração e de lapidação da palavra, pois "o escritor é um homem que não tem outro instrumento senão as palavras" (PAZ, 1984, p. 146). É a partir do trabalho artesanal de escrita que Jáder de Carvalho nos conduz pelas veredas de sua memória e imaginação e nos faz compartilhar ora do seu sentimento de pertencimento a sua terra natal, ora das dores e angústia do sentimento de exílio experimentado na cidade de Fortaleza, onde, mesmo sendo acolhido, conviveu com o sentimento de estranhamento de quem é estrangeiro. Para completar o ciclo, quando se volta para o passado, o sentimento de exílio mantém-se, pois Quixadá não reteve seu filho na memória.

O artifício de (re)constituir uma paisagem literária que, como dito anteriormente, não funcione apenas como moldura, mas como elemento pertinaz à feitura poética, detém o poder de aproximar o individual ao comum (SOARES, 2007). Logo, é possível que as memórias íntimas trazidas pelo escritor, ao serem narradas, encontrem ressonâncias nos leitores que compartilham dessa paisagem e, por conseguinte, da mesma teia de construção de significados, havendo a possibilidade de diálogo entre autor e leitores.

O fio condutor dessa tessitura é o que Bergson chama de "imagem-lembrança" (2010, p. 88-89), definida como um exercício espontâneo da memória no qual as imagens componentes de momentos significativos da vida vêm à tona. Essa evocação do passado só se faz possível através da abstração do presente por meio da valoração do inútil e do anseio de sonhar. É assim que Jáder de Carvalho revisita as imagens da infância e passeia vagarosamente por elas. Em seu exercício de escrita de si e, consequentemente, da retrospecção no tempo, há ainda um processo de agregação de novos sentidos aos acontecimentos (MOURÃO, 2011), logo as suas vivências acabam por receber outras significações, por vezes distintas daquelas atribuídas quando dos acontecimentos.

A paisagem do sertão, fortemente impressa na alma de Jáder, manteve-se viva e ativa no seu imaginário: "para onde vou, levo o meu sol" (CARVALHO, 1978, p. 15). Esse sol é o mesmo que irradia luz, mas também que castiga, bebendo a água do rio da infância, transmutando-se em uma metáfora do tempo que arrasta ferozmente a juventude. Apesar de ter vindo jovem para Fortaleza, ele manteve os laços com a sua terra e reiterou que a sua viagem "sempre foi de ida e volta" (CARVALHO, 1978, p. 15), ou seja, marcada pelo desejo de regresso, ainda que ele se faça apenas através de suas memórias e da escrita como materialização dessa saudade.

Vale lembrar que, para além do êxodo entre Fortaleza e Quixadá, a sua carreira de escritor foi marcada pelo conflito entre permanecer no Ceará, com a sua atuação nas causas sociais e a escrita engajada, ou partir, como fizeram outros escritores que lhes foram contemporâneos, em direção ao eixo Rio-São Paulo, centralizador da produção literária do

país. Novamente Jáder lança mão, como recurso literário, dos elementos da paisagem para justificar a sua decisão de permanecer:

> Do fundo da planície saíram mãos invisíveis
> E me seguraram as pernas
> Do alto da serra do Estêvão, outras mãos
> Me agarraram os cabelos (...)
> O açude, as marrecas, as jaçanãs, tudo gritava:
> "Não vá".
> E eu não fui.
> (CARVALHO, 1982, p. 100).

Os elementos da paisagem ganham pernas e braços que envolvem o poeta e reduzem sua mobilidade, os animais ganham vozes que se alçam contra sua partida e, então, partir torna-se uma impossibilidade para alguém tão preso a terra. A recusa de partir trouxe consequência para a carreira do escritor, pois houve uma restrição dos espaços de circulação de sua obra, ainda que tenha recebido importantes distinções, como o Prêmio Olavo Bilac da Academia Brasileira de Letras.

A viagem pela qual opta é, então, a da memória. Na velhice, refaz o percurso pela imaginação e reterritorializa suas experiências. O poema "Nesta casa..." configura-se como um relato da vida em família (na casa de corredor comprido e escuro), das lembranças dos avós, dos irmãos e dos animais, sobretudo, do carneirinho, personagem cativo em seus versos. Ele remonta a uma saudade até do não vivido, a dura experiência da falta: "a sombra do velocípede que nunca me deram" (CARVALHO, 1978, p. 66). É nesse poema que Jáder fala da decisão tomada pelos pais de trocar a "paz da cidadezinha/ pelas compridas ruas de Fortaleza" (CAR-

VALHO, 1978, p. 66), como também revisita a casa abandonada onde moraram seus antepassados. Assim, elenca alguns elementos da nova cidade e, pela evocação da memória e a força da palavra, retorna ao seu lugar de pertencimento:

> Vim rever, na saudade,
> a minha infância,
> dias da minha juventude,
> as árvores que plantei no quintal,
> meu carneirinho que me levava a passeios à tarde,
> pela praça da Matriz (...)
> (CARVALHO, 1978, p. 66).

A velha casa numa cidadezinha do sertão habita a sua alma e é o lugar em que ele se reconhece:

> Quase não conheço as cidades tentaculares.
> Amo os lugarejos do sertão.
> As cidadezinhas com a Praça da Matriz.
> As vilas, os povoados à margem das rodovias
> falam muito mais a minh'alma
> do que falariam Tóquio, Nova Iorque, São Paulo (...)"
> (CARVALHO, 1978, p. 54).

Novamente, emerge a recusa em partir para qualquer outro lugar do mundo, pois qualquer um deles lhe pareceria destituído de sentidos, estranho à alma, ainda que isso pudesse ter conferido maior reconhecimento a sua obra. O homem que constrói sua identidade e cuja própria existência está atrelada ao sertão: "sertão longe de mim: não existo" (CARVALHO, 1978, p.93), mostra-se como um outro, estranho a si mesmo na cidade grande: "eu sou o sertão com a máscara da cidade" (CARVALHO, 1978, p. 93).

Abandonando as máscaras, resta o homem solitário, que diante da velhice recorre à infância, à lembrança do menino do sertão de onde emanam seus devaneios poéticos.

A iminência da morte torna-se tema constante de sua poesia, tanto ao evocar os parentes e amigos que partiram, a quem dedica um livro inteiro, *Cantos da morte* (1967), quanto ao antever a sua própria finitude. Em alguns momentos, esse 'morto-vivo" parece não se amedrontar diante da derradeira experiência, pois pior que a morte é a dor de viver longamente, ao ponto de ver morrer aqueles a quem se quer bem, afinal, quem muito vive "é criatura marcada para a saudade" (CARVALHO, 1978, p. 19).

Porém, para aquém da morte, surge o desconforto marcante da sua vida - o medo de morrer em terra alheia. Tal sentimento de estrangeiridade ganha força diante da vulnerabilidade que o fim da vida agrega ao sujeito, uma vez que não tem o poder de alterar o sucedâneo:

> Se eu morrer em terra estranha, sozinho,
> haverá velório?
> Alguém sentirá saudade?
> Se me disserem adeus,
> não há de ser na língua
> em que me despedi de ti,
> dos amigos, da família.
> Ninguém lerá nos meus olhos parados
> as lembranças do rio Sitiá,
> dos amigos de infância,
> do carneirinho que me levava a escola,
> do meu retrato de menino na sala pobre,
> do meu abraço diário com as águas do rio.
> (CARVALHO, 1978, p. 64).

A morte, que na cultura cristã ocidental remonta a um retorno a terra, torna-se um fantasma a assombrar o velho Jáder, desejoso de retornar a terra de onde viera, terra conhecida onde habitam as suas lembranças. Os versos finais são ainda mais reveladores desse sentimento de deslocamento, de quem se preocupa em como será recebido na cova de uma terra que não é a sua.

> Eu te pergunto, a ti que vais desterrar:
> -Meu enterro terá acompanhamento?
> Como a cova rasa receberá o estrangeiro?
> Quem, na minha terra, saberá que morri?
> (CARVALHO, 1978, p. 64).

O livro *Poemas inesperados*, portanto, é fortemente marcado pelas demonstrações de afeto para com a cidadezinha do interior, suas ruas, a casa velha, a igrejinha e o sonar de seu sino, as montanhas de pedra e tantos outros elementos que remontam ao cenário quixadaense. É nesse livro que Jáder de Carvalho, em sobressalto, lamenta-se do amor não correspondido, do silêncio que a cidade lhe devota. É provável que aqui ele se refira ao não reconhecimento da obra em seu chão, o sertão que tanto povoou a sua escrita: "O que me dói, Quixadá/ é o grande silêncio que nos separa". No entanto, mesmo o silêncio que fere a alma não é capaz de aplacar seus sentimentos, afinal "o silêncio não mata o amor, /não mata a saudade", ao contrário, torna-se matéria do seu fazer: "Quixadá, / a tua mudez grita nos meus poemas!" (CARVALHO, 1978, p. 16).

Referências

BACHELARD, Gaston. **A poética do devaneio**. Trad. Antônio de Pádua Danesi. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988. pp. 93-137.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória:** ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Trad. Paulo Neves. 4 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. p. 83-153.

BUESCU, Helena Carvalhão. **Grande angular:** comparativismo e práticas de comparação. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2001.

CARVALHO, Jáder de. **Poemas inesperados.** Fortaleza: Terra do Sol, 1978.

_____. **Terra Bárbara.** Fortaleza: Terra do Sol, 1982.

IPIRANGA. Sarah Diva da Silva. Língua-mar**:** viagem e poesia em Jáder de Carvalho. **Revista Navegações**. v. 8, n. 2, p.180-188, jul – dez. 2015.

IPIRANGA. Sarah Diva da Silva; LOPES, Sávio Alencar de Lima. As estações do eu**:** infância, velhice e memória na poesia de Jáder de Carvalho. **Revista de Letras**, v. 2, n. 32, p. 75-80, ago – dez 2013.

LOPES, Sávio Alencar de Lima. **O inquilino do tempo:** percursos da memória na poesia de Jáder de Carvalho.(Monografia). Fortaleza: Uece/Centro de Humanidades, 2014.

MAY, Georges. **L'autobiographie**. Paris: Presses Universitaires de France, 1979.

MORÃO, Paula. **O secreto e o real:** caminhos da autobiografia e dos escritos intimistas. Lisboa: Cosmos, 1994.

PAZ, Octávio. **O labirinto da solidão e *post scriptum*.** Trad. Eliane Zagury. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/ COPEDOC. 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa** - Tomo III. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papirus, 1997.

ROCHA, Clara. Máscaras de Narciso: estudos sobre a literatura autobiográfica em Portugal. Coimbra: Almedina, 1992.

SOARES. José Wellington Dias. **Lima Barreto:** entre ficção e a história. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007.

MEMÓRIA, NARRATIVA E IMAGINAÇÃO

José Wellington Dias Soares

RESUMO

O artigo tem o objetivo de discutir as categorias memória, narrativa e imaginação. No primeiro momento, daremos à discussão certo tom conceitual, cujo apoio teórico buscaremos em HALBWACHS (1990), LE GOFF (1990), NORA (1993) e POLLAK (1989). No segundo momento, analisaremos o lugar da imaginação nas narrativas de PROUST (2001) e NAVA (1987), cuja responsabilidade é de preencher as lacunas deixadas pela memória. Além do que, a imaginação nos dá uma sensação que as imagens evidenciadas são mais duradouras, permanentes, eternas, enfim, poéticas.

Palavras-chave: Memória. Narrativa. Imaginação. Marcel Proust. Pedro Nava.

Durante o processo de criação literária, o romancista lança mão de alguns elementos imprescindíveis para a feitura do texto. Entre eles, podemos considerar a memória, a técnica narrativa e a imaginação, sobre os quais iremos tecer algumas considerações e reflexões conceituais.

Inicialmente, era nosso objetivo falar didaticamente sobre cada uma delas, mas no decorrer da elaboração deste texto não foi possível. Isso se deve menos pela nossa capaci-

dade de organizar ideias em perspectiva didática, do que pela complexidade e impossibilidade de tratar essas categorias de modo isolado. Elas se entrelaçam na tessitura narrativa.

A narrativa pressupõe necessariamente um evento passado, vivido ou imaginado. No caso da narrativa histórica, há a pretensão de denotar o fato como um acontecimento real, muito embora este seja mediado ora pelo documento ora pelo monumento, segundo Jacques Le Goff, pois são ambos formas de representação do passado, haja vista que "o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores". (LE GOFF, 1990, p. 462) A realidade, nesse sentido, é compreendida a partir da interação entre o real e o sujeito, a objetividade e a subjetividade. Assim, podemos apreender também realidade na ficção em prosa, além da sua própria realidade que é marcada pelas suas especificidades formais.

Por outro lado, a narrativa imaginada ou a narração ficcional não tem a preocupação de provar se o fato narrado corresponde ou não ao real. A linguagem, nesse sentido, torna-se o centro do interesse para a construção das imagens representadas. O mais importante não é o que se narra, mas como se conta a história. O texto narrativo, nesse caso, toma uma feição artística, ou melhor, literária, por tratar-se de obra constituída pela linguagem verbal.

Diante do exposto acima, é importante refletirmos sobre o papel da memória como elemento da constituição das narrativas imaginadas. A memória, por sua vez, é estruturada por diversos elementos associados ao afetivo desper-

tado pela coletividade, segundo Maurice Halbwachs (1990, pp. 33-36). De acordo com Michel Pollak, há vários pontos de referência da memória:

> (...) Entre eles incluem-se evidentemente os monumentos, esses lugares da memória analisados por Pierre Nora, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente relembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias (POLLAK, 1989, p. 03).

Ora, esses pontos levantados por Pollak são facilmente encontrados nas narrativas, embora representados por palavras. Se considerarmos que o próprio texto narrativo é um lugar de memória coletiva por despertar no leitor o afeto de que fala Halbawachs, temos um duplo ponto de vista. O primeiro está na memória do autor que dialoga com seu grupo e com seu tempo, no momento da escrita. No segundo momento, precisamos compreender a recepção da narrativa e seu significado para o leitor, que pode ser contemporâneo ou não do escritor. Entretanto, diferentemente da narrativa histórica, a ficção em prosa acrescenta intencionalmente àqueles elementos as lembranças fictícias, que pertencem à esfera da imaginação criadora do artista. Sem esta, é impossível o avanço da arte, não obstante considerarmos o reflexo estético[84] de Georg Lukács uma categorial central para compreendermos a natureza artística.

84 Para Georg Lukács, o reflexo estético refere-se à realidade objetiva, assim como o reflexo científico. Entretanto, tem caráter não-mecânico e não-fotográfico. Existe numa relação dialética entre a objetividade do mundo e a subjetividade do sujeito.

Com a narrativa ficcional, notadamente o romance, nunca estamos sós. Ao lermos, nossas lembranças tornam-se coletivas porque são suscitadas pelo autor, através do relato e das ações do narrador e dos personagens. Os acontecimentos aí narrados compartilham, muitas vezes, a memória coletiva na qual estamos também envolvidos.

Assim, a partir de narrativas imaginadas como, por exemplo, os romances de José de Alencar, é possível analisar os fatores de continuidade e de estabilidade que sobrevivem a partir de verdadeiras batalhas da memória. Percebe-se, decerto, "uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido" (POLLAK, 1989, p. 09). Além do que, a leitura dessas obras permite-nos discutir o caráter potencialmente problemático de uma memória coletiva, no sentido a que se refere Michel Pollak quando fala sobre a separação entre "uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor". (Ibidem. p. 8) Essa problematização, portanto, é evidenciada no intenso trabalho de organização da narrativa, em que se dão as relações entre os indivíduos do grupo ou a interação entre grupos diferentes. Aqui, podemos observar também o sentido da identidade individual e do grupo, porque há o olhar do outro.

A narrativa imaginada tem a vantagem de transpassar os "discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens" (POLLAK, p. 10), responsáveis pelo enquadramento da memória coletiva. Ela atinge os discursos das minorias, do homem simples, da tradição oral, das práticas cotidianas, do sentimento popular diante de um

acontecimento nacional ou global. A partir da imaginação criadora, o romancista representa fatos particulares, cria diálogos íntimos, exterioriza o pensamento, a paixão, a angústia dos personagens. Enfim, dá-lhes alma.

Nesse sentido, ao analisar uma narrativa de ficção, poderíamos indagar sobre o modo como o enquadramento da memória coletiva é construído, desconstruído ou reconstruído. Por outro lado, como as memórias individuais, as "memórias subterrâneas" (Idem. Ibidem. pp. 10-12) são representadas nas narrativas a ponto de gerar tensões e contradições entre a imagem do passado e lembranças pessoais ou de grupo? Ao longo do trabalho de reconstrução das práticas e representações de uma dada sociedade, o romancista tende a refletir sobre si mesmo definindo seu lugar como um ser social. Processo semelhante se dá com o leitor ao ler uma narrativa que o faz pensar sobre suas relações com os outros na sociedade.

A memória se evidencia nas práticas e nas representações, de acordo com Maurice Halbawcs. No entanto, ela não prescinde o real. As condições objetivas vividas pelo sujeito social são, a nosso ver, o ponto inicial de qualquer memória, seja individual ou social.

Com o fenômeno da aceleração, Pierre Nora afirma haver uma "distância entre a memória verdadeira, social" e "a história que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado, porque levadas pela mudança" (1993, p. 8).

Diferentemente da história, levando em conta o que Nora disse acima, a narrativa imaginada, não obstante seja também representação da memória coletiva, não a anula completamente. Isso se deve ao fato de a história ter um ca-

ráter documental, ao passo que a narrativa imaginada apoia-se na liberdade de trazer ao conhecimento do leitor uma história que não precisa ser comprovada com documentação. Amparando-se, muitas vezes, na observação do cotidiano, na memória coletiva a que pertence e na imaginação, o autor de narrativas ficcionais se satisfaz com o modo como conduz a sua história e com o impacto estético que produzirá no leitor.

Isso não significa dizer que a narrativa imaginada ignora a história. Ela existe não na perspectiva documental, mas na dinâmica própria da estrutura narrativa ficcional. Por isso, consideramos o romance *realista* o gênero de narrativa ficcional que mais contempla a memória social, em sua dialética com as questões da sociedade e do homem.

A narrativa ficcional possibilita fazer ouvir as vozes dos personagens/atores, na complexa vida em sociedade. Interagindo uns com os outros, eles representam através de ações a "memória verdadeira" de que fala Pierre Nora. (Ibidem. p. 14) Há nessa interação o gosto pelo cotidiano que evidencia, embora num plano do reflexo estético, a memória social. A narrativa, nesse sentido, aproxima-se da "história memória", pois em ambas sobressai a ligação estreita, íntima e pessoal que o ser social mantém com o mundo. Há, sem dúvida, uma relação objetivo-subjetiva que, a nosso ver, é o que motiva a memória, a imaginação e, consequentemente, a produção da narrativa.

Pierre Nora afirma que "os lugares de memória pertencem a dois domínios, que a tornam interessante, mas também complexa: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração." (Ibidem. p. 21) Ao elaborar sua prosa de ficção, o autor lan-

ça mão da experiência de vida, bem como da memória do grupo a que pertence. Mesmo quando narra algo que já se passou há muitos anos, décadas ou séculos, ele problematiza os fatos a partir de sua experiência. Tem o seu mundo atual como ponto de partida para a apreensão dos fatos passados. A representação desses fatos, elaborados agora em narração, serão compreendidos a partir da visão do homem que a construiu, e, em seguida, pelo olhar analítico daquele que a leu. Esses sujeitos, o escritor e o leitor, pertencem sempre ao seu respectivo contexto social, logo estarão em permanente diálogo com ele.

O outro lugar de memória, a que se refere Pierre Nora, o abstrato, ganha uma dimensão especial na narrativa ficcional, pois a imaginação, que se desenvolve com mais liberdade aí do que em narrativas históricas documentais, envolve as evidências de memória, seja material ou imaterial, de modo a dar-lhes nova interpretação.

Portanto, consideramos a narrativa uma representação de memórias coletivas, pois ela é capaz de aglomerar vários grupos atuando no mesmo espaço ou em espaços diferentes. A imaginação assume aí papel imprescindível, uma vez que preenche as lacunas deixadas pelas evidências históricas à disposição do autor. Por isso, podemos considerar também a narrativa como um espaço de memórias, porquanto comporta em sua estrutura memórias em conflito.

A fim de compreendermos melhor de que forma a memória coletiva e as memórias individuais do escritor, bem como a importância da imaginação, intervêm no trabalho de constituição e de formalização da narrativa, discutiremos em seguida o romance *O tempo redescoberto*, do escritor francês Marcel Proust, e *Galo-das-Trevas* de Pedro Nava.

MARCEL PROUST E *O TEMPO REDESCOBERTO*

O romance *O tempo redescoberto* faz parte dos sete volumes de *Em busca do tempo perdido*, publicado entre 1913 e 1927. Proust morreu em Paris a 18 de novembro de 1922.

Além de romances, uma vez que a imaginação e a linguagem lhes garantem a identificação de ficção em prosa, consideramos os volumes que formam a obra *Em busca do tempo perdido* como memórias, porquanto o narrador se atém, na maior parte da narrativa, a uma época da sociedade francesa. Para a construção dessas memórias, ele emprega um discurso impregnado ora de realismo ora de simbolismo, que nos leva a enxergar uma dada realidade, através da linguagem literária.

Em busca do tempo perdido aparece no começo do século como uma forma de literatura cuja construção textual é ambígua, uma vez que se entrelaçam, no mesmo discurso, a memória social e a imaginação. Nesse sentido, é um romance que desrespeita a coerência formal da narrativa tradicional, pois o enredo linear é substituído, através da memória, da imaginação e do tempo fora dos limites do relógio, pelo aprofundamento da sondagem psicológica.

A história de *Em busca do tempo perdido* é a história de uma escrita, cujo desfecho mostra a possibilidade do escritor escrever a sua própria realidade (BARTHES, 2000, p.151), que se confunde com a da sociedade na qual está inserido. Portanto, o que se percebe durante a leitura da obra proustiana é o nascimento do próprio livro que se está lendo, ou seja, do livro *Em busca do tempo perdido*. Essa história, que é ininterrupta, pois sentimos a necessidade

de retornar a leitura do primeiro livro[85] sempre que terminamos o último, é articulada de três momentos dialéticos, segundo Roland Barthes (Ibidem, p. 152).

O primeiro momento é a vontade que tem o narrador de escrever, a partir do prazer erótico proporcionado pelas frases de Bergotte e da alegria sentida ao descrever os campanários de Martinville. O segundo, que é a problematização dos valores literários, correspondendo à dificuldade de articulação entre linguagem e realidade, é a impotência de escrever, sentida pelo narrador durante a maior parte da obra. Os motivos desse insucesso estão na imagem ridícula e desanimadora da literatura remetida por Norpois ao narrador; numa passagem do *Diário* dos Goncourt que serve ao narrador para confirmar-lhe a sua impotência de escrever; e na indiferença da beleza da paisagem quando viajava de trem.

Esta etapa das memórias de Marcel Proust revela um narrador impossibilitado de descrever o mundo que o circunda. Como resgatar a realidade percebida e transformá-la em texto? Esta é a grande querela que perpassa toda a obra memorialística do escritor francês. Discutir o próprio fazer artístico, tendo como principal ponto o modo de articulação entre a linguagem e a realidade, é o que

torna *Em busca do tempo perdido* um texto moderno, na acepção que João Alexandre Barbosa utiliza para estudar o romance brasileiro, ou seja, "o momento instaurador de uma ruptura com relação ao modelo literário oitocentista" (1983, pp. 21-42). Dessa maneira, a obra proustiana

85 Os livros que compõem a obra *Em busca do tempo perdido* são, respectivamente, *No caminho de Swann*, À sombra das raparigas em flor, *O caminho de Guermantes*, *Sodoma e gomorra*, *A prisioneira*, *A fugitiva* e *O tempo redescoberto*.

discute o próprio princípio de composição textual de suas memórias, que é o descompasso entre realidade e a sua representação, surgindo no meio literário europeu no início do século XX como uma ruptura a ser seguida, ou seja, criando o seu próprio cânone.

O terceiro momento da história desse livro, que é a própria história da criação artística, acontece quando o narrador comparece a uma matinê na casa da princesa de Guermantes. Mas essa cena já está na última parte do último volume da obra proustina, *O tempo redescoberto*. Falemos um pouco da trajetória do narrador neste último livro antes de concluirmos o terceiro momento.

O tempo redescoberto divide-se em três capítulos. No primeiro, intitulado "Transonville", o narrador se encontra hospedado na casa de Gilbert, em Transonville. Na última noite, antes de partir para Paris, ao ler algumas páginas do *Diário* dos Goncourt, lembra-se da sua pouca disposição para as letras, sem ser agora este fato lamentável, uma vez que a literatura lhe revela alguma verdade profunda. Em seguida, reclama da incapacidade de ouvir e olhar; para ele, as conversas e as pessoas mundanas são indiferentes: "achava-os a todos insípidos, lembrava-me das inúmeras vulgaridades de cada um" (PROUST, 2001, p. 27). Preocupava-se mais com a essência geral das coisas, sem se ater às descrições exteriores do mundo. O narrador assim conclui suas reflexões a respeito do que lera:

> As páginas que li dos Goncourt fizeram lamentar o meu feitio. Pois talvez pudesse concluir delas que a vida nos ensina a não levar muito a sério os livros, e nos mostra a pouca importância do que o escritor elogia; mas

> podia igualmente inferir que a literatura, ao contrário, nos permite descobrir o valor da vida, valor que não soubéramos apreciar e de cuja grandeza só assim nos inteiramos (Ibidem. p. 29).

Observamos, no entrecho acima, que o narrador discute no próprio discurso narrativo, como uma espécie de metanarração, a impossibilidade do livro e a importância da literatura. Isso que parece um paradoxo nada mais é do que a insegurança, que leva o autor-narrador a buscas, retomadas e rupturas em relação à elaboração de seu texto. Existem, a um só tempo, a desconfiança e a crença na literatura que levam à crise de representação e realidade.

No segundo capítulo de *O tempo redescoberto*, o narrador-personagem chega a Paris em 1916. A fim de saber notícias da guerra, vai visitar Verdurin. Ao narrar as suas memórias da Primeira Grande Guerra e, especificamente, do caráter do sr. de Charlus, o narrador está fazendo, além de História, crônicas da época em que abordam o comportamento social das pessoas: o que pensam, como se vestem, o que discutem, o que fazem, do que gostam.

Um dos comportamentos descritos que estavam sendo influenciados pela guerra foi o modo de vestir-se das mulheres parisienses. Nesse ponto, o narrador critica dizendo que a elegância extravagante sustentada pela burguesia fazia apagar a arte verdadeira; tudo isso com a falsa ideia de liberdade e patriotismo. Assim comentava um costureiro:

> Às agruras do presente venceriam, sem dúvida, as energias femininas, se altos exemplos de coragem e resistência não se nos ofere-

> cessem à meditação. Por isso, pensando em nossos combatentes, a sonharem, no fundo de suas trincheiras, com mais conforto e mais graça para a querida ausente deixada no lar, capricharemos cada vez mais na criação de vestidos adaptados às necessidades atuais (Ibidem. p. 36).

Nesse sentido, emergia na França de 1916 uma nova classe burguesa:

> (...) não eram todavia novos apenas os chapéus cujos estranhos cilindros encimavam os rostos. Estes também o eram. Ninguém sabia bem de onde vinham as donas dos turbantes, que representavam a nata da elegância, uma há seis meses, outras há dois anos, outras há quatro (Ibidem. p. 37).

Percebe-se ademais que, vez por outra, o narrador tece comentários sobre a sociedade de sua época, o que indica o entrelaçamento da forma ensaística em suas memórias, pois pára a narrativa e aprofunda as suas idéias a ponto de convencer sutilmente o leitor a respeito de um determinado tema. Vemos isso claramente na seguinte passagem: "Na sociedade (fenômeno mundano que não é, diga-se de passagem, senão a aplicação de uma lei psicológica muita geral), as novidades, culpadas ou não, só horrorizam enquanto não são assimiladas e envoltas em elementos tranqüilizadores" (Ibidem. p. 38).

Depois das mulheres parisienses e sua vaidade burguesa, o narrador-personagem passa a falar sobre a questão Dreyfus que envolve, particularmente, a sra. e o sr. Bon-

temps, casal da alta aristocracia de Paris; e, em geral, a política da época. Não escapou, também, aos olhos críticos do narrador a situação desesperadora do soldado francês na guerra. Conta o caso particular de Robert Saint-Loup, com o qual se encontram em 1914, em Paris.

Logo após as reminiscências das cartas que recebera de Gilbert e Saint-Loup, entremeadas ao discurso filosófico, social, econômico e psicológico a respeito da guerra, o narrador, ao caminho da casa da sra. Verdurin, encontra o sr. de Charlus, tio de Robert Saint-Loup. Depois de apresentar ao leitor a atual relação social e política, a respeito da sra. Verdurin e depois de Morel, o violinista que foi dispensado do serviço militar, aprofunda as ideias que o sr. Charlus tem sobre o conflito entre Alemanha e França. Esta parte das memórias deixa entrever, através da escrita proustiana, questões referentes à natureza humana, na figura do Barão de Charlus, problematizando a relação do comportamento psicológico ao social de um homem mundano e aristocrático.

Como percebemos, no segundo capítulo de *O tempo redescoberto*, as memórias são substituídas pela crônica, pelo ensaio, pela crítica e pelo relato historiográfico da Primeira Guerra Mundial. O narrador, como se andasse com uma câmera registrando flagrantes, torna-se testemunha dos acontecimentos de sua época, não hesitando em documentá-los. A narrativa, então, aparece aos olhos do leitor não somente como memórias individuais de uma vida em particular, mas como representação de uma memória social, filtrada por uma linguagem sutil e cheia de lacunas que devem ser preenchidas pelo conhecimento que o leitor traz para o ato de compreensão de leitura. Portanto, a linguagem

densa de Proust evidencia uma realidade psicológica, social e histórica, mediada pela imaginação, tornando o leitor seu cúmplice em relação àquilo que deixou subentendido.

A última parte da narrativa, cujo título é "A recepção da princesa de Guermantes", inicia-se com a confissão de que não possui dons literários, convicção esta que o segue em outros momentos das memórias. A prova disso é a incapacidade de sentir a paisagem, descrevendo-a como poeta. Entretanto, ao chegar à casa da princesa de Guermantes, quando entrava no pátio daquela residência, redescobre a felicidade da existência humana. A causa foi, ao se distrair pisando numa pedra, ter diante de si árvores que o fizeram lembrar: "a mesma felicidade em épocas diversas de minha vida" (Ibidem. p.148). Aqui se inicia o terceiro momento, que é o final da história dramática da elaboração da narrativa em apreço. Da mesma forma que a "madeleine", o calçamento irregular do pátio, o barulho de uma colherinha e uma toalha engomada que um criado lhe estende, dissiparam as inquietações que afligiam o seu espírito, a respeito de seus dons literários.

Ao ler *Em busca do tempo perdido*, temos a impressão de que o narrador, escrevendo tão bem poeticamente suas memórias, se contradiz, uma vez que insiste em afirmar a sua falta de talento para a literatura. Entretanto, essa contradição é desfeita no último capítulo de *O tempo redescoberto*, momento em que as memórias estão mais próximas do presente do narrador e em que ele adquire a maturidade necessária para a literatura, escrevendo assim as suas reminiscências.

É a partir das coisas simples do presente que o narrador descobre as lembranças do passado, gozando agora a essência das coisas, isto é, posicionando-se fora do tempo

do relógio. É, portanto, essa posição extratemporal que o faz redescobrir o Tempo perdido. Há, por detrás de *O tempo redescoberto*, a metafísica que busca entender a essência das coisas e a ontologia que fala sobre o Ser, o ente; ambas bem compreendidas e sentidas, a ponto de serem fundidas, proporcionam ao narrador a imortalidade. Essa é a sua teorização da literatura.

Em seguida, o narrador fala sobre a natureza da arte, defendendo o que se aprofunda na essência das coisas. A narrativa literária possui os requisitos necessários para representar a complexidade da vida, com suas supostas verdades e não-verdades, em torno das quais se percebe "uma atmosfera de poesia e a doçura de um mistério" (Ibidem. p. 174). Nesse sentido, ele entende que o melhor meio para reaver o Tempo perdido é vislumbrá-lo na obra de arte literária. Percebemos, então, que a memória em Proust é interpretada e representada incessantemente sob a ótica textual, criando a partir da metalinguagem a própria realidade de sua linguagem.

O tempo redescoberto, analisado isoladamente em relação aos livros anteriores de *Em busca do tempo perdido*, pode ser considerado um romance social e histórico. A partir dele, o narrador resgata através da escrita as recordações que ficam na memória. Os espetáculos sofisticados da linguagem proustiana traduzem a visão indireta que o escritor revela do homem, do mundo e de si mesmo. Para tanto, Marcel Proust utiliza-se frequentemente de comparação e metáfora, além de outros tropos. *O tempo redescoberto*, portanto, representa não só o resgate do tempo passado, mas sobretudo o Tempo eterno da memória, podendo ser facilmente percebido na Arte e na literatura.

PEDRO NAVA E O *GALO-DAS-TREVAS*

Celina Fontenele Garcia, no seu texto "Nava, leitor de Proust", afirma logo de antemão: "Nava segue o caminho de Proust quando este declara que um escritor é um tradutor das sensações, logo, da realidade" (GARCIA, 1994, p. 23). Isso quer dizer que a realidade é também buscada constantemente nas memórias do escritor mineiro. Talvez até com mais empenho e consciência pela posição que mantém no tempo em relação a Marcel Proust.

Com efeito, a obra de Pedro Nava, na angústia da representação da realidade, utiliza os vários modos de construção textual para atingir seu fim, que é a evidência pela linguagem de suas reminiscências. Aqui, iremos continuar a discussão sobre a tensão entre memórias e sua representação textual em *Galo-das-trevas*, de Pedro Nava.

Galo-das-trevas é o quinto volume das memórias de Pedro Nava e divide-se em duas partes. A primeira, cujo título é "Negro", tem um único capítulo chamado "Jardim da Glória à Beira-Mar Plantado". A segunda parte do livro, que leva o nome de "O Branco e o Marrom", tem dois capítulos que são respectivamente "Santo Antônio do Desterro" e Belorizonte Belo". Além dos três capítulos, há ainda em Galo-das-trevas dois anexos: "Residência no Rio" e "Peixe Morto", que servem como notas explicativas.

Numa tentativa de justificar o nome dos títulos acima, vemos que "Negro" está associado ao estado de espírito do narrador no final de sua carreira como médico. No presente da escrita de *Galo-das-trevas*, ele se encontra assim: "Pensando meio século nestas contingências, remoendo essas agruras, ruminando essas golfadas azedas, cheguei fi-

nalmente ao crepúsculo que antecede à escuridão da vida doméstica concluindo carreira" (NAVA, 1987, pp. 100-101).

O termo "negro" é, então, uma metáfora que deixa a realidade do escritor mais trágica aos olhos do leitor. É este também o recurso de linguagem que podemos atribuir ao título da obra: *Galo-das-trevas* (As dose velas imperfeitas). As suas memórias vão sendo contadas em profunda e vagarosa reflexão como se fossem as ladainhas ou ofícios que vão sendo cantados na Semana Santa. As velas imperfeitas podem ser comparadas à própria irregularidade da escrita naveana, que é uma tentativa de aproximá-la da realidade vivida pelo memorialista mineiro.

E o que acontece com a décima terceira vela, a maior de todas e que fica no meio do candelabro, a que é chamada de círio perfeito? Ela, após o ofício das Trevas, é levada acessa para trás do altar-mor, onde vai se acabar, consumar-se. Não é justamente isso que está acontecendo com o narrador e que vai se intensificar no seu último volume de Memórias, *O círio perfeito*? A morte, que é a mais certa das realidades do homem, porque é a única certeza que ele possui na vida, está agora mais próxima do que nunca, sustentada pela única luz que lhe resta para escrever as suas reminiscências.

Às vésperas, porém, da morte, vem a velhice que definha e consume o homem, antes da chama da vida apagar. Essa realidade não lhe foge também dos sentidos, quando diz:

> O vidro me manda a cara espessa dum velho onde já descubro o longo pescoço do adolescente e do moço que fui, nem seus cabelos tão

> densos que pareciam dois fios nascidos de cada bulbo (Idem. Ibidem. p. 85).
>
> Cogitação não só das horas de insônia como de todas as horas, cogitação que à medida que envelheço se torna obsessão é a de prever quando? e a de saber como? por onde? Trazemos no recado genético de que somos portadores (Idem. Ibidem. p. 76).

Do mesmo modo que *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust, a velhice aparece na narrativa memorialística de Pedro Nava como o presságio da morte, a última consumação da vida. Por isso, o escritor mineiro, semelhante a Proust, luta contra o tempo que lhe resta, para reconstruir através da literatura as suas lembranças. Há, entretanto, uma diferença entre os dois memorialistas: ao contrário de Marcel Proust, Pedro Nava descobre através de si mesmo a velhice que consome seu corpo. Enquanto o narrador de *O tempo redescoberto* vê sua velhice a partir de outras pessoas, como se antes o tempo não tivesse passado para ele. Nava vem conscientemente envelhecendo à medida que escreve as lembranças de sua vida.

O único capítulo desta parte das memórias é uma espécie de prólogo que vem justificar o seu "negro" estágio da vida, como médico aposentado, "remoendo agruras" e "ruminando golfadas azedas", durante "meio século", desde sua formatura. Desta maneira, narrada em primeira pessoa, "Jardim da Glória à Beira-Mar Plantado" é uma reflexão sobre a vida do médico Pedro Nava, cujas observações (do próprio narrador) sobre o seu presente (a velhice e a morte que se aproxima) o projetam constantemente para o pas-

sado (as "agruras" e as "golfadas azedas"), como imagens refletidas num calidoscópio.

Para tanto, inicia a narrativa relacionando o seu quinto volume de memórias a duas epígrafes: a primeira, que é um trecho de Marcel Proust, liga à memória involuntária a partir da paisagem e do espaço do Rio de Janeiro; em seguida dos móveis e objetos e do espaço da casa na Glória, onde mora desde seu casamento em 1943. A segunda epígrafe é um trecho de Shakespeare, que é associada à sinceridade de suas reminiscências.

Os elementos que instigam a memória espontânea do narrador não significam necessariamente as lembranças da vida individual, pelo contrário, traduzem antes uma realidade mais complexa, que envolve toda uma cidade. Desses elementos, podemos perceber primeiramente a paisagem do Rio de Janeiro, com seu povo, construções civis e montanhas.

> Namoro a paisagem áspera de outono que se Matisse tivesse visto traduziria com seus carvões mais compactos, seus cinzas mais chumbos, seus brancos mais desérticos. E é de hoje? esse meu namoro com a paisagem natural, civil e humana do Rio. Por mais longe que olhe dentro em mim – vejo-o presente. Essa cidade, lembro-a de sempre. Mas particularmente em quadros que ficaram fixados pela memória – indeléveis fotografias instantâneos passados (Idem. Ibidem. p. 05).

> E o que é? o Rio para mim. São aquelas quatro paisagens que encheram minha infância e albores da adolescência e que têm cor azul-es-

> curo noturno, ouro rosazul e prata dos seus dias gratis; som de ondas batendo, notas argentinas de vareta raspada contra serralherias e as sete da escala do siringe de tantos tubos dos doceiros passando (Idem. Ibidem. p. 06).

Se atentarmos para os trechos supracitados, veremos que a subjetividade do "eu" mistura-se aos aspectos culturais e históricos da sociedade carioca. O olhar lançado para "paisagem natural, civil e humana" pode comportar não só lembranças individuais do narrador, mas também busca nela compreender as raízes formadoras da mentalidade do povo brasileiro. Portanto, a paisagem é sentida, apreendida, compreendida e, por que não dizer, imaginada pelo narrador para, em seguida, ser representada por meio da linguagem, como um modo de aproximar-se da realidade social.

Assim, apesar de todo o pessimismo que se vai formando na vida individual do personagem-narrador como médico que foi, trazido metaforicamente com o título da primeira parte, "Negro", observa-se que ele tem uma obsessão pela paisagem como mediadora entre o homem e a sociedade. Além de ser uma apreensão voluntária dos sentidos, a paisagem é uma escolha objetivo-subjetiva, que pode também evidenciar a cultura e a história do indivíduo na sociedade.

Não é diferente o espaço do Rio de Janeiro, entendido aqui como um prolongamento, como a soma das paisagens. Vejamos o que ele significa para o narrador de *Galo-das-trevas*:

> Esse encanto pelo Rio, eu o encontro em cada bairro que morei. Infância em Visconde de Figueiredo e Aristides Lobo. Depois Haddock

Lobo e São Cristóvão. Voltei a Minas para ficar meus anos de Faculdade, meus anos de indecisão. Fui à aventura do Oeste Paulista. Reconquistei minha Beira-Mar em 1993. Desde meu nascimento subindo e descendo o caminho novo – morei vinte anos em Minas. Dois em São Paulo. Finalmente cinquenta e três nesta Muy Leal e Heróica. Sou mineiro dos que dizem – mineiro graças a Deus. Mas por minha Mãe tenho origens paulistas, montanhesas, baianas e cearenses. Por meu Pai, maranhenses e outra vez cearenses. Sou brasileiro integrado na tricromia da raça. Com tantos sangues provincianos de que me orgulho tenho aspiração a mais: quero ser ainda – carioca. (Idem. Ibidem. p. 06)

A permanência dessa vida que me entrou pelos olhos ouvidos narizes é que ponho nesta Glória para onde mudei com o casamento, a 28 de junho de 1943. Antes eu tinha morado em Copacabana, Tijuca, Ipanema, Urca e Laranjeiras. Sempre pondo nesses bairros minhas impressões meninas. As que trouxe para a Glória e que acompanham meus passeios a pé nas suas ruas (Idem. Ibidem. p. 07).

À medida que as obras do Metrô e a insensibilidade dos procônsules nossos governantes vão demolindo de preferência o que há de sentimental, histórico e humano no Rio de Janeiro, multiplico meus passeios nas ruas malferidas – como quem se despende (Idem. Ibidem. pp. 09-10).

Observamos que o apego do narrador ao espaço do Rio de Janeiro não é aleatório, pois ele nutre durante cinquenta e três anos um reconhecimento com a cidade carioca, considerando-se parte integrante de seus bairros, ruas e prédios. Com isso, pensamos ser ele alguém que vê na cidade a gênese de um povo, por isso tudo o que há nela é coletivo.

Passando para um espaço mais restrito e reservado, que é o da casa e seus objetos, vemos que não se esgotam e nem se distanciam o sentimental, o histórico e o humano. O narrador, tirando os olhos da janela que leva à cidade carioca, lança-os agora para o interior de seu apartamento. Nele, percebe que cada cômodo e móvel trazem as recordações que o perseguem durante toda a vida: "meus fantasmas vão se colocar cada um no canto ou no móvel que lhes pertence" (Idem .Ibidem. p. 28).

O espaço interior torna-se, com efeito, um lugar privilegiado, pois o narrador considera-o "ao mesmo tempo em sua unidade e em sua complexidade, tentando integrar todos os seus valores particulares num valor fundamental", como afirma em relação à casa Gaston Bachelard (1993, p.23). Os compartimentos e os objetos, do pêndulo que foi de seu bisâvo até um pince-nê comprado na França, são recuperados ora pela memória ora pela imaginação que, dialeticamente, aumenta os valores da realidade que Pedro Nava tenta conscientemente recuperar. Para finalizar, acreditamos que as lembranças do passado suscitadas no interior da casa a partir dos cômodos e móveis revelam a essência íntima (sentimental) e objetiva (social) vivida e representada através da narrativa memorialística do escritor mineiro.

Quanto à segunda epígrafe, no início do capítulo, que é um trecho do texto de Shakespeare, o narrador se refe-

re desta maneira: "É o que penso no dia em que completo setenta e cinco anos de vida e começo este meu quinto volume de memórias. E por quê? a epígrafe. Para a minha encucação durante o trabalho que empreendo, querendo ser sincero, veraz e probo, usando brio e vergonha." (NAVA, 1987, p. 05) Nesse entrecho, há o pacto de sinceridade do narrador em relação às suas memórias. Esse escrúpulo de narrar as suas reminiscências é, vez por outra, acompanhado de reflexões a respeito da sua representação por meio da linguagem narrativa. Vejamos um exemplo com o fito de corroborar a nossa afirmativa: "Adivinhação? invenção ou elaboração duma memória que deve ser de vidas anteriores à minha, a memória de uma raça, de antepassados que certo modo são eternos" (Idem. Ibidem. p. 27). Há duas considerações importantes nesse fragmento, que nos ajudam a compreender melhor a narrativa de Pedro Nava. A primeira é que parece existir uma contradição na postura que o narrador prometera no início do capítulo ao se referir à epígrafe de Shakespeare. Como pode ser sincero e verdadeiro, não tendo certeza se o que está fazendo é "adivinhação? invenção ou elaboração duma memória"? Entretanto, o que parece ser contraditório é a profunda lucidez do trabalho que empreende, entrelaçando memória e imaginação para chegar a uma evidencia da realidade desejada.

A segunda consideração é a comprovação, confirmada pelo próprio narrador, daquilo que estamos afirmando desde o início do nosso estudo sobre a obra do escritor mineiro: a memória narrada não é individual, mas a "de vidas anteriores à minha, a memória de uma raça, de antepassados que certo modo são eternos". Portanto, é sobre a sociedade brasileira que recai a maior preocupação do memorialis-

ta. À medida que se distancia da sociedade mundana para aproximar-se de si mesmo, compreende melhor a realidade social da qual é, ao mesmo tempo, cúmplice e vítima.

É justamente para ser mais verdadeiro que, antes de iniciar a segunda parte de seu quinto volume de memórias, o narrador ficcionaliza, como num pacto fantasmagórico, a elaboração de seu texto. A última e mais longa etapa de *Galo-das-trevas*, "O Branco e o Marrom", refere-se ao período de infortúnios na profissão de médico por que passara Pedro Nava. Para este, há dois tipos de médicos, que justificam o título da segunda parte do livro:

> O santo, o sábio, o heroi, o desprendido, o dedicado, o sincero, o altruísta – vivendo para os doentes e tratando dos doentes – o homem de branco. E o pérfido, o imprestável, o ignorante, comodista, o rapace, o egoísta, o fariseu vivendo para si e tratando só do próprio ventre – o médico marrom (Idem. Ibidem. p. 82).

> A epígrafe não é para todos mas para o excedente marrom da escassa minoria de médicos brancos cuja companhia e comércio foi honra, lição e aprazimento para mim (Idem. Ibidem. p. 84).

No primeiro capítulo, "Santo Antônio do Desterro", Pedro Nava narra, em terceira pessoa, para distanciar de si os fatos narrados, numa tentativa de ser mais sincero e verdadeiro, as desventuras do recém-formado médico, o doutor José Egon Barros da Cunha, amigo e primo de Nava. O protagonista Egon Barros, com o intuito de voltar às suas

origens, tenta a vida profissional em Desterro, lugar onde nascera. Entretanto, o que encontra em seu caminho são pedras rijas e grandes, ou melhor, homens-pedra que constroem as muralhas da sociedade.

Primeiro foi a dificuldade da transferência para o Desterro, causada pelo diretor do Departamento Interno, o doutor Aires Alarção Garrido, e seu substituto, o doutor Argus Terra, dois médicos "marrons". Depois, ao chegar finalmente à cidadezinha natal, Egon se depara com a difícil integração naquele meio interiorano, uma vez que não pactua com os grandes medalhões daquele lugar. Desvencilhado pela família e impedido de agir pela hipocrisia e o império das aparências, José Egon volta a Belo Horizonte, indignado com a sociedade do Desterro.

Aqui parece haver outra contradição: como pode o narrador redigir suas lembranças em terceira pessoa e toda a ação principal recair sobre o seu primo José Egon? Vejamos o que ele diz:

> Conversando comigo, numa espécie de falar sozinho é que no dia 1º de fevereiro de 1968 comecei a redigir minhas lembranças. Por elas reduzi ao mínimo minha convivência até com amigos, até com os que mais quero, para não fragmentar e destruir meu tempo, o tempo de que preciso para mim. Essa fase foi a da punção como num poço, a penetração a fundo de outro homem como eu, outro misantropo e eterno esnobado, vivendo vida de exílio dentro do nosso próprio país. Refiro-me ao que tem sido meu companheiro cada vez chegado, meu sósia, primo, amigo de infância, colégio, faculdade, vida, profissão afora. Falei dele no

> Chão de Ferro e no Beira-Mar. É o que era conhecido como Zegão e que depois de formado passou a ser o Doutor José Egon da Cunha, mineiro de Santo Antônio do Desterro (Idem. Ibidem. p. 85).

Percebe-se, no trecho supracitado, que Nava tenta fundir textualmente dois seres em um só. Nesse sentido, a contradição é desfeita novamente, uma vez que Pedro Nava e José Egon referem-se à mesma pessoa. Então, ao narrar a vida do primo fictício, imaginado, Nava está narrando a sua própria, talvez de maneira muita mais sincera e próxima à realidade do que nos volumes precedentes. Assim, criando um personagem imaginário que chamou de Egon, Pedro Nava torna-se mais verdadeiro, de modo que sua sinceridade, prometida no início do livro, aumenta e toma corpo mais significativo e complexo. Esse recurso é uma das muitas tentativas usadas na obra naveana para aproximar a realidade da representação textual. Contando aquilo como se fosse de outra pessoa, em um disfarce, o narrador de *Galo-das-trevas* sente-se mais protegido para denunciar, através de sua escrita, que sabe ser arma poderosa, os seus inimigos, principalmente, os de profissão médica.

Portanto, a memória e imaginação, de maneira semelhante à de *Em busca do tempo perdido*, perpassam toda a narrativa de Pedro Nava, por meio de discurso questionador da sua própria impossibilidade de articulação com a realidade. Por isso, o escritor mineiro se utiliza de vários recursos literários – a linguagem popular, erudita, metafórica, ficcional, a intertextualidade, só para citar alguns – como uma tentativa de aproximação entre representação e realidade.

Referências

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Trad.: Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BARBOSA, João Alexandre. "A modernidade do romance". In: *O* **Livro do Seminário**. *Ensaios*. Bienal Nestlé de Literatura Brasileira 1982. São Paulo: LR Editores, 1983, pp. 21-42.

BARTHES, Roland. "Proust e os nomes". In: **O grau zero da escrita**: seguido de novos ensaios críticos. Trad.: Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2000, pp. 03-26.

GARCIA, Celina Fontenele. "Nava, leitor de Proust". In: **Revista de Letras**. v. 16 – Nº Ě jan./dez, 1994, p.23.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad.: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, 1990.

LE GOFF, Jacques. "Documento/Monumento". In: **História e memória**. Trad.: Bernardo Leitão [et al]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990, pp.462-476.

LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética marxista**: sobre a categoria da particularidade. Trad.: Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

NAVA, Pedro. **Galo-das-trevas** (As doze velas imperfeitas). Memórias, n. 5. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

NORA, Pierre. "Entre Memória e História: a problemática dos lugares". In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

POLLAK, Michael. "Memória, Esquecimento, Silêncio". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, pp.03-15.

PROUST, Marcel. **O tempo redescoberto**. Trad.: Lúcia Miguel Pereira. 14 ed. São Paulo: Globo, 2001.

Parte III: Linguagens e Tecnologias

A PRODUÇÃO TEXTUAL NO LIVRO DIDÁTICO DE PORTUGUÊS DO ENSINO MÉDIO E OS DOCUMENTOS OFICIAIS

Eliane Martins da Silva
Júlio César Dinoá do Nascimento
Regina Cláudia Pinheiro

Resumo

A produção textual é um tema muito discutido pelos pesquisadores que estudam a língua portuguesa no cotidiano escolar. Com o intuito de enriquecer tais debates e contribuir para melhorar a abordagem desse eixo do ensino de língua portuguesa, o presente artigo apresenta discussões acerca da abordagem da produção textual no Ensino Médio, focalizando o livro didático de Português. Para a viabilidade deste estudo, adotamos como objeto de análise a coleção didática *Português: linguagem em conexão,* de Graça Sette, Márcia Travalha e Rozário Starling, utilizada nas três séries de uma escola de Ensino Médio, situada no município de Capistrano, Ceará. O nosso propósito é examinar se tais manuais pedagógicos apresentam gêneros textuais presentes nas modalidades oral e escrita, bem como analisar se há gêneros textuais que circulam no ambiente digital. Como base teórica deste estudo, adotamos os documentos oficiais do Ministério da Educação: os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) e as Orien-

tações Educacionais Complementares (PCN+) da área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e da disciplina de Língua Portuguesa, além de outros autores que estudam essa temática, tais como Bezerra (2005) e Marcuschi (2005). Os resultados demonstram que a coleção analisada está em conformidade com algumas orientações elencadas pelos PCNEM e PCN+, visto que apresenta gêneros textuais escritos e orais. No entanto, entre estes, os gêneros digitais são pouco trabalhados. Acreditamos, portanto, que os autores de livros didáticos precisam conscientizar-se a respeito da circulação dos gêneros em contextos digitais.

Palavras-chave: Livro didático de Português. Produção textual. Gêneros textuais. Ensino.

Considerações iniciais

A Linguística Aplicada (LA), desde o seu surgimento entre as décadas de 1940 e 1950, desenvolve pesquisas relacionadas ao ensino e à aprendizagem de línguas, tendo como referência notória as línguas estrangeiras. Ultimamente, levando em consideração o contexto brasileiro de pesquisas nessa área, percebemos que os estudos em LA têm se voltado para o ensino de Língua Portuguesa, pois temas como leitura, produção textual, literatura, gramática têm sido amplamente discutidos. Aproveitando a efervescência dessas discussões, o presente artigo analisa a abordagem da produção textual nos livros didáticos de português (doravante, LDP) do Ensino Médio. Pretendemos, em linhas gerais, averiguar se a abordagem dessa temática

nos LDP está em conformidade com os pressupostos teórico-metodológicos dos documentos oficiais do Ministério da Educação, isto é, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) e as Orientações Educacionais Complementares (PCN+) de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.

Para a viabilidade desta pesquisa, elegemos, como objeto de estudo, a coleção *Português: Linguagem em conexão* (2013), de Maria das Graças Leão Sette, Márcia Antônia Travalha e Maria do Rozário Starling de Barros, adotada atualmente nas três séries de nível médio de uma escola do município de Capistrano, Ceará. Como o enfoque da pesquisa é a produção textual nos LDP, decidimos fazer um levantamento dos gêneros textuais abordados nos três volumes desta coleção, buscando verificar a ocorrência de gêneros nas modalidades oral e escrita. Além disso, verificamos se constam, nos livros analisados, os gêneros decorrentes do espaço digital.

Para fins organizacionais e de compreensão dos empreendimentos realizados neste estudo, inicialmente, discorremos sobre os gêneros textuais e as competências relacionadas ao eixo de produção textual, elencadas pelos PCNEM, os PCN+; em seguida, fizemos considerações sobre o livro didático de português e o ensino de língua materna; depois adentramos no cerne da pesquisa, ou seja, a análise da coleção do ensino médio *Português: linguagem em conexão*. Encerramos com algumas considerações, apontando e refletindo sobre os pontos positivos e negativos identificados no livro didático em questão, apresentamos também uma possível solução para os problemas encontrados.

Os gêneros textuais e as orientações do Ministério da Educação: PCNEM E PCN+

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias fornecem sugestões para o trabalho com a linguagem no contexto escolar. Para tanto, estes documentos organizam as competências a serem desenvolvidas pelo aluno em três eixos: *Representação e Comunicação*, *Investigação e Compreensão* e *Contextualização Sociocultural*. Inicialmente, os PCNEM discorrem sobre as competências gerais da área *Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*, posteriormente, elencam as competências específicas de cada uma das disciplinas da referida área, a saber: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Arte, Educação Física e Informática. Como este trabalho não objetiva discutir a totalidade das competências mencionadas nos PCNEM, pontuamos, de maneira breve, as competências e comentários que consideramos intrínsecos à produção de gêneros textuais em língua materna.

Logo no eixo de *Representação e Comunicação* da área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, os PCNEM afirmam que compete ao aluno do Ensino Médio "utilizar-se das linguagens como meio de expressão, informação e comunicação, em situações intersubjetivas, que exigem graus de distanciamento e reflexão sobre os contextos e estatutos dos interlocutores; e colocar-se como protagonista no processo de produção/recepção" (BRASIL, p.10, 2000). Essa competência requer que o aluno utilize as várias possibilidades de linguagens para a interação social e se coloque como protagonista da mesma. Sendo assim, a produção de

textos, no contexto escolar, concorre para a aplicação dessa habilidade, pois podem ser realizadas atividades com gêneros textuais diversos, simulando situações comunicativas reais. Para tanto, é necessário, conforme está mencionado nos PCNEM, explicitar "o quê?" e "o como", ou seja, delimitar o assunto e os procedimentos necessários para a elaboração do texto (escrito, oral).

No eixo de *Investigação e Compreensão* das competências gerais da área, sugere-se que o aluno no ensino médio saiba:

> analisar, interpretar e aplicar os recursos expressivos das linguagens, relacionando com seus contextos, mediante a natureza, função e organização, estrutura das manifestações, de acordo com as condições de produção/recepção (intenção, época, local, interlocutores participantes da criação e propagação de ideias e escolhas, tecnologias disponíveis etc.) (BRASIL, p. 8, 2000).

Nos PCNEM, os comentários relativos a esta competência enfatizam mais a leitura e interpretação de textos literários, o que não nos impossibilita de considerarmos a produção de gêneros textuais de forma ampla, pois o próprio texto dos PCNEM faz alusão aos gêneros do discurso[86]: "o estudo dos *gêneros do discurso* e o modo como se articulam proporcionam uma visão ampla dos usos da linguagem, incluindo-se aí o texto literário" (grifo nosso, p.8, 2000).

Ainda sobre esta competência, os PCNEM consideram importante o fato de os alunos conhecerem as especificidades linguísticas e saberem que elas possuem sentidos cons-

86 Alguns estudiosos diferenciam gêneros discursivos de gêneros textuais. Aqui optamos por não fazer essa distinção.

truídos socialmente. Em outras palavras, é necessário que o ensino de leitura e produção textual na escola leve em conta aspectos formais e comunicativos, principalmente, quando se trata de gêneros textuais, uma vez que, os gêneros caracterizam-se mais pelo seu contexto sociocomunicativo.

No eixo de *Contextualização Sociocultural* da área geral, a competência de "compreender e usar os sistemas simbólicos das diferentes linguagens como meios de: organização cognitiva da realidade pela constituição de significados, expressão, comunicação e informação" (BRASIL, 2000, p. 6) reforça a abordagem da linguagem em seu aspecto sociocomunicativo, visto que "o estudo apenas do aspecto formal, desconsiderando a inter-relação contextual, semântica e gramatical própria da natureza e função da linguagem desvincula o aluno do caráter intrasubjetivo, intersubjetivo e social da linguagem" (BRASIL, 2000, p. 6-7).

No que diz respeito às competências da disciplina de Língua Portuguesa, algumas competências gerais da área, que já foram assinaladas aqui, também são contempladas nas competências específicas dessa disciplina, por essa razão, não há necessidade de comentários aprofundados acerca da questão. No eixo *de Representação e Comunicação* da disciplina de Língua Portuguesa, destaca-se que o aluno saiba "confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes manifestações da linguagem verbal" (BRASIL, 2000, p. 21). Tal competência, ao valorizar o diálogo e o ponto de vista do aluno, no contexto escolar, relaciona-se imediatamente ao gênero textual *debate*, que é um dos gêneros da oralidade de extrema importância, uma vez que desenvolve a habilidade de argumentação do aluno, além de instruir os alunos sobre os momentos adequados de falar e de ouvir.

Ainda nesse mesmo eixo, temos a competência: "Compreender e usar a Língua Portuguesa como língua materna,

geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade" (BRASIL, 2000, p. 10). É fundamental que o aluno do Ensino Médio, aliás, todo falante da língua portuguesa, compreenda que sua língua materna gera significados que contribuem para o seu entendimento da realidade e da sua própria identidade, do seu estar no mundo. Portanto, os usos linguísticos são de natureza social, por esse motivo, os gêneros textuais devem ser considerados, no ensino de língua materna, uma vez que eles constituem o caráter funcional da língua, isto é, são construídos a partir da situação social, dos usuários da língua (falante/ouvinte, redator/leitor) e das intenções do redator. Sobre a relação entre língua e identidade, os PCNEM afirmam que a "competência (*desenvolvimento*) do aluno depende do poder de dizer/escrever, de ser alguém que merece ser ouvido/lido" (grifo nosso, p. 22), pois o aluno é um dos protagonistas do ensino aprendizagem e, à medida que vai adquirindo conhecimento linguístico, constrói sua identidade.

Quanto ao eixo *Investigação e Interpretação,* que trata da competência de analisar os recursos expressivos da linguagem ao considerar os textos e contextos em que ela ocorre, já fizemos a discussão, nesse trabalho, quando tratamos das competências gerais. Entretanto, consideramos importante comentar que os PCNEM, ao reportar-se a esta competência, enfatizam a flexibilidade dos gêneros do discurso e a natureza social da língua:

> Os gêneros discursivos cada vez mais flexíveis no mundo moderno nos dizem sobre a natureza social da língua. Por exemplo, o texto literário se desdobra em inúmeras formas; o texto jorna-

> lístico e a propaganda manifestam variedades, inclusive visuais; os textos orais coloquiais e formais se aproximam da escrita; as variantes linguísticas são demarcadas pelo gênero (*masculino, feminino),* pela profissão, camada social, idade, região (BRASIL, 2000, p. 21).

Esta citação nos faz refletir sobre a importância do trabalho, no contexto escolar, com gêneros textuais diversificados; sobre a aproximação entre gêneros textuais de modalidades distintas da língua (oral e escrita); sobre as escolhas linguísticas dos usuários da língua, que são marcadas pelos caracteres socioculturais dos mesmos. Sendo assim, na atividade de leitura e produção textual, dizer para o aluno que as escolhas linguísticas são condicionadas pela posição social do falante colabora para que ele entenda as entrelinhas dos textos que lê, além de contribuir para que o mesmo faça escolhas lexicais de acordo com suas intenções comunicativas, considerando o lugar social de onde escreve, possibilitando, assim, a clareza de seu texto.

Outro documento oficial que adotamos como base teórica desse estudo são os PCN+, que têm por objetivo complementar as orientações dos PCNEM, definindo melhor os conteúdos e as metodologias para o trabalho com as competências de área e de cada disciplina. Os PCN+ consideram que "o ensino e a aprendizagem de uma língua não podem abrir mão dos textos, pois estes, ao revelarem usos da língua e levarem a reflexões, contribuem para a criação de competências e habilidades específicas." (BRASIL, 2000, p. 55). Por esse motivo, sugere-se que o trabalho com textos leve o aluno a:

> reconhecer, produzir, compreender e avaliar a sua produção textual e a alheia; interferir em determinadas produções textuais (por exemplo, em sua própria ou na de colegas), de acordo com certas intenções; incluir determinado texto em uma tipologia com base na percepção dos estatutos sobre os quais foi construído e que o estudante aprendeu a reconhecer (saber que se trata de um poema, de uma crônica, de um conto) (BRASIL, 2000, p. 55).

Desse modo, consoante já estamos defendendo neste trabalho, é necessário que o ensino de produção textual seja pautado por atividades dinâmicas, já que este documento oficial (PCN +) orienta que, no processo de escrita do texto, o aluno interaja com produções de outras autorias e reconheça, com base na prática, o gênero textual com o qual está lidando. Para isso, o professor pode promover a leitura de textos que circulam em diferentes meios da comunicação social (jornais, revistas, televisão, internet) e/ou gêneros produzidos pelos próprios alunos, a fim de desenvolver atividades de avaliação da produção textual em sala de aula. Dessa forma, as atividades de produção textual e leitura serão complementares, o que proporcionará um bom desenvolvimento da escrita em diferentes suportes da comunicação social, incluindo-se aí as tecnologias digitais.

Um dos pontos controversos no contexto educacional diz respeito à integração das atividades de linguagem e as tecnologias digitais da comunicação e da informação. Quanto a isso, o texto dos PCN+ enfatiza que a escola não pode desconsiderar a influência das tecnologias digitais da comunicação na vida extraescolar de seus alunos, por isso, defendem que:

> a gravação em vídeo de um debate regrado pode ser muito útil para promover a análise crítica da expressão oral, da consistência dos argumentos que sustentam opiniões, da postura corporal dos participantes; a navegação pela internet pode ser um procedimento sistemático na formação de um leitor que domina os caminhos do hipertexto e da leitura não-linear; o processador de textos pode ser uma ferramenta essencial em projetos de produção de textos que requeiram publicação em suporte que permita maior circulação social (BRASIL, 2000, p. 62).

De acordo com as proposições acima, as ferramentas tecnológicas são úteis para atividades envolvendo a oralidade (1ª proposição), a leitura (2ª proposição) e a produção de texto (3ª proposição). Interessa-nos, nesse caso, a terceira proposição, segundo a qual, as ferramentas de produção de textos — Word, Excel, Power Point e diversos outros aplicativos — são essenciais quando se pretende atingir uma maior circulação dos textos produzidos pelos discentes. Tendo em vista que um dos problemas relacionados à produção dos alunos é justamente a circulação do texto restrito aos domínios escolares, as ferramentas digitais apresentam-se como um caminho para a solução desse impasse.

Nunca é demais lembrar que, em propostas de atividades de produção textual para circular em qualquer contexto, digital ou não, o professor deve deixar claro para o aluno as seguintes condições: "o que tem a dizer sobre o tema proposto, de acordo com suas intencionalidades; o lugar social de que ele fala; para quem seu texto se dirige; de quais mecanismos composicionais lançará mão; de que

forma esse texto se tornará público" (BRASIL, 2000, p. 80). Desse modo, as aulas de produção textual não serão vazias de significados.

Livro didático de Português e ensino de língua materna: algumas orientações

O livro didático de Português (LDP) é uma das ferramentas mais representativas do ensino de língua materna. Em muitas salas de aula, consoante comenta Bezerra (2005, p. 35), "o interlocutor dos alunos não é mais o professor, mas o autor do LDP, interlocutor distante, dificultando a interação com os alunos e o porta-voz presente (professor), quase sem autonomia, seguindo página a página a proposta do autor." Este posicionamento da autora, mesmo que à primeira vista possua certo teor de radicalismo, faz-nos refletir sobre o papel do LDP no contexto escolar. O LDP é só mais um dos diversos instrumentos que facilitam o ensino de língua, desse modo, o docente não pode sucumbir a sua criticidade diante das metodologias propostas pelo manual pedagógico adotado em determinada circunstância pela escola. Em outras palavras, o(a) professor(a) tem o importante papel de avaliar as atividades propostas no LDP, tendo em vista o desenvolvimento linguístico e comunicativo dos discentes, portanto, algumas atividades do livro didático podem ser desconsideradas pelo docente para a criação de propostas metodológicas mais relevantes para os alunos.

Sobre a avaliação das atividades propostas pelo LDP, consideramos relevantes dois critérios básicos*: a variedade*

de gêneros textuais e a concepção de língua adotada pelo LDP. Um bom LDP deve primar pela *variedade de gêneros textuais* de diversas comunidades discursivas[87], como a literária, a jornalística, a publicitária etc. Conforme Bezerra (2005), na década de 60, os textos literários compunham o LDP e eram modelos considerados sagrados para a aprendizagem da escrita. Embora esse conceito ainda esteja presente em alguns livros didáticos, hoje, graças às pesquisas em Linguística Aplicada, observamos que alguns LDP já trazem maior pluralidade de textos, havendo espaço para textos literários e de outras comunidades discursivas.

Além disso, alguns estudiosos, como Marcuschi (2005), questionam o lugar dos gêneros orais no LDP. Segundo o autor, embora a fala esteja mais presente em nosso cotidiano do que a escrita, "as instituições escolares lhe dão atenção quase inversa à sua centralidade na relação com a escrita" (MARCUSCHI, 2005, p. 21). Os gêneros da oralidade, assim como os da modalidade escrita, precisam tornar-se objetos de estudos e análise na sala de aula, considerando seus níveis formais e informais. Além disso, é fundamental que o docente entenda que "dedicar-se ao estudo da fala é também uma oportunidade singular para esclarecer aspectos relativos ao preconceito e à discriminação linguística, bem como sua forma de disseminação" (MARCUSCHI, 2005, p. 25).

As aulas de língua portuguesa também devem ser orientadas pelo prisma das tecnologias digitais que estão inseridas nos diversos setores sociais. Por esse motivo, a escola e os autores dos LDP, além de conceder atenção aos gêneros da oralidade, não podem ver a inserção da comu-

87 Swales (1998, p. 201) afirma que "comunidades discursivas locais são grupos de leitores e escritores que habitualmente trabalham juntos em companhias, colégios, departamentos, vizinhanças, agências governamentais, ou outros grupos definidos por características demográficas específicas".

nicação digital de forma preconceituosa, considerando-a como uma inimiga do ensino de língua materna. Segundo Gomes (2011, p. 14),

> Esses novos modos de produção textual são um desafio para a escola que, na maioria dos casos, ainda vem se atendo aos textos impressos, deixando de lado as práticas sociais extraescolares de escrita e muitos gêneros comunicativos privilegiados pelos alunos internautas.

Acreditamos que a popularização dos celulares *touch screen* e das redes sociais proporcionam o aumento das atividades de escrita e leitura no ciberespaço, no entanto, não devemos desconsiderar que a simples prática dessas atividades em ambientes virtuais crie no aluno a capacidade crítica, por isso, de acordo com Gomes (2011, p. 15), o papel do professor é relevante para que os alunos não sejam "apenas consumidores de informação, mas também produtores de conteúdo para a web, de forma crítica e consciente."

O ensino de língua materna também depende da concepção de língua adotada pelo autor do LDP. Segundo Marcuschi (2005), quando determinados LDP privilegiam muitos exercícios de regras gramaticais, de identificação de informações textuais e somente produção de textos escritos (redação), permite-nos considerar que tal manual pedagógico concebe a língua como: um conjunto de regras gramaticais; instrumento de comunicação; um meio de transmissão da informação. Tais livros possuem uma visão de língua monolítica, homogênea, o que não é adequado para um ensino pautado por uma visão heterogênea de língua.

A produção textual no Ensino Médio: o livro didático *Português: linguagem em conexão*

Nas seções anteriores, refletimos sobre a produção textual a partir da perspectiva dos documentos oficiais do MEC (PNEM e PCN+) e de alguns estudiosos dessa temática, como Marcuschi (2005), Bezerra (2005) e Gomes (2011). Esta seção discute o trabalho com a produção textual no LDP do Ensino Médio, para tanto toma como objeto de análise a coleção *Português: linguagem em conexão (2013)*, de Graça Sette, Márcia Travalha e Rozário Starling, adotada nas três séries de uma escola média, localizada em Capistrano, Ceará.

O trabalho com a língua portuguesa nos livros didáticos da coleção supracitada é organizado em três pilares: *Literatura e leitura de imagens*, *Gramática e estudo da língua* e *Produção de textos orais e escritos*. Tal divisão influencia também a organização da disciplina de Língua Portuguesa na escola, isto é, as aulas de Literatura, Gramática e Produção textual são, muitas vezes, fragmentadas, o que é prejudicial, pois repassa para o discente a impressão de que está se estudando três aspectos diferentes que não se inter-relacionam na língua portuguesa. Logicamente, reconhecemos a pluralidade de aspectos da língua portuguesa, mas isso não justifica esta fragmentação do ensino.

Como o interesse do presente trabalho é a produção textual, analisamos este eixo do livro didático, que está assim organizado:

Quadro 1: Distribuição dos gêneros textuais no eixo de produção textual

Gêneros textuais (1ª série)	Gêneros textuais (2ª série)	Gêneros textuais (3ª série)
Crônica humorística	Artigo de divulgação científica	Artigo de opinião
Debate de opinião	Mesa-redonda	Exposição oral
Carta de leitor	Seminário	Mesa-redonda
Debate de solução de problemas	Artigo de opinião	Ficha de leitura (conto)
Seminário	Júri simulado	Debate de solução de problemas
Resenha crítica	Ficha de leitura	Resumo escolar
Exposição oral	Reportagem	Microconto/nuvem de palavra
Artigo de opinião	Recital	Recital

Fonte: Quadro produzido pelos autores

Mediante o quadro acima, o livro didático propõe que sejam estudados e produzidos oito gêneros textuais em cada uma das duas primeiras séries do Ensino Médio e nove gêneros na última série, totalizando 25 gêneros [88] durante esse ciclo de ensino da educação. Dentre esses gêneros, 13 são trabalhados na modalidade escrita da língua, a saber: crônica humorística, carta de leitor, resenha crítica, artigo de opinião (1ª série); artigo de divulgação científica, artigo de opinião, ficha de leitura, reportagem (2ª série); artigo de opinião, ficha de leitura (conto), resumo escolar, microconto, nuvem de palavra (3ª série); 12 gêneros são da modalidade oral: debate de opinião, debate de solução de problemas, seminário, exposição oral (1ª série); mesa redonda, seminário, júri simulado, recital (2ª série); mesa-redonda, exposição oral, debate de solução de problemas, recital (3ª série). Tais números nos fazem inferir que os gêneros da

88 A coleção didática propõe que alguns gêneros, como o artigo de opinião e o seminário sejam trabalhados em mais de uma série, o que, para nós, é bastante positivo.

oralidade e os da escrita obtiveram espaço no livro didático em questão. Entretanto, percebemos a ausência de uma abordagem mais ampla dos gêneros em ambiente digital. Podemos dizer que somente o gênero nuvem de palavra foi abordado, nesse sentido, uma vez que para a produção e circulação do referido gênero é necessário o uso de ferramentas digitais: o *Word* e o *Wordle*.

O espaço ínfimo dedicado aos gêneros digitais revela que os autores de livros didáticos ainda não despertaram para a crescente ocorrência de gêneros no contexto do ciberespaço, como a hipercrônica, o hiperconto, o status, o comentário do Facebook etc. Nesse sentido, a coleção *Português: linguagem em conexão* não está em conformidade com os pressupostos dos PCN+, que, conforme já foi mencionado neste trabalho, aconselham a escola a considerar as tecnologias, principalmente, os usos digitais da mesma, como ferramenta pedagógica. Além do mais, sabemos que os jovens estão inseridos no mundo digital, pois, conforme Gomes (2011, p. 14):

> ainda que, em muitos casos ainda, o acesso à internet não possa ser feito de suas residências, através de lan houses ou área de acesso público, crianças e jovens têm driblado as dificuldades e têm vindo para a escola com um crescente repertório de imagens e de gêneros textuais que circulam na web.

O livro didático em questão propõe a abordagem da produção dos gêneros textuais supracitados em cinco etapas, assim denominadas: 1. "Na bagagem": perguntas-sondagem sobre a temática ou características do gênero a ser produ-

zido pelo discente; 2. “Leitura de texto sobre o tema da produção textual”: são textos com as temáticas que são solicitadas na etapa da produção de texto; 3. “Nas trilhas do texto”: perguntas de compreensão textual; 4. “Palavras na lupa”: perguntas de nível linguístico, que envolvem aspectos de vocabulário, semântica e gramática; 5. “Produção de textos”: etapa em que ocorre a produção textual propriamente dita.

É importante ressaltarmos também que, na maioria das propostas, antes da 1ª etapa, é apresentado um quadro explicativo sobre as características do gênero textual abordado e que as quatro primeiras etapas, frequentemente, ocorrem duas vezes, o que significa dizer que o livro em questão apresenta bastante leitura de textos. Por sinal, a leitura e a produção de texto, nesta coleção didática, são encaradas como atividades que se complementam, uma vez que são propostas leituras de textos relacionados ao tema do gênero que os alunos produzirão à posteriori. Podemos citar a título de exemplificação, a abordagem do gênero artigo de opinião, em que se propõe, aos alunos da 2ª série, a elaboração de um artigo sobre a seguinte pergunta: “atualmente o mundo é melhor?”. Para tanto, o livro sugere a leitura de um artigo de opinião que discute os motivos para se acreditar no futuro, de fragmentos de textos jornalísticos sobre violência e segurança no mundo, além da leitura de uma tirinha relacionada à falta de caráter das pessoas. Portanto, para realizar a atividade escrita, o aluno foi exposto à leitura de textos diversos, o que demonstra preocupação do livro com a formação argumentativa do discente, pois pressupomos que o aluno, quando estiver produzindo o seu texto, será capaz de se lembrar de alguns posicionamentos críticos lidos anteriormente.

Essa importância concedida ao processo de argumentação do aluno é um ponto muito positivo deste LDP, uma vez que o discente é o protagonista da aprendizagem, conforme já discutimos nesse trabalho quando nos reportamos sobre o eixo de *Representação e Comunicação* dos PCNEM da área de Linguagem, Códigos e suas Tecnologias. Na verdade, a atenção dada a esse aspecto no eixo de produção textual desse livro didático é notada em duas outras etapas: "na bagagem" e na "produção de textos". "Na bagagem", busca-se verificar o conhecimento prévio do aluno sobre a temática do gênero a ser produzido ou sobre o gênero textual; é isto que podemos notar no trabalho com os gêneros debate de opinião, que discute sobre a temática da internet, e mesa-redonda, que explora o conhecimento prévio do discente sobre o gênero. Vejamos os exemplos a seguir que comprovam nossa exemplificação:

> *Na bagagem*
> Em sua opinião, a internet pode transformar as relações entre as pessoas?
> Quais são os pontos positivos e negativos do uso da internet e das redes sociais? (p. 348, proposta de produção textual para a 1ª série do ensino médio).
> *Na bagagem*
> Você sabe o que é uma mesa redonda? Já participou de alguma? Qual era o tema ou o assunto tratado?
> Sabia que já na Idade Média havia reuniões em torno de mesas-redondas?
> Em sua opinião, qual é o objetivo de uma mesa-redonda? (p. 316, proposta de produção textual para a 2ª série do ensino médio).

Já na etapa da produção textual, a importância dada ao conhecimento prévio do aluno é percebida na avaliação dos gêneros textuais produzidos, visto que os textos são avaliados em grupo pelos próprios alunos. Este procedimento do livro didático também faz referência aos PCN+, quando orienta que o aluno avalie a sua produção e a alheia, isto é, a dos demais colegas.

Em relação ao trabalho com os gêneros textuais orais, percebemos que o livro *Português: linguagem em conexão*, além de primar pelo desenvolvimento da comunicação oral do aluno, contribui para exercitar habilidades como o trabalho coletivo, a formação de opinião, a criação de argumentos, a capacidade de ouvir pontos de vista divergentes. Esses aspectos foram destacados na abordagem dos gêneros debate de opinião e debate de solução de problemas.

Outras habilidades são desenvolvidas na abordagem dos demais gêneros: no seminário, notamos o incentivo a atividades como pesquisa, síntese e organização da informação; no gênero júri simulado, observamos a importância de colocar-se no papel do outro; no recital, verificamos a socialização de conhecimentos literários.

Ainda sobre os gêneros orais, notamos que a competência de confrontar opiniões e pontos de vistas diferentes, elencada pelos PCNEM no eixo de *Representação e Comunicação* da disciplina de Língua Portuguesa e já discutida neste estudo, é contemplada na abordagem da maioria de tais gêneros, visto que o LDP explora atividades que solicitam a opinião dos discentes, que, provavelmente, se diferem entre si. Além disso, o LDP apresenta textos com pontos de vista distintos, como na abordagem do gênero artigo de opinião dedicado à primeira série do nível médio, em

que temos um artigo de opinião de autoria de Sergio Groisman, que discute, de forma positiva, a liberdade dos jovens no Brasil, e o artigo de Jairo Bouer que destaca a violência da juventude brasileira. São textos com enfoques diferentes que servem de base para o aluno construir um artigo sobre a participação dos jovens na democracia brasileira.

De forma geral, o livro didático analisado, no eixo dedicado à produção textual, privilegia o uso de gênero de texto, em detrimento do tipo textual, o que nos faz inferir que a concepção de linguagem aqui abordada, nesse sentido, está condizente com as propostas dos PCNEM e dos PCN+, pois não privilegia somente a forma linguística, mas a utilidade dos gêneros em diferentes contextos e suportes da interação social, como a sugestão da publicação dos gêneros produzidos no *site* da escola e em *sites* extraescolares e o compartilhamento dos textos com o público da biblioteca escolar. Além disso, a escrita textual é vista como um processo, já que o livro didático orienta que o aluno reescreva o seu texto. Outro ponto que nos faz perceber que a concepção de linguagem do livro no que diz respeito à produção de texto considera os documentos oficiais do MEC é a proposição de atividades diversas que envolvem questões linguísticas, textuais e extralinguísticas.

Considerações finais

O trabalho com a produção textual no livro didático *Português: linguagem em conexão* apresenta pontos positivos e negativos. Os pontos positivos estão relacionados à boa divisão do espaço concedido aos gêneros da oralidade e

da escrita, à apresentação de muitos textos para a leitura dos discentes e à proposição de exercícios, em sua maioria, contextualizados.

Como ponto negativo, destacamos o esquecimento do LDP em relação à produção de gêneros no espaço digital (em toda a coleção, há abordagem de apenas um, a nuvem de palavra). No entanto, acreditamos que essa falha do LDP é algo relacionada à crença dos agentes envolvidos com a escolarização do saber, incluindo, portanto, os autores de livro didático, que não consideram as tecnologias digitais como ferramentas que auxiliam no trabalho com a língua, o que, já sabemos ser um equívoco, uma vez que os alunos já vão para a escola tendo acessado muitos gêneros da comunicação digital.

Consideramos também que essa falha do livro *Português: linguagem em conexão* talvez sinalize para a necessidade das políticas públicas responsáveis pela produção e distribuição do livro didático – Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) e Plano Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) – investirem em novos recursos de aprendizagem, como o livro didático digital. Para tanto, teria também que haver um investimento nas estruturas de nossas escolas, bem como na formação docente, o que também requer uma revisão de currículos de muitas licenciaturas.

Referências

BRASIL. **PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais:** Ensino Médio: linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília. MEC/SEF, 2000.

_____. **PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais.** Ensino Médio: Língua Portuguesa. Brasília. MEC/SEF, 2000.

BRASIL. **PCN+ - Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ensino Médio: Língua Portuguesa. Brasília. MEC/SEF, 2000.

BEZERRA, Maria Auxiliadora. Textos: seleção variada e atual. *In*: DIONÍSIO, Ângela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). **O livro didático de português**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 35-47.

GOMES, Luiz Fernando. **Hipertexto no cotidiano escolar.** São Paulo: Cortez, 2011.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Oralidade e ensino de língua: uma questão pouco falada. *In*: DIONÍSIO, Ângela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs). **O livro didático de Português**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 21-34.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Ângela Paiva; Machado, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs). **Gêneros textuais & ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p. 19-38.

SETTE, Maria das Graças Leão; Travalha, Márcia Antônia; BARROS, Maria do Rozário Starling de. **Português:** linguagem em conexão (1ª série). 1ª edição. São Paulo: Leya, 2013.

_____ . **Português:** linguagem em conexão (2ª série). 1ª edição. São Paulo: Leya, 2013.

_____ . **Português:** linguagem em conexão (3ª série). 1ª edição. São Paulo: Leya, 2013.

SWALES, J. M. **Other floors, other voices**: a textography of a small university building. Mahwah, N. J.: Lawrence Erlbaum, 1998.

OS DESVIOS NA LEITURA DE HIPERTEXTO DIGITAL[89*]

Regina Cláudia Pinheiro
Ana Maria Pereira Lima

Resumo

Este artigo descreve os desvios de leitura cometidos por um leitor do 6º ano, convidado para ler em voz alta um *site* com características hipertextuais, a fim de analisarmos as possíveis razões desses equívocos. Além disso, categorizamos os desvios em omissão, substituição e adição para, assim, verificarmos as semelhanças e diferenças entre a leitura de texto impresso e de hipertextos digitais. A fundamentação centra-se, principalmente, em Goodman (1969), Norrish (1983), Bettelheim; Zelan (1984), Coscarelli (2006) e Araújo (2013). Os resultados demonstraram que os desvios cometidos não comprometeram o sentido global da leitura e que há muitas semelhanças entre textos impressos e hipertextos digitais.

Palavras-chave: Leitura. Hipertexto Digital. Desvios de Leitura.

Introdução

A leitura praticada na escola quase sempre inventaria os desvios cometidos pelos alunos a fim de que o profes-

89* Este trabalho é parte dos resultados da pesquisa "PREDLED: Práticas escolares para o desenvolvimento do letramento digital", financiada pela FUNCAP (Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico), processo nº BP2-0107-00080.01.00/15.

sor os corrija, porém esse inventário, muitas vezes, é realizado sem observar a natureza dos possíveis erros. Este artigo analisa os desvios de leitura, buscando descrevê-los por meio da aplicação de um experimento com um aluno do 6ºano ao ler um *site* com características hipertextuais. Após o experimento, os dados foram coletados, possibilitando-nos categorizar não somente os desvios cometidos, no momento da leitura, mas também apontar as prováveis razões que induziram aos desvios.

Para isso, percorreremos um caminho teórico que se inicia com a compreensão do que sejam desvios na leitura (GOODMAN, 1973; NORRISH, 1983) e a construção de significados feitos pelo leitor (HEMPENSTALL, 1999). Seguiremos com algumas considerações acerca do hipertexto (RIBEIRO, 2005; 2009; COSCARELLI, 2006 e ARAÚJO, 2013). A partir daí, avançaremos para explicitar os procedimentos metodológicos da pesquisa e a análise dos resultados obtidos.

1 Os desvios na leitura

A análise de desvios na leitura é uma técnica desenvolvida por Goodman (1973) para compreender o processo da leitura, consistindo em examinar uma experiência completa e individual de leitura oral, seguida de uma recontagem. Nessa análise, é abordado como os pensamentos e a linguagem do leitor são trazidos para a atividade de leitura, como a experiência do leitor o leva a interpretar o texto e como o leitor constrói o significado (HEMPENSTALL, 1999). Constata-

mos, através de nossas experiências como leitoras e professoras, que alguns indivíduos que cometem desvios na leitura voltam, com mais atenção, à palavra ou expressão na qual o desvio foi cometido, para confirmar se a leitura está adequada. Além do mais, as pesquisas que consideram essa técnica constatam que os desvios nem sempre são negativos ou aleatórios, pois, algumas vezes, são sugeridos pela linguagem ou pela experiência pessoal. Nesse sentido, os desvios podem ser considerados bons, quando estão dentro do padrão e são usados para guiar o processo da leitura, e maus desvios, quando alteram o significado (HEMPENSTALL, 1999).

Bettelheim e Zelan (1984), abordando a questão sob uma perspectiva psicanalítica, também analisam substituições na leitura de crianças e observam que, muitas vezes, as mudanças, realizadas consciente ou inconscientemente, são significativas e causadas por sensações de inconformismo ou frustração com a leitura. Nesse sentido, para os autores, quando uma criança substitui uma palavra por outra, embora mudando o significado, ela o faz por considerar que aquele termo era inaceitável e procura, assim, uma solução que atenda aos seus propósitos. Por exemplo, se o texto contiver gravuras, o erro[90] poderá refletir o esforço de adequar a palavra à gravura. Desse modo, um desvio na leitura nem sempre pode ser atribuído à incapacidade de ler, pois "justamente, como um adulto pode anotar na margem uma opinião que difere do texto, a criança, enquanto está lendo em voz alta, pode corrigir o texto, lendo-o diferentemente da maneira como aparece impresso" (BETTELHEIM; ZELAN, 1984, p. 87). Desse modo, para os autores acima, não sabemos por que uma criança comete um desvio/erro

90 Apesar de não concordarmos com o termo "erro", utilizamo-lo, algumas vezes, porque ele é usado por alguns autores que fundamentaram nossa pesquisa.

a não ser que ela explique a razão, porém, algumas vezes, esta criança não quer ou é incapaz de fazê-lo. Um desvio de leitura pode, portanto, ser uma resposta ao texto, ao autor ou a quem está ouvindo. Nesse sentido, a escola necessita abordar os desvios de leitura como algo que faz parte do processo e que, muitas vezes, pode ser uma constatação de que o leitor está atento ao significado.

Consideramos, portanto, que as reflexões empreendidas aqui precisam ser observadas pela escola porque os desvios de leitura são, na maioria das vezes, tratados como algo a ser corrigido ou punido e alguns professores desconsideram o fato de muitos desvios demonstrarem que os alunos são bons leitores. Nessa perspectiva, Norrish (1983) instiga os docentes e interessados no assunto a pensar sobre os desvios a partir da perspectiva do processo da aprendizagem. Para o autor, a inibição e a metodologia do ensino de línguas são dois fatores preponderantes para que os desvios sejam considerados falhos.

Com relação à inibição, Norrish afirma que, no ensino tradicional, os erros têm tido descrédito e são considerados falhos por professores e alunos e, por isso, os aprendizes têm sidos repreendidos ao cometê-los, o que pode implicar uma inibição dos alunos de línguas. Concordamos com o autor que muitas crianças se recusam a realizar leitura em voz alta por receio da repressão de docentes e colegas. É importante também mencionarmos que a leitura em voz alta realizada em sala de aula, na maioria das vezes, é praticada somente para correção dos desvios ou avaliação dos alunos.

Norrish (1983) afirma também que as atividades de práticas de linguagem devem ser realísticas e sugere que elas não sejam interrompidas para a indicação de erros,

pois estes devem ser tratados em momentos mais apropriados. Para o autor, ensinar dessa forma tem algumas vantagens, tais como aprender a língua como forma de expressão e atribuir-lhe características práticas.

As reflexões acima têm sido debatidas ao longo dos anos e consideramos que os estudos realizados contribuíram para a melhoria da aprendizagem na leitura. No entanto, com o advento das tecnologias de informação e comunicação e com as mudanças relacionadas à forma com o texto se apresenta nas mais diversas práticas sociais, especialmente, em suporte digital, um questionamento se faz necessário: os desvios ocorridos ao ler hipertextos são semelhantes aos encontrados na leitura de textos impressos? O seguinte item aborda algumas questões pertinentes ao hipertexto, para, posteriormente, apresentarmos a pesquisa que empreendemos a fim de responder ao questionamento levantado acima.

2 Hipertexto: algumas considerações

O conceito de hipertexto, além de não ser consenso nas diversas áreas, principalmente, na Linguística, vem se modificando à proporção que novas possibilidades são incorporadas às tecnologias, principalmente, à internet, conforme nos afirma Araújo (2013 p. 95):

> A condição digital do hipertexto não nos põe diante de concepções novas de textualidade, mas de outras posturas diante da atividade de produzir textos. Velhas e conhecidas tec-

> nologias como a caneta, o caderno, a borracha e os corretivos à base de água são colocados de lado, pois escrever na tela de fato nos põe diante de operações que não fazíamos antes desse suporte aparecer.

As mudanças ocorridas nos suportes de escrita reverberam nas mudanças de configuração do texto e das demandas para sua leitura. Nos anos 2000, na Linguística brasileira, as discussões giravam em torno de dois grupos que concebiam o hipertexto de forma diferente. Assim, para Araújo (2013, p. 91), há (i) os que concebem o hipertexto como uma "ilha presa na web e, portanto, desconectada da vida off- line" e (ii) aqueles para quem todo texto é um hipertexto. No entanto, ao compreender que cada grupo tinha razões em seus argumentos, passou-se a considerar que "há mais semelhanças do que diferenças entre texto e hipertexto" (ARAÚJO, 2013, p. 91) e que é mais produtivo pesquisar como os leitores e produtores de texto/hipertexto se comportam nesses espaços.

Em um exercício de reflexão sobre alguns rótulos dados ao hipertexto, Coscarelli (2006) pondera sobre as mudanças ocorridas no processo de leitura e assegura que a navegação no hipertexto não acarreta transformações tão radicais porque nenhum texto e nenhuma leitura são lineares. Para fundamentar sua posição, a autora utiliza o critério da não linearidade, afirmando que não se pode "acreditar na linearidade de um texto apenas porque as palavras se apresentam no papel uma após outra" (COSCARELLI, 2006, p. 8).

A linguista ainda tece considerações sobre a afirmação de que o leitor de hipertexto tende a se perder no emaranhado de informações mais facilmente, em relação a quem

lê textos impressos. Ela argumenta que "a desorientação do leitor no hipertexto talvez seja um problema para aqueles que ainda não aprenderam a navegar ou ainda não dominam os mecanismos técnicos para fazer isso" (COSCARELLI, 2006, p. 18). Porém, pesquisas empreendidas com leitores acostumados a navegar comprovaram que o problema de desorientação é comum mesmo para aqueles navegadores experientes, conforme atesta um sujeito da pesquisa de Pinheiro (2005, p. 121), quando afirma que "de repente, se você começa a abrir várias páginas e começa a ler uma e ler outra, você não se concentra em nenhuma".

Para a necessária distinção sobre a forma na qual o material se apresenta para a leitura e suas implicações, Ribeiro (2005) afirma que não há diferenças entre texto e hipertexto, argumentando que o processo de ler não-linearmente remonta a qualquer época, não importando se os textos são impressos ou eletrônicos, pois "não é preciso dar ao leitor um computador com acesso à Internet para oferecer a ele o hipertexto" (RIBEIRO, 2005, p. 125). A autora, relacionando a tela do computador ao papel, afirma que as interfaces e as formas de ler e escrever mudaram, porém

> defendendo o argumento de que houve apenas a agregação do aumento de velocidades de busca e de publicação a um tipo de sistema ou teia que já havia sido pensado e executado pelas equipes editoriais (...), considera-se que o leitor de hipertextos impressos (...) não tem tantos problemas ao deparar com hipertextos digitais (RIBEIRO, 2005, p. 125).

Concluindo o mesmo raciocínio, Ribeiro (2005, p. 127) considera que "as tecnologias digitais de leitura e escrita

ainda são fundadas sobre a escrita", argumentando que o leitor/navegador "só pode se mover porque lê" (p. 127). A afirmação da autora nos remete ao questionamento acerca do que se está entendendo por leitura, pois compreendemos que muitas crianças que não conhecem o código alfabético movimentam-se satisfatoriamente usando as tecnologias digitais para navegar em *sites* infantis, atingindo os objetivos de leitura previstos. No entanto, concordamos com a autora em relação à reflexão sobre a transferência da leitura de hipertextos impressos à prática de ler em novo suporte, ampliando "o letramento, numa retícula de possibilidades mais ou menos engendradas umas nas outras" (RIBEIRO, 2005, p. 180).

Acreditamos que a concepção de hipertexto demanda questões polêmicas e entendemos a necessidade de apropriação de um conceito. Sendo assim, para este trabalho, adotaremos o conceito de hipertexto como uma forma de enunciação interativa que possibilita a construção de sentidos/ideias indexadas por associações, através de armazenamento e consulta, congregando palavras e/ou imagens e/ou sons, cuja configuração é multilinear, podendo apresentar-se incompleta aos olhos dos usuários por ser aberta e sem fronteiras (NELSON, 1992; XAVIER, 2002; LOBO-SOUSA, 2009).

Consideramos, portanto, haver um *continuum* entre texto e hipertexto e não uma dicotomia como afirmam alguns autores, chegando à conclusão de que este trabalho vai além do dualismo texto e hipertexto por acreditar nesse *continuum* e que, em muitos casos, os processos utilizados para produção e recepção dos dois se assemelham, conforme veremos ao longo deste trabalho. Por esta razão, utilizaremos, a partir de agora, o termo hipertexto digital.

3 Procedimentos metodológicos

Este trabalho consistiu em analisar os desvios de leitura cometidos ao ler um hipertexto digital, utilizando a técnica desenvolvida por Goodman (1973) para compreender o processo da leitura. Para tanto, realizamos um experimento utilizando a técnica desenvolvida pelo referido autor, cuja abordagem de análise dos dados tem cunho descritivo-qualitativo. A seguir, descreveremos características da participante da pesquisa e os procedimentos utilizados.

3.1 Participante da pesquisa

O sujeito participante desta pesquisa foi uma aluna de 11 anos, cursando a 6º ano em uma escola da rede particular do município de Fortaleza-CE. Tratava-se de uma pré-adolescente que interagia com e através da internet frequentemente na escola e em casa. A participante apresentava bons índices de leitura atestados por seu rendimento escolar.

3.2 Seleção do hipertexto digital lido

O hipertexto digital selecionado para a realização do experimento foi o *site* da escritora Ângela Lago (http://www.angela-lago.net.br). Sua escolha deveu-se ao fato de este *site* possuir características que se relacionam mais comumente aos hipertextos digitais (*links*/deslinearização, imagens, sons etc.) e por adequar-se à idade da participante.

3.3 Procedimentos

O passo inicial deu-se em uma conversa com a mãe da participante para explicar os objetivos da pesquisa, a fim de obter a autorização. O experimento foi realizado na casa da

leitora, com o uso de seu computador pessoal para que a tarefa parecesse o mais natural possível. Ao chegar ao local, houve explicações acerca de como a participante deveria proceder. A hiperleitora leu todo o *site* em voz alta, clicando nos *links* contidos lá, fazendo isso na sequência escolhida por ela. A voz da leitora foi gravada através do programa *audiograbber* e transcrita para, em análise posterior, ser comparada com o texto lido. Vejamos abaixo um *link* clicado pela participante e lido durante o experimento. Cada palavra grifada representa um hiperlink, conduzindo o leitor a um gênero textual:

Figura 1: Página lida pela participante

Oi! E agora?
Quer me escrever?
E mandar um desenho?
Ou brincar mais um pouco?
Quem sabe umas adivinhas?
Dançar a rumba da tumba?
O relógio da catacumba?
O tangolomango?
Umas rezas?

angela lago

Fonte – http://www.angela-lago.net.br

4 Analisando os desvios de leitura de hipertexto digital

Nesta seção, analisaremos os desvios cometidos pela participante do experimento, apresentando hipóteses para esses desvios com base nos autores referendados ao longo do artigo. Após elencar os desvios cometidos, estes foram categorizados em desvios por omissão, desvios por substituição e desvios por adição, apoiados em pesquisas de Goodman (1973).

Desvios por omissões

Todos os desvios cometidos pela participante nesta categoria referem-se à omissão de uma expressão enfática que não comprometeu o significado do texto. Nesse sentido, no texto original lido pela participante desta pesquisa, estava escrito "O que é que salta, dá um espirro e vira pelo avesso?", porém, a adivinha foi lida como "O que salta, dá um espirro e vira pelo avesso?", sendo omitida a expressão "é que".

Outro desvio por omissão foi percebido quando ela leu "Mas 1 desmaiou só de olhar os seus pés" em vez de "Mas 1 desmaiou de olhar os seus pés". O desvio de omissão, além de não causar comprometimento de significado, devido à omissão do termo "só" ser somente enfática, pode se justificar se relacionarmos ao fato de o texto anterior conter a seguinte frase: "Dos 8 infelizes, sobraram só (?)", no qual o termo omitido pela garota encontrava-se posterior ao verbo. Percebemos, conforme Goodman (1976), que essa omissão não alterou o significado, o que confirma que os leitores não leem todas as palavras para buscar o significado do texto. A seguir, apresentamos um quadro-síntese dos desvios por omissão:

Quadro 1 – Desvios por omissão.

Texto original	Texto lido
"O que é que salta, dá um espirro e vira pelo avesso?"	"O que salta, dá um espirro e vira pelo avesso?"
"Mas 1 desmaiou só de olhar os seus pés"	"Mas 1 desmaiou de olhar os seus pés"
Dos 7 coitados, só sobraram (?)	Dos 7 coitados, sobraram (?)

Fonte – Quadro elaborado pelas autoras

É possível atestar que a leitora ativa os conhecimentos prévios sobre o gênero 'adivinhações', tornando o *link* um operador de continuidade de sentido, uma vez que há familiaridade com o gênero, demonstrando um nível de amadurecimento leitor capaz de ativar o conhecimento de estruturas textuais e de tipos de discurso, fazendo com que a hiperleitora determine, em grande medida, as expectativas em relação aos textos, na construção de estratégias relevantes para a compreensão.

Desvios por substituições

Outros desvios cometidos podem ser categorizados como substituições. Assim, no texto, estava escrita a palavra "Rumba- catacumba" e a pré-adolescente leu "Rumba-catatumba". Supõe-se que esse desvio de cunho fonológico ocorreu devido ao fato de, no livro clicado, haver a frase: "Dançar a rumba da tumba?" Outra hipótese muito provável é a de que a leitora conhecia somente a variante regional catatumba, muito utilizada no Ceará, estado onde mora a participante.

A pergunta: "Você se importa se abrimos a porta, entramos no quarto e fechamos o trinco?", foi substituída por "Você se importa se abrirmos a porta, entrarmos no quarto e fecharmos o trinco?". Com esta substituição, a participante da pesquisa comprovou a afirmação de Smith (1989, p. 84) de que a "leitura é rápida, seletiva e depende daquilo que o leitor já sabe". Nesse sentido, o conhecimento prévio do leitor sobre a língua (neste caso, relacionado à conjugação verbal) possibilitou que os equívocos cometidos pelo autor do texto não fossem percebidos pela leitora, o que demonstra um bom nível de conhecimento linguístico.

Os desvios seguintes provocaram uma mudança semanticamente inaceitável. Entretanto, se analisarmos sob a perspectiva da Psicanálise, podemos verificar que os desvios causados pelos leitores justificam-se, em alguns casos, por refletirem seus sentimentos ou desejos (BETTELHEIM & ZELAN, 1984). Assim, a frase "Da neve desceram os ETs" foi lida no lugar de "Da nave desceram os ETs". Esse desvio, diferentemente dos anteriores, é considerado de baixa qualidade, comprometendo o sentido do texto. Em seguida, no texto "Mas 1 teve um troço, gritando: "Ele... se move!!!"", a criança leu "Mas teve um tronco, gritando: "Ele... se move!!!"". Este equívoco pode ter sido causado pela figura um pouco indefinida que aparecia acima do texto, pois, conforme Bettelheim e Zelan (1984), o leitor, se esforçando para associar a imagem ao texto, pode modificar seu sentido, demonstrando que houve uma recuperação a partir do elemento verbal de uma informação conhecida pela autora em substituição a uma desconhecida, levando-nos para o que afirma Ribeiro (2013) acerca de como o letramento visual pode ou não contribuir para a apreensão do significado global ou local. Assim, acreditamos que a imagem abaixo pode ilustrar a questão apresentada:

Figura 2: Imagem do texto que pode ter ocasionando o desvio

Fonte – http://www.angela-lago.net.br

No caso do seguinte exemplo: "Você expirou, sumiram

mais 3" lido ao invés de "Você espirrou, sumiram mais 3", acreditamos que a participante observou a imagem que continha três ETs desaparecendo e associou ao verbo expirar, usual quando um *site* não abre devido ao tempo ter se esgotado. Neste caso, a leitora recorreu a uma série de estratégias simultaneamente para ler a palavra, tais como usar imagens (amplamente utilizadas no *site)* e conhecimentos prévios, além de observar o início e o final da palavra.

A seguir, para o texto "Deus te salve lua bela" que foi lido como "Deus me salve tua bela", levantamos duas hipóteses. A primeira é que, devido à frase já ter sido citada anteriormente no texto, a leitora trouxe à memória um procedimento recomendado para textos escritos em muitas escolas acerca da repetição ser algo ruim e que deve ser evitada. A segunda hipótese, referendada por Bettelheim e Zelan (1984, p.83), relaciona-se aos sentimentos do leitor. Neste caso, a garota poderia estar inconscientemente pedindo ajuda ou, conforme corroboram as pesquisas dos autores mencionados, essa substituição pode ter sido causada pela frustração da leitura exigida pela pesquisadora, pois "particularmente na leitura em voz alta, o leitor tende a ficar distraído por causa de assuntos que o preocupam no momento" (BETTELHEIM; ZELAN, 1984, p. 83).

Os próximos desvios não comprometeram o significado da leitura, já que apresentaram aceitabilidade sintática e semântica, havendo apenas, no primeiro, uma substituição simples de pronome indefinido por outro interrogativo, mas com valor semelhante na frase. Nesse sentido, ela leu "Quem sabe o que o padre vira?" quando no texto original continha "Alguém sabe o que o padre vira?" No segundo, o tempo do verbo foi alterado do pretérito perfeito para o

presente na frase "Leia as histórias que ganharam este concurso!". Essa substituição justifica-se porque os textos publicados em *sites* são dinâmicos e a leitora poderia supor que o concurso anunciado poderia estar em curso. A busca do significado é mais importante do que a pronúncia correta de todas as palavras, corroborando as pesquisas de Goodman (1976). Vejamos, a seguir, um quadro com os desvios por substituição ocorridos durante esta pesquisa:

Quadro 2 – Desvios por substituição

Texto original	Texto lido	Hipótese para o desvio
"Rumba- catacumba"	"Rumba-catatumba"	-Na página anterior, havia a frase: "Dançar a rumba da tumba?" -A leitora conhece somente a variante regional catatumba.
"Você se importa se abrimos a porta, entramos no quarto e fechamos o trinco?"	"Você se importa se abrirmos a porta, entrarmos no quarto e fecharmos o trinco?"	-A aluna tem conhecimento sobre conjugação do verbo em questão e tem noção sobre paralelismo sintático.
"Da neve desceram os ETs"	"Da nave desceram os ETs"	-Alguns desvios refletem os seus sentimentos ou aquilo que os leitores gostariam que estivessem expressos nos textos (BETTELHEIM & ZELAN, 1984).
"Mas 1 teve um troço, gritando: "Ele... se move!!!""	"Mas teve um tronco, gritando: "Ele... se move!!!""	- Desvio causado por uma imagem que aparecia no site.
"Você espirrou, sumiram mais 3"	"Você expirou, sumiram mais 3"	- A aluna utiliza com frequência as TIC e observou a imagem que continha três ETs desaparecendo e associou ao verbo expirar, muito usado quando um *site* não abre devido ao tempo que se expira.
"Deus te salve lua bela"	"Deus me salve tua bela"	- A mesma frase já havia aparecido antes; - Distração da leitora.

Texto original	Texto lido	Hipótese para o desvio
"Alguém sabe o que o padre vira?"	"Quem sabe o que o padre vira?"	- A leitora olhou apenas para o final do termo.
"Leia as histórias que ganharam este concurso !"	"Leia as histórias que ganham este concurso !"	- Os textos publicados em *sites* são dinâmicos e a leitora poderia imaginar que o concurso anunciado poderia estar em análise constante.

Fonte – Quadro elaborado pelas autoras

Os exemplos apresentados anteriormente confirmam que a leitura em textos impressos e em hipertextos digitais demanda estratégias semelhantes e que a escola pode aproveitar as potencialidades do ambiente digital, corroborando a declaração de Araújo (2013, p. 114) de que "há uma contígua necessidade de inserção de práticas pedagógicas centradas no uso de ferramentas digitais no cenário escolar".

Desvios por adição

Com relação aos desvios por adição, nos quais o leitor acrescenta algo à leitura, a participante desta pesquisa adicionou somente um termo ao texto lido. Nesse desvio, percebemos que o trecho "Dos que ficaram, não ficou nenhum!" Foi alterado para "Dos 3 que ficaram, não ficou nenhum!" Neste caso, levantamos a hipótese de que o numeral foi acrescentado porque havia uma figura que mostrava 3 ETs e a leitura seguiu o mesmo paralelismo, já que todos os textos anteriores continham o número de ETs restantes. Vejamos o quadro com o desvio dessa categoria:

Quadro 3 - Desvios por adição

Texto original	Texto lido	Hipótese para o desvio
Dos que ficaram, não ficou nenhum!	Dos 3 que ficaram, não ficou nenhum!	A leitora achou que o texto seguia o mesmo paralelismo apresentando o número dos ETs restantes. A leitora pode ter se baseado na imagem que continha três ETs.

Fonte – Quadro elaborado pelas autoras

Percebemos, com o exemplo mostrado, que, conforme Koch (2007, p. 30), "a construção de sentido de um texto é estabelecida por meio de intricadas teias que nele se tecem durante a progressão textual". Ao associarmos, ao estrato linguístico, o estrato visual, temos nessa 'teia' mais elementos que podem contribuir para o enriquecimento do significado ou desviar o leitor para outras direções, construindo significados diferentes do intentado pelo produtor.

Considerações finais

Neste trabalho, buscamos categorizar os desvios cometidos por um leitor ao interagir com hipertexto digital, levantando hipóteses sobre as causas desses desvios. A metodologia permitiu perceber, nesta categorização, que os desvios cometidos, muitas vezes, se assemelhavam aos encontrados na leitura de textos impressos porque a necessidade de atribuir sentido ao material lido é predominante em ambas as situações. Com esta constatação, podemos afirmar que há um *continuum* entre as leituras do texto e do hipertexto digital, pois o leitor se apoia nas rotinas de leitura de texto impresso para ler hipertextos digitais. Nesse sentido, acreditamos que possibilitamos a reflexão sobre

a eficácia que essa compreensão contribui para a aprendizagem da leitura.

Os resultados ratificaram as pesquisas sobre análises de desvios de leitura em textos impressos e demonstraram que a hiperleitora fez omissões, substituições e acréscimos positivos, confirmando que a busca do significado é mais importante que os cuidados com a pronúncia das palavras, processo geralmente utilizado nas leituras significativas. Sendo assim, consideramos importante que os professores, ao exigirem a prática de leitura, principalmente, quando esta for realizada de forma oral, tenham consciência de que os alunos devem estar mais preocupados com a construção do sentido do texto do que com a pronúncia.

Referências

BETTELHEIM, B.; ZELAN, K. **Psicanálise da alfabetização:** um estudo psicanalítico do ato de ler e aprender. Trad. de José Luiz Caon. Porto Alegre: Artmed, 1984.

ARAÚJO, J. C. O texto em ambientes digitais. In: COSCARELLI, C. V. (Org.). **Leituras sobre leituras:** passos e espaços na sala de aula. Belo Horizonte: Vereda, 2013.

COSCARELLI, C. V. Os dons do hipertexto. **Littera**: Linguística e Literatura. Ano IV. Nº 4. Pedro Leopoldo: Faculdades Integradas Pedro Leopoldo, 2006, p. 7-19.

GOODMAN, K. S. Miscues: windows on the reading process. GOODMAN, K. S. (org.) **Miscue Analysis: Applications to reading instruction.** Urbana Illinois: Clearinghouse on Reading and Communicative Skills, National Council of Teachers of English, 1973.

_____ . "Reading: a psycholinguistic guessing game". *In:* SINGER, H.; RUDDELL, R. (Eds.). **Theoretical models and processes of reading**. Newark, Del.: International Reading Association, 1976.

HEMPENSTALL, K. Miscue analysis: A critique. **Effective School Practices**, *17*(3), 1999, p. 85-93. Também disponível em: http://www.garyfeng.com/wordpress/2004/12/03/miscue-analysis-a-critique/. Acesso em: 03 jul. 2009.

KLEIMAN, A. **Texto e leitor:** aspectos cognitivos da leitura. Campinas: Pontes, 2002.

KOCH, I.G.V. Hipertexto e construção de sentidos. **Alfa**, nº 51, 2007, p. 22-38.

NORRISH, J. **Language learners and theirs erros**. London/ Basingstoke: Macmillan, 1983.

LOBO-SOUSA, A. C. **Hipertextualidade:** uma abordagem enunciativa de hipertextos. Dissertação (Mestrado em Linguística) – PPGL, UFC, Fortaleza, 2009.

NELSON, T. H. Opening Hypertext: a memoir. In: TUMAN, M. C. (Ed.). **Literacy online:** the promise (and peril) of Reading and writing with computers. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1992, p. 43-58.

PINHEIRO, R. C. **Leitura de hipertexto**: estratégias usadas por leitores proficientes. Dissertação (Mestrado em Linguística) – PPGL, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2005.

RIBEIRO, A. E. A importância do *design* na leitura. *In:* COSCARELLI, C. V.(Org.). **Leituras sobre a leitura:** passos e espaços na sala de aula. Belo Horizonte: Vereda, 2013. p. 60-87.

SMITH, F. **Compreendendo a leitura**: uma análise psicolingüística da leitura e do aprender a ler; Trad. Daise Batista – Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

XAVIER, A. C. **Hipertexto na sociedade da informação:** a constituição do modo de enunciação digital. 2002. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – IEL, Campinas, 2002.

A REELABORAÇÃO DO GÊNERO *MEME* NAS MÍDIAS DIGITAIS: UM OLHAR PARA O GÊNERO COMO POTENCIAL PEDAGÓGICO

Ana Maria Pereira Lima
Carla Jéssica Severiano Lima Gonçalves

Resumo

Este trabalho analisa a reelaboração (COSTA, 2010) do gênero *meme* nas mídias digitais e propõe o uso desse gênero como potencial ferramenta pedagógica. Apoiamo-nos em Marcuschi (2011), Bakhtin (1979; 2010), Miller (2009), para a perspectiva dos gêneros discursivos discursivos aqui adotada; Araújo e Dieb (2009); Lima-Neto (2011) para os gêneros discursivos oriundos das tecnologias digitais, entre outros autores convocados para fins de conceituações demandadas. Para atingirmos nosso intento, apresentamos, além de uma panorâmica conceitual, proposta de trabalho com os *memes,* que ilustram o processo de formatos estruturais diferentes que se reelaboram em *memes,* porque preservam o propósito comunicativo e o reconhecimento da comunidade como *memes.* Apontamos como resultados que os gêneros discursivos que circulam nas mídias digitais passam por constantes mudanças e atentar para essas mudanças pode vir também material para o ensino, uma vez que estamos apontando os *memes* como ferramenta digital de importante relevância para o ensino, porque esses contribuem para

o processo comunicacional e permitem desenvolver diversas habilidades relacionadas à compreensão leitora, sendo passíveis para a conexão com várias práticas sociais, inclusive educacionais.

Palavras-chave: Reelaboração. *Meme.* Proposta pedagógica.

Introdução

Há muito tempo que os meios tecnológicos vêm apresentando formas diversificadas de informação e comunicação. Sobre isto, Recuero (2009, p. 16) diz que as mídias digitais não somente ampliaram a capacidade de conexão, mas permitiram que redes sociais fossem criadas, a fim de aproximar o contato entre as pessoas mediado pelo computador. Nesse contexto, é sabido que as atividades e ações comunicativas giram em torno de gêneros discursivos e que essas ações estão em constante mudança. Assim, os gêneros também passam por modificações, pois, segundo Campbell e Jamieson (1978 *apud* Miller, 2009, p. 42-43), eles possuem capacidades hibridas que ocorrem "não entre gêneros discursivos, mas entre as subformas".

Também consideramos relevante que os professores possam passar por uma formação voltada para as tecnologias porque, mesmo que essa formação não seja obrigatória, eles estão imersos em práticas sociais digitais e inseri-las em suas práticas como docente pode lhes auxiliar nos desafios propostos pela educação atual.

Dessa maneira pretendemos analisar a reelaboração[91] dos gêneros discursivos nas mídias digitais e propor os *memes* como ferramenta pedagógica porque ilustram o processo, ao se apresentarem como exemplares de gêneros discursivos que demonstram, em sua constituição, o protagonismo dos agentes – tanto os produtores, como os leitores. Além da empatia com o público jovem. Os *memes* classificam-se como um gênero (GONÇALVES; LIMA; LIMA, 2015), uma vez que são enunciados que põem em ação as práticas sociais, configurando-se em processo e produtos de atividades sociais e históricas nas quais se situam. Daí, *os memes* podem viabilizar a aplicação de ações interventivas relacionadas à leitura, em sentido *lato,* de textos diversos disponibilizados para a atividade em tela.

Nessa perspectiva, consideramos relevante o trabalho com gêneros discursivos em ambiente digital (ARAÚJO, 2016. p. 51) porque estão presentes no cotidiano das pessoas. Sendo assim, este trabalho torna-se pertinente àqueles que pretendem desenvolver atividades com os gêneros discursivos que circulam nas mídias digitais, adequando-os como ferramenta de ensino.

Para tanto, embasamo-nos em autores como Marcuschi (2011), Bakhtin (1979), Miller (2009), na perspectiva dos gêneros discursivos; (Araújo; Dieb 2009) Lima-Neto (2011) sobre os gêneros discursivos oriundos das tecnologias, a fim de apresentar uma discussão teórica que ampare a sugestão apresentada sobre a temática aqui exposta.

91 Reelaboração é o conceito aqui apresentado por concordarmos com Costa (2010, p. 61-65) que há mais que transmutação – mudança de forma, ou retextualização – mudança de modo (oral/escrito), sendo o viés de protagonismo dos sujeitos o que mais se sobressai no processo de constituição dos gêneros, quando estão sendo modificados para atender as demandas das situações comunicativas.

Ressaltamos que os exemplos ilustrados nesta pesquisa não serão analisados em seu conteúdo, mas apresentados como exemplificação de propostas pedagógicas que podem servir de indicativos para o desenvolvimento de diversas atividades.

Assim, considerando a importância de estarmos inseridos nas práticas digitais e que os professores podem criar situações para aplicar esse tipo de formação, então se faz necessário reconhecer as potencialidades que esses gêneros discursivos, oriundos das mídias digitais, apresentam a fim de alcançar esse objetivo.

1 Perspectiva de gênero

Enquanto muitos pensam a questão do gênero tendo em vista suas formas estruturais, há aqueles que os apontam como a representação da ação humana. Não estamos aqui nos propondo a confrontar esses conceitos, mas interessados em mostrar a sua constante evolução no sentido de atender a propósitos enunciativos e posicionamentos diversos. Assim, optamos pela perspectiva de Marcuschi (2011.p.18), quando esse autor discute acerca de uma "laicização do termo", isto é, há a ampliação do gênero para toda a produção textual. Segundo o autor, essa laicização "levou a que se diluísse a noção de gênero, a ponto de podermos indagar que categoria é essa a que chamamos de gênero textual?". Sabemos que esse questionamento é relevante, devido, segundo Marcuschi (2011), ao gênero ser tão antigo quanto às manifestações de linguagem.

Para Bakhtin (2010, p. 262), o gênero funciona como um enunciado de natureza histórica e apresenta-se relativamente estável. Bakhtin buscava frisar a ideia da relatividade, contudo, para muitos, a ideia de estabilidade é a que prevalece, interessando-lhes mais uma "afirmação da forma". Por outro lado, a perspectiva de relatividade nos deixa clara a possibilidade de mutações ou recriações dos gêneros discursivos, porque estes estão ligados às práticas sociais que, por sua vez, se renovam constantemente. Isso acontece porque, como afirma Bakhtin (2010, p. 260), "todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem".

Dessa maneira, consentimos com a abordagem de Miller (2009), de que o gênero representa uma ação e que, para tanto, necessita do envolvimento de uma situação e de um motivo, pois, para que uma ação ocorra, há movimentos e recorrências que caracterizam o gênero em práticas sociais. São as recorrências que estabelecem a relativa estabilidade para o gênero e são esses momentos de recorrência que fazem os gêneros discursivos interpretados com o nome que a comunidade lhe confere.

Outro aspecto importante e já bastante difundido é a proposta com o trabalho de gêneros discursivos. Segundo Lopes-Rossi (2011. p. 69), um dos valores que possui o trabalho com esses gêneros discursivos, está no fato de ele "oferecer o desenvolvimento da autonomia do aluno no processo de leitura e produção textual como uma consequência do domínio do funcionamento da linguagem em situação de comunicação". Segundo a autora, isso é possível porque, por meio dos gêneros discursivos, as práticas relativas às linguagens ficam incorporadas às atividades dos discentes.

Dessa maneira, o professor se incumbe da tarefa de criar condições para as práticas discursivas e linguísticas dos gêneros discursivos.

Acreditamos, assim como Araújo (2016, p. 53), que um dos objetos que promovem a relação entre as linguagens é a "dança dos gêneros discursivos", que possuem a capacidades de se reelaborar através da tecnologia.

Salientamos que a noção de gênero, abordada aqui foge de um princípio estrutural, assumindo a afirmativa que os gêneros discursivos incorporam aspectos relativos à ação humana. Uma prova disso são os gêneros discursivos que emergem das mídias digitais. Assim como veremos na próxima seção.

2 Tecnologias e a circulação dos *memes*

A facilidade que se tem hoje com o acesso à internet permitiu que as pessoas, dos mais "variados níveis de escolarização e socioeconômicos" (Sousa, Araújo, Pinheiro, 2009, p. 111), estivessem cada vez mais inseridas em interações que envolvessem mídias. Não estamos aqui articulando uma substituição de práticas de leitura e escrita, mas de novas formas para essas práticas que surgem para facilitar a comunicação.

O ato de ler e escrever vem sendo adaptado aos meios tecnológicos e é importante que os seres humanos conheçam essas inovações, pois, para desenvolvê-las, é preciso que outras habilidades sejam executadas. Assim, significa pensar em novas formas de ler, escrever, imprimir (ou não), conhecer, partilhar, encontrar, inovar etc., tudo isso para nos auxi-

liar visando, principalmente à facilidade no desenvolvimento das atividades rotineiras, exigindo-nos o desenvolvimento de práticas de letramento digital, que assim o compreendemos:

> A construção do conceito de letramento digital é polêmica, mas aqui adotaremos o posicionamento de que são práticas de instâncias sociais em que as tecnologias digitais produzem conteúdos que devem ser avaliados sob a natureza de seu ambiente e de suas condições de produção, estas situadas em determinados espaços sócio-históricos. Daí a necessária conceituação do letramento digital como letramento demandado para fazer uso das tecnologias digitais[...] (LIMA, 2013, p. 42).

Diante do advento das tecnologias, novos costumes e novas formas de ver as coisas vieram à tona. A verdade é que há muito tempo as formas de comunicação e de diversão aderiram às novidades tecnológicas. Dessa forma, compartilhamos da ideia de Marcuschi (2002) quando adota o pensamento de que novos gêneros surgem a partir das necessidades dos seres humanos, procurando, frequentemente, a facilidade e a agilidade para resolverem seus problemas relativos à interação verbal.

Assim, as atividades comunicativas acontecem por meio de gêneros discursivos e nos meios digitais não é diferente. O fato é que os gêneros estão constantemente se moldando porque segundo Bakhtin ([1929] 2005) eles são artefatos sociais, culturais e eminentemente maleáveis e por isso podem se misturarem. Daí, adequar o pensamento bakhtiniano também à concepção dos gêneros discursivos que circulam ou originaram-se no ambiente digital.

Diante disso, Lima-Neto (2011, p. 1), diz que "gêneros discursivos são bons exemplos das misturas que ocorrem numa dada sociedade", mas ainda ressalta que os estudos que envolvem essa discussão não são atuais. Segundo ele, os estudos sobre as mesclas genéricas existem há mais de oitenta anos e que "Bakhtin (1929] 2005), estudando o romance polifônico de Dostoiévski, já apontava a maleabilidade em gêneros discursivos praticados na Grécia Antiga, quando evidenciou a mistura de padrões genéricos, tais como os de caráter estilístico e composicional, entre o diálogo socrático e a menipeia, [...]". O autor ilustra com a afirmativa de Bakhtin sobre a falta de ineditismo para a questão das misturas que alteram ou geram novos gêneros.

Dessa maneira, podemos constatar que as possibilidades de misturas de gêneros discursivos não surgiram com as tecnologias, pois isso sempre foi possível graças à dinamicidade das relações de interação presentes nas práticas sociais, dando margem para o que Fix (2006, p. 264 *apud* Lima-Neto, 2011, p. 2) chamou de "intertextualidade tipológica". E isso é o que acontece com os *memes*.

No contexto atual, tratamos de *memes* como uma recriação de algo. Um gênero que existe originário de outros, tais como fotografias, charges, cartuns, anúncios etc. A maioria dos *memes* aparece nas redes sociais, em especial o *Facebook* e, por isso, estão cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas, tratando de assuntos diversos de forma simples e objetiva (pelo menos para os interactantes que, rapidamente absorvem a mensagem e a viralizam, reencaminhando-a).

Para que ocorra o processo de reelaboração de gêneros discursivos, algumas atividades são realizadas, embora, o leitor nem sempre determine quais são elas. Isso significa

dizer que a categoria de gêneros instaura-se de forma orgânica na constituição do gênero de modo que, muitas vezes, pode ser educativo trabalhar com a reelaboração a fim de desenvolver habilidades leitoras que conduzam a uma criticidade para, entendendo as operações realizadas e os elementos constitutivos do gênero, em questão, o leitor torne-se coautor do processo no momento que atribui sentido o gênero que está lendo. Com isso, as informações passam por uma grande quantidade de partilhamentos, redimensionando as possibilidades de reelaborações do material original.

Dessa maneira, afirmamos que essas práticas de letramento digital estão presentes em nosso cotidiano e que estamos diante dos gêneros discursivos para os quais os professores deveriam criar situações de trabalho com essas realidades. Daí a importância de também pensar em uma formação docente que se volte para as discussões acerca da temática aqui discutida.

3 A reelaboração dos *memes*: uma necessária discussão acerca do potencial pedagógico

Dentro dos aspectos abordados até aqui, observamos que há possibilidade de trabalhar o *meme* como ferramenta de ensino, por ser um gênero que está presente no cotidiano dos alunos e por ter uma rápida propagação e um propósito comunicativo. Dessa maneira, trabalhar esses elementos de forma a contribuir com a construção de conhecimento, torna-se relevante.

Dizemos isso porque os jovens estão conectados a outras linguagens. Isso os faz ficar atentos ao que acontece na contemporaneidade. A tecnologia está mais próxima das pessoas, o que as torna letradas digitalmente. E dizer isso, segundo Terra (2013) não significa dizer que existe somente este tipo de letramento, mas que este pode ser o ponto de partida para que se possam desenvolver outras habilidades.

O foco da reflexão deste artigo é a observação da reelaboração de gêneros discursivos e a utilização do gênero *meme* como ferramenta pedagógica. Assim, atentamos para os exemplos das seguintes figuras:

Figura1: *meme* - tirinha

Fonte: http://clicfolha.com.br/materia/57366/charge-por-cazo. Acesso em: junho de 2016.

Figura 2: *meme-comentário whatsapp*

Fonte: <iframe src="http://me.me/embed/i/1154092" width="100%" height="875" frameBorder="0" class="meme-embed" style="max-width:100%;" allowFullScreen></iframe> via me.me . Acesso em: junho de 2016.

Esses dois *memes* mostram com clareza a questão da plasticidade que podem apresentar. É importante ressaltar que os primeiros *memes* com os quais entramos em contato, há apenas dois anos, apresentavam uma estrutura relativamente estável, com imagens e legendas que apresentassem determinados contextos possíveis para construir humor. Acompanhamos, em um breve espaço de tempo, a rápida evolução das possibilidades constitutivas dos *memes.*

Essa plasticidade, ou "relativa estabilidades", conforme afirma Bakhtin (2010, p. 262), faz com que apontemos para

a afirmação que os gêneros discursivos estão passíveis de mudanças a todo momento e a relatividade é mais frequente que a estabilidade. Isso talvez ocorra devido à facilidade com que os meios de comunicação adaptam-se às tecnologias existentes, tomando por base os processos de reelaboração, de maneira que os gêneros discursivos apresentam semelhanças entre os que estão em tela e aqueles que lhes originaram, quanto a sua estrutura e passam a se modificar tendo em vista também o seu suporte, pois novos propósitos se estabelecem durante a reelaboração depois de reelaborados, reconfigurados e renomeados.

Sobre o suporte, podemos dizer que este é de suma importância para que o gênero possa circular. Contudo, não é o suporte quem define o gênero, ele, o gênero, é quem exige um suporte essencial (MARCUSCHI, 2002). Ainda com Marcuschi (2003, p. 8), podemos afirmar que o suporte é um "locus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto". Assim, os suportes, além de ampararem a mensagem, auxiliam na delimitação e apresentação de um gênero do discurso ou mesmo se configurar no gênero.

No caso dos *memes* sua identificação como tal deve-se a sua inserção, principalmente, no *Facebook*. Embora possamos encontrar os *memes* transitando em diversos suportes:

> Há suportes que foram elaborados tendo em vista a sua função de portarem ou fixarem textos. São os que passo a chamar de ***suportes convencionais***. E outros que operam como suportes ocasionais ou eventuais, que poderiam ser chamados de ***suportes incidentais,*** com uma possibilidade ilimitada de

> realizações na relação com os textos escritos. Em princípio, toda superfície física pode, em alguma circunstância, funcionar como suporte (MARCUSCHI, 2003. p. 13).

Assim, o processo de reelaboração pode ocorrer de várias formas, visto que os *memes* não aparecem apenas de uma forma e que constantemente passam por modificações quando sua forma de apresentação, como é o caso das figuras 1 e 2.

Na figura 1, vemos um caso de um *meme* clássico aquele que contém imagem e legenda na estrutura básica. Na figura 2, temos uma imagem que se assemelha a uma conversa no *whatsApp*, que agora, por sua forma de circulação e seu proposito comunicativo, pode ser identificado como um *meme.*

Quanto ao potencial pedagógico, podemos identificar vários elementos. Na figura 1 há uma situação cotidiana que se transforma em narrativa visual, tendo o *meme* como divulgação da situação. Há para a discussão em sala, a temática que se relaciona a fatos maiores que uma briga entre irmãos, a partir do momento que a personagem/mãe ameniza a pena para um dos filhos, por esse ter feito uma "delação premiada", isto é, remeter a um fato político vigente em uma linguagem humorística que se apoia no *meme* para sua concretude. O *meme* faz uma alusão ao que acontece atualmente no setor político de nosso país, em que, diante de muitos casos, empresas e os próprios políticos se prestam à "delação premiada" para serem isentos de punição por infrações cometidas. Dessa maneira, esse *meme* pode suscitar discussões nele mesmas, por sua composição,

sua finalidade e sua circulação que podem, além disso, promover uma discussão não só política, mas ética, estabelecendo-se como mais uma possibilidade de ferramenta para o trabalho docente.

Na figura 2, temos o que se assemelha a uma conversa de *whatsApp,* fato que por si mesmo já causaria estranhamento e discussão sobre a reelaboração do *meme.* Apresenta, como potencial, a questão de suporte, gênero que se afirmam nas redes sociais, transitando e se reconfigurando em novos gêneros. Além da análise do conteúdo presente, pois podemos aventar a questão de registro (formal e informal), além de apresentar uma discussão ética sobre a preocupação acerca de questões não pertinentes, quando há outras mais pontualmente localizadas que podem utilizar o *meme* para a divulgação e debate, uma vez que ele também se a esse objetivo.

Dentro da perspectiva observada até aqui, passemos às considerações finais.

Considerações finais

Tendo em vista que as tecnologias estão cada vez mais imersas nas práticas das pessoas, vimos que manuseá-las não é fator de obrigatoriedade, mas, por questões de facilidades ao resolver os problemas inerentes à comunicação, inseri-las e conhecê-las é muito importante.

Visto que os gêneros discursivos que circulam no ambiente digital podem ser aporte para o ensino porque estão mais próximos à realidade dos alunos, consideramos que os *memes* podem ser ferramentas de trabalho docente, devido às múltiplas questões que desenvolvem e também como se

constroem como gêneros discursivos, sendo a reelaboração uma oportunidade para que, no ensino, haja atividades que tornem conscientes as etapas/elementos que foram necessários para a construção do gênero que estiver em análise.

Dentro dos exemplos apresentados, pudemos notar que os *memes* podem dar início a um processo de reflexão e discussão de temas discutidos na atualidade, bem como problemas inerentes à realidade de determinados grupos sociais, além de abrir espaço para reflexões acerca de aspectos linguísticos, como variação linguística, conjunções, etc. Para tanto, é importante que o professor tenha, além de senso crítico aguçado, uma formação tecnológica para a qual seja instruído a inserir os ganhos das tecnologias digitais, seus produtos e os processos para a construção de sentidos com as múltiplas linguagens existentes.

Diante do exposto, percebemos que os gêneros discursivos oriundos das mídias digitais estão em constante processo de mudanças, além de percebermos que os *memes* contribuem, como ferramenta digital, para o ensino, uma vez que entendemos que meios tecnológicos possuem potencialidades para a nossa comunicação e que permitem desenvolver várias habilidades.

Referências

ARAÚJO, J. reelaboração de gêneros discursivos em redes sociais. *In:* _____; LEFFA, V. (Orgs) **Redes sociais e ensino de línguas:** o que temos de aprender? São Paulo: Parábola, 2016. p.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. Os gêneros do discurso. *In:* BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, Ed. 5 2010. p. 261-270.

COSTA, R.R. **A TV na Web:** percursos da reelaboração de gêneros discursivos audiovisuais na era da transmídia. 2010. 173f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

JABLONKA, Edyta. Do emoticon ao meme–evolução dos símbolos na comunicação virtual/de l'émoticône au meme–évolution des symboles dans la communication virtuelle.**Acta Semiótica et Lingvistica**, v. 17, n. 1, 2012.

LIMA, A. M. P. **Práticas de letramento e inclusão digital na aula de língua portuguesa.** 2013. 291f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

_____ . GONÇALVES, C. J. S. L.; LIMA, E. N. P. Os *memes* e a medição do ensino de leitura. *In.* **Colóquio Nacional de Hipertexto: tecnologias digitais aplicadas ao ensino e aprendizagem**: desafios da atualidade**.** IV., 2015, Fortaleza. Anais Fortaleza: Instituto Federal do Ceará, 20015, p. 1-8.

LIMA-NETO, Vicente de. Rediscutindo a mistura de gêneros discursivos. *In.* **Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Discursivos Textuais**, 6., 2011, Natal. Anais. Natal: Universidade Federal do Rio grande do Norte, 2011.

LOPES-ROSSI, Maria Aparecida Garcia *et al.* Gêneros discursivos discursivos no ensino de leitura e produção de textos. **Gêneros discursivos textuais:** reflexões e ensino, v. 2, 2011. p. 68-82.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros discursivos textuais: definição e funcionalidade. *In*: DIONISIO, A. P. *et al.*(org.) **Gêneros discursivos textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19-36.

_____ . A questão dos suportes dos gêneros discursivos textuais. *In:* **Revista Outras Palavras.** Pós-graduação em Letras, UFPB, João Pessoa, 2003. p. 1-23.

MILLER, Carolyn R. **Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia**. DIONÍSIO. AP; HOFFNAGEL, JC (Orgs.). Recife: Editora da UFPE, 2009.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet** – Porto Alegre: Sulina, 2009.

SOUSA, A.C.L; ARAÚJO, J.C; PINHEIRO,R.C. Letramentos que emergem da hipertextualidade. *In*: ARAÚJO, J. C.; DIEB, M. (Orgs.). **Letramentos na web:** gêneros discursivos, interação e ensino. Fortaleza, Edições UFC, 2009. p.111-122.

TERRA, M. R. Letramento & Letramentos: uma perspectiva sociocultural dos usos da escrita. **DELTA**, v. 29, n. 1, p. 29-58, 2013.

GEOTECNOLOGIAS NO ENSINO DA CARTOGRAFIA ESCOLAR: RELAÇÕES ENTRE ESPAÇO, TEMPO E VIVÊNCIAS

Mariana Monteiro Navarro de Oliveira
Alexsandra Bezerra da Rocha

Resumo

A utilização das geotecnologias, no ensino da cartografia escolar, vem sendo discutida sob a perspectiva de aprimorar o processo ensino-aprendizagem e despertar o interesse dos discentes sobre a temática. Nesse sentido, partimos para os seguintes questionamentos: Qual a potencialidade das geotecnologias no ensino da cartografia escolar? As plataformas virtuais "Vamos contar" e programa "*Google Earth* ou *Google Earth Pro*" contribuem no processo de ensino e aprendizagem? Os alunos têm condições de aplicar as atividades desenvolvidas nas escolas? Na oportunidade, foram utilizadas as atividades da plataforma "Vamos Contar" do IBGE e o programa "*Google Earth*" para abordar as relações entre a realidade local e o contexto nacional, pesquisa como instrumento para o exercício da cidadania, acesso às linguagens cartográficas, conhecimento de aspectos sociais, econômicos, culturais e territoriais para os alunos do 6° ao 9° ano do ensino fundamental. No final da atividade, cada grupo apresentou um infográfico sobre "Iniciação à alfabetização cartográfica" e "Minha cidade, minha história".

Palavras-chave: Cartografia escolar. Ensino-aprendizagem. Geotecnologia.

Introdução

A cartografia escolar é uma temática que está em evidência nos debates associados ao ensino de Geografia: "educandos de todos os níveis de ensino constroem continuamente conhecimentos sobre essa linguagem" (FRANCISCHETT, 2007), fazendo-se necessária a sua compreensão sob o ponto de vista metodológico. Assim sendo, o presente artigo é o relato de uma experiência sobre cartografia escolar voltada para professores da escola básica e alunos em formação, nas licenciaturas de Geografia, Biologia e Pedagogia. Realizada durante o I Simpósio de Práticas de letramento. gêneros textuais e formação tecnológica do professor - SIMPRAGENTEFORTE. O público alvo intentado era os professores da escola básica. No entanto, participaram apenas os alunos do curso de Geografia e de Biologia do 2º e 7º semestre.

Nesse contexto, as geotecnologias são ferramentas de suma importância para o ensino da cartografia escolar e, conforme os autores, "facilitam o acesso a todos os mapas imagináveis, políticos, físicos, econômicos, demográficos, com possibilidades ilimitadas de mudança de escala e de passagem a textos explicativos ou a animações" (MELO; OLIVEIRA, 2009, p. 5), auxiliando a prática docente.

O objetivo deste artigo é analisar e discutir as potencialidades das duas ferramentas oficinas da plataforma "Vamos Contar" do IBGE e o programa "*Google Earth*" que podem ser utilizados por educadores em sala de aula, como recurso no processo de ensino-aprendizado de cartografia para os futuros professores e como estes poderiam trabalhar a temática em turmas do ensino fundamental.

Os objetivos específicos incidiram sobre iniciar o aprendizado do alfabeto e da linguagem cartográfica; representar o espaço em forma de desenho; reconhecer, em seu cotidiano, os referenciais espaciais de localização; elaborar linha do tempo identificando momentos e lugares da cidade importante em sua vida; localizar no mapa mudo de sua cidade, com o auxílio do programa "*Google Earth",* os lugares onde ocorreram os principais eventos de sua vida; a fim de que os integrantes criassem o mapa da história de sua vida, relacionando os principais eventos de sua história aos lugares da cidade; iniciar a compreensão das relações entre espaço e tempo, no espaço geográfico da cidade, com base na plataforma do IBGE e do programa "*Google Earth"*.

Os principais conceitos utilizados: Cartografia escolar, escala, mapa, tipos de mapas, carta, planta, componentes de um mapa. Os principais conteúdos trabalhados foram alfabeto cartográfico; localização espacial; caracterização da paisagem local; relação com o lugar em que vive; mapa mudo municipal; localização espacial municipal; linha do tempo; Relação entre espaço e tempo e geotecnologias.

A plataforma "Vamos Contar" do IBGE é composta por um conjunto de atividades sobre cartografia escolar que se destina desde as series iniciais até o ensino médio. É pouco conhecido pelos professores das escolas, já o programa "*Google Earth"* é bastante utilizada, mas não em todo o seu potencial pelos educadores, principalmente os da Geografia.

Nesse sentido, a discussão se dá a partir da análise do resultado do material produzido pelos alunos participantes da oficina, no que se referem a essas ferramentas que podem ser utilizadas em sala de aula e conciliadas com o conteúdo dos livros didáticos, além da importância da des-

mitificação da cartografia ser uma temática de difícil intepretação. E, ainda, das diversas atividades sugeridas pela plataforma "Vamos Contar" do IBGE que auxiliam alunos e professores a analisarem as questões das tabelas e dos gráficos de forma crítica, permitindo uma aprendizagem adequada das questões geográficas do seu município.

Metodologia

Na oportunidade, utilizou-se a metodologia das oficinas da plataforma "Vamos Contar" do IBGE e o programa "*Google Earth"* para abordar as relações entre a realidade local e o contexto nacional, utilizando a pesquisa como instrumento para o exercício da cidadania, para o acesso às linguagens cartográficas, para o conhecimento de aspectos sociais, econômicos, culturais e territoriais em relação aos alunos do 6º ao 9º anos do ensino fundamental. No final da atividade. cada grupo apresentou o infográfico com as temáticas "Iniciação à alfabetização cartográfica" e "Minha cidade, minha história".

A oficina de **Iniciação à alfabetização cartográfica** apresentou as seguintes etapas:

1 - Conversa com os alunos sobre as coisas que podem ser vistas nas proximidades da escola.

2 - Quem gostaria de contar para a turma como é o caminho de casa até a escola?

- O que você ver?

- Como são as ruas e caminhos?

- Existem muitas casas? E lojas? Comércio?

- Há campos e vegetação?

- Existem igrejas, escolas e obras?

3 - Os alunos desenharam o caminho de casa até a escola com o máximo de referências que conseguiram: Lojas, casas, escolas, vegetação.

4 – Os alunos foram convidados a expor seus desenhos para a turma e conversarem sobre as semelhanças e diferenças entre o trajeto e o percorrido e também sobre as formas de representação cartográfica.

A oficina **Minha cidade, minha história** apresentou as seguintes etapas:

1 – Uma conversa com os alunos sobre a cidade onde moram, os locais que gostam de visitar, onde moram os amigos e parentes, atividades sociais e de lazer que realizam, o bairro onde nasceram as transformações;

2 – Os alunos construíram uma linha do tempo sobre os cinco eventos que consideram mais importante ao longo da sua vida registrados no mapa exatamente onde aconteceram (bairro, rua). Na ocasião, foi entregue o mapa mudo do IBGE, disponível através do link: http://vamoscontar.ibge.gov.br/en/recursos/informacoes.

3 – Com o mapa mudo, os integrantes das oficinas tinham como tarefa localizar os lugares onde ocorreram os eventos de sua linha do tempo e com o *Google Earth* projetado, através do *power point,* os alunos localizaram os bairros e as ruas, identificando essas informações por meio de símbolos e legenda.

A cartografia escolar e sua potencialidade

O ensino de cartografia, nas escolas, mesmo no século XXI, é precário e deixa muito a desejar. Este fato, na maioria das vezes, deve-se à falta de conhecimento do docente em relação à metodologia de aplicação, à carência de infraestrutura da escola, à formação deficiente e à falta de profissionais capacitados. Mesmo com um conjunto de ferramentas disponíveis, muitos educadores não conseguem interpretar os fenômenos que se processam no espaço geográfico e, muitas vezes, usam o mapa apenas como ilustração.

Vale ressaltar que, para a utilização dessas ferramentas, faz-se necessário considerar a realidade dos alunos, saber o que entendem sobre a metodologia de coleta dos dados e apresentar-lhes a objetividade vinculada à temática trabalhada em sala de aula.

Para Castellar; Sacramento; Munhoz (2011), as Tecnologias da Informação e Comunicação são ferramentas excelentes para a otimização do processo ensino-aprendizagem, porque, não somente o educador de Geografia, mas todos aqueles que analisam o espaço geográfico, podem aperfeiçoar suas observações e seus estudos com as novas técnicas.

As geotecnologias são o conjunto de tecnologias para a coleta, o processamento, a análise e a oferta de informação com referência geográfica (ROSA, 2005). Na Geografia, as mais disseminadas são o Geoprocessamento e o Sensoriamento Remoto. É importante ressaltar que o Geoprocessamento é uma técnica que busca a realização de levantamentos, análises e cruzamentos de informações georreferenciadas, visando à realização do planejamento de um espaço específico (JOLY, 1990), se divide entre Car-

tografia, Sensoriamento Remoto e Sistema de Informação Geográfica (SIG), ou seja, trata-se de um conjunto de tecnologias voltadas à coleta e tratamento de informações espaciais para um objetivo especifico (INPE, 2015)[92].

A cartografia é a arte de levantamento, de construção e de edição de mapas e cartas de qualquer natureza. Através desta ciência, podemos trabalhar a evolução dos sistemas geodésicos, as escalas, as cartas, os mapas, as plantas, a representação cartográfica e a cartografia temática, entre outros. O Sensoriamento Remoto através de satélites é, atualmente, um instrumento de grande valor técnico, científico e estratégico em muitas áreas da atividade humana, entre elas, a cartografia plana e 3D, o monitoramento e a proteção ambiental, a prospecção de jazidas minerais, o acompanhamento da evolução urbanística das cidades, a inspeção e a avaliação de mananciais hídricos, chegando até aos levantamentos de interesse militar (inteligência, monitoramento marítimo e mapeamento de terrenos. Já o SIG, trata-se de um banco de dados georreferenciados com todas as informações do projeto que está sendo realizado, sendo possível manipular, criar, transformar as informações, envolve hardware, software, dados e pessoal habilitado (ROSA, 2005).

Plataforma "Vamos contar"

O projeto "Vamos Contar" teve sua primeira edição no ano 2000 com o objetivo de ampliar a interação entre o IBGE e as escolas brasileiras com o objetivo de sensibilizar a população para o Censo 2000. Dez anos depois, o projeto teve sua segunda edição durante a preparação para o Censo 2010 com os mesmos objetivos da edição anterior.

92 http://vamoscontar.ibge.gov.br/

A edição 2010 lançou as bases para um relacionamento constante e contínuo com os educadores na plataforma "Vamos Contar" (Figura 1), cujos objetivos do grupo são: abordagem das relações entre a realidade local e o contexto nacional; a compreensão dos dados obtidos pelas pesquisas como instrumento para o exercício da cidadania; o acesso às linguagens estatística e cartográfica; o conhecimento de aspectos sociais, econômicos, culturais e territoriais da população brasileira e a formação de atitudes de respeito a diferenças socioculturais. Portanto, na plataforma encontram-se para educação infantil: 14 atividades; para o ensino fundamental de 1º ao 5º anos, 19 atividades. O ensino fundamental do 6º ao 9º ano conta com 26 atividades; e, para o ensino médio, são 25 atividades. Os principais recursos disponibilizados na plataforma são: audiovisuais, mapas escolares, brincadeiras, informações municipais, todos baseados nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

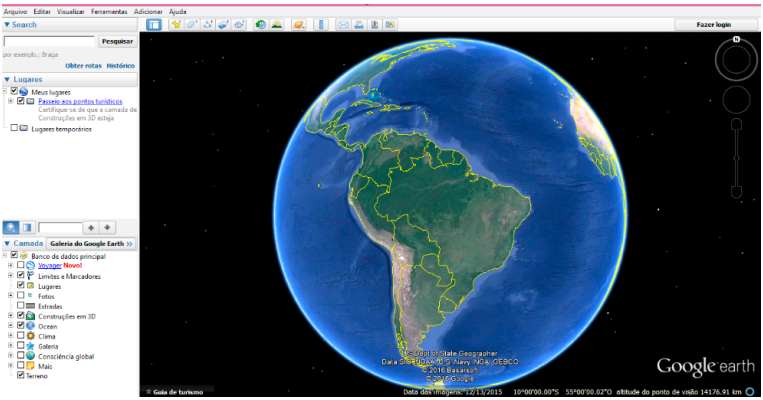
Figura 1: Plataforma Vamos Contar

Fonte: IBGE.

Google Earth e *Google Earth Pro*

É um *software* livre (Figura 2) que tem a capacidade de fornecer imagem de alta resolução de todo o globo e que, através destas imagens, torna possível analisar os espaços e as formas de uso e a ocupação das terras. As principais ferramentas que podem ser utilizadas em sala de aula são aquelas que podem medir as distâncias, medir a área, delimitar as bacias hidrográficas, conhecer as latitudes e as longitudes dos lugares, fazer sobrevôo para conhecer os lugares por outros ângulos, gravar um passeio, mostrar imagens históricas, criar perfil topográfico, transformar coordenadas geográficas em UTM, importar coordenadas do aparelho GPS, criar pontos de interesse, criar polígonos, elaborar mapas, criar vídeos, modificar sistema de coordenadas, adicionar pasta, pontos, linhas, polígonos, passeios, links da internet, fotografias sobrepostas.

Figura 2: Programa Google Earth



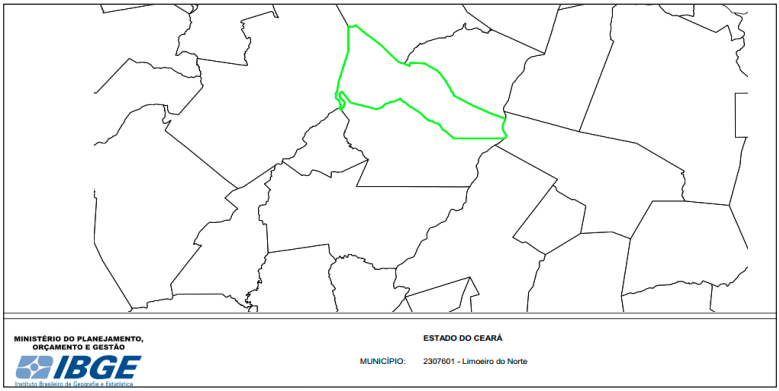
Fonte: disponível em https://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/.

Na barra de ferramentas alternar entre Terra, céu e outros planetas, é possível trabalhar conteúdos importantes como a rotação e a translação da Terra. É possível também, através da ferramenta, mostrar a luz do sol na paisagem, fazer passeios de aterrissagem, narrados por astronautas das missões Apollo; visualizar modelos em 3D das espaçonaves; aplicar zoom em fotos de 360 graus; visualizar as construções em 3D de construções, monumentos, fontes, pontes, torres, museus, casas. Pode-se também navegar até Marte para visualizar as imagens antigas, os modelos em 3D de sondas e seu rastro para ver panoramas de 360 graus em alta resolução,e pesquisar pontos famosos: A fase em Marte ou o Monte Olímpio. Com o céu no *Google,* podem-se ver constelações e movimentos dos planetas; criar e compartilhar suas próprias imagens, entre muitas outras possibilidades.

Desenvolvimento da Oficina

As práticas realizadas na oficina "Ferramentas geográficas no ensino da cartografia escolar", através das atividades "Iniciação à alfabetização cartográfica" e "Minha cidade, minha história", resultaram em cinco infográficos elaborados por grupos de 2 a 5 alunos em formação. Esses, por sua vez, dividiram-se, de acordo com a cidade onde residiam. Dessa forma, cada equipe ficou responsável em representar apenas um município no mapa mudo (Figura 3) e construir uma linha do tempo, destacando cinco eventos e locais que considerassem importantes em suas vidas, considerando a vivência na cidade.

Figura 3: Mapa mudo de Limoeiro do Norte



Fonte: IBGE.

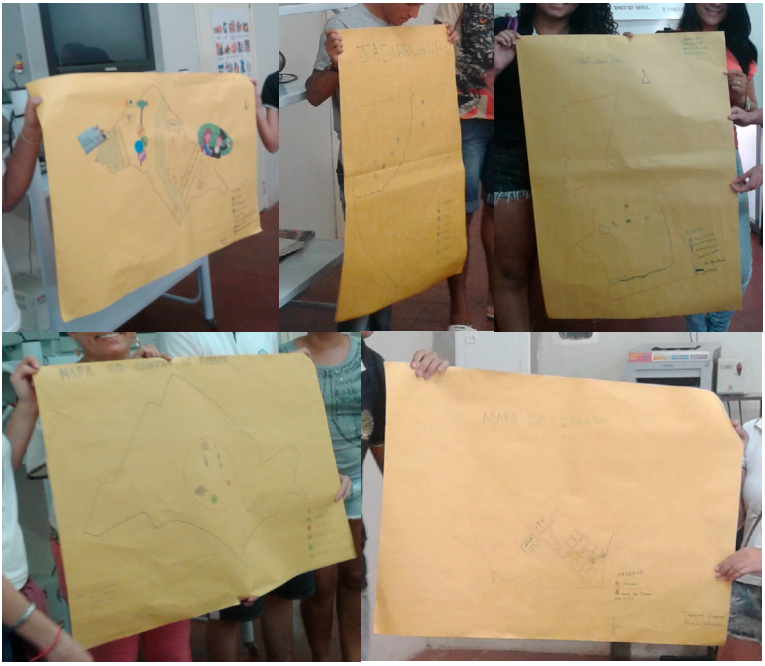
As equipes confeccionaram os infográficos, utilizando o alfabeto e a linguagem cartográfica com o intuito de representarem em forma de desenho (Figura 4) os municípios de Russas, Limoeiro do Norte, Morada Nova e Jaguaruana, localizados no Estado do Ceará. Para isso, tiveram que reconhecer, através do *Google Earth*, que foi projetado em sala, os referenciais espaciais de localização. Dessa forma, os discentes desenharam os produtos, a partir dos acontecimentos relacionados a determinados lugares que, tinham importância para eles. Tais como a escola onde estudaram, a igreja que frequentavam, o hospital onde nasceram, o parque onde brincavam, a praça na qual realizavam as práticas esportivas e os passeios.

Figura 4: Alunos elaborando infográfico.

Fonte: Oliveira, 2015.

Em seguida, os grupos apresentaram os trabalhos (Figura 5), compartilhando suas dificuldades, o que aprenderam com a prática, além da demonstração da eficiência em utilizar o *Google Earth*. Ademais, discutiram sobre a importância da aplicação das atividades nas escolas, com o intuito de auxiliar a aprendizagem dos alunos.

Figura 5: Infográficos produzidos pelos alunos.



Fonte: Rocha & Oliveira 2015.

Considerações finais

Como discutimos, as geotecnologias aplicadas ao ensino da cartografia escolar contribuem para o processo de aprendizagem e para o desenvolvimento espacial dos educandos. É importante rever o público alvo e a faixa etária para o desenvolvimento da atividade. No caso das oficinas o ideal é solicitar do grupo avaliação, pois assim tem-se a oportunidade de conhecer a eficiência ou falhas da metodologia.

A princípio a oficina foi planejada para professores da escola básica, tendo em vista o público alvo do evento, estabelecer uma ponte com a universidade, no entanto o público que participou da oficina foram alunos em processo de formação em licenciatura, que em sua maioria já conheciam as temáticas trabalhadas, e tiveram a oportunidade de ver o teórico sendo aplicado.

O público ainda não tinha tido contato com a plataforma vamos e para eles foi bastante rica esta experiência. Já o programa Google Earth todos já conheciam mais nunca haviam realizado a tarefa de desenhar no mapa seus espaços de vivência.

Referências

CASTELLAR, S. M. V.; SACRAMENTO, A. C. R.; MUNHOZ, G. B**.** Recursos Multimídia na Educação Geográfica: perspectivas e possibilidades. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 15, n. 1, jan./dez. 2011. Disponível em: http://migre.me/bP5Qb. Acesso em: nov. 2012.

JOLY, Fernand. **A cartografia**. São Paulo: Papirus, 1990.

FRANCISCHETT, M. N. A cartografia escolar crítica. *In*: **Encontro nacional de prática de ensino em Geografia,** 2007, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos*. Rio de Janeiro: 2007. Disponível em http://www.uff.br/enpeg2007. Acesso em: 14 dez. 2015.

MELO, J. A. B; OLIVEIRA, M. M. Educação geográfica e geotecnologias: Da reprodução à reconstrução do conhecimento na sala de aula. *In*: **Encontro nacional de prática de ensino em Geografia,** 10., 2009, Porto Alegre. *Anais eletrônicos.* Porto Alegre: 2009. Disponível em http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos. Acesso em: 01 de fevereiro de 2016.

ROSA, R. Geotecnologias na geografia aplicada. **Revista do Departamento de Geografia**, n. 16, p. 81-90, 2005.

SOBRE OS AUTORES

Alexsandra Bezerra da Rocha
Doutora em Geografia (UFC), com período Sanduíche na Universidade de Lisboa – Portugal. Mestre em Geografia (UFC) e especialista em Desenvolvimento e Gestão do Território (UERN). Professora da Universidade Federal de Campina Grande - Campus Cajazeiras. Coordenadora do Grupo de Pesquisa no CNPq Alfabetização e letramento cartográfico na analise de dados espaciais e coordenadora do Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento - LACARGEO. Desenvolve pesquisas em geoprocessamento, cartografia, SIG, diagnóstico ambiental, eventos extremos, climatologia geográfica, recursos hídricos, risco ambiental e vulnerabilidade social.

Ana Maria Pereira Lima
Licenciada em Letras/Português (UECE) e especialista em Ensino de Língua Portuguesa (UECE). Mestre em Linguística e Ensino de Língua Portuguesa (UFC) e doutora em Linguística (UFC). Professora do Curso de Letras da FAFIDAM/UECE e do Mestrado Interdisciplinar em História e Letras (MIHL), da FECLESC/UECE. Pesquisa práticas de letramento, principalmente, as advindas do ambiente digital, os gêneros textuais que acionam tais práticas e a formação tecnológica do professor.

Ana Paula Lima Moura
Graduada em Psicologia (UNIFOR), especialista em Psicologia Social e Comunitária (FATECI). Tem formação em Arte Terapia pelo Instituto Aquilae. É aluna do Mestrado Interdisciplinar de História e Letras (MIHL – FECLESC/UECE). Pesquisa as relações entre as concepções da identidade afro-brasileira na pós-modernidade e os estudos sobre o inconsciente cultural brasileiro na literatura contemporânea.

Antônia Osmarina Gomes Pereira
Graduanda em História (FECLESC/UECE) e bolsista de iniciação científica (IC/UECE) do projeto de pesquisa "Cinema e virtude", coordenado pelo prof. Sander Cruz Castelo (2014 – 2015). Monitora da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado I e II (2016 – 2017). Desenvolve pesquisa sobre a disciplina escolar (uso da palmatória na sala de aula).

Berenice Abreu de Castro Neves
Graduada em História, Especialista em Questões Teóricas e Metodológicas em História e mestre em Sociologia (UFC). Doutora em História (UFF) e pós-doutora no CPDOC, (FGV). Autora de *Jangadeiros: uma corajosa jornada de Lutas no Estado Novo,* Editora Civilização Brasileira, entre outras publicações. Professora do Curso de Graduação em História (UECE), do Mestrado Interdisciplinar em História e Letras (MIHL-FECLESC/UECE) e do Programa de Pós Graduação em História Social (UFC).

Carla Jéssica Severiano Lima Gonçalves
Licenciada em Letras/ Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Aluna do Mestrado Interdis-

ciplinar de História e Letras (MIHL – FECLESC/UECE). Foi Bolsista do Programa de Monitoria Acadêmica (PROMAC/UECE) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UECE). Tem experiência como docente de Língua Portuguesa e Literatura na Educação Básica. Desenvolve pesquisa sobre práticas de letramento digital.

Danilo Vieira Coelho
Licenciado em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Aluno do Mestrado Interdisciplinar de História e Letras (MIHL – FECLESC/UECE). Desenvolve pesquisas em torno dos desdobramentos do golpe de 1964 na cidade de Quixadá-CE.

Eliane Martins da Silva
Licenciada em Letras/Língua Portuguesa (FECLESC/UECE) e aluna do Mestrado Interdisciplinar de História e Letras (MIHL – FECLESC/UECE). Pesquisa o livro didático digital de língua Portuguesa, com foco nas concepções de ensino e de língua(gem) e na multimodalidade.

Fátima Maria Leitão Araújo
Licenciada em História (UECE), especialista em História das Ideias Políticas (UECE), mestre e doutora em Educação Brasileira (UFC). Professora Associada do Curso de História da UECE e do Mestrado Interdisciplinar em História e Letras (MIHL - FECLESC/UECE). Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-UECE). Desenvolve pesquisas em História da Educação, Ensino da História e História e Formação Docente.

Isaíde Bandeira da Silva
Licenciada em História (UECE) e especialista em Metodologias do Ensino (UVA). Mestre em História Social (UFC), doutora em Educação (UFRN) e pós-doutora em Educação (UFU). Professora Adjunta do Curso de História da FECLESC/UECE. Professora do Mestrado Interdisciplinar em História e Letras (MIHL), FECLESC-UECE. Líder do Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq: História, Memória, Sociedade e Ensino. Desenvolve pesquisas em História e Educação, com ênfase no ensino de História, livro didático e formação docente.

José Olivenor Souza Chaves
Licenciado em História (UFC) e mestre em História Regional e do Brasil (UFPE). Doutor em História (UFPE) e pós-doutor em Educação (UFRN). Professor Adjunto do curso de História e do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE- FAFIDAM - FECLESC/UECE). Desenvolve pesquisas em história e memória do sertão.

José Wellington Dias Soares
Licenciado em Letras/Português (UECE) e especialista em Investigação Literária (2001). Mestre em Letras/Literatura Brasileira (UFC) e doutor em História (UFMG). Professor do Curso de Letras e do Mestrado Interdisciplinar em História e Letras (MIHL), ambos da FECLESC-UECE. Pesquisa as relações entre história e literatura, atuando, principalmente, no romance brasileiro.

Júlio César Dinoá do Nascimento
Licenciado em Letras/Francês e em Letras/Português (UFC). Mestre em Linguística (UFPA) e doutor em Linguística (UFC). Professor Adjunto do Curso de Letras da FECLESC/UECE. Atua nas seguintes áreas: Descrição e Análise Linguística, Ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa e Gêneros discursivos e suas aplicações.

Lígia Rodrigues Holanda
Licenciada em História (UVA). Especialista em História do Brasil - com ênfase em História do Ceará - e em Cultura Popular (Faculdade Darcy Ribeiro) e em Arte e Educação do Campo (UFCA). Aluna do Mestrado Interdisciplinar de História e Letras (MIHL – FECLESC/UECE). Pesquisa as relações de gênero no campo.

Manoel Carlos Fonseca de Alencar
Licenciado em História (UFC), mestre em História Social (UFC) e doutor em História (UFMG), com período sanduíche na Universidade de Coimbra-Portugal. É professor do Mestrado Interdisciplinar em História e Letras (MIHL) e coordena o Grupo de Estudos História e Literatura.

Mariana Monteiro Navarro de Oliveira
Bacharel em Geografia (UECE) e mestre em Ciências Marinhas Tropicais (UFC/LABOMAR). Participou da equipe de pesquisa do Laboratório de Geologia e Geomorfologia Costeira e Oceânica (LGCO), da Universidade Estadual do Ceará, como bolsista de iniciação científica, financiada pelo CNPq. Atua nas áreas de Geografia Física: Geomorfologia Costeira, Geomorfologia aplicada ao Planejamento Ambiental e Geotecnologias utilizando Análise Geoespacial.

Maria Yasmim Rodrigues do Nascimento.
Licenciada em História (URCA) e aluna do Mestrado Interdisciplinar de História e Letras (MIHL – FECLESC/UECE). Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico *(FUNCAP)*. Desenvolve pesquisas nas seguintes áreas: discurso racial, historiografia cearense e história africana e afro-brasileira.

Noelia Alves de Sousa
Professora Adjunta do Curso de História do Centro de Humanidades (UECE). Mestre em História do Brasil pela PUC de São Paulo. Doutora em História Social pela UFRJ. Atua nas áreas de História Geral, História das Mulheres e Relações de Gênero. Pesquisa sobre os seguintes temas: Violência contra Mulheres, Parteiras, Maternidade, Corpo, Sexualidade e Família. Atualmente, integra, como professora permanente, o quadro de professores do Mestrado Interdisciplinar História e Letras (MIHL).

Odilon Monteiro da Silva Neto
Licenciado em História (UECE). Especialista em Perspectivas e Abordagens em História (UECE) e em Gestão Pública (UNILAB). Professor de História do IFCE (*campus* Canindé), com experiência em ensino, pesquisa, extensão e gestão. Aluno do Mestrado Interdisciplinar de História e Letras (MIHL – FECLESC/UECE).

Olívia Bruna de Lima Nunes
Licenciada em História (UECE). Aluna do Mestrado Interdisciplinar de História e Letras (MIHL – FECLESC/UECE). Pesquisa a ação pastoral católica no município de Limoeiro do Norte-CE, dentro da conjuntura da Igreja Popular.

Regina Cláudia Pinheiro
Licenciada em Letras (UFC), especialista em Informática Educativa (UECE), mestre e doutora em Linguística (UFC). Professora Adjunta do Curso de Pedagogia (CECITEC/UECE) e do Mestrado Interdisciplinar em História e Letras (MIHL - FECLESC/UECE). Desenvolve pesquisas em torno do ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa com o uso das tecnologias digitais e do uso dos jogos digitais para o desenvolvimento desta disciplina. É bolsista de produtividade BPI (FUNCAP).

Rodrigo de Albuquerque Marques
Doutor em Literatura Comparada (UFC), professor de Literatura da FECLESC/UECE. Publicou três livros: Fazendinha (2005), O Livro de Marta: bilhetes de amor quebrado (2011), ambos premiados pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, e Antônio Sales (2016), pelas Edições Demócrito Rocha. Sua tese de doutorado, *A Nação vai à Província: do romantismo ao Modernismo no Ceará*, foi premiada como a melhor tese de 2015 na área de Humanas da UFC.

Ruan Carlos Mendes
Licenciado em História (FAFIDAM/UECE). Aluno do Mestrado Interdisciplinar de História e Letras (MIHL – FECLESC/UECE). Bolsista CAPES. Pesquisa as relações entre memória, religiosidade e santos populares.

Tyrone Apollo Pontes Cândido
Doutor em História Social (UFC). Professor do Curso de História (FECLESC/UECE) e do Mestrado Interdisciplinar de História e Letras (MIHL). Autor de *Trem da seca: serta-*

nejos, retirantes e operários (1877-1880), da coleção Outras Histórias do Museu do Ceará. É bolsista de produtividade BPI (FUNCAP).

Sander Cruz Castelo
Licenciado e bacharel em História (UFC), mestre em História Social (UFC) e doutor em Sociologia (UFC). Professor Adjunto do curso de História da FECLESC/UECE e do Mestrado Interdisciplinar de História e Letras (MIHL). Atualmente, cursa pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Anhembi Morumbi (UAM), sob a supervisão do prof. Luiz Antonio Vadico. Desenvolve pesquisas acerca da relação entre História e cinema.

Sarah Diva da Silva Ipiranga
Licenciada em Letras (UECE), especialista em Literatura em Língua Portuguesa (UNIBH) e mestre em Literatura Brasileira (UFMG). Doutora em Educação (UFC) e pós-doutora em Literatura Comparada (Universidade de Lisboa). Professora do Mestrado Interdisciplinar em História e Letras (MIHL/FECLESC) e do PROFLETRAS/UECE. Seus estudos estão alinhados à pesquisa sobre memorialismo, autobiografia e memória.

Valéria Soares de Oliveira
Licenciada em História (FECLESC/UECE) e especialista em Gestão de Estratégica de Recursos Humanos (FCRS). Aluna do Mestrado Interdisciplinar de História e Letras (MIHL – FECLESC/UECE). Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Unicatólica de Quixadá-CE. Pesquisa o racismo na escola e o ensino de História.

Vania Maria Ferreira Vasconcelos

É doutora em Literatura (UNB) e professora do Mestrado Interdisciplinar em História e Letras (MIHL/FECLESC/UECE). Participou do núcleo de programação do Centro Cultural Dragão do Mar e da Coordenação de Políticas do Livro, quando ajudou na organização de duas Bienais do Livro do Ceará (2004/2006 e 2017). Publicou *Mergulhos* (crônicas), *Desvios* (contos), *Chão de Infância (infantil) e No colo das Iabás (ensaio),* além de participar de duas coletâneas de contos. Participa do GT da ANPOLL - Mulher na Literatura e dos Grupos de Pesquisa AFROLETRIAS e VOZES FEMININAS.